



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

v. 15 n. 2 p. 207-425 jul./dez. 2014



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Gildásio Mendes dos Santos

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Hemerson Pistori

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Arlinda Cantero Dorsa
Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Heitor Romero Marques
Maria Augusta de Castilho
Pedro Pereira Borges

Editora Responsável

Arlinda Cantero Dorsa

Coeditor

Pedro Pereira Borges

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima

Revisão

Maria Helena Silva Cruz

Traduções

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Exposição Literária "Cem anos Chegada da Ferrovia NOB em Campo Grande". Disponível em:
<<http://www.progresso.com.br/caderno-b/exposicao-focaliza-historia-dos-100-anos-da-nob>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

Tiragem

500 exemplares.

Distribuição

Bibliotecas universitárias; permutas nacionais e internacionais.

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 15, n. 2 (jul./dez. 2014). Campo Grande: UCDB, 2000.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Conselho Editorial

- Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana do Chile - Santiago - Chile)
Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguay)
Christian Krajewski (Institut für Geographie - Universität Münster - Munique - Alemanha)
Christian Luiz da Silva (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba - Brasil)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana - Bogotá - Colômbia)
Eduardo Abdo Yázigü (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS - Campo Grande, MS - Brasil)
João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa - Lisboa - Portugal)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Lisboa - Portugal)
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - Montevideo - Uruguay)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - Sorbone - França)
Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Maria Adélia Aparecida de Souza (USP - São Paulo, SP - Brasil)
Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP - Brasil)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil)
Michel Rochefort (Université de Paris VIII - Paris - França)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Oséias de Oliveira (Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati, PR - Brasil) Paulo Tarso Vilela de Resende (Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte, MG - Brasil)
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Havana - Cuba)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Rosa Esther Rossini (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Sérgio Boisier (Universidad do Chile - Santiago - Chile)

Conselheiros fundadores

- Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Missão:

Publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área de Desenvolvimento Local.

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local
da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
(www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones cientificas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

Editorial

Em seu volume 1, publicado em setembro de 2000, tendo como editor responsável o Professor Marcelo Marinho, *Interações* – Revista Internacional de Desenvolvimento Local surgia como a relevante necessidade não só de resgatar e divulgar informações sistematizadas como também experiências construtivas sobre o Desenvolvimento Local.

De acordo com o editor responsável, apresentava de forma clara e precisa os objetivos principais da revista: subsidiar formas de comportamento social para a geração de desenvolvimento endógeno, respeitando a diversidade cultural e a gestão autônoma de recursos e técnicas caracterizadoras de territórios.

Ao longo dos seus 14 anos, a revista teve também como editores o Professor Aparecido Francisco dos Reis, que a conduziu como coeditor em 2003 e editor responsável no período de 2004 a 2006, passando então a responsabilidade para a Professora Maria Augusta de Castilho, que a conduziu até a sua última publicação em janeiro de 2014.

O sucesso dessa revista só foi possível graças ao espírito de participação, responsabilidade, dedicação de todos os envolvidos. A missão da revista é de divulgar as experiências vivenciadas pelos respectivos autores nas diferentes áreas, promovendo o desenvolvimento de competências para operacionalizar e gerenciar soluções criativas e sustentáveis voltadas para o atendimento de aspirações comuns: sociais, econômicas, geográficas, culturais, políticas e ecológicas.

Nesta edição de 2014, a Revista *Interações* abre um espaço para discussões sobre estratégias de desenvolvimento regional e local com o artigo *A rede da CEFNOB e o território: breves*

considerações sobre o desenvolvimento urbano no município de Campo Grande, MS de autoria de Gleicy Denise Vasques Moreira Santos. Nesse artigo, a autora apresenta uma reflexão sobre o papel e o significado da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) em sua extensão do território paulista ao território sul-mato-grossense, enquanto processo de indução ao desenvolvimento da região Centro-Oeste.

As pesquisas de Rosane Aparecida Ferreira Bacha e Cristiano Marcelo Espínola Carvalho objetivam verificar as estratégias de *marketing* rural, vislumbrando as quatro dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social e política no artigo *Estratégias de Marketing Rural - Assentamento Conquista, MS*.

Segundo a perspectiva de Antonia Colbari no artigo *Cultura da inovação e racionalidade econômica no universo do pequeno empreendimento*, a análise da implantação do projeto Agentes Locais de Inovação, no estado do Espírito Santo, descortina dimensões relevantes relativas às práticas e aos desafios do aprendizado da inovação na sociedade contemporânea e aos resultados de uma intervenção qualificada no âmbito dos pequenos empreendimentos.

As autoras Ana Valéria Lacerda Freitas e Maria de Fátima Barbosa Coelho resgatam os conhecimentos tradicionais a respeito do uso, manejo e conservação de plantas medicinais no artigo *Os “remédios do mato” por especialistas locais da comunidade São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil*. Ao analisarem a migração no artigo *Migração para áreas rurais do estado de Goiás: uma análise baseada nos dados do Censo Demográfico de 2010*, Priscila Casari,

Lilian Lopes Ribeiro e João Pedro Tavares Damasceno apontam que as pesquisas sobre as características dos migrantes e sua inserção no mercado de trabalho são importantes para a elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento regional.

A pesquisa de Elizabete Maria da Silva e Marney Pascoli Cereda, que tem por título *Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso*, analisa a comunidade localizada no assentamento Padre Josimo Tavares do município de São José do Povo, MT, pela ótica do Desenvolvimento Sustentável tendo por fatores básicos o processo de desenvolvimento, a segurança alimentar, saúde, educação e lazer. Por outro viés, os autores Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos e Mário Vasconcellos Sobrinho apontam que dois conceitos-chave devem ser levados em consideração no processo de implementação de programas de desenvolvimento em nível local: conhecimento e cultura, no artigo *Knowledge and culture: two significant issues for local level development programme analysis*.

Ao abordar a questão específica da inserção internacional, Mariana Calvento, autora de *La Inserción internacional de los actores subnacionales: análisis de un proceso contemporáneo*, analisa as discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento da política internacional subnacional da América Latina e, em seguida, pesquisa sobre as principais estratégias desenvolvidas pelos governos locais na Argentina.

O objetivo do artigo *Centralização e descentralização: a continuidade da litoralização do crédito em Santa Catarina* de Alcides Goularti Filho e Mariane Crepaldi Zuchinali é de analisar como o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) participou da política de descentralização administrativa catarinense a partir de uma análise comparativa entre o período 1995-2002, anterior à política de descentralização, e após a implementação da política de descentralização 2003-2010. No artigo *Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal*, Nadja Maria Mourão e Rita de Castro Engler evidenciam as comunidades de “Bonfinópolis de Minas” e “Chapada Gaúcha” – Minas Gerais, Brasil

- no desenvolvimento do extrativismo de frutos do Cerrado, através de associações e cooperativas em produção artesanal como alternativa empreendedora local.

Luciano Mendes e Neusa Rolita Cavedon, em *O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade*, evidenciam as implicações do mercado de camelôs no desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas, MS, tanto na oferta de produtos como também na possibilidade de integração de um número de indivíduos ao mercado de trabalho. A pesquisa *Etnoecologia e etnobotânica em ambientes de Cerrado no Estado de Mato Grosso* de Flora Ferreira Camargo, Thaianny Rodrigues de Souza e Reginaldo Brito da Costa resalta a utilização da etnoecologia, etnobotânica e o etnoconhecimento em comunidades locais do Estado de Mato Grosso, com foco no saber popular sobre plantas do bioma cerrado. O artigo *As estratégias de divulgação científica e transferência de tecnologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)*, de autoria de Nádia Solange Schmidt Bassi e Christian Luiz da Silva, descreve e analisa os processos de comunicação científica e transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa, e de sua unidade de pesquisa denominada Embrapa Suínos e Aves, com a proposição, ao final, da criação de novos modelos de comunicação e de transferência de tecnologia, considerando a diversidade de seu público-alvo e a natureza de suas atividades.

No artigo *Integrando ecologia, economia e geotecnologia em tomadas de decisão*, Andrea Santos Garcia, Luiz Carlos Acorci Filho e Sergio Desimone Garcia caracterizam uma área de preservação permanente, baseando-se nos princípios da sustentabilidade.

Na seção **Teoria e prática**, Gabriel Medina e Evandro Novaes trazem a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida a partir de entrevistas realizadas em 10.362 domicílios rurais em todas as regiões do país, no artigo intitulado *Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida*, os quais, de forma positiva, mostram as condições de produção dentro da propriedade (incluindo área utilizada e mão de obra existente) e, de forma negativa, os resultados alcançados da porteira para fora (acesso a políticas públicas,

inserção em mercados e relações sociais). Com a temática *Competitividade do sistema produtivo do turismo em Bonito, MS*, os autores Dyego de Oliveira Arruda, Gustavo Magalhães de Oliveira e Milton Augusto Pasquotto Mariani classificam os recursos disponíveis dentro do sistema turístico da cidade de Bonito, em Mato Grosso do Sul, Brasil, bem como verificam qual o nível de competitividade gerado por eles.

Por fim, a revista traz os **Resumos de Dissertações** apresentadas em 2011, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco.

Ao assumirmos como editores da revista *Interações*, pretendemos dar continuidade ao trabalho de nossa antecessora Professora Maria Augusta de Castilho, assim como contar com a colaboração precisa e eficiente da comissão técnica da revista, dos avaliadores externos do Conselho Editorial, avaliadores *ad hoc*, autores, funcionários da biblioteca, gestores da IES.

Arlinda Cantero Dorsa
Editora

Pedro Pereira Borges
Coeditor

Sumário

Artigos

A rede da CEFNOB e o território: breves considerações sobre o desenvolvimento urbano no município de Campo Grande, MS	215
The network CEFNOB and territory: brief considerations on urban development in the city of Campo Grande, MS	215
<i>Le CEFNOB réseau et territoire: brèves considérations sur le développement urbain dans la ville de Campo Grande, MS</i>	215
<i>El CEFNOB red y el territorio: breves consideraciones sobre el desarrollo urbano en la ciudad de Campo Grande, MS</i>	215
Gleicy Denise Vasques Moreira Santos	
Estratégias de Marketing Rural – Assentamento Conquista	227
Strategies in a Marketing Rural – Nesting Conquista	227
<i>Estrategias de Marketing Rural – Asentamiento Conquista</i>	227
<i>Stratégies de marketing dans un milieu rural – Colonie Conquista</i>	227
Rosane Aparecida Ferreira Bacha Cristiano Marcelo Espínola Carvalho	
Cultura da inovação e racionalidade econômica no universo do pequeno empreendimento	237
Innovation culture and economic rationality in the universe of small firms	237
<i>La culture de l'innovation et la rationalité économique dans l'univers de la petite entreprise</i>	237
<i>La cultura de la innovación y la racionalidad económica en el universo de las pequeñas empresas</i>	237
Antonia Colbari	
Os “remédios do mato” por especialistas locais da comunidade São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil	249
The “remédios do mato” for specialists local community São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil.....	249
Les spécialistes de la médecine « <i>brousse</i> » communauté locale São João da Varzea, Mossoro, <i>RN, Brasil</i>	249
Los « <i>arbusto medicina</i> » <i>especialistas</i> comunidad de São João da Varzea, Mossoro, <i>RN, Brasil</i>	249
Ana Valéria Lacerda Freitas Maria de Fatima Barbosa Coelho	
Migração para áreas rurais do estado de Goiás: uma análise baseada nos dados do Censo Demográfico de 2010	265
Migration to rural areas of the state of Goiás: an analysis based on data from the 2010 Demographic Census	265
<i>La migration aux zones rurales de l'Etat de Goiás: une analyse depuis les données du recensement démographique de 2010</i>	265
<i>La migración para áreas rurales del estado Goiás: un análisis basado em los datos del Censo Demográfico de 2010</i>	265
Priscila Casari Lilian Lopes Ribeiro João Pedro Tavares Damasceno	
Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso	275
Food security, health, education and leisure as basic factors for rural development of a settlement from Mato Grosso Brazilian state	275
<i>Seguridad alimentaria, salud, educación y ocio como factores de bases para el desarrollo de asentamiento rural de la provincia brasileña de Mato Grosso</i>	275
<i>La sécurité alimentaire, lasanté, l'éducation et loisirs commedefacteurs ala base dudéveloppement d'unnecolonie rural auxledepartmentbresiliéene de Mato Grosso</i>	275
Elizabete Maria da Silva Marney Pascoli Cereda	

Knowledge and culture: two significant issues for local level development programme analysis	285
Conhecimento e cultura: dois importantes pontos para analisar programas de desenvolvimento em nível local.....	285
<i>Connaissance et culture: deux points importants pour analyser les programmes de développement au niveau local</i>	<i>285</i>
<i>Conocimiento y la cultura: dos puntos importantes para analizar los programas de desarrollo a nivel local.....</i>	<i>285</i>
Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos	
Mário Vasconcellos Sobrinho	
La inserción internacional de los actores subnacionales: análisis de un proceso contemporáneo.....	301
Integração internacional dos atores subnacionais: análise de um processo contemporâneo	301
<i>The international insertion of the sub national actors: analysis of a contemporary process.....</i>	<i>301</i>
<i>L'intégration internationale des acteurs infranationaux: une analyse des processus contemporains</i>	<i>301</i>
Mariana Calvento	
Centralização e descentralização: a continuidade da litoralização do crédito em Santa Catarina.....	315
Centralization and decentralization: the littoralisation continuity of credit in Santa Catarina	315
<i>Centralisation et décentralisation: la continuité de littoralisation du crédit dans Santa Catarina.....</i>	<i>315</i>
<i>Centralización y descentralización: la continuidad de la litoralización de crédito en Santa Catarina</i>	<i>315</i>
Alcides Goularti Filho	
Mariane Crepaldi Zuchinali	
Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal	329
Solidarity Economy, Social Technology and Design: sustainable initiatives with residue Cerrado for handicraft production in extractive communities.....	329
<i>Economie Solidaire, Technologie Sociale et Design: des initiatives durables avec résidu Cerrado pour la production de l'artisanat dans les communautés extractives.....</i>	<i>329</i>
<i>Economía Solidaria, Tecnología Social y Design: iniciativas sostenibles con residuos Cerrado para la producción de artesanías en las comunidades extractivas</i>	<i>329</i>
Nadja Maria Mourão	
Rita de Castro Engler	
O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade	341
The market for barkers and contributions to local development of a city	341
<i>Los vendedores callejeros y las contribuciones al desarrollo local de una ciudad</i>	<i>341</i>
<i>Les vendeurs du marché et contribuent au développement local d'une ville.....</i>	<i>341</i>
Luciano Mendes	
Neusa Rolita Cavedon	
Etnoecologia e etnobotânica em ambientes de Cerrado no Estado de Mato Grosso	353
Ethnoecology and ethnobotanic at Cerrado environments in Mato Grosso State	353
<i>Ethnoécologie et ethnobotanique dans Cerrado environnements en Mato Grosso Province.....</i>	<i>353</i>
<i>Etnoecología y etnobotánica en ambientes del Cerrado en el Estado de Mato Grosso.....</i>	<i>353</i>
Flora Ferreira Camargo	
Thaianny Rodrigues de Souza	
Reginaldo Brito da Costa	
As estratégias de divulgação científica e transferência de tecnologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).....	361
Strategies for scientific dissemination and transfer of technology used by the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	361
<i>Stratégies pour La diffusion scientifique et le transfert de latechnologie utilisée par Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)</i>	<i>361</i>
<i>Las estrategias para La divulgación científica y La transferencia de La tecnología utilizada por la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)</i>	<i>361</i>
Nádia Solange Schmidt Bassi	
Christian Luiz da Silva	

Integrando ecologia, economia e geotecnologia em tomadas de decisão	373
Integrating ecology, economy and geotechnology in decision making.....	373
<i>L'intégration des l'écologie, l'économie, la géotechnique et le processus décisionnel.....</i>	<i>373</i>
La integración de la ecología, la economía y geotecnología en la toma de decisiones.....	373
Andrea Santos Garcia Luiz Carlos Acorci Filho Sergio Desimone Garcia	

Teoria e prática

Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida	385
Brazilian family farmers' perception on their livelihoods	385
<i>Le perception des agriculteurs familiaux brésiliens sur leurs conditions de vie.....</i>	<i>385</i>
<i>Percepción de los campesinos brasileños acerca de sus condiciones de vida.....</i>	<i>385</i>
Gabriel Medina Evandro Novaes	

Competitividade do sistema produtivo do turismo em Bonito, MS, a partir de uma visão baseada em recursos	399
Competitiveness of tourism productive system in Bonito, MS, Brazil, from a resource-based view	399
<i>Compétitivité système productif du tourisme au Bonito, MS, Brésil, départ d'une vue axé sur les ressources</i>	<i>399</i>
<i>Competitividad del sistema productivo de turismo en Bonito, MS, Brasil, desde una visión basada en recursos</i>	<i>399</i>
Dyego de Oliveira Arruda Gustavo Magalhães de Oliveira Milton Augusto Pasquotto Mariani	

Resumos de dissertações

Resumos das dissertações apresentadas em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL) - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.....	411
---	------------

Artigos



A rede da CEFNOB e o território: breves considerações sobre o desenvolvimento urbano no município de Campo Grande, MS

The network CEFNOB and territory: brief considerations on urban development in the city of Campo Grande, MS

Le CEFNOB réseau et territoire: brèves considérations sur le développement urbain dans la ville de Campo Grande, MS

El CEFNOB red y el territorio: breves consideraciones sobre el desarrollo urbano en la ciudad de Campo Grande, MS

Gleicy Denise Vasques Moreira Santos*
(gleicysantos@unipampa.edu.br)

Recebido em 30/03/2013; revisado e aprovado em 23/08/2013; aceito em 16/11/2013

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre o papel e o significado da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) em sua extensão do território paulista ao território sul-mato-grossense, enquanto processo de indução ao desenvolvimento da região centro-oeste. Destaca-se o papel das redes técnicas em sua interação com o território e suas implicações institucionais. A capital do Estado, Campo Grande, é analisada nesse contexto.

Palavras-chave: Rede técnica. Território. Desenvolvimento urbano.

Abstract: The paper presents a reflection on the role and significance of the Railroad Company Northwest Brazil (CEFNOB) in its extension of the state territory to the territory of South Mato Grosso, while induction process to the development of the Midwest. We highlight the role of technical networks in their interaction with the territory and its institutional implications. The state capital, Campo Grande, is analyzed in this context.

Key words: Network technique. Territory. Urban development.

Résumé: Cet article présente une réflexion sur le rôle et l'importance du chemin de fer Northwest Company Brésil (CEFNOB) dans son extension du territoire de l'Etat sur le territoire de Mato Grosso du Sud, tandis que processus d'induction pour le développement du Midwest. Nous soulignons le rôle des réseaux techniques dans leur interaction avec le territoire et ses implications institutionnelles. La capitale de l'Etat, Campo Grande, est analysée dans ce contexte.

Mots-clés: Technique de réseau. Territoire. Le développement urbain.

Resumen: El artículo presenta una reflexión sobre el papel y la importancia de la Compañía del Ferrocarril Noroeste de Brasil (CEFNOB) en su extensión del territorio del Estado en el territorio de Mato Grosso del Sur, mientras que el proceso de inducción al desarrollo de la región central. Destacamos el papel de las redes técnicas en su interacción con el territorio y sus implicaciones institucionales. La capital del estado, Campo Grande, se analiza en este contexto.

Palabras clave: Técnica de red. Territorio. El desarrollo urbano.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar e compreender o recente processo de desenvolvimento urbano, vivenciado no município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto utilizamos como suporte em nossa reflexão conceitos e temas relacionados ao Desenvolvimento Urbano, como a formação de redes técnicas, a globalização, e seus reflexos no território e na rede urbana.

Além disso, analisamos o significado e o papel da técnica em relação ao desenvolvimento social e econômico. Para tanto, partimos de uma reflexão crítica sobre a ideia de

impacto tecnológico presente na assertiva do papel estruturante das redes técnicas em sua relação com o território, trazendo à tona o caso da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB).

Tendo em vista os efeitos e as determinações do processo de globalização da economia, quanto à produção e estruturação do espaço geográfico, analisamos a relação existente entre a funcionalidade das redes técnicas e a institucionalidade dos territórios.

Como objetivos específicos do presente trabalho, temos: (1) discutir a formação das redes e sua interação com o território; (2) observar o processo de globalização e os seus impactos sobre as redes urbanas; (3)

* Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Rio Grande do Sul, Brasil.

apresentar algumas considerações sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira; (4) analisar a construção da CEFNOB e a dinâmica do desenvolvimento urbano de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com isso, busca-se a compreensão e a utilização de ferramentas conceituais e metodológicas que possam ser úteis na compreensão das mudanças recentes, a partir do entendimento de que a rede é uma construção social, resultado de uma série de processos, que em si são conflituosos.

1 A formação das redes e sua interação com o território

Muitas são as representações que as redes vêm assumindo na área de estudo das Ciências Humanas, no entanto, cabe aqui um recorte acerca da contribuição da Geografia ao analisar como a relação entre redes técnicas e território se inscreve nesse debate, principalmente diante da intensificação do processo de globalização e seus impactos sobre o espaço geográfico.

Ao buscar a participação nesse debate, entende-se que, enquanto a técnica explicita regras do modo de ação prática do como fazer, a tecnologia representa uma espécie de teorização das técnicas, no sentido de constituir um procedimento lógico que possibilita compreender a ordem e a racionalidade presente em uma ou na articulação de mais técnicas.

Considera-se que a técnica e a tecnologia, são resultados da ação humana e dessa forma, devem ser pensadas no contexto das relações sociais e no âmbito de seu desenvolvimento histórico. As técnicas expressam, por meio dos objetos técnicos, seu conteúdo histórico e, em cada momento de sua existência, da sua criação à sua instalação e operação, revelam a combinação, em cada lugar, das condições políticas, econômicas, sociais, culturais e geográficas que permitem seu aproveitamento. Um desses objetos técnicos é a rede, de acordo com Silveira (2003).

A noção de rede é, portanto, também social e política, tendo em vista pessoas, mensagens, valores que a frequentam e com isso estabelecem relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana, para Santos (1996).

Nesse aspecto, a análise da evolução das redes, distinguindo sua infraestrutura, seus serviços e seu comando, permite-nos superar essa contradição evidenciando que sua participação é essencial para a construção de novas escalas territoriais, ainda que seu papel não seja determinante, mas de acompanhamento, na estruturação dos territórios, conforme Silveira (2003).

A partir disso, compreende-se que o território não se restringe apenas à escala nacional, representada pelo Estado, sua categoria gestora e que expressa uma construção e/ou uma desconstrução, nas mais diversas escalas, tanto espaciais como temporais. A partir disso, cabe a análise do impacto tecnológico, especialmente no atual estágio de desenvolvimento das forças de produção capitalista, tendo em vista uma presença crescente da tecnologia no contexto das relações sociais e econômicas.

Deve-se pensar a rede técnica como um elemento que abre um horizonte de possibilidades em relação ao desenvolvimento de um dado território. A instalação e o aproveitamento das redes técnicas, engendrados por uma dada dinâmica social e econômica, e expressão de relações de poder existentes no lugar, torna aparente tanto as potencialidades como os constrangimentos ao desenvolvimento social e espacial no território.

Pode-se, então, capturar a fundamental importância das reflexões quanto aos “efeitos” e às “determinações” do processo de globalização da economia e sua interface com as redes na produção e organização do “território em particular”.

No atual contexto da economia globalizada, as mudanças no padrão tecnológico e produtivo se fazem acompanhar da emergência de novas formas espaciais, ou de velhas formas espaciais com novos conteúdos, e de uma nova lógica espacial onde, a priori, o espaço dos fluxos tende a sobrepor-se ao espaço dos lugares. O lugar redefine-se a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária, nesse sentido, Santos (1996) e Silveira (2003).

Observa-se que se insere no contexto da divisão tradicional do trabalho, uma nova divisão do trabalho. Esta é resultante dos

vetores da modernidade e da regulação, o que nos permite considerar, conforme Harvey (1992), a existência da reafirmação da dimensão espacial, tendo em vista que se acentua a importância conferida à diferenciação concreta entre os distintos espaços geográficos, pois é neles que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades.

Além disso, essa interdependência possibilitada pelas redes é de origem econômica e política. Isso porque, enquanto instrumentos de intermediação, de intercâmbio, as redes são fundadas no coração das operações de mercado. Assim o território onde elas se instalam informa seu conteúdo econômico e político, na medida em que a configuração espacial das redes técnicas resulta do embate político entre Estado e mercado. Nesse embate, o poder público geralmente é chamado a prover o conjunto de infraestruturas que facilitem e assegurem as melhores condições para o desenvolvimento das atividades do mercado, com base em Silveira (2003).

Dessa forma, pode-se considerar que devemos ir além dos mitos recorrentes das relações deterministas entre redes e sociedade, e entre redes e territórios, ou seja, nosso olhar deve atentar para um sistema, que interage com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente provocada em nações, regiões e cidades, tendo em vista de um lado, a racionalidade econômica e de outro, as estratégias de atores com muitos e distintos interesses territoriais.

Com o extraordinário desenvolvimento das redes de transporte e telecomunicação, durante a segunda metade do século XX, difundiram-se as teses que superestimam o poder das mudanças técnicas; no centro desse debate está evidenciado um viés determinista, para Dias (2005, p. 15):

Desde então, a rede não é mais somente observada sobre o corpo humano – como malha ou tecido –, ou no seu interior. Ela pode ser objetivada como matriz técnica – infraestrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo. Se até aquele momento a história da rede esteve ligada a uma referência ao organismo a seguir ela estará também ligada a uma referência à técnica.

Ressalta-se que as relações entre as redes e os territórios são muito mais complexas do que defendem as teses deterministas. Para

Dias (2005, p. 22), devemos nos atentar para as limitações em torno de duas teses amplamente difundidas:

A primeira associa contração das distâncias à negação do espaço, reduzindo o espaço geográfico à noção de distância; a segunda postula que os efeitos do desenvolvimento técnico seriam instantâneos e as técnicas se desenvolveriam num espaço ausente de história, reduzindo assim o tempo à noção de tempo real. Pensamos que, ao contrário, vivemos mergulhados numa multiplicidade de tempos sociais, como já assinalava G. Gurvitch no século passado – “tempos diferentes próprios às civilizações, nações, tipos de sociedades e grupos variados”.

Compreende-se, portanto, que o foco está em desenvolver ferramentas conceituais e metodológicas que valorizem a compreensão da natureza das mudanças em curso, tendo em vista que a rede é uma construção histórica e social, resultado de uma série de processos, que em si são conflituosos.

2 A globalização e os seus impactos sobre as redes urbanas

O processo de globalização pode ser compreendido dentro do próprio sistema mundial capitalista a partir dos grandes descobrimentos, da revolução industrial e das ondas sucessivas de expansão do capital e sua internacionalização. Porém, como é mais comumente abordada, a globalização surgiu como um novo momento decorrente, entre outros, da crise do padrão Bretton Woods, com a desregulamentação do sistema financeiro internacional, que também impulsionou uma Terceira Revolução Industrial, com uma nova divisão internacional do trabalho, a partir de meados da década de 1970.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 123) aborda o processo na seguinte perspectiva:

Argumentam, tipicamente, que o Estado-nação teria se tornado “pequeno demais” em face do grande capital transnacional, ao passo que, para a promoção ágil do desenvolvimento econômico e do bem-estar dos cidadãos, mostrar-se-ia “grande demais”. Para eles, uma cidade deveria funcionar tal qual uma empresa, concorrendo com outras cidades para atrair capitais, cabendo ao Estado o papel de costurar “consensos” e ajudar a criar um bom “ambiente de negócios”.

O autor destaca que nesse contexto de globalização, o Estado assume para muitos autores um papel em termos de políticas públicas, no intuito de potencializar a cidade no contexto do desenvolvimento econômico.

Dentro dessa análise, cabe observar que o aparelho de Estado assumiria assim um papel de fiador ao *status quo* capitalista e, numa esfera menor, enquanto governo específico como na escala local, poderia se mostrar permeável às pressões e demandas populares e promover políticas públicas e iniciativas que não sejam liberticidas.

Com respaldo em Souza (2006, p. 128-129), pode-se compreender a visão de alguns autores sob a abordagem do “empresarialismo urbano”:

[...] argumentam, tipicamente, que, debilitado, o Estado-nação ter-se-ia tornado “pequeno demais” em face do grande capital transnacional, ao passo que, para a promoção ágil do desenvolvimento econômico e do bem-estar dos cidadãos, mostrar-se-ia “grande demais”. Para os “empresarialistas urbanos”, uma cidade deveria funcionar tal qual uma empresa, concorrendo com outras cidades para atrair capitais, na base da construção de uma “governança” (Estado e sociedade civil) eficiente e moderna.

Com base nas considerações acima, observa-se que, para os empresarialistas urbanos, ao Estado local está reservado o papel de costurar “pactos” e “consensos” locais, contribuindo dessa forma como facilitador de um “ambiente de negócios”, o que garantiria a projeção da imagem da cidade no país e no mundo. Destaca-se, dentro dessa concepção, que a tarefa política para os gestores urbanos focalizar-se-ia no fortalecimento da competitividade local, o que contribuiria para a formação de redes de governos locais e regionais.

A partir de outra compreensão, Souza (2006, p. 131) destaca:

Uma interpretação concorrente, notadamente no Brasil, é a representada pelo ideário da reforma urbana. Aqueles que com esta posição se identificam tendem a assumir uma postura cética e crítica em face da globalização capitalista. Recusam a atração de investimentos a qualquer preço, priorizando a meta da redução de desigualdades.

Pelo contrário, ressaltam o papel fundamental a ser desempenhado pelo Estado na redução de disparidades – as quais tende-

riam, na esteira da globalização, inclusive a recrudescer.

Pode-se dizer que a meta da redução de desigualdades, por meio da intervenção estatal é a principal defesa dessa concepção teórica, que destaca também que o desenvolvimento socioespacial, a reforma urbana, é uma espécie de equivalente urbano da reforma agrária.

Destacando uma das várias facetas da globalização, pode-se dizer que, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, ela se manifesta pelo espraiamento do capital produtivo oriundo de grandes corporações e que leva o Estado a atuar como um importante centro de gestão do território, tendo em vista os ciclos de reprodução do capital.

Nesse sentido, Corrêa (2006, p. 255) pondera:

Os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana impactada pela globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (Santos, 1988), produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por meio da efetiva ação de corporações globais.

A rede urbana é afetada pela globalização tanto por meio de criações urbanas recentes, em relação às quais o Brasil constitui-se em excelente laboratório para estudos, como da refuncionalização dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais.

Do texto em destaque observa-se que, para o referido autor, as relações entre rede urbana e corporações globais são complexas e não estão definitivamente postas, o que o leva a considerar os possíveis efeitos da globalização sobre a rede urbana. Em outras palavras, os recursos exógenos advindos da captação de recursos externos, decorrentes da disputa global pela implantação de empresas e novas tecnologias geram efeitos sobre o sistema urbano, como a transformação espacial e funcional entre as diferentes áreas da cidade e redes de cidades.

No caso brasileiro, observaram-se no último quartel do século XX novos núcleos de povoamento em áreas de fronteira de

ocupação e fronteira de modernização, todos decorrentes da globalização, em unidades federadas, como: Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul e Bahia, os quais caracterizaram um processo de refuncionalização desses centros.

Ainda segundo Corrêa (2006, p. 264-267):

A segunda possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho.

Pode-se dizer que a própria descoberta de novas especializações produtivas, vão permitir aos núcleos urbanos um novo papel, uma singularidade funcional, compreendidas como uma diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia.

Compreende-se que as especializações produtivas podem estar associadas às atividades agrícolas regionais que avançam para atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais, ou podem ser criações das elites locais que necessitam encontrar outras atividades que lhes permitam manter-se como tais.

3 Considerações sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira

Para a economia brasileira, o período que compreende a metade final do séc. XIX e o início do XX apresenta transformações importantes, como a exportação, geradora principal da renda nacional, que se concentrava regionalmente sobre um produto de mais elevada rentabilidade, tinha neste período uma organização territorial específica para atender ao mercado externo, e que, segundo Milton Santos, “tornavam o Brasil um grande arquipélago formado por subespaços” (SANTOS, 2005, p. 29).

Em relação à configuração espacial da rede técnica ferroviária brasileira, observa-se que àquelas linhas pioneiras foram se agregando outras linhas que formaram malhas ferroviárias regionais, sempre direcionadas aos principais portos exportadores, ao longo das últimas décadas do século XIX e ao longo da primeira parte do XX, como afirma Monastirsky (2006).

Nessa dinâmica, observa-se que a economia brasileira, com destaque para a produção cafeeira e ainda distante de uma industrialização capitalista, desenvolveu-se sobremaneira com a introdução da estrada de ferro. Esta foi resultado da combinação das forças entre o capital mercantil nacional, o capital financeiro inglês e o estado brasileiro, ao qual coube oferecer garantia de juros aos investimentos externos em ferrovias, assegurando ao capital estrangeiro rentabilidade certa em longo prazo.

Ainda para o referido autor supracitado:

Com este intuito, nas três últimas décadas do século XIX, governo e pessoas ligadas ao novo regime, influenciados com a reconhecida estratégia da Revolução Francesa e baseando-se na metodologia positivista, organizaram-se na construção e no reconhecimento de símbolos que pudessem referenciar a república brasileira e o novo *status quo*.

Entre os principais elementos que poderiam se constituir em símbolos para a afirmação da ideia republicana estavam as inovações tecnológicas – certamente as responsáveis pelas grandes transformações que o Brasil teria porvir.

Com isso, a ferrovia, uma das mais importantes tecnologias de vanguarda, transformou-se facilmente num símbolo de progresso para o Brasil, pois apresentava características convincentes e inapeláveis: foi praticamente implantada simultaneamente aos países ricos; era considerada um dos principais elementos para o desenvolvimento econômico nacional, dinamizando as exportações e a concentração financeira das atividades voltadas ao transporte; promoveu modificações do espaço urbano das “cidades ferroviárias” com a implantação de equipamentos ferroviários. (MONASTIRSKY, 2006, p. 44).

Esse processo gerou uma série de implicações dentre as quais se pode destacar que viabilizou o surgimento de uma classe trabalhadora privilegiada; possibilitou o transporte rápido, seguro e confortável para carga e pessoas; acelerou os processos de integração regionais e nacional, além disso:

A representatividade da ferrovia como tecnologia de vanguarda, associada à expectativa de desenvolvimento, foi inicialmente incentivada pelo movimento republicano, ampliou-se nas décadas de 1920/30 e se estendeu até meados do século XX, quando

diminuíram consideravelmente os investimentos de manutenção e modernização da estrutura ferroviária brasileira em função da nova ordem: o transporte rodoviário. (MONASTIRSKY, 2006, p. 48).

Fechando o parêntese, observa-se que a rede urbana pode ser compreendida como um reflexo e condição social, submetida a um dinamismo, maior ou menor e com ritmos variados, de cada formação espacial; a expansão da malha ferroviária no território brasileiro demonstrou tal processo.

Considerando as palavras de Corrêa (2006, p. 311) compreende-se:

A rede urbana, entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede.

Reflexo social, a rede urbana constitui-se, também, como qualquer materialidade social em uma condição; uma das matizes em que é forjada a reprodução da existência social envolvendo as condições de produção, as relações sociais e os traços culturais.

No caso brasileiro, o autor considera a complexidade funcional dos centros urbanos como uma primeira característica, o pequeno grau de articulação entre os centros, definindo um padrão de articulação ainda fortemente marcado por relações regionais, a segunda característica e o padrão espacial com que a rede urbana estava construída, a terceira característica.

Nota-se que, num primeiro momento, se daria uma divisão territorial do trabalho que marcava a vida econômica de grandes áreas do país. O processo de uma mais efetiva integração nacional ainda estava em seu começo, e as atividades industriais não tinham a expressão que têm, vinculando-se fortemente a mercados regionais; em outras palavras, o País estava estruturado em torno de metrópoles regionais consolidadas ou em formação. Nesse caso, destaca-se o papel da rede ferroviária, cuja importância ainda se fazia sentir na década de 1950.

Diante disso, observa-se que o país se inseriu no processo de globalização e a integração nacional, em decorrência de diferentes fatores, conforme aponta Corrêa (1999), mas para o presente trabalho gostaríamos de destacar: a questão da incorporação de novas áreas e a refuncionalização de outras, dentre as quais destacamos o sul de Mato Grosso, a partir da década de 1970, efetivamente subordinada à economia global, que de áreas tradicionalmente pastoris foram transformadas em áreas agrícolas produtoras, sobretudo de grãos.

Tais transformações traduziram-se em maior complexidade da rede urbana, como é o caso do município de Campo Grande, que se tornou capital do Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1979.

4 A construção da CEFNOB e a dinâmica do desenvolvimento urbano de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul

Observando-se a importância da ferrovia na trajetória histórica do Estado brasileiro tem-se que, apenas em 1854, no Rio de Janeiro, o Barão de Mauá iniciou efetivamente a construção dos primeiros trilhos rumo à Serra do Mar e, segundo Manfredi Neto (1999), dos antigos caminhos dos índios, que eram perseguidos pelos bandeirantes, edificaram-se os primeiros trilhos, como a Estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde denominada Central do Brasil. Prossegue o mesmo autor que em 1860/67 é construída a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí São Paulo Railway por ingleses; em 1872 a Paulista; 1875 a Mogiana e, no mesmo ano, a Sorocabana.

Seguindo as considerações de Manfredi Neto (1999, p. 18), desde 1851, iniciaram-se as “primeiras discussões em tomo da necessidade de se criar um meio mais rápido e seguro que ligasse o Estado do Mato Grosso ao Litoral do Brasil, para então se evitar o obrigatório caminho fluvial do Prata e do Paraguai (viagem esta que demorava de 40 a 45 dias)”.

Ainda de acordo com o referido autor, com o surgimento da demanda, a partir de diversos fatores econômicos, políticos e de soberania nacional, como a descoberta das Minas de Cuiabá, o incremento do comércio do gado e o surgimento de estabelecimentos no Centro-Oeste, responsáveis pelo abasteci-

mento das caravanas que tinham como destino as Minas, despertou-se nas autoridades políticas, algum interesse, representado pelo decreto do governo Imperial de 1858, criando uma colônia militar em Avanhandava e outra em Itapura, já próximo a Foz do Rio Tietê.

É somente depois da Guerra do Paraguai (1865 a 1870), quando Mato Grosso é invadido, que o governo Imperial resolveu tratar do assunto com maior interesse. Com efeito, pelo “decreto Imperial nº 2126, de 13 de março de 1858, criava-se a Colônia Militar de Avanhandava, e pelo decreto nº 2200, de 26 de junho daquele mesmo ano, eram também criados a Colônia Militar e o Estabelecimento de Itapura...” (BARROS, 1957,p.282). Até a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, passaram pelo Porto de Itapura, dezenas de embarcações, que faziam o percurso Piracicaba-Itapura, carregando carga variada, desde o sal grosso para o gado, até armamentos e munições destinados ao pessoal envolvido em conflitos no território mato-grossense. (MANFREDI NETO, 1999, p. 18).

A CEFNOB foi, assim, organizada e instalada em 1904, como uma empresa de capitais mistos, brasileiro e franco-belga, com o propósito de levar a término a estrada, que sairia de Bauru, na época distrito de São Paulo dos Agudos, transpondo o rio Paraná e o rio Urubupungá, sob determinado ponto do rio Paraguai, criando para o Brasil oportunidades para o comércio com o Sudeste Boliviano e Norte Paraguaio, além de facilitar a comunicação do litoral com Mato Grosso; o respaldo legal foi o decreto Federal n. 5349 de 18 de outubro de 1904.

Sobre a escolha dos pontos de ligação da ferrovia, Manfredi Neto (1999, p. 19) assim pondera:

Bauru toma-se, dessa forma, uma espécie de eixo onde irá entroncar a Sorocabana e a Paulista, que não conseguirão realizar seu projeto inicial, e a Noroeste nascida fruto das contradições de interesses que animavam os vários grupos dominantes da época, passa por profundas modificações em seu traçado inicial devendo, daquele momento em diante (1907), estender-se até Corumbá, “a fim de atender melhor ao nosso convênio político com a Bolívia e ao Plano Continental de um FerroCarril do Atlântico ao Pacífico. Ligar-se-ia, assim, o Planalto e portanto, o Porto de Santos aos dois países centrais do Continente Sul-Americano,

Paraguai e Bolívia. Por este traçado, de Bauru a Corumbá e do ramal Ponta-Porã, já posto na maior parte, em execução através de todos os obstáculos, não só integrou na vida Nacional o Estado de Mato-Grosso, como se estabeleceria o mais extenso dreno comercial conforme observações encontradas na obra de Fernando de Azevedo.

Cabe destacar, nesse contexto, que outros fatores contribuíram para que fosse dada cada vez mais ênfase à construção dessa estrada, dentre os quais o antigo interesse de integração do interior aos grandes centros urbanos formados a partir do litoral para, dessa forma, proceder à garantia do domínio do território. Nesse sentido, Manfredi Neto (1999, p. 22) destaca as seguintes motivações e justificativas para a construção dessa estrada:

- a) politicamente: visaria ligar o país com a região Meridional e Ocidental do Mato Grosso;
- b) militarmente: garantiria a defesa das fronteiras;
- c) construção de uma ferrovia Transcontinental, ligando o Atlântico ao Pacífico, com 3954 km de extensão, sendo 1924 km no Brasil e 1828 km na Bolívia e 202 km no Chile, o que configuraria o porte do empreendimento;
- d) comunicação: criando condições para maior modernidade do transporte;
- e) incentivo: ao comércio internacional, pois a ferrovia partiria de São Paulo, transporia o Paraná e o Urubupungá, e se dirigia a um ponto do rio Paraguai, adequado para encaminhar para o Brasil, o comércio dos sudoestes boliviano e paraguaio;
- f) intercâmbio: das riquezas e das culturas (estratégias econômica, comercial e de hegemonia).

Conforme esclarece Ghirardello (2002, p. 11-12), “A construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), em direção ao atual Mato Grosso do Sul, abriu extensa região do Estado de São Paulo, ainda não ocupada sistematicamente pelo homem branco.

Nesse sentido, a CEFNOB viria a ser uma estrada de ferro que parte do Estado de São Paulo com vistas a “abrir” territórios até então considerados como “zona desconhecida habitada por índios” ou “terras devolutas não exploradas”, diferentemente de suas predecessoras, que tiveram o papel de acompanhar a produção cafeeira (Figura 1).

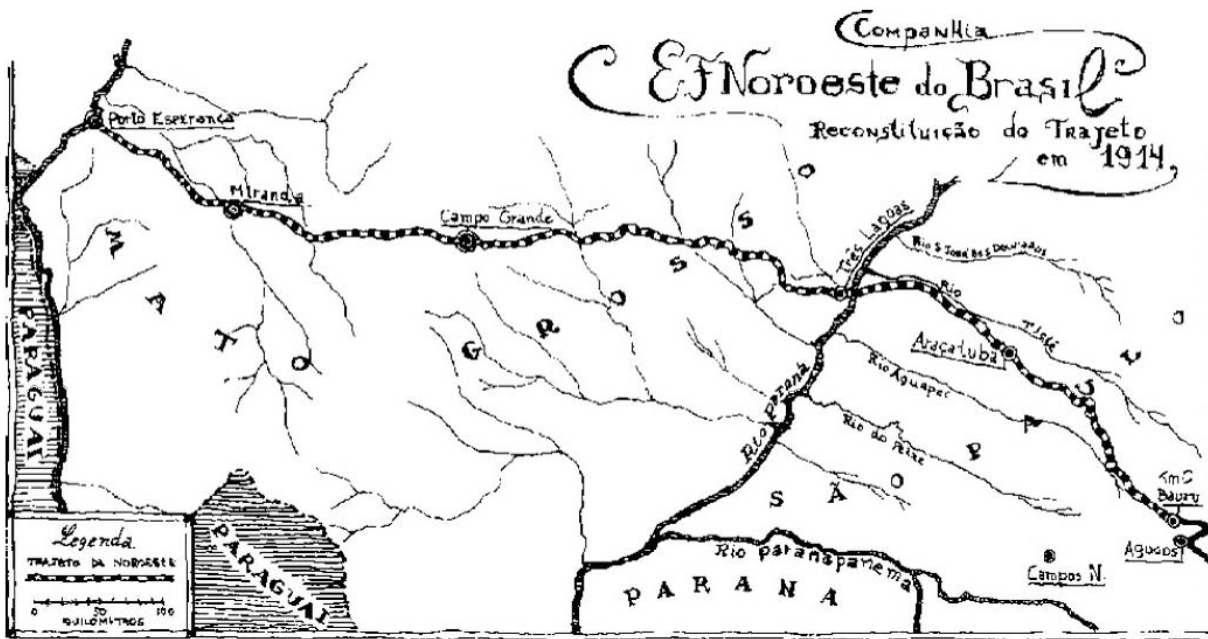


Figura 1 - Percurso da CEFNOB na época de sua inauguração

Fonte: Ghiraldello, 2002, p. 14

A construção da CEFNOB iria propiciar a formação de uma importante linha de povoados, depois cidades, estabelecidas a partir de estações, guardando características próprias em relação à origem de seus chãos

e à implantação dos traçados urbanos, dentre as quais destacamos Campo Grande, que viria a tornar-se a capital do novo estado-membro da Federação: Mato Grosso do Sul.

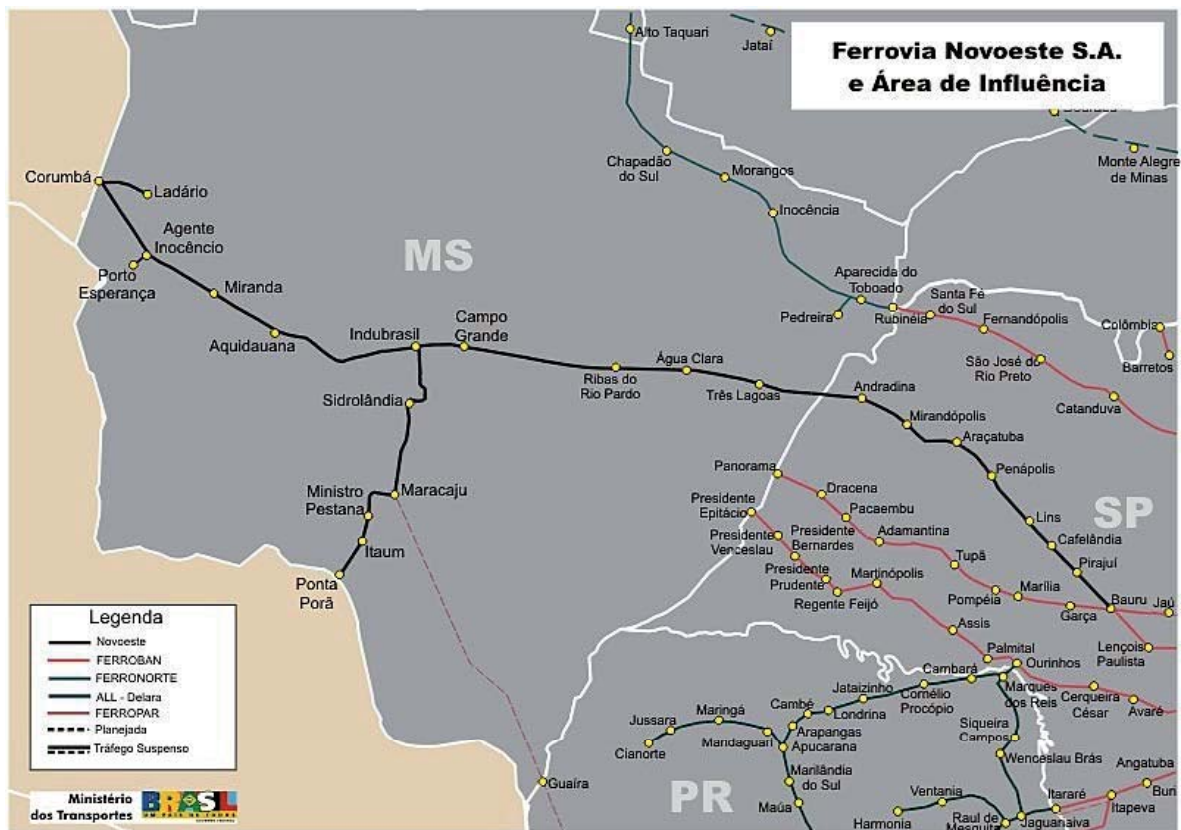


Figura 2 - Área de influência da Ferrovia Novoeste S.A.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/06/Mapa-Novoste.jpg> (2011).

A respeito dessa questão buscamos respaldo na obra de Souza (2007, p. 3):

Durante o Estado Novo, e como desdobramento da *Marcha para Oeste*, foram criados, em 13 de setembro de 1943, o Território Federal de Ponta Porá, e, logo a seguir, em 28 de outubro do mesmo ano, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). É importante lembrar que na fronteira com o Paraguai, grandes extensões de terras eram monopolizadas pela Companhia Matte Larangeira (1864) que passa a sofrer influências das políticas nacionalistas e reformistas implementadas pelo governo Vargas, dentre elas, o combate aos latifúndios. Cabe ressaltar, que grande parte das terras fronteiriças, consideradas de segurança nacional eram ocupadas pela Companhia, fato este, que somado aos projetos centralizadores de desenvolvimento da região e o cunho nacionalista da política governamental ocasionaram a perda da concessão da Companhia.

Levando-se em consideração as argumentações de Souza (2007), observa-se que a chegada da CEFNOB veio nacionalizar o sul de Mato Grosso. Porém sua divisão enquanto estado-membro da Federação veio concretizar-se apenas no ano de 1979, consagrando-se Campo Grande como sua capital.

Ainda a esse respeito o autor comenta que:

Ao estado de Mato Grosso do Sul, emerso de um contexto político autoritário, havia sido reservado o papel de estado modelo, isto é, um estado onde seriam aplicadas novas técnicas de administração pública. É possível inferir que, o Governo Central via o recém-criado estado como mais um mecanismo de equilíbrio tanto da redemocratização do país quanto realinhamento do capital que urgia após a exaustão do milagre econômico.

Por outro lado, é preciso considerar que as alegadas razões para a divisão do estado podem não ser originárias de apelo popular. O mais provável é que a independência em relação ao norte mato-grossense permitisse às elites locais galgar alguns cargos mais facilmente, ao ter sua capacidade de influência facilitada pela proximidade geográfica com um centro administrativo no sul do estado. (SOUZA, 2007, p. 5).

Campo Grande é por assim dizer, uma cidade que surgiu de uma conexão de ramais ferroviários e se expandiu em várias direções a partir de grandes eixos de circulação. Para a geógrafa Le Bourlegat (2007, p. 26-27):

Houve uma certa mudança em meados de 1980 e início dos anos 1990. Nessa década, a taxa de urbanização de Campo Grande foi a maior do país. Atingimos o maior índice de renda e de carros per capita do Brasil, seguido de uma verticalização muito grande de seu espaço construído nos anos 1990. Com uma renda social média elevada a melhoria no transporte coletivo, começaram algumas reformas urbanas. A construção de vias perimetrais e a integração do transporte coletivo permitiram que vários pontos da cidade pudessem se articular melhor com o centro e entre si. Em meados dos anos de 1990, Campo Grande começou a crescer de acordo com princípios do novo modelo e organização espacial, que chamamos de pós-fordista. Isso foi facilitado pelo esgotamento do modelo de êxodo rural em favor dos deslocamentos populacionais dentro da própria cidade, especialmente quando a administração pública passou a investir na requalificação urbana das áreas periféricas, com apoio da União e de parceiros privados.

A mesma autora, comentando acerca do processo de planejamento público, no município de Campo Grande, considera:

Os projetos de desenvolvimento precisam ter realmente a participação das comunidades. São elas que têm de dizer o que precisam. Não é mais hora da prefeitura ter respostas técnicas para isso. Saímos da era das políticas públicas para as ações políticas compartilhadas. É a coletividade do local quem deve elaborar seu projeto de desenvolvimento com apoio das organizações inclusive da prefeitura. Nesse caso, participar tem o sentido pleno de "fazer parte integral" do processo. O papel da prefeitura é do de agente animador, articulador e representante dos vários territórios da cidade junto aos organismos de apoio e aos financiadores. O planejamento, desse modo, passa a ser um instrumento de controle da sociedade. Não se pode criar um modelo único para Campo Grande, já que cada local tem sua história suas peculiaridades. As pessoas têm necessidades próprias e é com elas que a gente tem que trabalhar. (LE BOURLEGAT, 2007, p. 26-27).

Dessa forma, o presente trabalho procurou destacar a influência do processo de globalização no meio urbano, em particular no dinamismo das cidades. Para tanto, buscamos aplicar alguns conceitos referendados pelos autores citados, a análise do município

de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul.

Considerações finais

Retomando o processo de globalização, percebe-se que ele pode ser compreendido na própria dinâmica do sistema mundial capitalista a partir dos grandes descobrimentos, da revolução industrial e das ondas sucessivas de expansão do capital e sua internacionalização. Porém é mais comumente abordado como um processo de globalização decorrente da crise do padrão Bretton Woods, com a desregulamentação do sistema financeiro internacional, que também impulsionou uma Terceira Revolução Industrial, com uma nova divisão internacional do trabalho, a partir de meados da década de 1970.

Destacando uma das várias facetas da globalização, pode-se dizer que, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, ela se manifesta pelo espraiamento do capital produtivo oriundo de grandes corporações e que leva o Estado a atuar como um importante centro de gestão do território, tendo em vista os ciclos de reprodução do capital.

No caso brasileiro, observaram-se, no último quartel do século XX, novos núcleos de povoamento em áreas de fronteira de ocupação e fronteira de modernização, onde se caracteriza uma refuncionalização decorrente da combinação de manifestações da globalização, como processos de aceleração das trocas, deslocamento da produção para outras partes do território, acesso às infraestruturas, recriando o papel das cidades no processo de desenvolvimento.

Pode-se dizer que o país se inseriu no processo de globalização e integração nacional, em decorrência de diferentes fatores, dentre os quais: a questão da incorporação de novas áreas e a refuncionalização de outras, dentre as quais o sul de Mato Grosso, a partir da década de 1970, efetivamente subordinada à economia global, que de áreas tradicionalmente pastoris foram transformadas em áreas agrícolas produtoras, sobretudo de grãos. Tais transformações traduziram-se em maior complexidade da rede urbana, como é o caso do município de Campo Grande, que se tornou capital do Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1979.

Assim, observa-se que a construção da CEFNOB pôde propiciar a formação de uma importante linha de povoados, depois cidades, estabelecidas a partir de estações, guardando características próprias em relação à origem de seus chãos e à implantação dos traçados urbanos, dentre as quais destacamos Campo Grande, que viria a tornar-se a capital do novo estado-membro da Federação: Mato Grosso do Sul.

Levando-se em consideração as argumentações de Souza (2007), observa-se que a chegada da CEFNOB veio nacionalizar o sul de Mato Grosso. Porém sua divisão enquanto estado-membro da Federação veio concretizar-se apenas no ano de 1979, consagrando-se Campo Grande como sua capital.

Campo Grande surgiu, portanto, de uma conexão de ramais ferroviários e se expandiu em várias direções a partir de grandes eixos de circulação. Pode-se perceber que, de uma trajetória histórica decorrente do ramal ferroviário da CEFNOB, fez-se emergir uma dinâmica urbana no município que, a partir de 1979, se tornaria a capital do Estado.

Na atualidade, a cidade busca sua inserção em uma perspectiva de planejamento, que incorpore a participação da sociedade e, ao mesmo tempo, atraia novas oportunidades de investimento, como é o caso do Plano Urbanístico de ocupação da Esplanada Ferroviária, que será em breve estudado.

Referências

- CORRÊA, Roberto L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: _____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 255-273.
- _____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: _____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 311-330.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.
- GHIRARDELLO, N. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LE BOURLEGAT, C. A. *Da era das políticas públicas para as ações políticas compartilhadas*. Campo Grande: Arquivo Histórico de Campo Grande/Fundação Municipal de Cultura, 2007. (Entrevista).

MANFREDI NETO, Pascoal. O imaginário do progresso na noroeste. *Economia & Pesquisa*, Araçatuba, v. 1, p. 17-26, mar. 1999. Disponível em: <http://www.feata.edu.br/revista_economia&pesquisa_1.htm>.

MONASTIRSKY, L. B. *Ferrovias: patrimônio cultural – estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)*. 2006. 190f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, R. L. L. da. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. VIII, n.

451, 15 junio 2003. Disponible en: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-451.htm>>. [ISSN 1138-9796]

SOUSA, N. M. et alii. Campo Grande: ano 30 depois da divisão. *Ampulheta: revista eletrônica do curso de História*, UCDB, Campo Grande, MS, 14 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ampulheta.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=41>>.

SOUZA, M. L. Cidades, globalização e determinismo econômico. *Cidades: Revistas Científica/Grupo de Estudos Urbanos*, Presidente Prudente, SP, v. 3, n. 5, p. 123-142, jan./jun. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. PLANURB. *Plano Urbanístico de ocupação da Esplanada Ferroviária*, Campo Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/planurb/downloads?pg=2>>.

Estratégias de Marketing Rural – Assentamento Conquista

Strategies in a Marketing Rural – Nesting Conquista

Estrategias de Marketing Rural – Asentamiento Conquista

Stratégies de marketing dans un milieu rural – Colonie Conquista

Rosane Aparecida Ferreira Bacha*
(rhobacha@gmail.com)

Cristiano Marcelo Espínola Carvalho*
(cristiano@ucdb.br)

Recebido em 23/07/2013; revisado e aprovado em 15/10/2013; aceito em 16/11/2013

Resumo: O desafio principal para se programar as estratégias do marketing rural em uma comunidade de assentados nos impeliu à exploração desse estudo com finalidade de verificar o ponto forte de sobrevivência da população em tela, onde e em que nicho de mercado melhor se fazem adequadas quanto aos distintos conhecimentos empíricos, existentes e latentes. Buscamos visualizá-los quanto à sustentabilidade, via quatro vertentes: ambiental, econômica, social e política. Detectou-se a inexistência de um processo operacional padronizado.

Palavras-chave: Assentamento. Leite. Marketing Rural.

Abstract: The main challenge to program marketing strategies in a rural community of settlers drove us to the exploration of this study with the purpose of checking the strength of people's survival in screen, where and in what market niche they better fall into as a distinct empirical existing and latent knowledge. Trying to set a view towards sustainability via four aspects: environmental, economic, social and political. Detect the marketing strategies practiced by the rural Conquista settlement regarding their main source of income - the production of milk.

Key words: Nesting. Milk. Rural Marketing.

Résumé: Le principal défi pour mettre en acte des stratégies de marketing dans une communauté rurale de colons nous a impeli à l'exploration de cette étude avec le but de vérifier les points plus forts de la survie des populations desquelles il s'agit, où et dans quel cadre de marché elles rentrent plus adéquatement pour ce qui régarde les distinctes connaissances empiriques, existantes et latentes. Nous cherchons à voir la question dans le cadre de la durabilité à travers surtout quatre aspects: environnemental, économique, social et politique. On a noté l'absence d'un processus opérationnel padronisé.

Mots-clés: Colonies. Lait. Commercialisation Rurale.

Resumen: El desafío principal para programar las estrategias del marketing rural en una comunidad de asentados nos motivó a realizar ese estudio con la finalidad de verificar el punto fuerte de supervivencia de esa población, dónde y en qué nicho de mercado se adecuan mejor en cuanto a los distintos conocimientos empíricos, existentes y latentes. También se pretende abordar la sustentabilidad, por cuatro vertientes: ambiental, económica, social y política.

Palabras clave: Asentamiento. Leche. Comercialización Rural.

Introdução

As organizações que não acompanham a velocidade das transformações impostas por um sistema global em constante metamorfose estão fadadas ao insucesso. É comum nos depararmos com o conceito, ou pelo menos o entendimento, errôneo da conceituação de *marketing*, como sendo somente a comunicação de um produto. *Marketing* é muito mais, pois ele se origina desde a ideia para a criação de um produto até o pós-venda desse produto e/ou serviço na intenção precípua de monitoramento sobre o comportamento do consumidor final e sua almejada fidelização. As realidades dos assentamentos no Brasil são

dísparas e inconclusas, visto que os critérios que as permeiam são nebulosos e de difícil entendimento.

Ao longo das últimas décadas, as políticas públicas concernentes à Reforma Agrária têm caminhado a passos largos, baseando-se no cerne da questão que mais preocupa os governantes, quanto ao disponibilizar a terra a quem verdadeiramente produz, o que de imediato pode ser entendido como uma correlação positiva, não só para o assentado, como também a todo seu entorno.

No entanto, considerando que a aplicação de estratégias de *marketing* para a agregação de valor a um produto e/ou serviço requer mais que boa vontade e, sim, uma

* Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, Brasil.

grande dose de conhecimento, há que se ponderarem as peculiaridades intrínsecas à seara rural quanto à necessidade de capacitação constante e contínua para uma melhor apreensão dos conhecimentos e consequente excelência na produtividade.

O presente estudo objetivou de maneira geral verificar quais são as estratégias de *marketing* rural impressas no Assentamento Conquista, vislumbrando as quatro dimensões da sustentabilidade, pois, conforme afirmam Kotler e Kevin (2012), sustentabilidade é a capacidade de atender as privações humanas sem prejuízo para as gerações futuras [...] Há um tripé: pessoas, planeta e lucro; portanto social, ambiental e econômica. Nós entendemos que há necessidade de inserção da dimensão política, pois, na ausência de políticas públicas específicas à peculiaridade do setor, não há estratégia de *marketing* rural que possa alavancá-lo.

O Assentamento Conquista está situado no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, anseia pela criação de uma cooperativa e possui como força de sobrevivência o mercado do leite.

De maneira específica, objetivou-se verificar o volume de leite produzido pelo Assentamento; os processos operacionais da cadeia produtiva do leite praticados pelos assentados e a viabilidade ou não da criação de uma cooperativa. A metodologia utilizada foi a pesquisa literária em conjunto com a pesquisa por observação e exploratória *in loco*, como reconhecimento da área, além de entrevistas com alguns assentados.

As informações foram obtidas no segundo semestre de 2012. Trata-se de pesquisa descritiva e exploratória da bibliografia e entrevista com alguns dos atores endógenos e exógenos da comunidade de assentados, abrangendo os problemas da produção e o mercado do leite como fonte de renda para a sustentabilidade dessa comunidade.

Simultaneamente, efetuou-se uma entrevista com o presidente da Associação de Moradores do Assentamento, denominada Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Conquista (AAFAC). As informações foram posteriormente sistematizadas de modo a permitir a análise e compreensão do cenário vigente na comunidade assentada.

Breve Histórico do Assentamento

O Assentamento Conquista foi fundado em julho de 2001, com 67 famílias vindas de diversas regiões deste estado e de outros. Localiza-se na MS 080 Campo Grande, MS, saída para o município de Rochedo, possuindo aproximadamente 2600 hectares. Conta com uma boa infraestrutura, como três poços artesianos que abastecem as famílias, todos têm casas de alvenaria com fossa séptica, há boas estradas onde transita o ônibus escolar, diariamente, em três períodos. Faixa etária média de 58 anos de idade.

Os sítios (de 17 hectares) contam com luz elétrica, água, e alguns com internet. Há um mangueiro coletivo para a lida com o gado, entretanto cada família possui seu próprio mangueiro, uns com mais recursos, outros com menos. Atualmente há cerca de 35% de jovens, sendo que a estimativa é de que, ao final do ano, esse número diminuirá por não haver 2º grau escolar no assentamento e alguns buscarem ganhos financeiros na cidade. A escolaridade média é a 5ª série do ensino fundamental. Havia uma escola primária até 5ª série, mas no começo do ano foi desativada por falta de alunos, que, ao concluírem o último ano disponível na comunidade, buscam a escola mais próxima no bairro José Abraão, no período noturno, e outra no município de Terenos, para o período matutino. Em ambos os casos, o transporte é fornecido pelas prefeituras dos municípios.

A economia agrícola do assentamento está baseada na rama de mandioca, abobrinha, quiabo. Há grupos com pequenas hortas que vendem para o comércio da capital, escolas municipais e outros. Das 67 famílias, pelo menos, 70% plantam para o comércio, e 100% criam vacas leiteiras, perfazendo um rebanho de 1300 cabeças, na proporção de 20 cabeças por produtor. A produção de leite está na média de 2.300 litros/mês, variando em tempos de seca (redução do pasto), que declina até 30%, mas em média a produção de cada produtor individual mantém-se em 40 litros/dia.

A renda média é de setecentos e vinte reais (R\$ 720,00) mensais, por família. O Banco do Brasil disponibiliza valores de até 30 mil reais no intuito de custear a compra de animais e a aquisição de sementes para o plantio,

assim como para o preparo de solo ao plantio, a uma taxa de juros de dois e meio por cento (2,5%) ao ano, sendo disponibilizados três (03) anos de carência para o início do pagamento.

Existe uma associação intitulada Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Conquista (AAFAC), ativa desde 2001, ano em que foi constituído o Assentamento, tendo as 67 famílias associadas, e conta com patrulha mecanizada (trator, grade, arado, plantadeira, encanteradeira, calcariadeira, mangueiro, salão de festas, campo de futebol etc.) além do apoio da maioria dos assentados.

Não obstante há alguns dissidentes tentando a formação de uma concorrente, mas com poucos simpatizantes e desprovidos de infraestrutura. O mandato de cada presidente é de 02 anos com direito à reeleição. A mensalidade para o associado é de cinco reais (R\$ 5,00), e o índice de inadimplência é alto.

Possui um convênio com a Prefeitura de Campo Grande que acorda ser a sua única cliente para toda safra de hortifruti a um preço de cinquenta centavos (R\$ 0,50) a mais do que o praticado pelo mercado, mas nem sempre o acordo é satisfeito, por parte dos produtores.

Marketing

É comum nos depararmos com o conceito, ou pelo menos o entendimento, errôneo da conceituação de *marketing*, como sendo somente a comunicação de um produto. *Marketing* é muito mais, pois ele se origina desde a ideia para a criação de um produto até o pós-venda desse produto e/ou serviço na intenção precípua de monitoramento sobre o comportamento do consumidor final e sua almejada fidelização.

Conforme Las Casas (2006), *marketing* é uma atividade mercadológica baseada no conceito de troca originalmente, e, para que exista a troca, são necessários atendimentos a algumas condições em que se exigem, no mínimo, duas partes envolvidas as quais devem: deter algo de valor para oferecer; ter liberdade para aceitar e/ou recusar a oferta; habilidades de comunicação; capacidade de entrega e de relacionamento.

Corroborando isso, Kotler et. al. (2012) vai mais além enunciando que *marketing* é um processo (indeterminado) social e de gestão, no qual um ou vários indivíduos obtêm o

que precisam e desejam através da geração, da oferta e da troca voluntária de bens e/ou serviços, de valor, entre si.

Concomitantemente, não haverá negociação se inexistir o composto de *marketing* que é ter um produto, estabelecer um preço, possuir um sistema de disponibilização e, finalmente, a promoção do produto. As maneiras de negociar foram se alterando de acordo com as metamorfoses ambientais. Houve a ênfase na produção e, após, valorizaram-se as vendas, até se atingir a era do *marketing*, em que se entendeu que o Cliente é o Rei, e a filosofia é “busque uma necessidade e satisfaça-a, incluindo preocupações sociais e ambientais” (LAS CASAS, 2006; SANDHUSEN, 1998).

A execução de *marketing*, por vezes, encontra resistências no âmbito da economia, quando departamentos, para obter lucros mais amplos, tendem a menosprezar a satisfação dos clientes, atitude que torna paradoxal o princípio básico de *marketing* (BOYD JUNIOR et al., 1978). As organizações devem estar rotineiramente preparadas para imprimir devolutivas imediatas quando a turbulência fustiga e o caos se instala e, sendo recomendada aos profissionais, pertinentes, atenção especial ao criarem estratégias de *marketing* caótico, como: Garantia de *market-share* em seus mais importantes segmentos; Agressividade para se apoderar de ampla fatia da concorrência; Monitoramento nas alterações das necessidades e desejos dos clientes; Manutenção do orçamento em *marketing*; Evidenciar segurança aos seus clientes; Subtrair programas não geradores de resultados imediatos; Impedir os descontos em marcas consolidadas; Reforçar suas forças e se desfazer das fraquezas (KOTLER; CASLIONE, 2009).

O Mercado e a Cadeia Produtiva do Leite

O Brasil alterou sua posição de importador para exportador de leite, em 2000 exportava 8,9 milhões de toneladas em derivados (queijos e requeijão, manteiga, soro do leite, soro do leite coalhado, leite concentrado e não concentrado), já em 2004 exportou 68,2 milhões de toneladas, denotando um célere crescimento e propiciando ao sistema a movimentação de R\$ 64,78 bilhões, neste ano. Sendo distribuídos aproximadamente, da

seguinte forma, em bilhões de reais e porcentagem de produção: Queijos - R\$ 5, 54 (33,7%); Leite UHT - R\$ 5,87 (18,7%); Leite em pó - R\$ 3,54; Outros derivados como leite A e B, manteiga e iogurtes - R\$ 2,3 - utilizando 2,3 bilhões de litros, (ZUGE; CORTADA, 2008). O Brasil está configurado entre os seis mais importantes produtores de leite bovino no planeta, (BÁNKUTI & BÁNKUTI).

A realidade acima descrita sinaliza para um cenário de perfeita ênfase na qualidade, sendo este apenas um apêndice da cadeia de agronegócios do leite. A criação de vacas leiteiras, em sua peculiaridade, demanda por parte do produtor que a explora e/ou a maneja conhecimentos básicos e até certo ponto óbvios, em todo seu contexto (ambiental e mercado). Os sistemas de criação conhecidos (extensivo de retiros; semi-intensivo e intensivo ou estabulação permanente) é que desenharam um cenário de maior ou menor êxito, para resultar-lhe em um excelente negócio, na cadeia agroindustrial (BATISTTON, 1977).

Contrariando todas as profecias dos últimos dez anos, segundo o mercado lácteo se concentraria nas multinacionais do setor, na região Sul do país três sistemas cooperativos de agricultura familiar estão se posicionando celeremente no mercado. Se houve equívoco nas profecias ou excelência em capacidade das novas cooperativas, não é possível adiantar (MAGALHÃES, 2007).

Com a acirrada competitividade, as cooperativas convencionais imprimiram estratégias em prol da redução de custos, compreendendo gestão profissional, seleção de pessoas e enxugamento do quadro de cooperados (JANK, 1997).

Cadeia produtiva é o arranjo constituído por distintos atores, endógenos e exógenos, que criam relações de força coletiva, influenciando diretamente as estratégias mercadológicas, bem como as decisões consequentes de cada um dos atores. Em síntese, é o complexo das atribuições técnicas, desde a produção até o consumo do produto e derivados (JANK, et al.,1999).

Produção de Leite no Brasil

A produção total de leite no Brasil, em 2011, foi de 32,0 bilhões de litros impactando um aumento de 4,5% em relação a 2010. Dessa

totalidade, 67,9% foram adquiridos pelas indústrias de laticínios, e o restante foi para o autoconsumo, produção artesanal de queijos e derivados, perdas e outros, conforme dados do IBGE (2012).

E, mesmo diante dessa realidade promissora, a qualidade do leite produzido no Brasil apresenta deficiências. O Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do leite, que está sendo implantado no país pela Instrução Normativa n.51 - IN51 (BRASIL, 2002), começou a vigorar no Sul, Sudeste e Centro Oeste a partir de 2005. A IN51 determina, dentre outros aspectos, parâmetros físico-químicos e microbiológicos para o leite cru. Não obstante, o leite produzido em inúmeras regiões do Brasil não atende as normativas, vigorando ainda as inadequadas condições de higiene no momento da ordenha, na assepsia de utensílios e equipamentos, e gargalos no processo logístico de armazenamento do leite cru refrigerado e no seu transporte (MATTOS *et al.*, 2010).

De acordo com as informações do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), o cerne da alteração da instrução normativa começou a vigorar em 1º de janeiro de 2012, pontuando que os produtores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país possuem novos limites para Contagem Bacteriana Total e Contagem de Células Somáticas. Até o mês de dezembro de 2011, os índices permitidos eram de 750 mil unidades por mililitro. Hodierno, a tolerância será de até 600 mil por mililitro (MILKPOINT, 2012).

Preços do Leite no Estado - CONSELEITE/MS¹

Em 2011, a média do valor pago para o Leite Padrão foi de R\$0,6477. Em 2012, a média do valor pago para o Leite Padrão foi de R\$0,6608, conforme gráfico 1, a seguir².

¹ Conselho formado pelo mesmo número de representantes dos produtores rurais e das indústrias. Trata-se de uma associação civil, regida por estatuto e regulamentos próprios.

² Valores de referência para leite padrão (100 litros/dia).

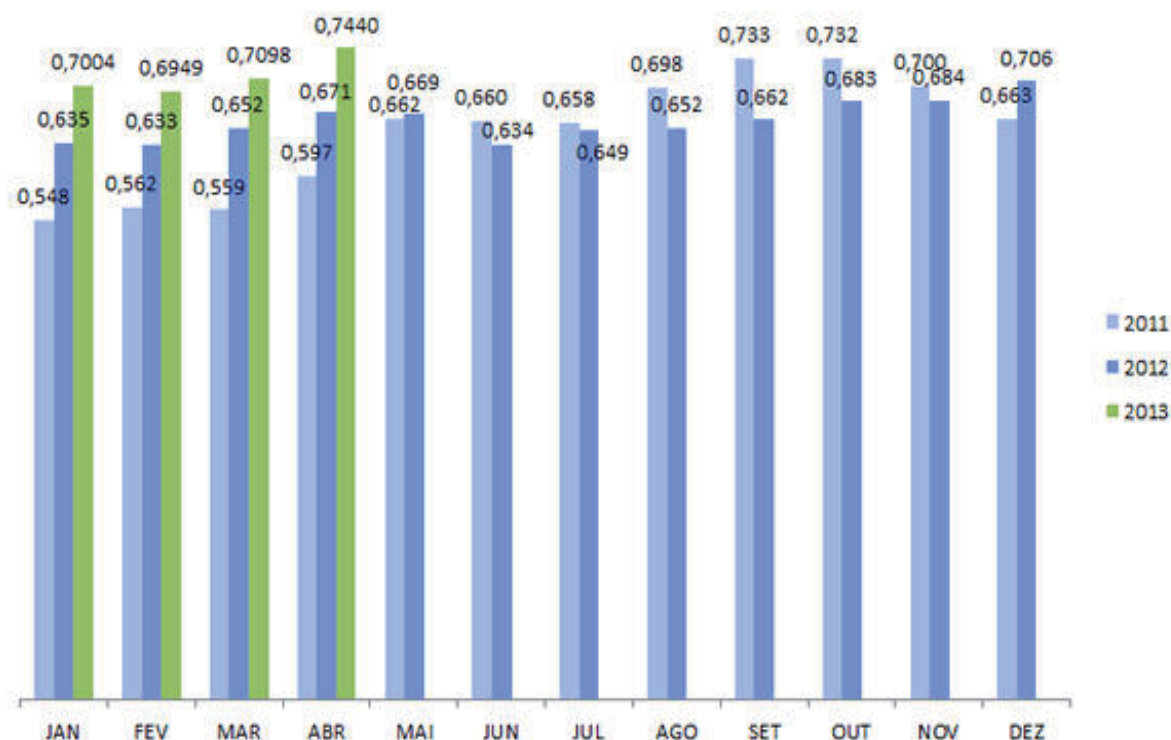


Gráfico 1 – Valores de referência para leite padrão (100 litros/dia)

Fonte: SEPROTUR/MS.

Pelos dados do IBGE, mensurados no período de 2000 a 2011, a produção de leite no Estado de Mato Grosso do Sul ocupa a 12ª

colocação com a produção de 517 milhões e 185 mil litros de leite no ano de 2011, conforme gráfico 2, abaixo.

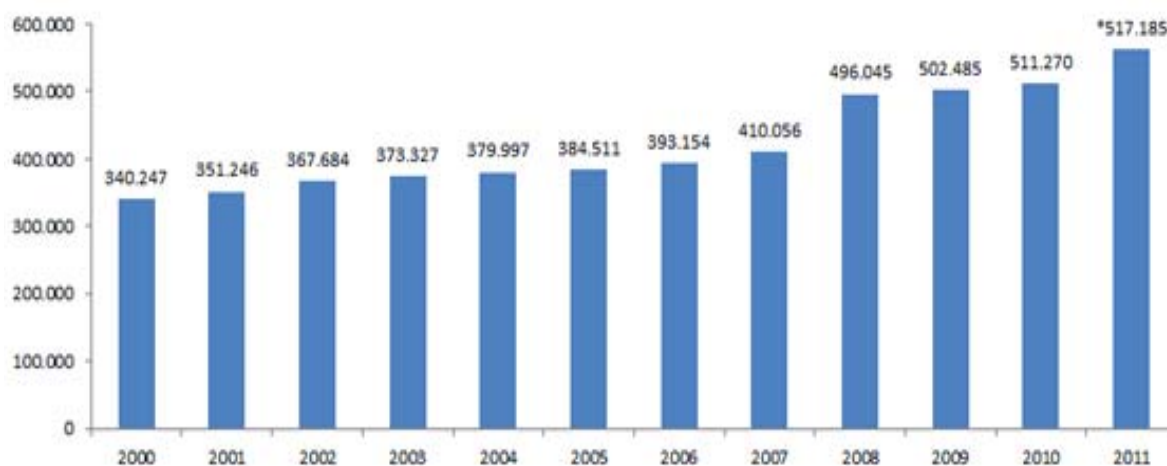


Gráfico 2 – Posição de Mato Grosso do Sul na produção de Leite

Fonte: SEPROTUR/MS

Cooperativismo

Conforme Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, Cap. II, Art. 3º – celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas

que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro., Cap. II, Art. 3º – celebram contrato de sociedade cooperativa as

peças que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

O cooperativismo é um conjunto de princípios que visa à restauração social através da cooperação. Do prisma sociológico, cooperação é uma maneira de socializar o todo, podendo ser compreendida como ação sinérgica em que pessoas se unem de modo formal ou informal, em prol do mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos preestabelecidos, origina determinados grupos sociais. Dentre estes as cooperativas representam aqueles que almejam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo (PINHO, 1966). O movimento cooperativista data de 1844 com a fundação da *Rochdale Society of Equitable Pionner*, em *Manchester*, reconhecida como a mãe das cooperativas (BARRETO, 2009).

Entretanto a cooperativa se modernizou, depreciando suas origens. Está hoje o cooperado voltado para a realização de sua atividade econômica com efetividade, e, nesse sentido, é que busca a ação cooperativa. Esse foco da cooperativa como metodologia organizacional na execução do desenvolvimento socioeconômico passa a se tornar significativo, sobretudo nos últimos anos. Então, paralelamente ao cooperativismo de inspiração rochdaleana, desenvolve-se um “cooperativismo sem Rochdale” no cerne da doutrina, que utiliza a cooperativa como técnica empresarial (PINHO, 1982).

Embora cômico de as cooperativas se tornarem uma idolatria da empresa capitalista, exaurindo seus alicerces igualitários, acredita-se no poder de independência que a própria prática autogestionária confere aos trabalhadores, assim como no poder de uma educação crítica contra a deterioração decorrente da acomodação (LEITE, 2009). Nesse prisma, percebemos que os assentados da comunidade em tela estão desejosos de um espaço organizado e, se possível, personalizado.

Se o espaço organizacional é gerado e restrito por todos os aspectos precedentes, é também o *locus* de um investimento afetivo. Historicamente, os seres humanos têm sido seres territoriais. Assim, o trabalho é investido

pelos trabalhadores ou empregados. Eles tentam viver nele e transformá-lo. O processo de apropriação como comportamento é importante para o bem-estar no trabalho e, desenvolve um sentimento de intimidade [...] Toda mudança espacial terá algum efeito sobre este tipo de assentamento (CHANLAT, 2010).

Reforma Agrária - Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964

Mediante conceituação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012), a Reforma Agrária é um conjunto de ações objetivando promover a melhor distribuição da terra, mediante alterações nas regras de posse e utilização, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. O cerne desse conceito é estabelecido pelo Estatuto da Terra - Lei n. 4504/64. Na prática, a reforma agrária oportuniza: Na prática, a reforma agrária oportuniza:

- A descentralização e a popularização da estrutura fundiária;
- A geração de alimentos básicos;
- A produção de ocupação e renda;
- Oposição á fome e à miséria;
- Tornar diversos os mercados e os serviços na seara rural;
- A incorporação dos serviços públicos básicos;
- A mitigação do êxodo rural;
- A popularização das estruturas de poder;
- A promoção do exercício da cidadania e da justiça social.

Em registro às diretrizes estabelecidas no II Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), concebido em 2003, a reforma agrária realizada pelo INCRA deve ser totalizada a um projeto nacional de desenvolvimento, ao maior número de pessoas possível, de qualidade, fornecedora de trabalho e geradora de alimentos. Deve, ainda, concorrer para dotar o Estado das ferramentas para administrar o território nacional. Hodierno o que se procura com a reforma agrária praticada no País é a implementação de um novo paradigma de assentamento, calcado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de

instrumentos fundiários personalizados a cada público e a cada região; a conformidade institucional e normativa a uma intervenção célere e eficiente dos instrumentos agrários; o massivo envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; [...] a promoção da similaridade de gênero na reforma agrária, como também o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2012).

A reforma agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, proceder à distribuição da terra para a execução de sua função social. Esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria terras de grandes latifundiários³ e distribui lotes de terras para famílias

camponesas. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra, sobretudo, para quem nela vive e labora. Entretanto esse estatuto não tem sido praticado, visto que inúmeras famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas terras conquistadas por grandes latifundiários (FRANCISCO, [s.d.]).

Mediante as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais, pela escassez de mão de obra e ofertas de empregos abundantes na área urbana, evidencia-se a manutenção do êxodo rural no Brasil. Para o município de Campo Grande, MS, no último Censo Populacional do IBGE (2010), a realidade se evidencia, conforme quadro 1, abaixo disposto.

População Rural			
País/UF/Município	Total	Homens	Mulheres
Brasil	29.830.007	14.133.191	15.696.816
Mato Grosso do Sul	351.786	190.416	161.370
Campo Grande/MS	10.555	6.085	4470

Quadro 1 - População Rural de Mato Grosso do Sul – Censo Demográfico 2010.

Fonte: IBGE, 2012 (Adaptado pela autora).

Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul

Mediante dados obtidos pelo INCRA (2012), via Superintendência Regional para Reforma Agrária no país⁴, o Estado de Mato Grosso do Sul contabilizou um total de duzentos e três Projetos de Assentamentos que, demandaram 697.687,9305 hectares de terra. Com capacidade para comportar aproximadamente 30.917 famílias, foram assentadas 28.578 famílias, onde a distribuição das famílias, mediante fases de implantação se encontram, no quadro 2, disposto abaixo⁵.

Quadro 2 – Distribuição das Famílias mediante Formas de Obtenção

Forma	Quantidade	Obtenção
Doação	03	concluída
Desapropriação	117	concluída
Desapropriação	04	não concluída
Compra e	61	concluída
Compra e	05	não concluída
Arrecadação	03	concluída
Reconhecimento	03	concluída
Reconhecimento	04	não concluída
Adjudicação	01	concluída
Reversão	02	concluída

Fonte: INCRA, 2012 (Adaptado pela autora).

Assentamento Rural

No aporte de Bergamasco e Norder (1996, p. 7), “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de

³ Proprietários de grandes extensões de terra, cuja maior parte aproveitável não é utilizada.

⁴ Período da Criação dos Projetos de 01/01/1900 até 31/12/2011.

⁵ MDA (INCRA) – SIPRA, Rel_0227 de 23/03/2012.

trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Corroborando, Fernandes (1996, p. 181) afirma que “o assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas representa, sobretudo, a possibilidade da territorialização”.

Assentamentos no Município de Campo Grande, MS

Em relatório disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2012), a disposição das famílias assentadas no município de Campo Grande, MS, mediante fases de implantação, se encontra conforme quadro 3, a seguir.

CÓD. PROJETO	NOME PROJETO	ÁREA (HÁ)	N. FAMÍLIAS (CAPAC.)	FAMÍLIAS ASSENTADAS	FASE	ATO DE CRIAÇÃO			OBTENÇÃO	
						TIPO	N.	DATA	FORMA	DATA
MS 0144000 PA	ESTRELA CAMPO GRANDE	465.3706	57	57	03	POR	43	05.12.2007	Compra	-
MS 0157000 PA	TRÊS CORAÇÕES	2.257.2254	163	150	03	POR	019	26.07.2005	Desapropriação	21.09.2004
MS 0090000 PA	CONQUISTA	1.557.9073	67	67	05	POR	00046	25.08.1999	Desapropriação	10.12.1998
00 - Em Obtenção			01 - Pré-Projeto de Assentamento			02 - Assentamento em Criação				
03 - Assentamento Criado			04 - Assentamento em Instalação			05 - Assentamento em Estruturação				
06 - Assentamento em Consolidação			07 - Consolidado							

Quadro 3 – Distribuição das Famílias em Campo Grande, MS, mediante Fases de Implementação. Fonte: INCRA, 2013

Considerações Finais

Foi possível verificar que ainda não há conscientização quanto à necessidade de utilização das ferramentas de *marketing* rural para a otimização de produtos e/ou serviços em decorrência do desconhecimento mister de uma gestão efetiva.

Similarmente detectou-se a inexistência de um processo operacional padronizado e que há ampla possibilidade de enfrentamento desses *gap's*, quanto à agregação de valor, com um redirecionamento dos processos, mediante a almejada criação de uma cooperativa, fazendo-se necessário um investimento em conhecimento.

O desenvolvimento do conhecimento incide na complementação do conhecimento já adquirido, com foco na geração de novas habilidades, novos produtos, excelentes ideias e efetivação dos processos. Inclui todos os esforços de gestão na intenção precípua de detectar as competências latentes, ou que ainda não existam (PROBST, 2002).

A dimensão averiguada pode assumir diversas representações, visto que, durante a pesquisa por observação e entrevistas, em

nossas visitas, percebeu-se imperar a desconfiança quanto aos atores exógenos que lá adentram com promessas ilimitadas de sucesso fácil, quando iniciam trabalhos de treinamentos com a comunidade e, na maioria das vezes, não concluem.

Destarte, vislumbrou-se que, na perspectiva de maximização da fonte de renda existente, estão receptivos a novos esforços.

Referências

- BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia Solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Artigo 2, jun. 2009.
- BATISTTON, Walter Cazelatto. *Gado Leiteiro*: Manejo, alimentação e tratamento. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1977.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais?* São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOYD JUNIOR, Harper W.; MASSY, William F. *Administração de marketing*. São Paulo: Saraiva, 1978.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa n. 51, de 18 de setembro de 2002. Regulamento técnico de identidade e qualidade do leite cru refrigerado. *Diário Oficial da República*

- Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 183, p. 13-22, 20 set. 2002. Seção 1.
- CHANLAT, Jean-François. *Gestão Empresarial: uma perspectiva antropológica*. Tradução de Laura Gillom. Revisão Técnica de Pedro F. Bendassolli. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- FERNANDES, B. M. *Especialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. Reforma agrária. *Brasil Escola*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/reforma-agraria.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Comunicação Social*. 18 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/saladeimprensa>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- _____. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelaspdf/totalpopulacaomatogrossodosul.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos - DT - Coordenação Geral de Implantação - DTI - SIPRA - Relatório: *Rel_0227*, p. 189-193 of 315, 23 mar. 2012.
- JANK, M. S. Agenda do dia para as cooperativas: no setor agropecuário, entidades têm de lidar com a concorrência acirrada e precisam rever suas regras. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 de junho de 1997, p. 06.
- JANK, M. S.; FARINA, E. M. Q.; GALAN, V. B. *O agribusiness do leite no Brasil*. São Paulo: Pensa - Milkbizz, 1999.
- KOTLER, Philip; CASLIONE, John A. *Chaotics: the business of managing and marketing in the age of turbulence*. Nova York: AMACON, 2009.
- KOTLER, Philip; KEVIN, Lane Keller. *Administração de Marketing*. Tradução de Sonia M. Yamamoto. Rev. Téc. de Edson Crescitelli. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. *Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira*. São Paulo: Atlas, 2006.
- LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Habilidades sociais no mercado de leite. *RAE*, São Paulo, v. 47, n. 2, abr./jun. 2007.
- MATTOS, M. R.; BELOTI, V.; TAMINI, R.; MAGNANI, D. F.; NERO, L. A.; BARROS, M. A. F.; PIRES, E. M. F.; PAQUEREAU, B. P. D. Qualidade do leite cru produzido na região do agreste de Pernambuco, Brasil. *Semina: Ciências Agrárias*, Londrina, v. 31, n. 1, p. 173-182, jan./mar. 2010.
- MILKPOINT. Cadeia do leite. *Mudanças na Instrução Normativa agradam CNA*, 2012. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/mudancas_na_instrucao_normativa_agradam_cna-77226n.aspx>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.
- _____. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. 18. ed. São Paulo: CNPq, 1982.
- PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; HOMHADT, Kai. *Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso*. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- SANDHUSEN, Richard L. *Marketing Básico*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ZUGE, Roberta Mara; CORTADA, Carmem N. M. Sistema Agropecuário de Produção Integrada de Leite Bovino. In: SANTOS, Geraldo Tadeu et al. (Ed.). *Bovino-cultura do leite: inovação tecnológica e sustentabilidade*. Maringá: Editora da UEM, 2008. p. 51-62.

Cultura da inovação e racionalidade econômica no universo do pequeno empreendimento

Innovation culture and economic rationality in the universe of small firms

La culture de l'innovation et la rationalité économique dans l'univers de la petite entreprise

La cultura de la innovación y la racionalidad económica en el universo de las pequeñas empresas

Antonia Colbari*
(alcolbari@terra.com.br)

Recebido em 23/07/2013; revisado e aprovado em 15/11/2013; aceito em 16/01/2014

Resumo: A análise da implantação do projeto Agentes Locais de Inovação, descortinou dimensões relevantes relativas à elasticidade do conceito de inovação, aos desafios do aprendizado de práticas inovadoras e aos resultados de uma intervenção qualificada no âmbito dos pequenos empreendimentos, com vistas a facilitar a sua inserção sustentável nas dinâmicas locais de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cultura da inovação. Agentes de inovação. Micro e pequena empresa.

Abstract: The analysis of the implementation of the project Agentes Locais de Inovação has indicated relevant dimensions about the elasticity of innovation concept, the challenges of learning of innovative practices and outcomes of a qualified intervention into small businesses, in order to facilitate their sustainable integration in the local development dynamics.

Key words: Culture of innovation. Innovation agents. Small businesses.

Résumé: L'analyse de la mise en œuvre du projet Agentes Locais de Inovação a montré les dimensions pertinentes liées à l'élasticité du concept d'innovation, les défis de l'apprentissage de pratiques innovantes et les résultats d'une intervention qualifiées dans les petites entreprises en vue de faciliter leur intégration durable dans la dynamique du développement local.

Mots-clés: Culture d'innovation. Agents de l'innovation. Micro et petites entreprises.

Resumen: El análisis de la ejecución del proyecto de Agentes Locais de Inovação mostró dimensiones relevantes relacionadas con la elasticidad del concepto de innovación, a los retos de aprendizaje de prácticas innovadoras y los resultados de una intervención en las pequeñas empresas a fin de facilitar a su inserción duradera en la dinámica del desarrollo local.

Palabras clave: Cultura de la innovación. Agentes de la innovación. Micro y pequeñas empresas.

Introdução

Tema em voga no discurso acadêmico e político, a crescente globalização da economia não tem promovido a uniformização do sistema econômico mundial, apesar do controle exercido pelas grandes corporações sobre as decisões de investimento, em nível nacional e mundial, e da maior integração e interdependência entre os setores produtivos. Aparentemente, uma contratendência se evidencia ao se constatar que grande parte da riqueza mundial continua sendo produzida no âmbito das economias locais – um universo de micro, pequenas e médias empresas operando em escala regional e local. A suposta dualidade entre um “circuito superior” da economia, associado à lógica das grandes empresas e do mercado globalizado, e um “circuito inferior”, atrelado à lógica dos

pequenos empreendimentos e do mercado (SANTOS, 2004), não exclui a complexidade das situações reais geradas pelas relações de subordinação/dependência, mas também pela relativa autonomia entre as dinâmicas desencadeadas a partir desses “circuitos”.

O epicentro das ações e reflexões relativas ao mundo empresarial e aos fluxos econômicos permanece na grande corporação, sobretudo pelos seus impactos no desenvolvimento regional, nas relações de emprego e de trabalho, na constituição de redes sociopolíticas e na difusão de processos de aprendizagem tecnológica e organizacional. No entanto, registra-se a tendência de reconhecimento e valorização das micro e pequenas empresas (MPes) pelos seus próprios predicados, e não a partir da arquitetura e das propriedades típicas das grandes corporações; elas não seriam apenas “bountiful” (GRANOVETTER, 1984),

* Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

pois se integram ativamente aos circuitos de produção e distribuição da riqueza, tornando-se peças relevantes nas agendas de desenvolvimento. Um tipo de “externalidade positiva” decorreria da própria inserção das MPEs em um território, tornando convergentes, na agenda pública e privada, duas linhas de ação: a promoção do pequeno empreendimento e o desenvolvimento local.

Nesse ângulo, situa-se o movimento da sociedade brasileira em prol do pequeno empreendimento e de um modelo de desenvolvimento assentado nas “vocações” locais e nos arranjos de “concertação” movidos por interesses e atores emergentes a partir das dinâmicas desencadeadas nos territórios. A essa mobilização de diversos atores sociais credita-se o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral), um marco institucional que assegura tratamento diferenciado aos pequenos negócios nos aspectos tributários, no acesso ao crédito e na participação nas aquisições de bens e serviços pelo poder público, além de medidas de estímulo à inovação, à educação empreendedora e ao associativismo.

No entanto, a força das “vocações” e dos atores locais não tem sido suficiente para a garantia da sustentabilidade econômica e social. Cada vez mais enfatizada na retórica do desenvolvimento local, a inovação – ou mais precisamente uma “cultura da inovação” enraizada no interior das empresas – tem sido destacada como o grande desafio para garantir a sobrevivência e a expansão dos micro e pequenos empreendimentos, que, no Brasil, representam cerca de 99% das unidades produtivas, 51,6% dos empregos formais não agrícolas e 40% da massa de salários (SEBRAE/DIEESE, 2012). Nesse contexto, um tipo de intervenção qualificada no âmbito interno das empresas se faz necessária. O eixo de análise deste artigo é justamente uma dessas iniciativas – o Projeto Agentes Locais de Inovação (ALIs), uma iniciativa do Sebrae Nacional, lançada em 2008.

O recorte empírico da pesquisa destacou o processo de implantação e sua execução no estado do Espírito Santo, no período 2009-2011. As fontes utilizadas foram os documentos e informações produzidos pela Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae-ES. A primeira parte do artigo é destinada a considerações teóricas sobre a

retórica e as práticas da inovação na sociedade contemporânea; a segunda, sobre a presença da inovação na agenda do setor governamental e do setor empresarial; e a terceira se detém a uma abordagem descritiva sobre o Programa ALIs; e a quarta, aos resultados iniciais de sua operacionalização.

A retórica da inovação

A inovação está na ordem do dia, como palavra-fetice revestida de unanimidade, repetida em vários discursos e em diversas situações, um imperativo econômico e uma obrigação social, portanto, imune a críticas. Apesar de ser um fenômeno estudado por várias disciplinas científicas, a forma de atuação da inovação permanece obscurecida pela heterogeneidade das empresas e dos setores econômicos (TIDD, 2001; BRITO et al., 2009). Se não há uma fórmula universal de inovação, observa-se, todavia, um amplo consenso acerca da relação positiva entre os indicadores de inovação, sobretudo os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e o desempenho empresarial (CHENEY et al., 1991; TIDD, 2001; HALL, 1987).

Por sua vez, o destaque das habilidades em identificar as oportunidades criadas pelo mercado repôs incisivamente a relação entre inovação e empreendedorismo (BESANKO, et al., 2000; PORTER, 1989), estreitando a associação entre dinâmica capitalista e as ações e recursos de incentivo à inovação, incluindo os processos de aprendizagem e da difusão da tecnologia. Persiste, no entanto, a confusão conceitual entre a invenção (novas ideias e conceitos) e a inovação (novas combinações, rearranjos e explorações de recursos), que, eventualmente, pode acarretar em mudanças no próprio paradigma tecnológico ou produtivo existente.

A conceituação de inovação abrange um amplo espectro de mudanças, do qual não se excluem as inovações tecnológicas, mas são consideradas também as alterações incrementais em produtos, processos e em gestão (SCHUMPETER, 1982; OCDE, 2004; VALE et al., 2008); algumas delas resultam de mudanças invisíveis, muitas vezes em dimensões intangíveis como, por exemplo, em “serviços em geral, modelos de negócio, estratégias, marcas e processos” (ARBIX, 2010). A modalidade

incremental da inovação em geral ocorre em contextos de carências de investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e de ausência de uma cultura da inovação, da assimilação da inovação enquanto um valor cultural (GUIMARÃES, 2011).

É verdade que, historicamente, a inovação sempre foi vital para o desenvolvimento capitalista, porém, a partir da crise dos anos 1960 e 1970, o conhecimento se transformou na principal força produtiva, tornando o capital intelectual um ativo a ser expandido e em constante atualização, seja por meio do pensamento crítico e inovador, seja pela aprendizagem contínua, desenvolvida em espaços especializados e na prática do trabalho. Um forte aparato discursivo alinha empresas e governo na afirmação do caráter imperativo da inovação, por sua vez cada vez mais dependente da base de conhecimento, tornando ainda mais relevante a preocupação com a gestão de conhecimento no contexto organizacional e a gestão pública da ciência e da tecnologia como sustentáculos da produção de riqueza e do desenvolvimento social (MACIEL, 2002; DIAZ-ISENRATH, 2008; FONTENELLE, 2012).

Se o trabalho é criador de valor e a inovação é um valor, eleva-se a importância do sistema de formação de profissionais produtores de conhecimentos e da própria produção científica e tecnológica. Em um mundo de incertezas, ambiguidades, complexidades e riscos, as concepções gerenciais se configuram mais comprometidas com a busca das vantagens competitivas que podem ser extraídas do próprio conhecimento organizacional, gerando-se novos conhecimentos por meio da exploração das habilidades e dos talentos dos chamados colaboradores (THRIFT, 1997; LUNDVALL, 2003).

A importância dos avanços dos conhecimentos teóricos e as possibilidades de sua aplicação nas dinâmicas produtivas e sociais estreitam e redefinem as interações entre múltiplos atores. A aprendizagem da inovação depende do estreitamento dos processos de interação e cooperação entre o setor produtivo, no qual se materializam as inovações, e as instituições de ensino e de pesquisa e as agências de fomento (LUNDVALL, 2003). Diversas práticas serão justificadas pelas necessidades de se maximizarem as oportunidades

de interação social, aprendizado e inovação (THRIFT, 1997). Assim sendo, o processo de inovação evidencia seu caráter social e sistêmico, reiterando a perspectiva neoschumpeteriana, pois, se a empresa continua a ser o principal agente inovador, isso se viabiliza por meio de sua inserção em um sistema mais amplo e complexo, que envolve aspectos econômicos, socioculturais e institucionais.

A ênfase na inovação associada à concepção de utilidade e de criação de valor para as organizações torna-se um dos traços mais marcantes na modelagem das interpretações sobre o mundo contemporâneo. O discurso da criatividade e da inovação tem, no momento presente, uma particularidade, pois, se antes as mudanças marcavam momentos específicos nas trajetórias das organizações, agora elas devem ser constantes, um fluxo contínuo.

A dependência do conhecimento e da inovação se torna mais incisiva em decorrência das novas formas de produção e de consumo, aumentando-se a importância das marcas, patentes e finanças (THRIFT, 2005). Os desafios de se manterem ou conquistarem posições sólidas no mercado global impulsionam a racionalidade instrumental, impondo a presença mais incisiva do conhecimento lógico, o refinamento do cálculo e da previsão que sustentam uma engenharia de produção e de consumo mais rápida, sem estoques e sob monitoramento e controle contínuos e efetivos, procedimentos estes inviáveis sem formas eficazes de gestão do conhecimento. Inovar sempre faz parte desse cálculo para se desfrutarem as “vantagens comparativas baseadas na antecipação” e assim manter as posições vantajosas no mercado (DUBAR, 2009, p. 120).

As adjetivações em voga - “soft”, “líquido”, “flexível” - sinalizam mudanças no capitalismo, sem, no entanto, desviá-lo da rota original, o avanço da racionalidade empresarial. A cultura ou espírito da inovação, algo que se pretende tão naturalizado, como se fizesse parte do “DNA das empresas”, marca um avanço no processo histórico de racionalização no sentido weberiano, no qual todas as diversas esferas da vida estão subordinadas a uma lógica de pensamento e de ação baseada na racionalidade fins-meios: o poder de dominar o futuro pelo cálculo, pela previsão e assim obter os melhores resultados.

Se globalizar é ao mesmo tempo descentrar as atividades produtivas, os núcleos de poder e as influências culturais e se submeter à velocidade das mudanças, descentralização e flexibilidade são palavras-síntese de um conjunto de processos que caracterizam a fase atual do desenvolvimento do capitalismo. Nas dimensões macro e microsocial, a flexibilidade é a propriedade que permite à organização contemporânea respostas rápidas, incluindo as possibilidades de se desfazer e se refazer em curto prazo, tendo em vista o pronto atendimento das demandas que se apresentam (THRIFT, 1997; FONTENELLE, 2008). A empresa inovadora e flexível se torna o modelo de organização que se impõe não apenas ao mundo empresarial, mas também às demais instituições que não estão inseridas na lógica do mercado.

Por sua vez, se a configuração técnica-econômica não se sustenta dissociada de um novo discurso, o circuito cultural do capitalismo tem facilitado “um maior compartilhamento linguístico entre academia e mundo dos negócios com o uso da palavra cultura” (FONTENELLE, 2012, p. 103), inclusive na expressão “cultura da inovação”. A incorporação da cultura da inovação ao discurso empresarial e ao das agências promotoras de políticas públicas torna-se compreensível em um repertório mais ampliado de signos e significados em que outras expressões, como empreendedorismo e desenvolvimento, também se revestiram de elevada positividade, configurando uma espécie de discurso moral (e vital) da época. Alçados à condição de sobrevivência das organizações e da sociedade, as artes de empreender, inovar e desenvolver se impõem, desarmando as tentativas de crítica e de questionamento. Para Thrift (2005), trata-se do “circuito cultural do capitalismo”, para Boltanski e Chiapello (2009), umas das marcas do novo espírito do capitalismo.

A inovação na agenda brasileira

São muitos os estudos que abordam as políticas públicas de fomento da inovação ancoradas na presença do Estado como instância reguladora capaz de garantir as condições de inovação, atualmente menos dependente de um “gênio inventor” ou do “ethos pessoal de um empreendedor” e muito mais da pesquisa

científica. Se a visão mais heroica da invenção e da inovação está superada, tornam-se mais estreitas e relevantes as articulações entre o Estado, as empresas e os centros de pesquisa, tanto em resposta à lógica econômica atrelada às necessidades de rentabilidade privada imperante nos mercados quanto à lógica política, uma questão de poder, um assunto de Estado (DUBAR, 2009). Cabe ao poder público, a responsabilidade de criar um ambiente político e institucional favorável ao investimento empresarial em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, seja individualmente ou em parcerias com os centros produtores de conhecimento.

Segundo Salerno e Kubota (2008, p. 17), no Brasil, as políticas de inovação “constituíram o amálgama das políticas de ciência, de tecnologia e industrial”. Várias propostas apresentadas objetivam o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Inovação – o conjunto de agentes e de instituições (empresas, universidades e agências governamentais) articulados em práticas sociais de fomento da inovação (CAMPOS, 2003; CASSIOLATO, et al., 2005) voltadas para capacitar e qualificar as empresas, tendo em vista a elevação da competitividade da economia brasileira (ARBIX, 2010). No entanto são muitos os entraves a essa realização, por exemplo: aos empresários faltaria a percepção mais apurada acerca do caráter estratégico do conhecimento para o incremento dos negócios, e aos pesquisadores acadêmicos, a preparação adequada para atuarem em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (GUIMARÃES, 2011).

Não cabe no escopo deste artigo uma análise mais sólida desses discursos, tampouco o tratamento mais apurado das iniciativas do governo, das empresas e das instituições de pesquisa no campo da inovação. Mas cabe mencionar algumas iniciativas e normatizações voltadas à criação de um ambiente favorável à inovação, incluindo mecanismos de melhor aproveitamento da base de ciência e tecnologia disponível, por meio das interações entre o setor produtivo e a produção científica. Merece destaque, em 2004, a criação dos Fundos Setoriais e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Lei de Inovação; em 2005, a Lei n. 11.196/95 (Lei do Bem); e, em 2007, a Lei n. 11.540/07 que regulamentou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (NARETTO et al., 2004; ARBIX, 2010; SOBRAL, 2011; IPEA, 2012).

No campo empresarial, os documentos *Políticas públicas de inovação no Brasil: a agenda da indústria* e a *Agenda Legislativa da Indústria* são emblemáticos para o entendimento da posição da CNI sobre a inovação nas empresas. Além do reforço da articulação entre as agências de fomento, institutos de pesquisa e órgãos públicos do sistema de ciência, tecnologia e inovação, os documentos propõem a afinação da sintonia dessas instituições com o intenso ritmo das inovações e da competitividade no plano internacional (CNI, 2005; 2012).

Na proposta de municipalização da Lei Geral da Pequena Empresa, elaborada pelo Sebrae, preconizam-se medidas de estímulo à inovação, entre elas a articulação dos municípios com as agências de fomento, universidades e outras instituições de pesquisa básica ou aplicada. Seriam parcerias destinadas a desenvolver projetos de educação tecnológica que facilitem a transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa e a formação de trabalhadores capacitados para emprego de novas técnicas de produção. Não menos relevante seria a criação, em âmbito municipal, de núcleos de inovação tecnológica e de incubadoras de empresas e a instituição de uma Comissão Permanente de Tecnologia e Inovação (CNM/SEBRAE, 2011).

Um dos arranjos institucionais destinados ao fomento da inovação no segmento da empresa de pequeno porte envolve o Sebrae e o CNPq, agora parceiro do programa ALI, para o qual concede as bolsas aos agentes e ao coordenador, o programa. O CNPq já é o executor de um programa de intervenção direta nas empresas para fomento da inovação – o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico (RHAE), criado em 1987, que se vale do espectro de bolsas de Fomento Tecnológico para capacitar recursos humanos aptos ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias e para alocar pesquisadores nas atividades de P&D desenvolvidas nas empresas. Em 2007, o financiamento de projetos com o objetivo de inserir pesquisadores (mestres e doutores) foi estendido às micro, pequenas e médias empresas¹.

¹ Documento oficial em: <www.cnpq.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2012.

Todavia o espaço na agenda governamental destinado ao fomento da inovação no universo do pequeno empreendimento não é objeto de consenso. A atuação da FINEP na concessão de subvenções diretas às empresas interessadas no desenvolvimento de produtos ou processos inovadores foi objeto de avaliação realizada pelo IPEA (2012). Nessa avaliação, questionou-se a estratégia de prioridade aos projetos oriundos de MPÉs, cuja capacidade de gerar impactos na competitividade da economia é reduzida quando comparada à dos projetos de maior porte e de maior densidade tecnológica, frequentemente apresentados pelas médias e grandes empresas.

A despeito dessa avaliação, a inovação no universo das MPÉs tem sido justificada pelos imperativos da sobrevivência no competitivo mundo corporativo. Nesse segmento específico, a incorporação da inovação na dinâmica organizacional demanda programas especiais, entre eles o projeto Agentes Locais de Inovação, implantado pelo Sebrae em vários estados brasileiros.

Os agentes locais de inovação (ALIs)

Na operacionalização de políticas públicas, tem sido constante a presença de diversas modalidades de agentes: de desenvolvimento, de inovação, comunitário de saúde, entre outros. Trata-se de agentes públicos de intervenção social que, ao socializar informações, conhecimentos e experiências, combinam as funções de educador social, de “técnico social” e de assessor especializado. Gradativamente, a operação de políticas públicas tende a explicitar os contornos de um conjunto de tarefas e funções específicas que parecem adquirir o lastro de uma profissão para a qual um perfil está sendo desenhado: ser portador de conhecimentos técnicos específicos, mas também certos traços de personalidade que facilitem a comunicação, a receptividade às diferenças e a capacidade de adaptação às diversas situações (COLBARI, 2012).

No caso em destaque neste artigo, os agentes são os executores de um programa de inovação de caráter gratuito e continuado e operacionalizado por meio de atendimentos diretos no local do estabelecimento, tendo como objetivo incrementar a inovação e a

difusão de tecnologias no segmento da pequena empresa, além de garantir a aplicação dos recursos públicos previstos na Lei Geral para esta finalidade (SEBRAE, 2011). Atribui-se a eles a tarefa de sensibilizar e mobilizar o empresário para as atitudes que favorecem a ruptura com as posturas tradicionais e também a incorporação da inovação no cotidiano da empresa. Acionando iniciativas individuais ou por meio dos arranjos produtivos integrados, devem facilitar o acesso do empresário à base disponível de informação e de conhecimentos científicos, tornando as empresas mais equipadas para o enfrentamento dos desafios do mercado².

Nos termos do edital de seleção³, os agentes de inovação devem ser “pessoas de perfil pró-ativo”, capacitados para a operação direta nas funções empreendedoras internas ao pequeno negócio, inclusive nas relações entre as empresas e seus clientes e fornecedores. Sua postura deve ser “colaborativa” para atuar em conjunto com o proprietário e sob a supervisão de um consultor especializado com o intuito de rastrear as oportunidades produtivas e tecnológicas ainda não aproveitadas; incentivar a diversificação e a qualidade dos produtos; e estimular as mudanças no perfil gerencial e organizacional da empresa atendida.

Para o Sebrae, o Projeto ALI se inspira em experiências já realizadas em outros países, com o propósito de formar “extensionistas urbanos”, em particular em um programa implantado na Índia no qual agentes locais de inovação atendiam empresas urbanas de uma determinada área⁴. Estende-se para o contexto urbano a prática do extensionismo rural (agentes externos que levam informações técnicas diversas ao campo com vistas a elevar a produtividade e a qualidade da produção do setor).

No estado do Espírito Santo, o projeto teve início em 2009, mediante parceria entre o Sebrae-ES e a Fundação de Amparo à Pesqui-

sa do Espírito Santo (Fapes). Nesse momento, foram selecionados catorze agentes, que atenderam aproximadamente 700 empresas, contando com a orientação de dois consultores seniores. Em 2012, houve alterações no formato do projeto, entre elas, o convênio com o CNPq, responsável pela concessão de bolsas aos ALIs, e a abrangência limitada às pequenas empresas, em contraste com o período 2009-2011, quando vinte e dois por cento das empresas atendidas eram micro.

Ao Sebrae, além da seleção, da capacitação dos agentes e do gerenciamento da operacionalização do programa, cabe a mobilização das associações empresariais para a divulgação do programa e sensibilização das empresas enquadradas no escopo de sua cobertura. Porém fica a cargo dos agentes a prospecção das empresas a serem visitadas nas áreas, cidades e regiões delimitadas.

Quanto à capacitação dos ALIs, o processo tem a duração de aproximadamente dois meses (carga horária mínima de 144 horas), no decorrer do qual devem ser desenvolvidas as *competências cognitivas* (domínio de informações e conceitos relativos à pequena empresa, inovação e gestão); as *competências de aplicação* (habilidades de comunicação, de análise, avaliação e diagnóstico, de negociação e de arbitragem em situações de conflitos, de proposição de soluções; e domínio de instrumentos, como diagnóstico empresarial, diagnóstico “radar da inovação” e a ferramenta para elaboração do plano de ação); e as *competências atitudinais* (predisposição à convivência, à interação e ao trabalho em equipe; flexibilidade e visão sistêmica, entre outras) (SEBRAE/UCSEBRAE, 2012).

Após o período de capacitação, os treinandos iniciam a atuação direta nas empresas por meio de visitas regulares, no decorrer das quais observam, avaliam potencialidades e dificuldades e interagem com os agentes produtivos. A análise das impressões e informações colhidas nas empresas gera a consolidação do diagnóstico que servirá de base para a formulação de um plano de trabalho específico para as necessidades de cada unidade. Se for o caso, caberá ao ALI “identificar uma instituição ou profissional que detenha a expertise (conhecimento e capacidade) para prover a solução da empresa”, assim como facilitar a aproximação entre o empresário

² Fabio Procópio. Profissão: Agente local de inovação. Agência Sebrae de Notícias, 21 jul. 2011. Acesso em: 3 maio 2012.

³ Processo Seletivo SEBRAE/ES n. 05/2011, publicado em 06 nov. 2011. Disponível em: <www.sebraees.com.br>.

⁴ Informações extraídas de Agência Sebrae de Notícias, de 14 abr. 2008. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 1º ago. 2009.

e a instituição/empresa capaz de atender as demandas apresentadas⁵.

A implantação das ações de inovação, o monitoramento de seus resultados e a satisfação do empresário serão acompanhados e apoiados pelos ALIs, reforçando-se o perfil de sua atuação: a combinação de diagnóstico, orientação e intervenção dialogada. Sustentam essas ações as crenças de que atitudes e motivações inovadoras não dependem apenas de impulsos internos ou do contexto político institucional e de fatores socioculturais; elas podem ser aprendidas e desenvolvidas por meio de orientação especializada. O trabalho dos agentes é um trabalho de socialização, de orientação para a mudança de comportamentos e de práticas.

Transcorrido um ano da primeira intervenção, os agentes retornam para um segundo diagnóstico, com o objetivo de verificar se a cultura da inovação se implantou; se houve mudança na mentalidade dos proprietários no sentido de incorporar a inovação nas rotinas do negócio; e se ocorreu a passagem da postura reativa, em que se é induzido a inovar pelas pressões (necessidade de sobrevivência), à postura proativa, a inovação por empreendedorismo, desencadeada pela motivação e pela busca de diferenciação da concorrência e de liderança no mercado.

Se, em geral, faltam às pequenas empresas a capacitação técnica e as atitudes inovadoras, os ALIs estão sendo treinados para visualizarem as dificuldades e potencialidades das empresas, atuarem na mudança de mentalidade dos empresários, contribuindo, por conseguinte, para a difusão da cultura inovadora nas rotinas dessas organizações.

Os resultados de uma experiência

De antemão, nota-se que mensurar a inovação no nível da empresa não é uma tarefa fácil⁶, em particular pela ausência de um modelo capaz de “relacionar as entradas (*input*) do processo de inovação, os processos internos da empresa por meio dos quais a

empresa processa as entradas (*throughput*) e os resultados do processo de inovação (*output*), relacionando todas essas dimensões do processo inovador com o desempenho das empresas” (BRITO et al., 2009, p. 8).

A título de contextualizar os resultados específicos captados no universo de empresas atendidas pelos agentes de inovação no Espírito Santo, destacam-se alguns dados extraídos de uma pesquisa de abrangência nacional, realizada em 2008, com uma amostra de 4.200 MPEs integrantes dos setores: indústria, comércio e serviços. No período de doze meses que antecedeu à realização da pesquisa, 25% das MPEs introduziram um novo processo ou método na sua rotina; 24% introduziram um novo produto ou serviço; e 17% conquistaram um novo mercado. Quanto ao grau de inovação, as MPEs foram classificadas da seguinte forma: 54% foram consideradas não inovadoras (sem realizar qualquer inovação); 43% eram inovadoras (alguma inovação de produto ou processo ou mercado); e 4% eram muito inovadoras (inovação de produto e de processo e de mercado)⁷ (SEBRAE-SP, 2009).

Esses resultados traduzem em números o diagnóstico a respeito do tipo e das razões das dificuldades enfrentadas pelo segmento. Apesar do destaque na geração de emprego e renda e na descentralização do desenvolvimento, as MPEs caracterizam-se pela grande fragilidade, como indicam as taxas de mortalidade no setor.

As ações e programas destinados ao setor devem levar em conta suas especificidades que incidem diretamente nas perspectivas de inovação, tais como: a carência de um nível adequado de organização nos aspectos contábeis, gerenciais e estruturais; e a não disponibilidade de profissionais qualificados para responder às exigências das instituições de fomento de inovação, sobretudo aquelas decorrentes da gestão, acompanhamento e finalização dos projetos. Além disso, nesse segmento, prevalecem as necessidades mais imediatas, a prioridade dos resultados de

⁵ Processo Seletivo SEBRAE/ES n. 05/2011, de 6 nov. 2011. Disponível em: <www.sebraees.com.br>.

⁶ Uma análise a respeito de várias abordagens sobre as métricas utilizadas para operacionalizar a inovação encontra-se em Brito et al. (2009).

⁷ Observa Guimarães (2011) que, em alguns segmentos de pequenas empresas, são identificadas características favoráveis à inovação, tais como as trajetórias mais diversificadas e a exposição a níveis mais intensos de competição, fatores que podem estimular a propensão ao risco e o desembaraço para o enfrentamento da incerteza e da diversidade.

curto prazo e o baixo conhecimento acerca da importância da inovação e das questões tecnológicas relativas às áreas de atuação da empresa (MDIC, 2007).

Trata-se de um quadro no qual atuam fatores complexos, muitos de categoria estrutural, desafiando a imaginação das instituições formuladoras e executoras de políticas públicas destinadas ao pequeno negócio. O caráter recente da implantação do Projeto ALI não permite ainda visualizar resultados efetivos e consistentes a respeito de sua eficácia. Se o objetivo é desenvolver uma cultura de inovação, transitar das inovações ocasionais para as sistemáticas, é preciso um tempo mais longo para se aferirem os resultados, além de se definirem os indicadores que permitam avaliar se essa “cultura” foi ou está sendo “produzida”, se a inovação está sendo “cultivada”.

Um processo avaliativo em duas etapas tem sido recomendado: a primeira, na qual devem ser captados os resultados de curto prazo (as inovações ocasionais), como a implantação de soluções de inovações nos processos e nos produtos e serviços; e outra etapa em que se avalia, em um prazo mais

dilatado, a incorporação da inovação de forma sistemática. Em ambos os momentos, o desafio é perceber as pequenas variações, mas que podem ter impactos significativos no desempenho das empresas e em suas relações sinérgicas com o ambiente econômico em geral.

No período de novembro de 2009 a outubro de 2011, a execução do Projeto ALI no estado do Espírito Santo envolveu visitas, diagnósticos e intervenções em 695 empresas, sendo 542 (78%) pequenas e 153 (22%) microempresas. Nesse total, segundo o Sebrae-ES (2012), as empresas alocavam-se nos seguintes setores: Alimentício (16%); Agroturismo (8%); Construção Civil (13%); Mármore e Granito (1%); Metal Mecânico (4%); Móveis (8%); Turismo (23%) e Vestuário (27%).

O acompanhamento dos resultados dessas ações orientou-se por treze critérios, adaptados pelo Sebrae com base nas recomendações do *Manual de Oslo*, cuja concepção de inovação é ampla, cobrindo vários aspectos da dinâmica empresarial. O gráfico, a seguir, apresenta, seguindo esses critérios, a evolução do total das empresas atendidas pelos ALIs.

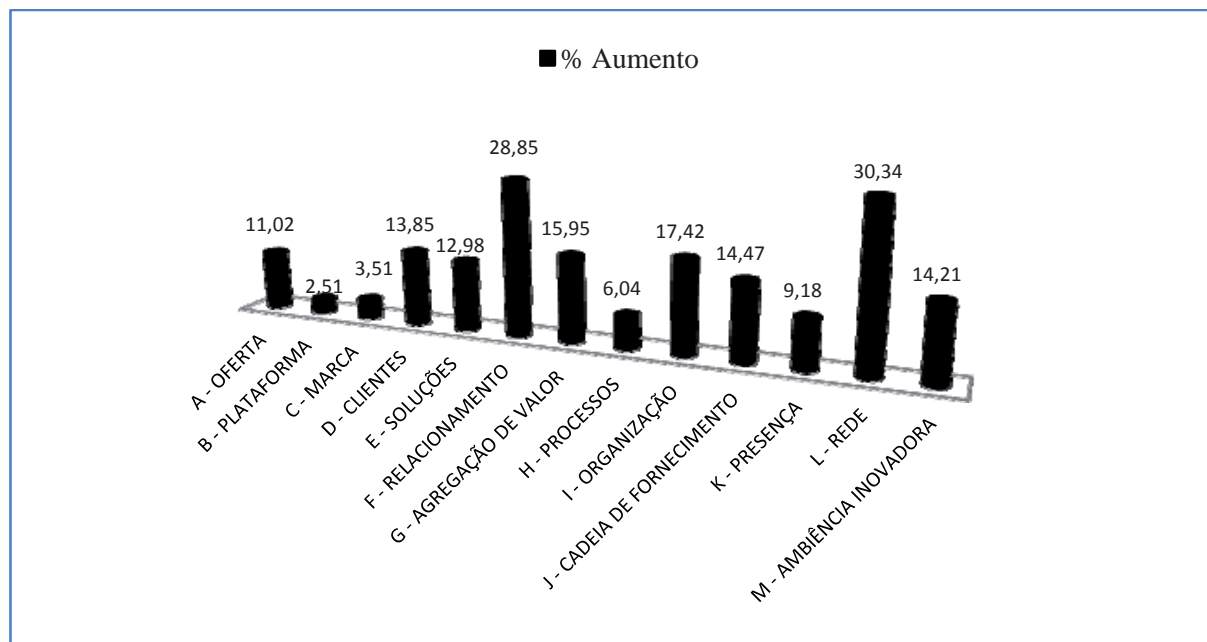


Gráfico 1 - Percentual de Inovação nas Empresas Diagnosticadas no Espírito Santo

Fonte: Sebrae-ES (2012, p. 5).

Observa-se o registro de melhores desempenhos em inovação nos critérios Rede e Relacionamento: o primeiro se reporta à capacidade de se comunicar e de reconhecer a importância de ouvir os clientes, e o segundo, às ferramentas utilizadas nas relações com os clientes. A seguir, aparecem os percentuais relativos à Organização (estrutura da empresa), Ambiente Inovadora (recursos humanos e articulações com órgãos de consultoria e pesquisa) e Clientes (recursos para identificar as necessidades dos mercados e clientes; para lançar novos produtos/serviços) (BACHMANN; DESTEFANI, 2008). Apesar de tímidos, os resultados são coerentes e promissores tendo em vista o cenário estadual e nacional, evidenciado pela Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), realizada pelo IBGE em 2008, em que a taxa de inovação permanece abaixo daquelas encontradas nos países desenvolvidos, além de concentrada em aquisição de novos equipamentos em detrimento do investimento das empresas em P&D (ARBIX, 2010; IPEA, 2012).

A timidez da inovação nas empresas brasileiras é fato, porém há que se ressaltar a necessidade de refinamento da grade de indicadores tendo em vista a captura de processos sutis e nem sempre desencadeados por investimentos formais em inovação. Constatam-se, nas empresas de porte médio ou pequeno, práticas informais de P&D, em geral voltadas para a imitação, a cópia e a absorção de tecnologias, e que são capazes de alterar positivamente o desempenho da empresa e da economia. Apesar de frágil ou inexistente o vínculo entre conhecimento e inovação e do baixo ou inexistente investimento em P&D, algumas pequenas empresas têm sido capazes de promover inovações de produto, processo e de serviços por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa, ocorrências mais comuns em empresas de base tecnológica (GUIMARÃES, 2011), ou pela adaptação de ideias, estilos e tecnologias oriundos de outras empresas (ARBIX, 2010).

Comentários Finais

Alguns aspectos referentes à concepção e à prática da inovação mereceram uma exploração analítica mais consistente. Um deles reporta à constatação de que se aprende

a inovar, pois atitudes e motivações inovadoras podem ser desenvolvidas por meio de orientação especializada. Reafirma-se, assim, uma prática corrente no mundo empresarial de se adquirir conhecimentos por meio de contratações e consultorias, investimento em marketing, na relação com usuários, na comercialização, entre outras. O desafio para a atuação do ALI é, portanto, a adequação dessa prática às características e às possibilidades do pequeno empreendimento.

Outro aspecto digno de nota é o conceito elástico de inovação, um processo de várias facetas, abrangendo imitação, experimentação, design, desenvolvimento e pesquisa, e que pode ser promovido por meio de diversas atividades – organizacionais, financeiras, comerciais e mercadológicas. Um dos alvos do Projeto ALI é justamente a desmistificação do processo de inovação, esta em muitas situações desvinculada da incorporação de tecnologias de ponta e restrita a aspectos da própria realidade do empresário.

A cultura da inovação, no sentido elástico em que é incorporada pelo programa ALIs, pode ser vista como uma tentativa de modelar os pequenos empreendimentos segundo um padrão de racionalidade científica e econômica que estimula a substituição de procedimentos tradicionais por outros de maior eficácia no plano técnico e financeiro. É uma estratégia de modernização do pequeno empreendimento na qual se procura, por meio da consultoria e do acompanhamento direto, desenvolver os atributos do empreendedor shumpeteriano, uma demonstração da crença de que se aprende a inovar. O ALI é o coroamento dessa ideia: é preciso ensinar/aprender a inovar e introduzir nas empresas o cultivo da inovação.

Em um contexto mais amplo das políticas de fomento da inovação, o projeto ALI merece destaque por atuar no reduto dos pequenos negócios, estimulando MPes ao acesso ao conhecimento e à incorporação do “espírito” da inovação. O projeto em si é uma inovação organizacional no âmbito da própria instituição Sebrae, que, além de manter o atendimento em seus espaços, agrega um programa que vai até o pequeno empreendedor.

O caráter recente do programa ainda não permite uma visão mais precisa dos resultados do trabalho dos agentes, em particular

da contribuição efetiva para promover mudanças nas pequenas empresas e o desenvolvimento de uma cultura de inovação. Por sua vez, a avaliação dessa ação específica não pode ser descontextualizada de um movimento histórico no qual a inovação se tornou uma força produtiva decisiva para a racionalidade capitalista moderna.

Tomando a racionalidade como um fenômeno amplo, observa-se um duplo movimento: por um lado, as dinâmicas econômicas estão mais dependentes do conhecimento e da inovação, justificando-se a presença mais incisiva do Estado nesse terreno; e, por outro, uma política de inovação é um fenômeno complexo e sistêmico que, além de uma “boa ciência” possível de ser aplicada na base produtiva, depende também da existência de empresas interessadas em inovar, uma espécie de mercado para a inovação.

Estimular a inclusão da pequena empresa no circuito da inovação pode ser uma forma de se ampliar esse mercado.

Referências

- ARBIX, G. Estratégias de inovação para o desenvolvimento. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 167-185, nov. 2010.
- BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. Metodologia para estimar o grau de inovação nas MPE: cultura do empreendedorismo e inovação. *Bachmann & Associados*, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.bachmann.com.br/website/documents/ArtigoGraudeInovacaonasMPE.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2013.
- BESANKO, D.; DRANOVE, D.; SHANLEY, M. *Economics of Strategy*. New York: Wiley, 2000.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRITO, E. P. Z.; BRITO, L. A. L.; MORGANTI, F. Inovação e o desempenho empresarial: lucro ou crescimento? *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol8-num1-2009/inovacao-desempenho-empresarial-lucro-ou-crescimento>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- CAMPOS, F. L. S. Sistema nacional de inovação, produtos e dinâmica tecnológica: uma abordagem neoschumpeteriana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 4., 2003, Gramado, RS. *Anais...* Gramado, 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H.; MACIEL, M. L. (Org.). *Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Contraponto, 2005.
- CHENEY, P. K.; DEVINNEY, T.; WIRIER, R. S. The impact of new product introductions on the market value of firms. *The Journal of Business*, v. 64, n. 4, p. 573-610, 1991.
- COLBARI, A. Agentes de Desenvolvimento e Agentes de Inovação: a integração dos pequenos empreendimentos às dinâmicas socioeconômicas locais. In: DALLA COSTA, A.; ETCHEVERRY, M. S.; GROS, D. B.; MINELLA, A. C.; IGLECIAS, W. (Org.). *Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade*. Curitiba: Editora CRV, 2012. p. 91-112.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Agenda Legislativa da Indústria 2012. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 20 maio 2012.
- _____. Políticas públicas de inovação no Brasil: a agenda da indústria. Confederação Nacional da Indústria. Brasília: [s.n.], 2005.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM); SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Manual de desenvolvimento dos municípios*. Brasília: CNM/SEBRAE, 2011.
- DIAZ-ISENRATH, M. C. *Máquinas de pesquisa: o estatuto do saber no capitalismo informacional*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas, 2008.
- DUBAR, C. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FONTENELLE, I. A. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 100-108, jan./fev. 2012.
- _____. *Pós-modernidade: trabalho e consumo*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- GRANOVETTER, M. Small is Bountiful: Labor Markets and Establishment. *American Sociological Review*, Washington, DC, v. 49, n. 3, p. 323-334, jun. 1984.
- GUIMARÃES, S. K. Empreendedorismo intensivo em conhecimento no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, p. 575-591, set./dez. 2011.
- HALL, B. H. The relationship between firm size and firm growth in the US manufacturing sector. *The Journal of Industrial Economics*, Wiley Blackwell, v. 35, n. 4, p. 583-606, jun. 1987.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2012.
- LUNDEVALL, B. Políticas de Innovación en la economía de aprendizaje. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, ano 8, n. 16, p. 117-138, jan./dez. 2003.
- MACIEL, M. L. Ciência, tecnologia e inovação: a relação entre tecnologia e desenvolvimento. *BIB*, São Paulo, n. 54, p. 67-82, jun./dez. 2002.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nov. 2007.
- NARETTO, N.; BOTELHO, M. R.; MENDONÇA, M. A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais.

Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 27, p. 61-115, jun./dez. 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (OCDE); FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). *Manual de Oslo*. Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. Brasília: OCDE/FINEP, 2004.

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SALERNO, M. S.; KUBOTA, L. C. Estado e Inovação. In: NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org). *Políticas de incentivo à inovação tecnológica*. Brasília: IPEA, 2008.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004. [1979].

SCHUMPETER, J. A. *A Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); Universidade Corporativa SEBRAE (UCSEBRAE). Unidade Temática 2. *O Sebrae e o agente local de inovação: uma contextualização*. Guia do educador. Brasília: Sebrae, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-ES (SEBRAE-ES). *Apresentação dos dados finais do projeto ALI-ES elaborado a partir da comparação entre os Diagnósticos de Inovação*. Vitória: Sebrae-ES, 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SP (SEBRAE-SP). *Inovação e competitividade nas MPEs brasileiras*. São Paulo: Sebrae-SP, set. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2012*. 5. ed. Brasília, DF: SEBRAE/DIEESE, 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em: 10/12/2012.

SOBRAL, F. A. F. Novos horizontes para a produção científica e tecnológica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, p. 519-534, set./dez. 2011.

THRIFT, N. The rise of soft capitalism. *Cultural Values*, London, v. 1, n. 1, p. 25-71, 1997.

_____. *Knowing capitalism*. London: Sage, 2005.

TIDD, J. Innovation management in context: environment, organization and performance. *International Journal of Management Reviews*, London, v. 3, n. 3, p. 169-183, set. 2001.

VALE, G. M. V.; WILKINSON, J.; AMÂNCIO, A. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. *RAE-eletrônica*, Bela Vista, v. 7, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <www.rae.com.br/eletronica>. Acesso em: 13 jun. 2013.

Os “remédios do mato” por especialistas locais da comunidade São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil

The “remédios do mato” for specialists local community São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil

Les spécialistes de la médecine «brousse» communauté locale São João da Varzea, Mossoró, RN, Brasil

Los «arbusto medicina» especialistas comunidad de São João da Varzea, Mossoró, RN, Brasil

Ana Valéria Lacerda Freitas*

(anavaleriaf@yahoo.com.br)

Maria de Fatima Barbosa Coelho**

(coelhofmstrela@gmail.com)

Recebido em 17/08/2013; revisado e aprovado em 10/09/2013; aceito em 16/02/2014

Resumo: O objetivo neste estudo foi interpretar o conhecimento local de duas especialistas sobre os recursos vegetais terapêuticos. Adotaram-se as técnicas de pesquisa participativa, entrevistas semiestruturadas, história de vida, listagem livre e turnês guiadas. Foram identificadas 41 espécies, distribuídas em 28 famílias botânicas. Os aspectos fenológicos e de conservação das espécies observadas contribuem para o desenvolvimento de alternativas mais sustentáveis de uso e manejo dos recursos locais.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Conhecimento local. Conservação de espécies.

Abstract: The objective of this study was to interpret the local knowledge of two experts on the therapeutic plant resources. Adopted the techniques of participatory research, semi-structured interviews, history of life, free listing and “walk-in-the-woods”. We identified 41 species in 28 botanical families. The phenology and conservation of species observed contribute to the development of alternative, more sustainable use and management of local resources.

Key words: Medicinal plants. Local knowledge. Plant conservation.

Résumé: L’objectif de cette étude était d’interpréter les connaissances locales des deux experts sur les ressources végétales thérapeutiques. Adopté les techniques de recherche participative, des entretiens semi-structurés, l’histoire de la vie, visite guidée et libre de liste. Nous avons identifié 41 espèces dans 28 familles botaniques. Le phénologique et la conservation des espèces observées contribuer à l’élaboration d’une utilisation plus durable de remplacement et la gestion des ressources locales.

Mots-clés: Les plantes médicinales. Les connaissances locales. La conservation des espèces.

Resumen: El objetivo de este estudio fue interpretar el conocimiento local de los dos expertos en los recursos terapéuticos de las plantas. Adoptó la tecnología de la investigación participativa, entrevistas semi-estructuradas, la historia de la vida, el listado libre y “walk-in-the-bosque.” Se identificaron 41 especies de 28 familias botánicas. El fenológico y la conservación de las especies observadas contribuyen al desarrollo de usos alternativos, más sostenibles y la gestión de los recursos locales.

Palabras clave: Plantas medicinales. El conocimiento local. La conservación de las especies.

Introdução

A utilização de plantas para tratamento, cura e prevenção de doenças é uma das mais antigas formas de prática medicinal da humanidade (PASA, 2011). Esse uso, muitas vezes, se constitui como o único recurso disponível para o tratamento de doenças nas comunidades rurais, sobretudo em países em desenvolvimento (GUERRA et al., 2010; ROQUE et al., 2010; CUNHA; BORTOLOTTI, 2011; RICARDO, 2011), principalmente na região Nordeste, na qual 90% da população

economicamente carente recorre às plantas medicinais para a cura de seus problemas de saúde (MATOS, 2002).

O conhecimento que as comunidades tradicionais possuem sobre os recursos vegetais foi por muito tempo subestimado pelos cientistas, que negligenciavam outras formas ou sistemas de conhecimento (ALBUQUERQUE, 2005). Para Maciel et al. (2002), as observações populares sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais contribuem de forma relevante para a divulgação das virtudes terapêuticas dos vegetais, auxiliando

* Universidade Federal Rural do Semi Árido, Mossoró, RN, Brasil.

** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Redenção, CE, Brasil.

os pesquisadores na seleção de espécies para estudos botânicos, farmacológicos e fitoquímicos. Dessa forma, a informação coletada junto à população a respeito do uso de plantas é de fundamental importância (PASA, 2011), podendo contribuir para a construção do conhecimento científico.

Além disso, o resgate do conhecimento tradicional tem merecido atenção especial nos últimos anos devido à aceleração no processo de aculturação e à erosão genética provocada pela forte pressão antrópica e uso insustentável dos recursos naturais. A esmagadora cultura global, o capitalismo, aos poucos, tende a dissipar essa riqueza que o homem construiu de modo tão simbiótico com o meio ambiente que está ao seu redor (PASA; ÁVILA, 2010). Para Pilla et al. (2006), à medida que a relação com a terra passa por uma modernização e o contato com centros urbanos se intensifica, a rede de transmissão do conhecimento sobre plantas medicinais pode sofrer alterações, sendo necessário com urgência fazer o resgate deste conhecimento e das técnicas terapêuticas, como uma maneira de deixar registrado esse modo de aprendizado informal.

Por meio de estudos etnobotânicos, as plantas medicinais podem ter suas ações terapêuticas conhecidas para serem posteriormente comprovadas (OLIVEIRA; MENINI NETO, 2012), permitindo o entendimento das bases racionais para o uso medicinal de algumas espécies vegetais, desenvolvimento de fitoterápicos a baixo custo e a descoberta de novas drogas (SIVIERO et al., 2012). Essas pesquisas também podem auxiliar na identificação de práticas adequadas ao manejo da vegetação, já que, conforme Albuquerque (2005), o conhecimento das culturas locais fornece fortes elementos para a conservação dos recursos biológicos.

Estudos dessa natureza são ainda mais importantes, nos quais esses recursos são constantemente ameaçados, principalmente pela ação antrópica, como é o caso da caatinga. A caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, caracterizada por possuir plantas adaptadas fisiologicamente às condições de deficiência hídrica (TROVÃO et al., 2004) e por abranger uma grande diversidade biológica, sendo registradas 681 espécies de angiospermas, distribuídas em 62 famílias botânicas (LISTA DE ESPÉCIES DA FLORA

DO BRASIL, 2013). A Caatinga contém uma grande variedade de tipos vegetacionais, com elevado número de espécies e também remanescentes de vegetação ainda bem preservada, que incluem um número expressivo de táxons raros e endêmicos (GIULIETTI et al., 2003).

A diversidade de plantas medicinais conhecida na Caatinga é elevada, e sua obtenção na própria comunidade sugere uma forte correlação entre uso e conhecimento tradicional dessas plantas (MARTINS, 2012). Apesar dessa riqueza vegetal e de conhecimentos, e do risco envolvido nas práticas extrativistas e agropastoris insustentáveis que vêm reduzindo drasticamente suas populações de espécies, poucos são os estudos relacionados ao conhecimento envolvendo o uso e o manejo de plantas medicinais nesse bioma. Esse fato é ainda mais agravado por se tratar de um ecossistema pouco valorizado, considerado durante muito tempo como pobre em biodiversidade (TROVÃO et al., 2004).

Com 95% de sua cobertura vegetal inserida neste bioma, o Rio Grande do Norte, também possui uma grande carência de estudos relacionados às plantas medicinais sob uma abordagem etnobotânica, embora, recentemente, alguns tenham sido desenvolvidos (GUERRA et al., 2007; TORRES et al., 2007; MOSCA; LOIOLA, 2009; GUERRA et al., 2010; LOIOLA et al., 2010; ROQUE et al., 2010; SILVA; FREIRE, 2010; FREITAS et al., 2011; MORAIS, 2011; PAULINO et al., 2011; FREITAS et al., 2012; PAULINO et al., 2012).

Dessa forma, torna-se essencial o desenvolvimento de estudos com enfoque etnobotânico sobre as plantas utilizadas para fins medicinais no município de Mossoró-RN. A realização desses estudos proporcionará a valorização, o resgate e a preservação do conhecimento que foi, ao longo do tempo, acumulado pelas gerações, sobre as formas de uso e manejo das plantas medicinais, podendo, também, subsidiar trabalhos sobre o uso sustentável da biodiversidade. Assim, o presente trabalho teve como objetivo resgatar os conhecimentos tradicionais a respeito do uso, manejo e conservação de plantas medicinais na comunidade São João da Várzea, Mossoró, RN.

1 Área de estudo e comunidade

A área de estudo está localizada às margens da RN 117, no sentido Mossoró - Governador Dix Sept Rosado, nas coordenadas 5° 18' 19,5" Sul e 037° 24' 46,8" Oeste, altitude de 28m, distante 18 km da sede do município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte. Mossoró possui um clima do tipo muito quente e semiárido, com estação chuvosa atrasando-se para o outono; precipitação pluviométrica média anual de 695,8mm; o período chuvoso ocorre entre os meses de fevereiro a abril com temperaturas médias anuais variando de 27,4 °C acompanhada de uma umidade relativa média anual de 70% e 2.700 horas de insolação (IDEMA, [s.d.]).

De acordo com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER, 2012), a comunidade São João da Várzea está inserida no Polo Passagem do Rio, que é composto por cerca de 400 famílias distribuídas em 11 comunidades e dois Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A comunidade é composta por 53 famílias que têm como principais atividades econômicas o cultivo de milho (*Zea mays* L.) e feijão (*Vigna unguiculata* L. Walp.) em condições de sequeiro, a produção de hortaliças e forrageiras, a pecuária de pequeno porte, abrangendo bovinocultura leiteira e de corte, ovinocaprinocultura e criação de aves caipiras, o extrativismo de palha e cera de carnaubeira (*Copernicia prunifera* (Mill.) H. E. Moore), a extração de rocha calcária e empregos fixos e temporários em cerâmicas localizadas na própria comunidade ou em comunidades vizinhas.

2 Metodologia

Primeiramente, foi realizada uma visita à liderança da comunidade, por intermédio de técnicos da Unidade Local da EMATER-RN. Essa liderança representou papel fundamental no desenvolvimento deste trabalho, fornecendo informações sobre a comunidade, ajudando na articulação e realização das oficinas e agindo como mediador nos primeiros contatos com os informantes.

Durante as visitas e entrevistas realizadas, foi possível identificar os informantes que possuíam uma maior afinidade e

envolvimento com o uso de plantas medicinais. Nesse contexto, foram selecionadas duas informantes-chaves para colaborar mais ativamente na pesquisa. A concepção de informante-chave adotada nesse trabalho baseou-se na maior riqueza de informações sobre o uso e manejo de plantas medicinais, o que tende a refletir em um maior conhecimento a respeito desses recursos (AMOROZO; VIERTLER, 2010). Assim, para a seleção das informantes-chaves, foi utilizada a amostragem não probabilística, que consiste em escolher os elementos da população de forma intencional (ALBUQUERQUE et al., 2010a).

A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2012, com abordagem qualitativa, relativa a um nível de realidade que não pode ser quantificado, correspondendo ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, representando um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003). Dessa forma, foram realizadas entrevistas informais e semiestruturadas, observação direta e participante, história de vida, lista livre e turnê guiada ou “walk-in-the-woods”, de acordo com as metodologias propostas por Albuquerque et al. (2010b) e Amorozo e Viertler (2010).

As informações obtidas foram, com a devida autorização dos entrevistados, registradas com o auxílio de um gravador portátil (Mp4) e fotografadas com câmera digital. Além disso, foram utilizadas as técnicas de anotação simultânea da comunicação e uso de diário de campo para informações adicionais. Todas as informações foram anotadas conforme obtidas nos questionários e entrevistas, empregando-se as mesmas terminologias usadas pelos informantes.

A maioria das plantas medicinais citadas durante as entrevistas foram encontradas durante a turnê-guiada, sendo, nesses casos, detalhadamente fotografadas, para posterior confirmação da identificação botânica através de bibliografia especializada (LORENZI; MATOS, 2002; MAIA, 2004; LORENZI, 2006; LORENZI; SOUZA, 2008). Algumas espécies foram herborizadas de acordo com técnicas estabelecidas em coletas botânicas, para posterior identificação taxonômica por especialistas. O sistema de classificação de plantas utilizado foi

o do *Angiosperm Phylogeny Group*, conhecido como APG II (APG, 2003). A nomenclatura das espécies e seus autores foram confirmados utilizando-se a base de dados Trópicos[®] do Missouri Botanical Garden (TRÓPICOS, s.d.).

3 Resultados e discussão

É marcante a constatação pelas informantes do desaparecimento de antigas áreas de coleta e de suas plantas. As informações referentes às espécies citadas como medicinais e encontradas nos ambientes percorridos durante as trilhas encontram-se na Tabela 1.

Aqui tinha muito era papaconha, morreu tudinho. É no chão, estiradinha, bem alvinha a raizinha dela. Tinha batata de purga também, agora era grandona ela, ela nasce nos cantos do mofumbo. Mas não tem não, numa seca dessa ninguém ver elas não, só ver no inverno. (M. M. C. P., 63 anos).

As 41 espécies identificadas estão distribuídas em 28 famílias botânicas, sendo

observada uma maior diversidade de plantas medicinais citadas por Dona Maria, que respondeu por 60,5% e 64,0% das famílias e espécies encontradas, respectivamente. A família com maior número de espécie foi a Euphorbiaceae (5 spp.), representada por velame (*Croton campestris* A. St. Hil.), marmeleiro preto (*Croton sonderianus* Müll. Arg.), pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia* L.), pinhão (*Jatropha mollissima* (Pohl) Baill.) e carrapateira (*Ricinus communis* L.). O destaque dessa família deve-se, provavelmente, à grande resistência dessas espécies à deficiência hídrica, consequência da estiagem ocorrida no município e em toda região semiárida no ano de 2012, ano em que foi realizada a pesquisa de campo. Em um estudo etnobotânico da flora da caatinga realizado em dois municípios do estado de Alagoas, Almeida et al. (2005) constataram que a família Euphorbiaceae (18 spp.) foi a que contribuiu com o maior número de espécies.

Tabela 1 – Espécies citadas para fins medicinais por informantes-chaves encontradas nos espaços domésticos e entorno de suas unidades produtivas de São João da Várzea, Mossoró, RN. LO= Local de ocorrência; D= Espaços domésticos; E= Entorno. IC= Informante-chave: A= D. Maria (M. M. C. P., 63 anos); B= D. Lúcia (L. M. S., 60 anos). PU= Parte usada: a= Bulbo; b= Casca; c= Caule; d= Flor; e= Folha; f= Fruto; g= Látex; h= Semente. NPU= Número de parte usada. IT= Indicação terapêutica. NIT= Número de indicação terapêutica. FU= Forma de uso: A= *In natura*; B= Suco; C= Lamberdor; D= Compressa; E= Decocção; F= Maceração; G= Infusão; H= Óleo. NFU= Número de forma de uso por espécie.

Família/Espécie	Etnoespécie	LO	IC	PU (NPU)	IT	NIT	FU	NFU	Modo de preparo
AMARYLLIDACEAE									
<i>Allium cepa</i> L.	Cebola de cabeça	E	B	a (1)	Gripe	1	F	1	MACERAÇÃO: Coloca a cebola com açúcar no sereno e toma o mel.
<i>Allium sativum</i> L.	Alho	E	B	a (1)	Crise de garganta	1	C, E	2	DECOCÇÃO: Assa os dentes pilados e depois faz o chá. LAMBEDOR: Cozinha o alho, coloca açúcar de deixa apurar.
ANACARDIACEAE									
<i>Myrcodruon urundeuva</i> Allemão	Aroeira	E	A, B	b (1)	Gripe, dor nas costas		C		LAMBEDOR: Cozinha a casca madura, coloca açúcar e deixa apurar. Para dor nas costas junta com casca de cumaru.
		E	B	b (1)	Ferimento	5	A, E	3	IN NATURA: Pisa a casca e coloca o pó em cima do ferimento. DECOCÇÃO: Cozinha a casca e lava o ferimento.
		E	B	b (1)	Bronquite, inflamação		C		LAMBEDOR: Cozinha a casca, bota açúcar e deixa apurar.
APOCYNACEAE									
<i>Aspidosperma pyrifolium</i> Mart.	Pereiro	D, E	A	b (1)	Piolho em animais		F		MACERAÇÃO: Coloca a casca de molho na água e dá banho nos animais.
		E	B	b (1)	Piolho de animais	1	E	2	DECOCÇÃO: Cozinha a casca e banha os animais 2 ou 3 vezes, dependendo da infestação.
<i>Calotropis procera</i> (Aiton) W.T. Aiton	Rosa cera	E	A	g (1)	Dor de dente, verruga	2	A	1	IN NATURA: Coloca o látex em cima do dente ou da verruga.
<i>Catharanthus roseus</i> (L.) Don.	Boa noite, bom dia	D	A	d (1)	Ferida na boca, garganta inflamada	2	G	1	INFUSÃO: 3 flores brancas + 3 flores rosas + água quente e abafa.

Família/Espécie	Etnoespécie	LO	IC	PU (NPU)	IT	NIT	FU	NFU	Modo de preparo
ARECACEAE									
<i>Cocos nucifera</i> L.	D, E	A, B	h (1)	"Fastio", fraqueza, dor no estômago, febre, infecção intestinal			A		IN NATURA: Bebe a água de coco várias vezes ao dia.
	D, E	A, B	h (1)	Dor de ouvido			H		ÓLEO: Molha o algodão com o óleo de coco e coloca no ouvido.
	D, E	B	f (1)	"Tiriça"	12		E	3	DECOCÇÃO: Cozinha o bago (casca) do coco e dá o chá ou banho na criança.
	D, E	B	h (1)	Dor de cabeça, "afrouxar" a gripe			H		ÓLEO: Rala o miolo do coco, esfrega com água morna, tira a nata e bota no fogo pra apurar. Passa na cabeça.
	D, E	B	h (1)	Cansaço			H		ÓLEO: Rala o miolo do coco, esfrega com água morna, tira a nata e bota no fogo pra apurar. Massageia os peitos.
	D, E	A, B	h (1)	Garganta inflamada, dor na garganta, prurido			H		ÓLEO: Rala o miolo do coco, esfrega com água morna, tira a nata e bota no fogo pra apurar. Bebe uma colherzinha.
ASPHODELACEAE									
<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	D	A	e (1)	Piolho em pessoas			A		IN NATURA: Mistura a seiva da folha com shampoo e lava o cabelo.
	D	A	e (1)	Hemorroida, inflamação, ferimentos	5		A, C	3	IN NATURA: Abre a folha, passa o algodão na mucilagem e passa no local. LAMBEDOR: Raspa a folha, retirando toda a seiva e faz o mel com açúcar.
	D	A	e (1)	Câncer			B		SUCO: Bate no liquidificador a seiva de 2 folhas com 1L de vinho. Toma 2 colheres de sopa por dia.
BURSERACEAE									
<i>Commiphora leptophloea</i> (Mart.) J. B. Gillett	E	A	b (1)	Gripe	1		C	1	LAMBEDOR: Cozinha a casca, coloca o açúcar e deixa apurar
CARICACEAE									
<i>Carica papaya</i> L.	D	A	d (1)	Comida que faz mal	1		E	1	DECOCÇÃO: Flor + água e ferve. Toma sem açúcar.
COMBRETACEAE									
<i>Combretum leptrosium</i> Mart.	D, E	A	b, f (2)	Tosse	1		A, C	2	IN NATURA: chupa o fruto maduro. LAMBEDOR: cozinha a casca madura até a água ficar vermelha, bota açúcar e deixa apurar.

Família/Espécie	Etnoespécie	LO	IC	PU (NPU)	IT	NIT	FU	NFU	Modo de preparo
CONVOLVULACEAE									
<i>Ipomoea asarifolia</i> (Destr.) Roem. & Schult.	Salsa	D	A	c, d, e (3)	Lepra, coceira, ferida	1	E	1	DECOCÇÃO: Cozinha o galho todo e toma banho sem usar sabonete. Pode fazer pra usar todos os dias.
CRASSULACEAE									
<i>Bryophyllum pinnatum</i> (Lam.) Oken	Corama, courama	D	A	c, e (2)	Dor nas "urinas", dor, gripe, inflamação, febre	5	C, E	2	DECOCÇÃO: Galinho + água e ferve. LAMBEDOR: Cozinha, coa, coloca o açúcar e deixa no fogo para apurar. Tomar 1 colher 3 vezes ao dia.
<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Cambess.	Malvarisca	D	A	c, e (2)	Gripe, febre	2	C, E	2	DECOCÇÃO: Galinho + água e ferve. LAMBEDOR: Cozinha, coa, coloca o açúcar e deixa no fogo para apurar. Pode fazer junto com courama. Tomar 1 colher 3 vezes ao dia.
CUCURBITACEAE									
<i>Cucurbita pepo</i> L.	Jerimum	E	B	c (1)	Cólica de recém nascido, cólica de umbigo	1	E	1	DECOCÇÃO: Talo do caule + água e ferve.
<i>Momordica charantia</i> L.	Melão caetano	D	A	e (1)	Reumatismo	2	D	2	COMPRESSA: Amassa a folha, esquenta no fogo e coloca nas "juntas" (articulações). MACERAÇÃO: Amassa a folha, junta com água fria e aplica nos animais.
EUPHORBIAEAE									
<i>Croton campestris</i> A. St. Hil.	Velame	E	A	e (1)	Gripe	2	E	2	DECOCÇÃO: Cozinha a folha madura do velame.
<i>Croton sonderianus</i> Müll. Arg.	Marmeleiro preto	E	A	b (1)	Comida que faz mal	1	F	1	IN NATURA: Coloca o látex em cima da ferida. MACERAÇÃO: Tira a parte preta, usa a entrecasca. Coloca em água e deixa de molho. Bebe 4 copos.
<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Pinhão roxo	D	A	e (1)	Dor de cabeça	1	D, E	2	COMPRESSA: Amorna a folha e coloca na cabeça. DECOCÇÃO: Folha + água e ferve.
<i>Jatropha mollissima</i> (Pohl) Baill.	Pinhão	E	B	g (1)	Estancar sangue	3	A	1	IN NATURA: Coloca o látex em cima do ferimento. IN NATURA: Coloca 9 gotas de látex em 1 litro de leite e dá para o cachorro beber.
<i>Ricinus communis</i> L.	Carrapateira	E	A	f, h (2)	Veneno de cobra	2	H	1	IN NATURA: Bebe um pouco do látex. ÓLEO: Moi o cacho e faz o óleo. Tomar uma colherzinha.

Família/Espécie	Etnoespécie	LO	IC	PU (NPU)	IT	NIT	FU	NFU	Modo de preparo
FABACEA									
PAPILIONOIDEAE									
<i>Amburana cearensis</i> (Allemão) A.C. Sm.	Cumaru	E	A	b (1)	Gripe, sinusite, dor nas costas	3	C	1	LAMBEDOR: Cozinha a casca, coloca o açúcar e deixa apurar. Para dor nas costas, pode misturar com casca de aroeira.
FABACEA-CAESALPINIOIDEAE									
<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.	Jucá	E	A	b (1)	Dor nas costas, pancada	2	E	1	DECOCÇÃO: Cozinha a casca.
<i>Caesalpinia pyramidalis</i> Tul.	Catingueira	E	A	e (1)	Gripe, febre	3	C	1	LAMBEDOR: Cozinha a flor, coloca açúcar e deixa apurar no fogo. LAMBEDOR: Faz a "mesarina" (mel) da flor: Flor + 1 xícara de açúcar, "salpica" água e cozinha.
LAMIACEAE									
<i>Mentha X piperita</i> L.	Hortelã	D, E	A, B	c, e (2)	Gripe, pneumonia, bronquite, febre, dor	7	C, E, G	4	COMPRESSA: Amarra as folhinhas com pano na cabeça. INFUSÃO: galhinho + água quente e abafa. DECOCÇÃO: galhinho + água e ferve. LAMBEDOR: Cozinha o galhinho com limão e água, coloca açúcar e deixa apurar.
<i>Ocimum basilicum</i> L.	Manjeriço	E	A	c, d, e (3)	Sinusite, sangramento de nariz, febre	3	E	1	COMPRESSA: Coloca as folhinhas em um pano e coloca na cabeça. DECOCÇÃO: Ferve o galhinho, banha a cabeça e bebe o chá.
<i>Ocimum gratissimum</i> L.	Louro	E	B	c, d, e (3)	Dor de barriga, má digestão, diurético, digestivo, dor no estômago	5	E	1	DECOCÇÃO: Galhinhos + água e ferve.
<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	Malva	D	A	c, e (2)	Dor de cabeça, comida que faz mal	2	C, E	2	DECOCÇÃO: Galhinho + água e ferve. LAMBEDOR: Cozinha o galhinho, coa, coloca o açúcar e deixa no fogo para apurar.

Família/Espécie	Etnoespécie	LO	IC	PU (NPU)	IT	NIT	FU	NFU	Modo de preparo
LYTHRACEAE									
<i>Punica granatum</i> L.	Romã	D	A	f, h (2)	Garganta inflamada	2	A, C, E, F	4	IN NATURA: come as sementes; masca a casca do fruto. MACERAÇÃO: coloca a casca do fruto de molho e gargareja ou bebe. DECOCCÃO: casca do fruto + água e ferve. LAMBEDOR: cozinha a casca do fruto, coloca açúcar e deixa apurar. MACERAÇÃO: coloca a casca do fruto de molho e gargareja ou bebe. DECOCCÃO: casca do fruto + água e ferve. LAMBEDOR: cozinha a casca do fruto, coloca açúcar e deixa apurar.
MALPIGHIACEAE									
<i>Malpighia glabra</i> L.	Acerola	D	A	f (1)	Anemia, gripe, "fascio", febre	4	B, C	2	LAMBEDOR: Passa no liquidificador, cozinha, coa, bota o açúcar e deixa apurar. SUCO: Passa no liquidificador, coa e adoça.
MALVACEAE									
<i>Pseudobombax marginatum</i> (A. St.-Hil., Juss. & Camb.) A. Robyns	Embiratanha	E	A	b (1)	Dor nas costas, dor de dente	2	F	1	MACERAÇÃO: Coloca a casca de molho na água e toma a tarde.
MYRTACEAE									
<i>Psidium guajava</i> L.	Goiabeira	D	A	e (1)	Comida que faz mal, dor de barriga	2	E	1	DECOCCÃO: 3 "olhinho" da goiabeira ou folhas maduras + água e ferve
OLACACEAE									
<i>Ximenia americana</i> L.	Ameixa	E	B	b (1)	Cicatrizante de ferimentos	1	A, E	2	IN NATURA: Pisa a casca e coloca o pó em cima do ferimento. DECOCCÃO: Cozinha a casca e lava o ferimento.
PASSIFLORACEAE									
<i>Turnera ulmifolia</i> L.	Xanana	D	B	d (1)	Gripe	2	C	2	LAMBEDOR: Cozinha a flor, coloca o açúcar e deixa apurar. COMPRESSA: Pisa a flor e faz "emplasto" no tumor.
POACEAE									
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	Capim santo	D	A	e (1)	Dor, inflamação	2	E	1	DECOCCÃO: Folha + água e ferve até ficar verdinho.

Família/Espécie	Etnoespécie	LO	IC	PU (NPU)	IT	NIT	FU	NFU	Modo de preparo
RHAMNACEAE									
<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart.	Juazeiro	D, E	A	b, e (2)	Coceira, feridas na cabeça	4	A, E	4	IN NATURA: Tira a casca grossa, raspa o caule, bota a raspa no pano fino, mergulha em água e dá banho. Coloca a raspa da casca em uma fralda, vai molhando e passando nas feridas. DECOCCÃO: faz o chá das folhas maduras. LAMBEDOR: Raspa a casca, bate até fazer espuma e tira a espuma (tira 9 espumas, ou seja, lava 9 vezes). Depois leva a água ao fogo com açúcar para fazer o lambedor. MACERAÇÃO: Raspa a casca, bate até fazer espuma e tira a espuma (tira 9 espumas, ou seja, lava 9 vezes). Lava o cabelo.
RUBIACEAE									
<i>Tocoyena guianensis</i> K. Schum.	Jenipapo	E	A	b (1)	Quebradura (fratura de ossos), pancada	2	E	2	DECOCCÃO: Cozinha a casca. Depois molha um pano e amarra no local da pancada ou da fratura. COMPRESSA: Faz o emplastro do pó da casca + clara de ovo, bota em cima da fratura do osso quebrado e deixa lá até desaparecer. Quando o emplastro sair todo, passa óleo de coco e massageia.
RUTACEAE									
<i>Citrus X limonia</i> (L.) Osbeck	Limão	D	A	e, f (2)	Dor de barriga, anemia, enjoo	4	B, E	3	SUCO: Espreme 2 limões + água gelada + sal. DECOCCÃO: Folhas + água e ferve até ficar bem verdinho. IN NATURA: Chupa 1 "quartinho" todo dia
SAPOTACEAE									
<i>Sideroxylon obtusifolium</i> (Roem. & Schult.) T. D. Penn.	Quixabeira	E	B	b (1)	Inflamação, bronquite, inflamação de útero	3	F	1	MACERAÇÃO: Deixa a casca de molho de um dia pro outro e bebe.
SOLANACEAE									
<i>Solanum melongena</i> L.	Berinjela	E	B	f (1)	Colesterol alto	1	B	1	SUCO: Fazer o suco do fruto com laranja e sem açúcar. Tomar 1 copo por dia em jejum.
VERBENACEAE									
<i>Lippia alba</i> (Mill.) N. E. Br. ex Britton & P. Wilson	Br. Cidreira, erva cidreira	D, E	A, B	c, d, e (3)	Dor de barriga, cólica, maldade que faz mal, calmante	3	E	1	DECOCCÃO: 3 galhinhos + 1 copo de água e ferve até ficar verdinho. Pode misturar com capim santo.

Outras famílias botânicas que se destacaram no estudo foram Lamiaceae (4 spp.), Apocynaceae (3 spp.), Amaryllidaceae (2 spp.), Crassulaceae (2 spp.) e Cucurbitaceae (2 spp.). As demais famílias identificadas foram representadas por apenas uma espécie cada. De todas as espécies citadas, apenas 4 foram encontradas nas duas trilhas realizadas, são elas: aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão), coqueiro (*Cocos nucifera* L.), hortelã (*Mentha X piperita* L.) e cidreira ou erva cidreira (*Lippia alba* (Mill.) N. E. Br. ex Britton & P. Wilson).

Com a finalidade de orientar estudos e pesquisas que possam subsidiar a elaboração da lista de plantas medicinais e fitoterápicos a serem disponibilizados para uso da população, com segurança e eficácia para o tratamento de determinada doença, o Ministério da Saúde divulgou, em fevereiro de 2009, a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS RENISUS (BRASIL, 2009). Nessa lista constam 71 plantas medicinais que apresentam potencial para gerar produtos de interesse ao Sistema Único de Saúde.

Das 41 espécies citadas e encontradas nos ambientes percorridos durante as trilhas, apenas 10 (24,4%) encontram-se na RENISUS, são elas: *Allium sativum* L., *Aloe vera* (L.) Burm. f., *Bryophyllum pinnatum* (Lam.) Oken, *Caesalpinia ferrea* Mart., *Jatropha gossypifolia* L., *Mentha X piperita* L., *Momordica charantia* L., *Ocimum gratissimum* L., *Psidium guajava* L. e *Punica granatum* L. Resultados semelhantes foram encontrados por Giraldi e Hanazaki (2010) que, estudando o uso e o conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão, em Florianópolis-SC, constataram 23 (20%) espécies na RENISUS, do total de 114 citadas como medicinal. Estes resultados demonstram a importância de estudos etnobotânicos na divulgação de espécies utilizadas em diferentes regiões com potencial para serem incluídas na RENISUS.

A maioria das espécies encontradas (73,2%) possui mais de uma indicação terapêutica, destacando-se o coqueiro (*Cocos nucifera* L.), que teve seu uso associado ao tratamento de 12 afecções, a saber: “fastio”, fraqueza, dor no estômago, febre, infecção intestinal, dor de ouvido, “tiriça”, dor de cabeça, garganta inflamada/dor na garganta, gripe, “cansaço” e privação. Para utilização

como medicinal do coqueiro (*Cocos nucifera* L.), foram citadas três modos de preparo e uso, destacando-se o óleo e o consumo *in natura* (água de coco), com seis e cinco indicações terapêuticas, respectivamente. O uso através da decocção foi relatado por uma das informantes-chaves para apenas uma indicação terapêutica, a “tiriça”.

A água é soro, quando não tem o soro pra aplicar, a gente dá água de coco. A maior parte é pra febre, infecção intestinal, os médicos passam muito água de coco. [...] O óleo do coco é pra garganta, também pra untar o cabelo, assim, quando você tá com dor de cabeça, usa o óleo pra passar a dor de cabeça, pra cansaço também, a pessoa cansada gosta de passar, assim, nos peitos, passa na cabeça também pra ‘afrochar’ a gripe, quando a pessoa tá com a gripe muito forte. [...] Até pra dor de ouvido, usa também. Molha numa ‘lanzinha’ de algodão, ele morno e bota no ouvido. [...] Até a casca dele é pra ‘tiriça’, você faz o banho pra banhar a criança que tem ‘tiriça’ e é em primeiro lugar. [...] Pega, cozinha o bago do coco, dá o banho, e também, se você quiser, pega aquele chá, coloca na geladeira e fica dando pro bebê. Não tem ‘tiriça’ que se agunte, vai embora mesmo. (L. M. S, 60 anos).

O coco é o óleo, serve pra dor na garganta, pra dor de ouvido, você molha o algodão e coloca no ouvido. Quem é privado bebe, assim, um pouquinho. [...] A água de coco de soro pra quem tá com fastio, fraqueza, serve também pra dor no estômago. (M. M. C. P., 63 anos).

As informantes-chaves citaram um total de 53 indicações terapêuticas. Destas, uma se referiu ao tratamento de doença em animais domésticos e quatro às alternativas de controle de ectoparasitas, tanto em humanos como em animais domésticos. O maior número de espécies medicinais foi indicado para o tratamento de gripe (12 spp.), dor de barriga (diarreia) (9 spp.), má digestão, “comida que faz mal”, digestivo (7 spp.), febre (7 spp.) e inflamações gerais, inflamação (6 spp.).

Mosca e Loiola (2009), em estudo sobre o uso popular de plantas medicinais no Rio Grande do Norte verificaram que várias espécies de plantas foram citadas para os mesmos grupos de doenças por sistemas corporais, sendo que o tratamento de gripe/garganta/ouvido foi o mais citado. Medeiros et al. (2004) também encontraram o maior número de

espécies para o tratamento da gripe, entre os moradores entrevistados em Mangaratiba-RJ.

Ao longo das entrevistas, pôde-se observar a utilização de termos populares e regionalizados para designar as doenças citadas pelas duas informantes-chaves. O uso dessas denominações sugere a existência de uma classificação desenvolvida por cada uma a partir de conhecimentos próprios e da comunidade em geral acumulados ao longo do tempo. Algumas dessas doenças foram citadas e descritas, mesmo não se tendo indicado uso de plantas para o tratamento de algumas delas. As principais foram: “mau olhado”, “tiriça”, “posta”, “trombose, ramo ou AVC”, “íngua ou landra” e “cobreiro”.

O “mau olhado”, diz que é o sangue da pessoa. [...] Não é de maldade não, é o sangue da pessoa mesmo que olha e aquela árvore morre, o menino fica doente. [...] A ‘tiriça’ é aquela que o menino fica todo amarelinho. [...] Posta é quando você leva uma pancada, aí o sangue fica coalhado. [...] Cobreiro é uma doença que dá, ela começa toda vermelha, que não pode encostar, dá até na criança. [...] Diz que se encostar uma ponta na outra a pessoa morre. Diz que pega de bicho que ferroa, mas não é não, é do sangue mesmo. [...] Íngua dá quando você pega uma ferida, aí tá muito inflamada aí forma. Vem de inflamação, de toda inflamação que você tiver. [...] Chama landra também. (M. M. C. P., 63 anos).

A influência da medicina ocidental no sistema terapêutico desenvolvido e utilizado por Dona Lúcia foi observada através da introdução de novas doenças, como o colesterol, que passou a fazer parte de sua rotina recentemente.

Antigamente a trombose era chamado de ramo, mas os médicos mudaram e agora não é mais nem trombose, já é outro nome, é AVC. (M. M. C. P., 63 anos).

Antigamente o AVC de hoje, que é a trombose, que já foi rama, e daí vai mudando os nomes, né? Aí meu avô conseguia curar o povo sabe com quê? Com gergelim e hortelã. (L. M. S., 60 anos).

Antigamente as pessoas fortes, gordas, não existia problema, n’era? Mas agora é engraçado, agora a pessoa não pode mais ficar forte, porque invés de ser uma pessoa forte, aí é a mais fraca do mundo, porque tem só musculatura, por dentro o colesterol “véi” sobe, né? (L. M. S., 60 anos).

Durante a entrevista foram citados diferentes formas de uso e preparo das plantas medicinais, sendo agrupadas em oito categorias definidas neste trabalho da seguinte maneira: consumo *in natura*, refere-se à utilização das partes das plantas que não passaram por processo de preparo ou manipulação; suco, obtido a partir de partes vegetais, principalmente frutos, espremidos ou triturados em liquidificador com água ou vinho e, em seguida, coados; compressa, consiste em colocar folhas, flores frescas e pó da casca, geralmente quentes, em contato direto com o local afetado, normalmente com auxílio de pedaços de tecido de algodão; óleo, obtido através de sementes espremidas, podendo-se utilizar o fogo no processo; infusão, obtido juntando-se água fervente sobre pedaços pequenos das partes vegetais, especialmente folhas, em um recipiente que permanece tampado por um período de 5 a 10 minutos, quando, então, é coado; decocção, obtido através do cozimento das partes vegetais por um período de 5 a 10 minutos dependendo da parte da planta em recipiente tampado; maceração, consiste em colocar as partes vegetais amassadas ou picadas em um recipiente contendo água e/ou açúcar por um período de repouso que depende da parte utilizada, podendo chegar a 24 horas; e lambedor, constitui a mistura de açúcar com chás, obtidos por infusão ou decocção, deixando-se no fogo ou no sereno até desmanchar o açúcar.

De um modo geral, a forma de uso que mais se destacou foi a decocção, sendo citada como único ou alternativo modo de preparo de 24 espécies medicinais. A decocção também foi citada como a forma de preparo mais utilizada em outros estudos etnobotânicos (SILVA; SABLAYROLLES, 2009; SIVIERO et al., 2012). Em vários momentos, as informantes citaram o uso de plantas associadas a outras, sobretudo quando usadas na forma de lambedor. O lambedor correspondeu a 21,7% das citações, sendo indicado como formulação para 15 espécies medicinais. Esse aspecto demonstra o risco associado a quem ingere esses tipos de formulações, principalmente no tocante à interação química dos princípios ativos presentes nas diferentes plantas utilizadas.

A aroeira, a quixabeira, a papaconha, a catingueira, o jatobá, a malva e o hortelã pra

o lambedor de bronquite, pra bronquite, esse lambedor. Mistura sete qualidade de planta, a pessoa faz. Meu avô fazia com sete qualidade de planta pra quem tinha bronquite, , não era asma, bronquite mesmo. (L. M. S., 60 anos).

Outro aspecto observado foi a utilização de um critério de exclusão de algumas plantas para determinadas formas de preparo. Nesse sentido, Dona Maria classificou algumas plantas como “amargas”, não podendo estas ser utilizadas sob formulações que precisem ser ingeridas, como chás e lambedores.

Quando não amarga, não faz mal. O negócio que faz mal à pessoa é quando amarga. Qualquer coisinha que não amarga, não faz mal. [...] O pereiro, pra remédio, pra chá, pra gente não pode, só serve só pra banho de animal, se tiver piolho numa cabra, pode botar a casca do pereiro de molho que mata. (M. M. C. P., 63 anos).

Foram mencionadas 8 partes vegetais para uso medicinal, com destaque para as folhas que foram empregadas para 27,2% das preparações caseiras registradas para um total de 17 espécies. A maioria dos autores que trabalham com a etnobotânica de plantas medicinais também destaca a folha como a parte vegetal mais utilizada nessas preparações (MOSCA; LOIOLA, 2009; SILVA; SABLAYROLLES, 2009; GUERRA et al., 2010; FREITAS et al., 2012; SIVIERO et al., 2012).

Essa significativa maioria do uso de folhas deve-se, provavelmente, à frequente utilização de plantas medicinais herbáceas cultivadas em espaços domésticos. Almeida et al. (2005) afirmam que o grande número de ervas nas floras medicinais pode ser explicado, dentre outros fatores, pela existência de uma relação entre o tempo de vida e o tipo de defesa da planta, baseada na constatação de que as plantas anuais apresentam maior toxicidade em relação às perenes, e essa toxicidade possui importância nas espécies empregadas como plantas medicinais. Um exemplo é a espécie anual *Catharanthus roseus* (L.) Don., citada neste trabalho como bom dia e boa noite, que, apesar de ser considerada planta daninha, produz vincristina e vimblastina, drogas usadas na quimioterapia para o tratamento de alguns tipos de câncer (STEPP; MOERMAN, 2001).

Segundo Castellucci et al. (2000), o amplo uso das folhas no preparo de remédios ca-

seiros pode estar relacionado com a facilidade de colheita, uma vez que estão disponíveis na maior parte do ano. Outros estudos alegam que a maioria das espécies vegetais tende a concentrar os princípios ativos nas folhas, fornecendo indicativo importante na estratégia de defesa contra herbivoria (STEPP, 2004), o que corrobora a importância do uso dessas partes vegetais de plantas medicinais.

As cascas também tiveram grande expressão nos resultados encontrados, respondendo pela utilização em 22,2% das preparações de 12 espécies. Esses resultados podem ser justificados pela maior resistência de espécies arbustivas e arbóreas às condições climáticas predominantes na região semiárida, aumentando, conseqüentemente, a disponibilidade das cascas. Oliveira et al. (2005), em estudo etnobotânico realizado em Riachão de Malhada de Pedra, município de Caruaru-PE, verificaram que para 76% das espécies a maior pressão é sobre as cascas do caule, largamente usadas por estarem disponíveis o ano todo. Sobre esse aspecto, Albuquerque e Andrade (2002) enfatizam que normalmente o caule ou sua casca é preferencialmente mais coletado para uso medicinal na caatinga, devido à continuada oferta temporal do recurso. De acordo com Ferraz et al. (2005), as árvores têm maior uso por se constituírem em recurso permanente, enquanto as espécies herbáceas estão ausentes na estação seca.

De árvore usa a casca, é a casca. É a casca da aroeira, a casca do cumaru, casca da imburana, tudo é pra fazer remédio. (M. M. C. P., 63 anos).

As partes das plantas a serem utilizadas só são coletadas no momento que se verifica a necessidade, não havendo armazenamento delas por nenhuma das informantes-chaves. No momento da coleta, alguns aspectos são considerados por Dona Maria, conforme relato abaixo.

A folha da goiaba serve se for a madura, que é pra dor de barriga, ou o ‘olho’, é três ‘oinho’. O velame é pra chá também, é a folha madura. [...] As cascas, casca de aroeira, só serve madura, casca de mofumbo, a folha do velame, a folha da goiaba, tudo só serve madura ou os ‘oinho’. O marmeleiro, tanto faz. (M. M. C. P., 63 anos).

Observou-se que as duas informantes possuem concepções diferentes quanto à

dosagem indicada da planta ou do produto medicinal. Dona Maria considera importante o cuidado na administração da planta, utilizando o critério da idade da pessoa para definir a quantidade a ser ingerida. Enquanto isso, Dona Lúcia afirmou que não possui um critério estabelecido de dosagem que considere a idade ou o peso da pessoa na administração das plantas medicinais, sendo considerada apenas a necessidade e o desejo de cura, conforme constatado em seu relato de uso da quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium* (Roem. & Schult.) T. D. Penn.). Esse aspecto remete à concepção de que o uso de plantas medicinais não possui contraindicações, evidenciando os riscos de utilização indiscriminada dessas plantas.

Ninguém pode tomar nada exagerado, tudo tem o total. [...] Sendo criança é menos, sendo adulto aumenta a dose, porque também bem fraquinho não serve, né? (M. M. C. P., 63 anos).

A quixabeira é feita pra inflamação, mas principalmente para inflamação de útero. Quando tiver uma inflamação pode tomar a água dela que ela ajuda a desinflamar. [...] Toma um copo, toma xícara, toma colher, depende do organismo da pessoa, toma o tanto que quiser, não tem contraindicação, que tome uma 'medidinha' assim, uma colherzinha assim, não, você toma o tanto que quer. Meu avô dizia: 'você é quem sabe, se quiser ficar bom logo, tome muito remédio, vocês podem tomarem, agora se vocês não quiserem ficar bom logo, fiquem tomando de pingo em pingo', ele dizia. (L. M. S., 60 anos).

Considerações finais

A tradição e a sabedoria dos antepassados continuam regendo as práticas medicinais das informantes-chaves, mesmo sendo observada a influência da medicina ocidental no contexto de vida. Assim, o conhecimento sobre o uso das plantas medicinais, considerado por ambas como uma herança de seus avós, foi codificado através de experiências cotidianas e memorizado de acordo com convicções e necessidades próprias.

A realização deste estudo proporcionou o resgate, a valorização e a preservação do conhecimento tradicional e proporcionou a observação de aspectos fenológicos e de

conservação das espécies medicinais. Assim, o estudo pode contribuir para o desenvolvimento de alternativas mais sustentáveis de manejo dos recursos e também como base para outros estudos etnodirigidos no bioma caatinga.

Referências

- ALBUQUERQUE, U. P.; ANDRADE, L. H. C. Uso de recursos vegetais da caatinga: o caso do agreste do estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil). *Interciência*, Caracas, Venezuela, v. 27, n. 7, p. 336-346, jul. 2002.
- ALBUQUERQUE, U. P. *Etnobiologia e biodiversidade*. Recife: NUPPEA, 2005. 78 p.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; LINS NETO, E. M. F. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica*. Recife, PE: NUPPEA, 2010a. p. 21-37.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica*. Recife, PE: NUPPEA, 2010b. p. 39-64.
- ALMEIDA, C. F. C. B. R.; ALBUQUERQUE, U. P.; SILVA, T. C. L.; AMORIM, E. L. C.; MAIA, M. B. S. Como as pessoas selecionam plantas para o uso medicinal? Evidências da química e da ecologia. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALMEIDA, C. F. C. B. R.; MARINS, J. F. A. (Org.). *Tópicos em conservação, etnobotânica e etnofarmacologia de plantas medicinais e mágicas*. Recife: NUPPEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005. p. 263-286.
- AMOROZO, M. C. M.; VIERTLER, R. B. A abordagem qualitativa na coleta e análise de dados em etnobiologia e etnoecologia. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. (Org.). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica*. Recife, PE: NUPPEA, 2010. p. 67-82.
- ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP - APG. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG II. *Botanical Journal of the Linnean Society*, Londres, v. 141, n. 1, p. 399-436, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Renisus*. fev. 2009. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/07/renisus.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- CASTELLUCCI, S. et al. Plantas medicinais relatadas pela comunidade residente na Estação Ecológica de Jataí, município de Luís Antonio - SP: uma abordagem etnobotânica. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, SP, v. 3, n. 1, p. 51-60, 2000.
- CUNHA, S. A.; BORTOLOTTI, I. M. Etnobotânica de Plantas Medicinais no Assentamento Monjolinho, município de Anastácio, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, Belo Horizonte, MG, v. 25, n. 3, p. 685-698, 2011.

- FERRAZ, J. S. F.; MEUNIER, I. M. J.; ALBUQUERQUE, U. P. Conhecimento sobre espécies lenhosas úteis da mata ciliar do Riacho do Navio, Floresta, Pernambuco. *Zonas Áridas*, Lima, Peru, n. 9, p. 27-39, 2005.
- FREITAS, A. V. L.; COELHO, M. F. B.; MAIA, S. S. S.; AZEVEDO, R. A. B. A percepção dos quintais rurais por crianças de São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Mossoró, RN, v. 6, n. 2, p. 212-220, jul./set. 2011.
- FREITAS, A. V. L.; COELHO, M. F. B.; MAIA, S. S. S.; AZEVEDO, R. A. B. Plantas medicinais: um estudo etnobotânico nos quintais do Sítio Cruz, São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 48-59, jan./mar. 2012.
- GIRALDI, M.; HANAZAKI, N. Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão, Florianópolis, SC, Brasil. *Acta bot. bras.*, Belo Horizonte, MG, 24(2): 395-406, abr./jun. 2010.
- GIULIETTI, A. M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (Org.). *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, 2003. 382 p.
- GUERRA, A. M. N. M.; CUNHA NETO, J. R.; MARQUES, J. V. A. D.; PESSOA, M. F.; MARACAJÁ, P. B. Plantas medicinais e hortaliças usadas para cura de doenças em residências da cidade de Mossoró-RN. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Mossoró, RN, v. 2, n. 1, p. 70-77, jan./jul. 2007.
- GUERRA, A. M. N. M.; PESSOA, M. F.; SOUZA, C. S. M.; MARACAJÁ, P. B. Utilização de plantas medicinais pela comunidade rural Moacir Lucena, Apodi-RN. *Bioscience Journal*, Uberlândia, MG, v. 26, n. 3, p. 442-450, maio/jun. 2010.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). *Perfil do seu município*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_municipio.asp>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE (EMATER). *Diagnóstico das comunidades do Polo Passagem do Rio, Mossoró-RN*. Mossoró, RN: EMATER-RN, 2012. 54p.
- LISTA DE ESPÉCIES DA FLORA DO BRASIL 2013. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- LOIOLA, M. I. B.; PATERNO, G. B. C.; DINIZ, J. A.; CALADO, J. F.; OLIVEIRA, A. C. P. Leguminosas e seu potencial de uso em comunidades rurais de São Miguel do Gostoso – RN. *Revista Caatinga*, Mossoró, RN, v. 23, n. 3, p. 59-70, jul./set. 2010.
- LORENZI, H. *Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional*. 6. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2006. 339p.
- LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002. 512 p.
- LORENZI, H.; SOUZA, H. M. *Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras*. 4 ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 1088p.
- MACIEL, M. A. M.; PINTO, A. C.; VEIGA JR., V. F. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. *Química Nova*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 429-438, maio 2002.
- MAIA, G. N. *Caatinga: arvores e arbustos e suas utilidades*. São Paulo: D & Z, 2004. 413p.
- MARTINS, R. C. V. *Coleta e identificação de espécimes botânicos*. Belém: Embrapa, 2012. (Série Documentos, 143).
- MATOS, F. J. A. *Farmácias vivas: sistemas de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades*. 4. ed. Fortaleza: Editora UFC, 2002. 267p.
- MEDEIROS, M. F. T.; FONSECA, V. S.; ANDREATA, R. H. P. Plantas medicinais e seus usos pelos sítiantes da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. *Acta Botânica Brasileira*, Belo Horizonte, MG, v. 18, n. 2, p. 391-399, 2004.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-29.
- MORAIS, V. M. *Etnobotânica nos quintais da comunidade de Abderramant em Caraúbas-RN*. 2011. 112f. Tese (Doutorado em Fitotecnia: Área de concentração em Agricultura Tropical) - Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, RN, 2011.
- MOSCA, V. P.; LOIOLA, M. I. B. Uso popular de plantas medicinais no Rio Grande do Norte, nordeste do Brasil. *Revista Caatinga*, Mossoró, RN, v. 22, n. 4, p. 225-234, out./dez. 2009.
- OLIVEIRA, E. R.; MENINI NETO, L. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pelos moradores do povoado de Manejo, Lima Duarte – MG. *Rev. Bras. Pl. Med.*, Botucatu, SP, v. 14, n. 2, p. 311-320, 2012.
- OLIVEIRA, R. L. C.; LINS NETO, E. M. F.; ALBUQUERQUE, U. P.; ARAUJO, E. L. Prioridades de conservação de plantas medicinais. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALMEIDA, C. F. C. B. R.; MARINS, J. F. A. (Org.). *Tópicos em conservação, etnobotânica e etnofarmacologia de plantas medicinais e mágicas*. Recife: NUPEEA/ Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005. p. 165-188
- PASA, M. C.; ÁVILA, G. Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 195-204, jul./dez. 2010.
- PASA, M. C. Saber local e medicina popular: a etnobotânica em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, PA, v. 6, n. 1, p. 179-196, jan./abr. 2011.
- PAULINO, R. C.; HENRIQUES, G. P. S. A.; COELHO, M. F. B.; ARAUJO, P. V. N. Riqueza e importância das plantas medicinais do Rio Grande do Norte. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, João Pessoa, PB, v. 11, n. 1, p. 157-168, 2011.

- PAULINO, R. C.; HENRIQUES, G. P. S. A.; MOURA, O. N. S.; COELHO, M. F. B.; AZEVEDO, R. A. B. Medicinal plants at the Sítio do Gois, Apodi, Rio Grande do Norte State, Brazil. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, Curitiba, PR, v. 22, n. 1, p. 29-39, jan./fev. 2012.
- PILLA, M. A. C.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no distrito de Martim Francisco, município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, Belo Horizonte, MG, v. 20, n. 4, p. 789-802, 2006.
- RICARDO, L. G. P. S. *Estudos etnobotânicos e prospecção fitoquímica das plantas medicinais utilizadas na comunidade Horto, Juazeiro do Norte-CE*. 2011. 87 f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Florestais – Ecologia e Manejo dos Recursos Florestais) – Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, 2011.
- ROQUE, A. A.; ROCHA, R. M.; LOIOLA, M. I. B. Uso e diversidade de plantas medicinais da Caatinga na comunidade rural de Laginhas, município de Caicó, Rio Grande do Norte (Nordeste do Brasil). *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, SP, v. 12, n. 1, p. 31-42, jan./mar. 2010.
- SILVA, E. R. R.; SABLAYROLLES, M. G. P. Quintais agroflorestais por colonos migrantes: as plantas medicinais em Vila Nova, Mojuí dos Campos (Santarém/PA). CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGRO-FLORESTAIS, 7.: Diálogo e integração de saberes em sistemas agroflorestais para sociedades sustentáveis, 2009. *Anais...* Luziânia, 2009. p. 1-4.
- SILVA, T. S.; FREIRE, E. M. X. Abordagem etnobotânica sobre plantas medicinais citadas por populações do entorno de uma unidade de conservação da caatinga do Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, SP, v. 12, n. 4, p. 427-435, out./dez. 2010.
- SIVIERO, A.; DELUNARDO, T. A.; HAVERROTH, M.; OLIVEIRA, L. C.; MENDONÇA, A. M. S. Plantas medicinais em quintais urbanos de Rio Branco, Acre. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, Botucatu, SP, v. 14, n. 4, p. 598-610, out./dez. 2012.
- STEPP, J. R.; MOERMAN, D. E. The importance of weeds in ethnopharmacology. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 75, n. 1, p. 19-23, apr. 2001.
- STEPP, J. R. The role of weeds as sources of pharmaceuticals. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 92, p. 163-166, 2004.
- TORRES, D. F.; OLIVEIRA, E. S.; ALVES, R. R. N.; VASCONCELLOS, A. Levantamento etnoecológico da biodiversidade da península de Galinhos, Rio Grande do Norte. CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8. *Anais...* Caxambu, MG, 2007.
- TROPICOS. *Missouri Botanical Garden*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.tropicos.org>>. Acesso em: 8 jan. 2013.
- TROVÃO, D. M. B. M.; SILVA, S. C.; SILVA, A. B.; VIEIRA JUNIOR, R. L. Estudo comparativo entre três fisionomias de Caatinga no estado da Paraíba e análise do uso das espécies vegetais pelo homem nas áreas de estudo. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, Macapá, AP, v. 4, n. 2, p. 1-5, 2º sem. 2004.

Migração para áreas rurais do estado de Goiás: uma análise baseada nos dados do Censo Demográfico de 2010*

Migration to rural areas of the state of Goiás: an analysis based on data from the 2010 Demographic Census

La migration aux zones rurales de l'Etat de Goiás: une analyse depuis les données du Recensement Démographique de 2010

La migración para áreas rurales del estado Goiás: un análisis basado em los datos del Censo Demográfico de 2010

Priscila Casari**

(pricasari@gmail.com)

Lilian Lopes Ribeiro***

(liadiniz-21@hotmail.com)

João Pedro Tavares Damasceno**

(tavaresgyn@gmail.com)

Recebido em 16/09/2013; revisado e aprovado em 28/11/2013; aceito em 03/02/2014

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a migração para as áreas rurais de Goiás, relacionando-a ao desenvolvimento do estado e à seleção de migrantes. São utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 e apresentadas estatísticas descritivas sobre o volume de migrantes, sua origem e características socioeconômicas. Os resultados mostram que há expressivas diferenças socioeconômicas entre os migrantes oriundos de cada região, sendo que os migrantes vindos das regiões Norte e Nordeste são, em média, negativamente selecionados.

Palavras-chave: Migração. Desenvolvimento. Goiás.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the migration to rural areas of Goiás, relating to the development of the state and the selection of migrants. It is used data from Census 2010 and presented descriptive statistics on the volume of migrants, their origin and socioeconomic characteristics. The results show that there are significant socioeconomic differences among migrants from each region and that migrants from the North and Northeast are, on average, negatively selected.

Key words: Migration. Development. Goiás.

Résumé: L'objectif de cet article est d'analyser la migration aux zones rurales de Goiás en relation au développement de l'Etat et à la sélection des migrants. Ont été utilisées les données du Recensement Démographique de 2010 et des statistiques descriptives sont présentées sur le volume de migrants, leur origine et caractéristiques socio-économiques. Les résultats montrent qu'il existe des différences socio-économiques expressives entre les migrants originaires de chaque région et que les migrants originaires des régions Nord et Nor-est sont, en moyenne, négativement sélectionnés.

Mots-clés: Migration. Développement. Goiás.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la migración para áreas rurales de Goiás y su relación con el desarrollo del Estado y con la selección de migrantes. Son utilizados datos del Censo Demográfico de 2010 y presentadas estadísticas descriptivas sobre el volumen de migrantes, su origen y características socioeconómicas. Los resultados muestran que existen expresivas diferencias socioeconómicas entre los migrantes de distintas regiones, siendo que los migrantes originados de las regiones Norte y Nordeste del país son, en media, negativamente seleccionados.

Palabras clave: Migración. Desarrollo. Goiás.

Introdução

Segundo Oliveira et al. (2011), a região Centro-Oeste e, especificamente, o estado de Goiás, têm recebido um número expressivo de migrantes. Entretanto muito pouco de

sabe sobre esses migrantes. De forma geral, os estudos sobre a migração para Goiás têm um enfoque histórico e analisam dados até o ano 2000. Nesses estudos, fica clara a relação entre o desenvolvimento do estado de Goiás e a atração de migrantes.

* Este artigo é resultado do projeto de pesquisa "Migração e seleção: evidências para o desenvolvimento do estado de Goiás", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

** Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

*** Universidade Federal do Ceará, Sobral, CE, Brasil.

No entanto a migração em si também tem efeito sobre o desenvolvimento regional. Segundo Borjas (1987) e Chiswick (1999), os migrantes podem ser positivamente ou negativamente selecionados, dependendo de seu capital humano. Os migrantes positivamente selecionados podem ter efeitos positivos sobre o desenvolvimento da região, enquanto migrantes negativamente selecionados podem gerar efeitos negativos, especialmente, sobre o mercado de trabalho.

Dessa forma, as pesquisas sobre as características dos migrantes e sua inserção no mercado de trabalho são importantes para a elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento regional. Além disso, considera-se que há diferenças expressivas entre o mercado de trabalho rural e urbano que tornam mais apropriada a separação das áreas rurais e urbanas para a análise da migração.

A partir desse contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar a migração para as áreas rurais do estado de Goiás, sendo que, especificamente, procura-se descrever a evolução do volume de migrantes ao longo do tempo relacionando a migração ao desenvolvimento do estado; identificar o estado de origem dos indivíduos que migraram na última década; caracterizar os migrantes recentes¹ de acordo com sua região de origem, evidenciando aspectos relacionados à seleção destes.

Para atingir esses objetivos, apresenta-se a revisão da literatura que relaciona a migração ao desenvolvimento, e são utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 para apresentar estatísticas descritivas sobre o volume de migrantes em Goiás, sua origem e características socioeconômicas.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais cinco seções: a segunda seção apresenta uma revisão da literatura sobre migração para Goiás; a terceira seção discute aspectos teóricos sobre a relação entre migração e seleção; a quarta seção apresenta a metodologia; na quinta seção estão os resultados; e, na sexta seção, estão as considerações finais.

¹ Por migrantes recentes, entendem-se aquelas pessoas que migraram para as áreas rurais do Estado de Goiás na última década.

Revisão da literatura sobre a migração para o estado de Goiás

Nesta seção, procura-se apresentar a literatura recente sobre a migração para o estado de Goiás e a sua relação com o desenvolvimento regional. Percebe-se que há um consenso entre os autores que pesquisam o tema migração para o Estado de Goiás de que as principais mudanças econômico-populacionais no estado começaram a acontecer com o projeto de “Marcha para o Oeste”, a partir do Estado Novo, e, em seguida, com o “Plano de Metas”, no governo de Juscelino Kubitschek.

Com a “Marcha para o Oeste”, Goiás passou a ser fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e também um absorvedor de excedentes populacionais de outras regiões do país. Assim, a “Marcha para o Oeste” é, historicamente, para Cunha (2002) um marco no processo de migração para o Estado de Goiás.

Cunha (2002) apresenta um levantamento histórico sobre a migração para o Centro-Oeste brasileiro, no período de 1986 a 1996. Segundo o autor, a marcha para o Oeste é apresentada como um movimento importante na década de 1970, todavia o autor argumenta que, na década de 1980, houve uma diminuição dessa migração devido ao “esgotamento ou, simplesmente, a redução dos recursos destinados ao incentivo à colonização da agricultura, as mudanças de cultivo e modificações na estrutura fundiária” (CUNHA, 2002, p. 89). O autor ainda argumenta que essa redução permaneceu nos anos de 1990.

Para seu trabalho, Cunha (2002) utiliza dados censitários de 1991 e da contagem de 1996, buscando analisar as “características dos migrantes em termos demográficos, de inserção produtiva e de aspectos socioeconômicos, como educação e renda” (CUNHA, 2002, p. 90). Um dado importante apresentado pelo autor é que, nos anos 1970 e 1980, a migração enfrentou duas realidades: “a primeira ligada ao processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas e, a segunda, relativa ao crescimento de aglomerações urbanas, em geral, liberadas pelas capitais dos Estados” (CUNHA, 2002, p. 96).

Ao comparar a migração para o Estado de Goiás e para o Distrito Federal, Cunha (2002) afirma que a migração para o Distrito

Federal não foi influenciada pela fronteira agrícola, diferente de Goiás, que, por ter sido influenciada, deixou de ser um polo de atração nos anos 1980 e 1990.

Ao tratar especificamente do Estado de Goiás, Cunha (2002, p. 107) observa que, no período de 1986/1996,

[...] aumentou, ainda que timidamente, os seus volumes e taxas de imigração no período e viu seu saldo migratório elevar-se devido à tendência decrescente da emigração, fato que, em grande medida explica a manutenção de seu crescimento demográfico em níveis altos para os padrões brasileiros e até mesmo regionais.

Além disso, o autor apresenta a relação do Estado com o Distrito Federal com a chegada de nordestinos (principalmente os baianos) e que os mineiros são migrantes para o estado de Goiás nas décadas de 1980 e 1990.

Todavia o autor não faz distinção entre a zona urbana e a zona rural, o que deixa uma lacuna para que se possam verificar as relações entre a migração e o desenvolvimento rural do Estado de Goiás. São poucos os trabalhos que analisam a migração para as áreas rurais, podem ser citadas, além de Cunha (2002), algumas pesquisas que foram realizadas com o objetivo de investigar as características dos migrantes que se destinaram ao Estado de Goiás, como: Bezerra e Cleps Júnior (2004), Pádua (2008), Amaral (2009) e Amaral et al. (2007).

Bezerra e Cleps Júnior (2004) tratam do desenvolvimento agrícola e das transformações no espaço agrário do estado de Goiás. Segundo esses autores, nos anos 1950 e 1960, "a fronteira agrícola constitui uma "válvula de escape" para os problemas populacionais gerados pelo processo de urbanização" (BEZERRA; CLEPS JUNIOR, 2004, p. 35). Assim, os autores argumentam que o estado de Minas Gerais foi o principal responsável pela migração para Goiás nas áreas de fronteiras, seguidos pelos estados da região nordeste, como Maranhão e Bahia. Segundo esses autores:

A nova fronteira agrícola esteve assentada, durante um período, em projetos de colonização privados e estatais, que entram em crise, tanto por falta de interesse político como por falta de planejamento e investimentos. Os agricultores que viviam nos assentamentos foram gradativamente engolidos pelos latifundiários, expondo a ineficiência desses projetos. (BEZERRA; CLEPS JUNIOR, 2004, p. 35).

Pode-se observar na tabela abaixo, elaborada por Bezerra e Cleps Júnior (2004), os principais estados de origem dos migrantes para Goiás em 1940 e 1950:

Tabela 1 - Distribuição percentual dos migrantes conforme seu estado de origem

Estado	1940	1950
Minas Gerais	44,77	53,32
Maranhão	21,3	16,72
Bahia	20,66	15,74
São Paulo	4,63	5,41
Piauí	4,66	4,31
Outros	3,98	4,5

Outro autor que vem desenvolvendo importantes pesquisas sobre migração no Brasil e que tem muitos de seus trabalhos sobre a região Centro-Oeste é Ernesto Friedrich de Lima Amaral. Amaral et al. (2007) contribui com a literatura sobre as mudanças demográficas nos países em desenvolvimento e no estudo sobre o tamanho e a estrutura do mercado de trabalho e a educação da mão de obra no Brasil. Seu trabalho conclui que a oferta de mão de obra está crescendo rapidamente e em diferentes áreas do mercado de trabalho.

Em outra pesquisa, Amaral (2009) apresenta as características dos migrantes do Estado de Goiás e Distrito Federal em relação a sua região de origem e de destino. Seu trabalho teve como dados os Censos de 1980, 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e suas preocupações se pautaram na migração para os centros urbanos - atenção inversa do que se propõe o presente trabalho, mas que ajuda a caracterizar o fluxo migratório que se deu no Estado ao longo das últimas décadas.

Segundo Amaral (2009), no período de 1986 a 1990, a maioria dos migrantes com destino à Goiânia tinha como origem o próprio estado de Goiás (34,45%); em seguida, vieram migrantes da região Norte (27,40%); Nordeste (16,45%); Sudeste (13,29%); Distrito Federal (8,36%); Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (4,57%) e Sul (1,53%).

Em relação à zona rural, Pádua (2008) mostra que, nas décadas de 1940 e 1950, Goiás apresentou alto índice de ocupação da zona rural, todavia, a partir de 1960, a agricultura deixou de ser uma atividade atrativa para migrantes e perdeu esse posto para os

setores industriais e de serviços no estado de Goiás, que aumentaram sua participação na economia.

Pádua (2008) observa que a população rural de Goiás cresceu de 684.304, em 1940, para 1.701.569, em 1970, quando atingiu seu pico. A partir da década de 1980, a população rural vem decrescendo, sendo 606.583, em 2000. Segundo a autora, o motivo é “um processo de descolamento da população rural para as cidades, por causa da modernização agrícola do Estado que provocou o êxodo rural, e em busca de melhorias sociais que incrementam o fluxo migratório para a região” (PÁDUA, 2008, p. 31).

A autora analisa o crescimento demográfico de Goiás relacionando-o com o crescimento da economia no Estado. Em seu trabalho, verifica que o Produto Interno Bruto (PIB) da região tem crescido a taxas superiores à média nacional nas últimas décadas e que a migração populacional continua acelerada no território goiano, embora a expansão econômica não tenha sido suficiente à expansão da população economicamente ativa regional (PÁDUA, 2008, p. 7).

Mais recentemente, segundo Segplan (s.d.), entre os anos de 2002 e 2009, o PIB de Goiás passou de pouco mais de R\$ 37 milhões para quase R\$ 89 milhões. Esse crescimento foi acima da média nacional e levou ao aumento da participação no PIB nacional de 2,53% para 2,64%. Um reflexo desse crescimento é a atração de migrantes.

Dados de Oliveira et al. (2011) apontam que, entre os anos de 2004 e 2009, a região Centro Oeste recebeu 418 mil imigrantes, enquanto 281 mil emigraram. Um saldo migratório de 137 mil pessoas que consolida os estados do Centro Oeste brasileiro como polo de atração de população das demais regiões brasileiras. Em relação a Goiás, segundo Oliveira et al. (2011), o estado se caracteriza por receber grandes quantidades de migrantes oriundos de diversos estados, especialmente, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins e Maranhão.

Na próxima seção, são discutidos possíveis efeitos da migração sobre o desenvolvimento e a necessidade de políticas públicas.

Aspectos teóricos sobre a relação entre migração e seleção

Os migrantes positivamente selecionados, na concepção de Borjas (1987) e Chiswick (1999), apresentam maior nível de capital humano e têm um impacto forte na promoção do desenvolvimento da região receptora. Por outro lado, os migrantes negativamente selecionados têm menores níveis de capital humano e, portanto, demandam mais políticas públicas, principalmente, voltadas à educação e ao trabalho.

O primeiro autor a teorizar sobre seleção positiva em estudos de migração foi Borjas (1987). O objetivo de sua pesquisa, que teve sua hipótese comprovada, era de verificar se os imigrantes dos Estados Unidos formavam um grupo positivamente selecionado, ou seja, em média mais dotados de certos atributos cognitivos como: ambição, maior capacidade de adaptação, agressividade e empreendedorismo.

Anos depois, Borjas (1987) constatou também que os imigrantes oriundos de regiões ricas possuem salários mais altos por serem “dotados”, além de maiores atributos cognitivos, também de um maior nível de capital humano. E que esses imigrantes com tais atributos e alta formação escolar têm um impacto mais forte sobre o desenvolvimento da região receptora de tais imigrantes. Chiswick (1999) também comprovou que os imigrantes ganham mais que os nativos e justificou a superioridade nos salários como sendo fruto de seus atributos cognitivos. Desde o trabalho de Borjas (1987), inúmeras pesquisas sobre migração e seleção têm sido realizadas no mundo, algumas delas no Brasil. Apesar da vasta literatura internacional sobre o tema, no Brasil os estudos sobre migração e seleção são relativamente recentes. Destacam-se os trabalhos de Ramos e Araújo (1999); Santos Júnior (2002); Ferreira et al. (2003); Santos e Ferreira (2007) e Ribeiro e Correa (2009). Ferreira et al. (2003) e Santos e Ferreira (2007), com base em dados da PNAD de 2003, perceberam que no Brasil os migrantes são mais bem remunerados que os não-migrantes e também mais que seus conterrâneos que não migram.

Santos e Ferreira (2007), usando dados da PNAD de 2002, mostram que 19,94% da população brasileira constituíram-se de mi-

grantes naquele ano. De acordo com esses autores, esse percentual foi ainda maior no ano seguinte, atingindo 38,28%, utilizando-se a mesma base de dados. Os autores reforçam a assertiva de que os estados da região Centro-Oeste estão entre aqueles que mais recebem migrantes no País.

Diante das assertivas apresentadas e a escassez de pesquisas que tratem da migração para as áreas rurais do Estado de Goiás, este artigo visa contribuir com a literatura analisando a evolução da migração e trazendo evidências sobre a seleção e a necessidade de políticas públicas em Goiás.

Metodologia

Para atingir o objetivo de analisar a migração para as áreas rurais do estado de Goiás, são utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Essa base de dados foi escolhida, pois representa a totalidade da população brasileira, incluindo as áreas rurais, e traz informações detalhadas sobre migração.

No ano de 2010, segundo dados do Censo, a amostra da população rural do estado de Goiás foi de 114.751 pessoas, o que representa 582.787 residentes na zona rural. Neste artigo, a população estudada é formada pelos migrantes de outros estados residentes em áreas rurais de Goiás, sendo que a amostra é de 23.350 pessoas, que representa um total de 118.587 migrantes, indicando que 20,35% da população rural é migrante.

A partir desta amostra, calcula-se, inicialmente, o número de migrantes de acordo com a década de migração. Dessa forma, é apresentada a evolução da migração ao longo do tempo. É importante ressaltar que os números de migrantes calculados não refletem o total da migração para as áreas rurais de Goiás, mas sim as décadas em os atuais residentes da zona rural migraram para Goiás².

Em seguida, procura-se analisar mais detalhadamente a origem e as características socioeconômicas dos migrantes recentes, ou seja, daqueles que migraram para áreas rurais de Goiás de 2001 a 2010. Para tanto, descreve-se a distribuição dos migrantes por

estado de origem e também algumas características dos migrantes de acordo com sua região de origem (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Essas características são pessoais e relacionadas ao mercado de trabalho, quais sejam:

- sexo masculino: percentual de migrantes do sexo masculino;
- idade: idade média em anos;
- cores branca e amarela: percentual de migrantes das cores branca ou amarela;
- escolaridade: percentual de migrantes em cada nível de escolaridade, considerando-se ensino fundamental incompleto, ensino médio incompleto, ensino superior incompleto ou ensino superior completo ou mais;
- População Economicamente Ativa (PEA): percentual de migrantes que participam da PEA, sendo que a PEA é formada pelos indivíduos com dez anos ou mais de idade que estejam trabalhando ou procurando emprego;
- taxa de desemprego: percentual de migrantes desempregados (migrantes desempregados / migrantes que fazem parte da PEA);
- tipo de emprego: percentual de migrantes em cada tipo de emprego, considerando-se emprego formal, emprego informal, trabalhador por conta própria ou empregador; e
- rendimento total: rendimento mensal que inclui todas as fontes de renda, em R\$.

Assim, procura-se relacionar a migração ao desenvolvimento, além de evidenciar aspectos relacionados à seleção de migrantes.

Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados sobre a evolução do volume de migrantes, a origem dos indivíduos que migraram para as áreas rurais de Goiás na última década e também sobre as características dos migrantes recentes de acordo com sua região de origem.

A seguir, a figura 1 mostra o número de migrantes, da amostra do Censo 2010, residentes em áreas rurais de Goiás, por década de migração.

² Estão excluídos do número calculado de migrantes aqueles que migraram para áreas rurais de Goiás em um dado ano passado, porém não mais residem nessas áreas.

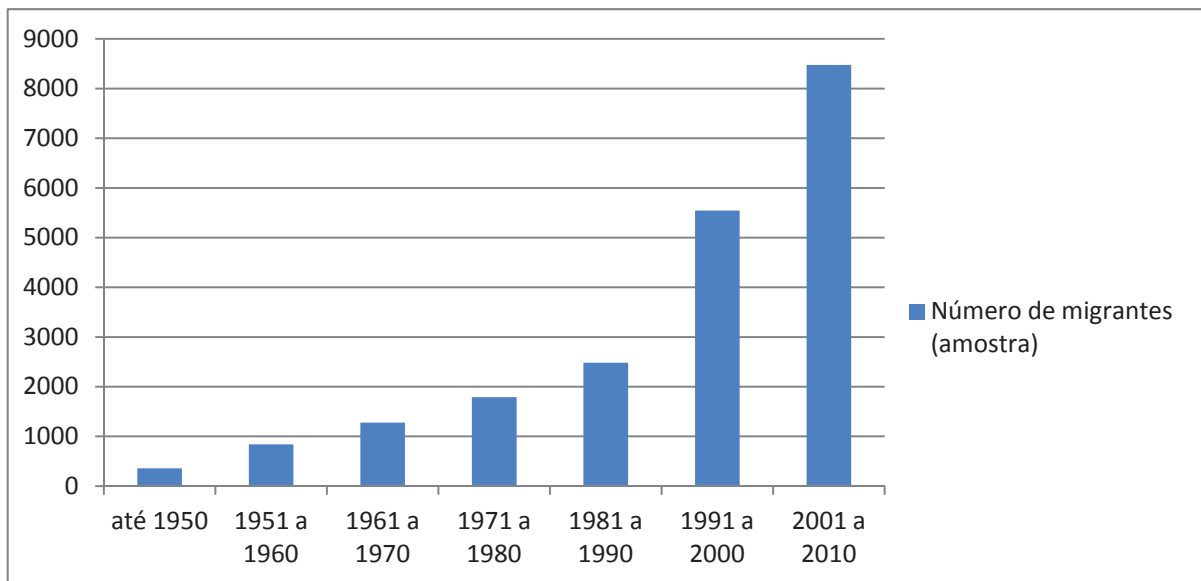


Figura 1 – Amostra do número de migrantes, residentes em áreas rurais de Goiás, por década de migração

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Censo 2010.

A partir dos dados da figura 1, é possível analisar a evolução da migração para a zona rural de Goiás. Verifica-se que, entre os atuais migrantes residentes em áreas rurais do estado, cerca de 1,71% migrou para Goiás até o ano de 1950; 4,04% migraram entre 1951 e 1960; 6,15%, de 1961 a 1970; 8,62%, de 1971 a 1980; 11,96%, de 1981 a 1990; 26,70%, de 1991 a 2000; e 40,81% migraram durante a última década, de 2001 a 2010. Considerando todos os migrantes da amostra, o tempo médio de residência no estado de Goiás é de 15,32 anos.

Com isso, pode-se concluir que, entre os atuais migrantes residentes em áreas rurais de Goiás, há uma elevada concentração, cerca de 67,51% destes, que se mudaram para o estado após 1991. Dessa forma, mesmo havendo redução da população rural, causada pela modernização da agropecuária, como evidenciado por Pádua (2008), observa-se que há um importante movimento migratório para as áreas rurais de Goiás, especialmente, na última década. Esse movimento migratório pode ter sido causado pelo desenvolvimento da agropecuária no estado e ainda pelas taxas de crescimento maiores que a média nacional, como apontado pelo Segplan (s.d.).

A tabela 1 apresenta a distribuição dos migrantes recentes segundo o estado de origem.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos migrantes recentes, residentes em áreas rurais de Goiás, segundo o estado de origem.

Estado	Percentual
Rondônia	0,38
Acre	0,05
Amazonas	0,18
Roraima	0,08
Pará	3,16
Amapá	0,05
Tocantins	7,02
Maranhão	4,33
Piauí	2,83
Ceará	2,38
Rio Grande do Norte	1,01
Paraíba	1,61
Pernambuco	1,90
Alagoas	1,02
Sergipe	0,18
Bahia	11,23
Minas Gerais	14,45
Espírito Santo	0,24
Rio de Janeiro	0,35
São Paulo	5,39
Paraná	1,69
Santa Catarina	0,62
Rio Grande do Sul	1,79
Mato Grosso do Sul	4,19
Mato Grosso	7,49
Distrito Federal	26,41

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Censo (2010)

Entre as pessoas que migraram para a zona rural goiana de 2001 a 2010, observa-se que o maior percentual de migrantes tem como origem o Distrito Federal. Uma possível explicação é a pouca atividade agrícola no Distrito Federal e o crescimento das áreas urbanas que podem estar causando a migração para Goiás, que é seu estado vizinho.

Em seguida, observam-se os maiores percentuais de migrantes são oriundos de Minas Gerais e Bahia. Esses estados, juntamente com o Distrito Federal, têm sido a origem de uma parcela significativa dos migrantes há várias décadas, assim como constata Cunha (2002) Bezerra e Cleps Júnior (2004).

Por outro lado, segundo Amaral (2009), no período de 1986 a 1990, a maioria dos migrantes com destino à cidade de Goiânia tinha como origem o próprio estado de Goiás, seguidos pelos migrantes oriundos da região Norte (27,40%). No caso da migração para as áreas rurais, verifica-se que a região Norte não é tão representativa, à exceção do estado do Tocantins. Dessa forma, embora não seja o propósito deste artigo comparar a migração rural e urbana, acredita-se que haja diferença significativa entre a migração para a zona rural do estado e para a capital de Goiás.

Analisando a origem dos migrantes recentes por região, contata-se que:

- 10,92% dos migrantes têm a região Norte como origem e, entre estes, o estado que mais provê migrantes é o Tocantins;
- a região Nordeste é responsável por 26,49% dos migrantes, destacando-se os estados da Bahia e Maranhão;
- da região Sudeste, vieram 20,43% dos migrantes, sendo 14,45% de Minas Gerais e 5,39% de São Paulo;
- a região Sul é a origem da menor parcela de migrantes, 4,1%;
- e, da própria região Centro-Oeste, vieram 38,09%, destacando-se o Distrito Federal.

A partir desse resultado, pode-se concluir que os migrantes residentes em áreas rurais goianas são oriundos das diversas regiões do país. Entretanto deve-se considerar que há diferenças significativas no nível de desenvolvimento dessas regiões, que podem se refletir em diferenças na escolaridade, renda per capita e no mercado de trabalho em geral.

A tabela 2 explora essas diferenças, evidenciando algumas características socioeconômicas dos migrantes de acordo com sua região de origem.

Tabela 2 - Características socioeconômicas dos migrantes recentes, residentes em áreas rurais de Goiás, de acordo com sua região de origem

Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
sexo masculino (em %)	52,71	55,06	55,22	51,87	51,41
idade (em anos)	27,19	27,10	32,26	31,48	26,70
cores branca e amarela (em %)	24,90	23,30	42,51	70,53	33,78
escolaridade (em %):					
ensino fundamental incompleto	74,88	77,43	67,94	57,31	70,87
ensino médio incompleto	15,74	15,56	15,91	14,67	14,93
ensino superior incompleto	07,57	06,03	11,36	23,15	12,03
ensino superior	01,54	00,50	04,43	04,71	01,79
PEA (em %)	55,00	63,13	58,85	71,34	56,34
taxa de desemprego (em %)	06,22	06,26	02,19	03,84	08,45
tipos de emprego (em %):					
emprego formal	48,99	51,21	53,36	66,12	48,21
emprego informal	31,04	37,39	27,62	13,32	30,46
conta própria	19,96	10,90	18,45	19,34	20,60
empregador	00,00	00,50	00,58	01,23	00,73
rendimento total (em R\$)	509,28	426,51	719,19	963,80	604,19

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Censo (2010)

Comparando-se os migrantes por região, verifica-se que as maiores proporções de homens são oriundas das regiões Sudeste e Nordeste, embora, em todas as regiões, a maioria dos migrantes seja do sexo masculino. Acredita-se que a maior proporção de homens se deva ao trabalho agropecuário nas áreas rurais, que tradicionalmente emprega mais homens que mulheres.

Em relação à idade, percebe-se que os migrantes das regiões Sudeste e Sul são, em média, pelo menos quatro anos mais velhos que os migrantes oriundos de outras regiões. Essa diferença de idade pode refletir maior experiência no mercado de trabalho migrantes vindos do Sudeste e do Sul do país.

A cor dos migrantes mostra-se bastante diferente dependendo da origem deles, enquanto entre os migrantes das regiões Norte e Nordeste, a proporção de brancos e amarelos é menor que $\frac{1}{4}$, quando a origem é a região Sul, essa proporção chega a 70%. Essas proporções de brancos e amarelos, em relação aos pretos, pardos e indígenas, mostram reflexos da colonização do país e ainda que a migração contribua para redução dessas diferenças.

Analisando a escolaridade, observa-se que os migrantes menos escolarizados são oriundos do Nordeste, seguidos pela região Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, de onde vêm os migrantes com maiores níveis de escolaridade. A escolaridade, assim como a experiência no mercado de trabalho (que tem como *proxy* a idade), são indicadores importantes do capital humano do migrante, em cuja seleção impacta diretamente. Na concepção de Borjas (1987) e Chiswick (1999), migrantes com elevado nível de capital humano promovem o desenvolvimento da região receptora, por outro lado, migrantes negativamente selecionados, ou seja, com baixo nível de capital humano, têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e demandam mais políticas públicas.

O impacto da seleção pode ser verificado por meio da inserção do migrante no mercado de trabalho. Observa-se que migrantes oriundos das regiões Sul e Sudeste apresentam menores taxas de desemprego, proporções maiores de emprego formal e menores de emprego informal, além de rendimento total médio superior às demais regiões. No outro extremo, estão os migrantes vindos das

regiões Nordeste e Norte, que têm menores rendimentos, maiores proporções de emprego informal e maiores taxas de desemprego.

De forma geral, pode-se concluir que os migrantes residentes em áreas rurais de Goiás oriundos da própria região Centro-Oeste estão em situação intermediária aos demais migrantes. Acredita-se ainda que, na zona rural goiana, os migrantes das regiões Sudeste e Sul, em média, sejam positivamente selecionados, enquanto aqueles que têm Norte e Nordeste como origem sejam negativamente selecionados.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar a migração para as áreas rurais do estado de Goiás e, entre os resultados, pode-se destacar que a maior parte dos migrantes mudou-se para a zona rural de Goiás nas últimas duas décadas, sendo que esses migrantes são oriundos das diversas regiões do país e há expressivas diferenças socioeconômicas entre os migrantes de cada região. Como consequência dessas diferenças, conclui-se que os migrantes das regiões Sudeste e Sul são, em média, positivamente selecionados, e os migrantes das regiões Norte e Nordeste, em média, negativamente selecionados.

A partir desse resultado e considerando que a elevada proporção de migrantes tem como origem as regiões Nordeste e Norte, 37,41%, fica clara a necessidade políticas públicas no estado de Goiás que possam reduzir a desigualdade socioeconômica entre os migrantes.

Essas políticas devem ter como foco os migrantes do Norte e Nordeste do país e visar ao aumento do seu capital humano, por meio da escolarização, haja vista a grande proporção de migrantes com ensino fundamental incompleto. É importante ressaltar que, além da educação básica formal, também se pode incentivar o ensino técnico e cursos profissionalizantes voltados para o trabalho agropecuário, uma vez que esses migrantes são residentes na zona rural.

Além das políticas de escolarização, sugere-se ainda que sejam criadas políticas para garantir o acesso à escola e reduzir a evasão escolar. Podem ser criadas mais escolas nas áreas rurais ou oferecer transporte para as

escolas nas áreas urbanas, e criar incentivos para a frequência escolar, como a concessão de bolsas para os adultos que frequentam a escola.

Futuras pesquisas podem analisar a migração em outros estados, realizar comparações intrarregionais ou rurais urbanas e estudar a migração temporária.

Referências

AMARAL, E. F. L. Caracterização de migrantes em Goiás e Distrito Federal: 1980-2000. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 160-185, jul./dez. 2009.

AMARAL, E. F. L.; HAMMERMESH, D. S.; POTTER, J. E.; RIOS NETO, E. L. G. *Demographic change and the structure of wages: a demand-theoretic analysis for Brazil*. Cambridge: NBER, 2007. 34 p. (Working Paper 13.533).

BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JÚNIOR, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 2, n. 12, p. 29-49, jun. 2004.

BORJAS, G. J. Self-selection and the earnings of immigrants. *The American economic review*, Nashville, v. 77, n. 4, p. 531-553, set. 1987.

CHISWICK, B. R. Are immigrants favorably self-selected? *The American economic review*, Nashville, v. 89, n. 2, p. 181-185, maio 1999.

CUNHA, J. M. P. Migração do Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.;

BAENINGER, R. *Migração e ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: NEPO, 2002. p. 89-134. Cap. 3.

FERREIRA, P. C. G.; SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES FILHO, N. A. *Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. (Texto para discussão).

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NIELL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e censos demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. R. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Cap. 3.

PÁDUA, A. A. S. *Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás*. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

RAMOS, C. A.; ARAÚJO, H. *Fluxos migratórios, desemprego e diferenciais de renda*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 94 p. (Texto para Discussão 656).

RIBEIRO, L. L. CORREA, M. V. Migração e seleção: evidências para o Centro-Oeste brasileiro. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 01-13, jan./jun. 2009.

SANTOS JÚNIOR, E. R. *Migração e seleção: o caso do Brasil*. 2002. 56 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, C.; FERREIRA, P. C. Migração e distribuição regional de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, v. 37, n. 3, dez. 2007.

SEGPLAN. *Estado de Goiás: produto interno bruto, taxa de crescimento e participação no PIB do Brasil - 2002-2009*, [s.d.]. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/2002_go_valores_correntes.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso

Food security, health, education and leisure as basic factors for rural development of a settlement from Mato Grosso Brazilian state

La sécurité alimentaire, la santé, l'éducation et loisirs comme des facteurs de base du développement d'une colonie rurale au département brésilien de Mato Grosso

Seguridad alimentaria, salud, educación y ocio como factores de bases para el desarrollo de asentamiento rural de la provincia brasileña de Mato Grosso

Elizabeth Maria da Silva*
(dasilvabete@yahoo.com.br)

Marney Pascoli Cereda*
(cereda@ucdb.br)

Recebido em 13/08/2013; revisado e aprovado em 25/11/2013; aceito 13/02/2014

Resumo: Esta pesquisa investigou quatro fatores ligados à insustentabilidade social no meio rural, segurança alimentar, saúde, educação e lazer. O local estudado foi o assentamento Padre Josimo Tavares, São José do Povo, MT. Os resultados mostraram que a segurança alimentar foi considerada favorável, embora tenda a piorar com o aumento de idade dos entrevistados. Os demais fatores mostraram-se mais frágeis, levando a considerar que não havia condições propícias para Desenvolvimento Sustentável na época analisada.

Palavras-chaves: Reforma agrária. Desenvolvimento sustentável. Qualidade de vida.

Abstract: These reach investigated four factors linked to social unsustainability in rural areas, food security, health, education and leisure. These settlement studied was located at the Padre Josimo Tavares, São José do Povo, MT. The results showed that food safety may be considered as favorable, although tend to be worsening with the age increasing of the interviewed. The other factors were more fragile, leading to consider that there were no conditions to sustainable developmental in the time analyzed.

Key words: Agrarian reform. Sustainable development. Quality of life.

Résumé: La recherche a étudié quatre facteurs liés à la non durabilité sociale dans les zones rurales, la sécurité alimentaire, la santé, l'éducation et loisir. Le locale étudié est Padre Josimo Tavares, São José do Povo, MT. Les résultats ont montré que la sécurité alimentaire pout être considéré comme favorable, avec la tendance à s'aggraver avec augmentation de l'âgedes répondants. Les autresfacteurs étaient plusfragile, conduisant à qu'il n'y avait pas de conditions propices au développement durable à la epoque analysé.

Mots-clés: Réforme agraire. Développement durable. Qualité de vie.

Resumen: Se investigó cuatro factores vinculados a la insostenibilidad social en las zonas rurales, seguridad alimentaria, salud, educación y ocio. El estudio fue en el asentamiento Padre Josimo Tavares, São José do Povo, MT. Los resultados mostraron condiciones favorables a la seguridad alimentaria, pero que tiende a empeorar con la edad de los encuestados. Los otros factores fueran aunque más frágiles. La conclusión fue de que no existían las condiciones propicias para el desarrollo sostenibles en la época.

Palabras clave: Reforma agraria. El desarrollo sostenible. Calidad de vida.

Introdução

A reforma agrária brasileira tinha como alvo fixar o produtor rural sem terra, que dela obteria seu sustento. Entretanto a literatura tem registrado êxodo de assentados, principalmente da faixa mais jovem, restando no campo os mais velhos.

Mais recentemente o conceito de sustentabilidade tem sido usado para entender o fenômeno do êxodo. Sem dúvida, se os novos

donos deixam a terra, o desenvolvimento não pode ser alcançado permanentemente.

Foi considerado como hipótese da pesquisa que o desequilíbrio entre fatores ligados ao desenvolvimento poderia explicar a desarticulação social, e que esta instabilidade é que inibiria o mecanismo do Desenvolvimento Local, impedindo o protagonismo dos atores envolvidos em seu próprio desenvolvimento. A falta de organização social por sua vez levaria milhares de pessoas ao êxodo e, como

* Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil.

consequência, a estar constantemente recomeçando, sem estabelecer elos ou contribuir de forma relevante para com o desenvolvimento local.

A posse da terra deveria garantir uma base equilibrada entre segurança alimentar, saúde, educação e lazer, selecionados como fatores mínimos para estabelecimento de organização social.

Para avaliar a hipótese, a pesquisa analisou a comunidade localizada no assentamento Padre Josimo Tavares do município de São José do Povo, MT, pela ótica do Desenvolvimento Sustentável, tendo por fatores básicos que devem permitir o processo de desenvolvimento, a segurança alimentar, a saúde, a educação e o lazer.

Revisão bibliográfica

No modelo de assentamento selecionado no Brasil, a moradia já está garantida com a posse da terra (segurança alimentar, educação, saúde e lazer) foram considerados uma complementação necessária para garantir a satisfação das “necessidades humanas fundamentais”, que são a base do Desenvolvimento Sustentável que deveria ser empreendido pelos atores locais para constituir desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Sustentável é uma alternativa para o desenvolvimento global. Para Sachs (2004, p. 214), as dimensões do desenvolvimento sustentável são a ecologia, sociedade e economia. O conceito destaca a importância da utilização de meios flexíveis, negociados e contratuais, em que a economia política supera a economia tradicional, como forma de conciliar os clamores econômicos, ambientais e sociais.

Nessa direção, Jared Diamond (2005, p. 17), em sua análise sobre “como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, relata um importante conjunto de problemas ambientais que as sociedades modernas enfrentam, traçando um panorama catastrófico, para acentuar a situação em que os recursos naturais não são utilizados de forma sustentável. Segundo o autor, “até mesmo as sociedades mais ricas e tecnologicamente mais avançadas da atualidade enfrentam problemas ambientais e econômicos crescentes, que não devem ser subestimados” (DIAMOND, 2005, p. 17).

Entende-se desejável o desenvolvimento sustentável quando este enseja um processo de mudanças sociais, sejam elas políticas, econômicas ou institucionais, de forma a assegurar a “satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico, sendo, além do mais compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p. 34). Esse Desenvolvimento tem obrigatoriamente que envolver o ser humano, na satisfação de suas necessidades e no uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido o desenvolvimento pode ser conceituado como desenvolvimento local quando é fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem-estar próprio e para o entorno, partindo daí para o global (JARA, 1998, p. 34).

O Desenvolvimento Local não deverá depender, necessariamente, dos recursos (financeiros ou humanos) externos à comunidade, sob pena de se tornar insustentável; para isso os recursos internos devem passar por um processo de organização e planejamento em torno de objetivos comuns (ÁVILA, 2000, p. 63).

Sob essa ótica, as Políticas Públicas direcionadas à reforma agrária passaram a complementar o conceito inicial e buscar incluir os conceitos de desenvolvimento local, direcionados não apenas para a distribuição de terras, mas para a preparação do agricultor e da comunidade como um todo, incluindo a produção e desenvolvimento do seu negócio, em vista de se tornar um cidadão independente do Estado (MONTE; PEREIRA, 2009).

Cereda, Vilpoux e Silva (2012), em estudo de caso no Município de São José do Povo, MG, analisaram as migrações que deram origem ao povoado na década de 60. Usando entrevistas com moradores, concluíram que as migrações decorreram da busca por segurança alimentar. A razão do êxodo foi a dificuldade encontrada em conseguir alimentos em cultivos realizados no município mineiro de origem, onde o meio ambiente havia sido utilizado sem critérios, o que levou à exaustão da terra com dificuldades para garantir a subsistência própria e da família. Chegando o estudo à atualidade, compreendeu-se que

a abundância inicial de recursos ambientais no local de implantação já caminhava para o esgotamento, e a situação de insegurança alimentar poderia se reproduzir em razão da falta de preocupação com o meio ambiente. Esse movimento dos migrantes caracteriza o efeito do desenvolvimento sem sustentabilidade, ocasionando as mesmas deficiências da região de origem, motivados pela falta de estrutura, de conhecimento e vontade política, entre outros fatores.

Deve-se lembrar que a segurança alimentar extrapola a questão puramente nutricional. Lembra Yasbek (2004, p. 104) que, para atender a segurança alimentar, é necessário o acesso a "alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro". Por essa razão, a segurança alimentar foi destacada entre os quatro fatores selecionados.

Embora os pesquisadores considerem óbvio que, sem segurança alimentar, a saúde é prejudicada, a educação é essencial para seguir esses preceitos e entender as necessidades de uma boa alimentação.

Por outro lado, é bem reconhecido que os níveis de saúde contribuem para a qualidade de vida dos indivíduos e da população. Sabe-se também que um perfil de saúde adequada é um dos componentes da vida social que mais contribuem para uma vida com qualidade (BUSS, 2000).

Essas considerações levam ao questionamento sobre se nos assentamentos há acesso a serviços médico-assistenciais de qualidade. A questão desdobra-se sobre se existem políticas públicas suficientes para conduzir as comunidades a condições saudáveis, com efetiva articulação do poder público e a mobilização dos assentamentos.

Uma vez equacionados a segurança alimentar e a saúde, a educação é, portanto, outro ponto chave por facilitar a seleção e a aceitação da alimentação saudável. Por essa razão, falhas em educação podem desestabilizar a organização social.

Ávila (2003, p. 35) define educação a atitude que permita uma

[...] coesão solidária, que deve ser constantemente educável, no sentido que a comunidade se atualize e impregne, inin-

terruptamente, do hábito cultural da incessante pesquisa e discussão de nova forma para se unir, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização.

Uma vez que os membros da comunidade alcancem segurança alimentar, saúde e educação, aparentemente todos os fatores exigidos para a sustentabilidade estarão garantidos, mas a Associação Mundial de Recreação e Lazer (WLRA, 2002, p. 01) lembra que é necessário levar em conta o fator lazer, pois o

[...] lazer se refere a uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual, social, artística ou espiritual.

Percebe-se que o lazer é um dos meios para atingir o desenvolvimento pessoal, social e econômico, mas também aspecto importante de qualidade de vida. E preciso questionar se esse tema tem sido considerado nos assentamentos e projetos de assentamentos, uma vez que não foram encontrados relatos na literatura que o abordem nessa conjuntura.

Uma vez apresentados os fatores básicos para a sustentabilidade, resta analisar a situação junto às comunidades no meio rural, destacando-se a evasão do campo.

Em 1988, com o advento da nova constituição, foi garantida a desapropriação do latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social, o que inclui a desapropriação da terra com finalidade de reforma agrária. Ainda assim não ficou garantida a subsistência do homem no campo, atribuída à falta de ajuda financeira para os camponeses assentados, o que acabou por estabelecer um novo êxodo rural (MORISSAWA, 2001, p.110).

Esse novo êxodo nem sempre tem a fome como causa, mas a situação poderá se agravar na vigência da insegurança alimentar. No Brasil a falta de alimentos não pode ser totalmente atribuída a sua escassez, pois no campo dificilmente há fome. Já foi suficientemente comprovado que, nas regiões agrícolas, mesmo que sem acesso a todos os alimentos necessários a uma alimentação saudável, a fome como tal é quase totalmente inexistente (ABRAMOVAY, 2008).

Do ponto de vista da pesquisa proposta, o objetivo final da reforma agrária deveria ter como beneficiário o assentado, que deveria se tornar independente, com capacidade para desenvolver sua própria atividade e buscar a estabilidade social, na conquista da cidadania, tornando-se sujeito do desenvolvimento sustentável rural (MONTE; PEREIRA, 2009). Essa conquista inclui a “territorialização”, aqui entendida como se apossar do conhecimento local, da educação não formal e da vivência direcionada para garantir a sustentabilidade local.

Importância deve ser dada, portanto, ao lugar como palco dos acontecimentos que perpassam a vida dos indivíduos, onde persiste a busca pela satisfação das necessidades.

Os relatos sobre os assentamentos têm mostrado que a migração é a alternativa mais drástica para a resolução dos problemas enfrentados e pela falta de perspectiva. Goettert (2004, p. 112) analisa as migrações e os diversos sonhos que a impulsionam, “da melhoria das condições de vida, do estudo, da profissão enfim, sonho da terra”.

No novo espaço da terra conquistada, o assentado vai buscar recriá-los no seu íntimo. A segurança alimentar, educação e saúde e o lazer proporcionam qualidade de vida ao assentado aumentando seus níveis de dignidade. Para a sustentabilidade, aqui considerada como o conjunto da estabilidade social, econômica e ambiental, foi analisada a segurança alimentar, saúde, educação e lazer, considerados básicos para estabelecer as condições para o desenvolvimento. Essas foram as bases para a análise da sustentabilidade no assentamento Padre Josimo Tavares do município de São José do Povo, MT.

Metodologia

A pesquisa pode ser qualificada como de natureza exploratória que, segundo Beuren (2003, p. 80), é indicada “quando há pouco conhecimento sobre o assunto pesquisado”. Considera-se a exploratória adequada uma vez que não foram localizadas informações que tenham previamente utilizado a Segurança alimentar, Educação, Saúde e Lazer, como “fatores básicos” para o desenvolvimento local.

A pesquisa se baseou, como meios, em dados e informações bibliográficas, do-

documentais e de campo. Buscaram-se informações sobre o tema na literatura e foram também coletados, selecionados e analisados documentos locais, no município em questão, com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxilie no estabelecimento das variáveis e estruturação da pesquisa.

A coleta de dados primários utilizou a observação e entrevistas com grupos selecionados como de suma importância para a pesquisa. Para isso foi construído um questionário com questões abertas e fechadas, aplicada às famílias. Como o assentamento não era dividido em glebas que facilitassem a amostragem, utilizou-se uma linha de distribuição de água proveniente de poço artesiano. Usando esse eixo, 46% do total das famílias domiciliadas no assentamento foram amostradas ao acaso, em um total de 55 famílias. As respostas obtidas na amostragem foram expressas sobre o total das famílias moradoras no assentamento (RICHARDSON, 1999).

Resultados e discussões

Os dados obtidos no questionário foram analisados como forma de melhor compreender a correlação dos fatores selecionados, segurança alimentar, educação, saúde e lazer na sustentabilidade do local, proporcionando os seguintes resultados:

Caracterização do Assentamento e seus moradores

Entre acampamento e a divisão dos lotes, o assentamento completou 12 anos em 2009. A faixa etária dos entrevistados do Assentamento Padre Josimo Tavares concentrou-se entre 40 e 60 anos, o que comprova o envelhecimento da população rural local, como já identificado em outros locais (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Somente a metade dos entrevistados era de moradores originais, enquanto outros haviam vendido ou trocado o lote, e uma parte havia chegado ao assentamento nos anos subsequentes. Esses resultados concordam com os relatos de Pasquis et al. (2005), Mello (2008) e David et al. (1997), que relatam a dificuldade do assentado em se manter no lote. Essas informações reforçam a hipótese

de falta de sustentabilidade social, econômica ou ambiental (JARA, 1998, p. 34).

Dos entrevistados, pelo menos 32% haviam participado de acampamento na luta pela terra e tinham ligação com movimentos sociais, mas apenas 22,50% responderam ainda continuar participando deles na época da pesquisa.

Em relação à infraestrutura e equipamentos presentes no assentamento, constatou-se que a energia elétrica estava presente em todos os lotes, mas que, além dessa comodidade, o assentamento não possuía área própria de lazer ou costumes de atividades socializadas. Faltavam também telefones públicos ou fixos, mas a comunicação era facilitada pelo uso de telefone celular, que 96% dos entrevistados admitiram usar para comunicação com os familiares, vizinhos e amigos.

A maioria dos entrevistados (56%) era de origem rural e já havia conhecido a experiência migratória antes de se instalarem em São José do Povo. Menos de 5% do total de famílias moradoras no assentamento eram de origem urbana, e destes, 15% migraram diretamente do local de nascimento para o município de São José do Povo. A maioria (85%) tinha outras origens.

Por sua origem rural, era esperado que conhecessem como produzir pelo menos para subsistência, o que foi confirmado nas respostas, pois para os moradores o objetivo principal da propriedade era a subsistência alimentar. Do total, 43% das famílias utilizavam a produção da propriedade apenas para a manutenção da família, mas para 57% o lote era também usado para obter renda com a venda do excedente, confirmando a importância do assentamento na manutenção da subsistência da família (MORISSAWA, 2001, p. 226).

Apesar da alta taxa de analfabetismo, os entrevistados estavam atentos ao que ocorria fora do assentamento. Do total, 39% declararam já haver mantido contatos na esfera política na tentativa de encontrar soluções para os problemas do assentamento. Mais que isso, 93% dos entrevistados foram capazes de citar o político no qual haviam votado nas últimas eleições, e apenas 5% não se lembravam, enquanto apenas um não havia votado.

O nível de confiança entre os moradores é um fator importante no estabelecimento de

ligações de sociabilidade. Os entrevistados afirmaram confiar muito nos vizinhos, amigos e parentes e negaram a existência de conflitos, admitidos formalmente apenas por 4,5%, que foram formalmente relacionados à gestão da água enquanto em conversas informais a porcentagem era bem maior. O conflito pela gestão da água devia-se principalmente a uma das associações do Assentamento e chegou mesmo ao registro de queixa no distrito policial do município.

Mesmo que não admitida, a preocupação com a sociabilidade transparecia quando as expectativas do assentado quanto ao futuro foi questionada, e a preocupação com a desunião dos entrevistados foi declarada por 20% dos entrevistados, citada como o problema mais sério do assentamento por 13% dos entrevistados.

Apesar de a maioria afirmar confiar nos parentes, amigos e vizinhos, foram relatadas poucas visitas no fim de semana, distanciamento esse comprovado pela baixa relação de "compadrio" existente, confirmada apenas por 22% dos entrevistados, dos quais 16,5% entre as famílias mais antigas no assentamento.

Segurança alimentar

As informações obtidas no assentamento permitiram concluir que havia possibilidade de os moradores se alimentarem bem, com cardápio variado. Todos os entrevistados informaram contar com hortas, pomares e criação de animais para abate, além de derivados do leite. Boa parte do que se produzia era destinado ao consumo próprio, fortalecendo a hipótese de que o objetivo principal da propriedade é garantir a segurança alimentar, como reforçado por Moreira e Lima (2005).

A alimentação básica amilacea era constituída de arroz, feijão, batata doce, mandioca, cará, inhame, etc. Pouca verdura era consumida; o mais comum, alface e couve. Predominava consumo de porco e frango, muito leite e ovos. Foi relatado consumo de muita fruta típica da região, manga, caju, seriguela, goiaba.

Pelo exposto, é possível afirmar que as famílias que habitam o assentamento, de forma geral, contavam com uma base alimentar sólida, o que por si só não constitui Segurança Alimentar.

Para caracterizar Segurança Alimentar, é necessário que o alimento seja sempre disponível “em quantidade suficiente e de qualidade adequada, proporcionando práticas alimentares saudáveis, e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, se realizado em bases sustentáveis” (YASBEK, 2004, p. 104).

É importante notar que a análise da faixa etária da população do assentamento mostrou uma população idosa, com concentração entre 40 a 60 anos, o que também foi identificado em outros locais conforme relatado por Abramovay (1999, p. 04). Apenas 16% dos entrevistados tinham entre 30 e 40 anos, o que caracteriza adultos jovens, possivelmente ainda com boas condições de trabalho no campo. Apenas um jovem foi caracterizado. Apesar de não se constituir em fator alarmante na ocasião, o fato causa preocupação futura.

O acesso aos alimentos no assentamento depende do esforço próprio e, uma vez que as tecnologias mais modernas e informações são raras, dependem de muito tempo e trabalho físico, com prejuízo a outras necessidades consideradas essenciais. Falta de informações também leva à utilização do meio ambiente à exaustão, preço pago pela garantia de alimentação saudável e em quantidade suficiente no presente.

Essa exaustão do meio ambiente fica evidente quando todas as famílias entrevistadas informaram servirem-se da reserva legal obrigatória na propriedade. A grande maioria dos entrevistados (84%) alegou usar madeira da reserva, o que deverá comprometer o meio ambiente para as gerações futuras, confirmado por 85% dos moradores que admitiam já ocorrer falta madeira no local, usada para a cozinha.

O meio ambiente era também ameaçado pelos resíduos. Não havia coleta de lixo no assentamento, apesar da proximidade com a cidade. A coleta seletiva poderia ser usada, mas não foi identificada nem mesmo nos municípios vizinhos. Do total, 71% dos moradores do assentamento informaram queimar o lixo, e não há incentivo à elaboração de composto, embora a maior parte do lixo gerado seja orgânico. Como praticamente todas as famílias afirmaram manter horta e a maioria

criar animais, seria importante quantificar esses resíduos da horta e incentivar seu uso como alimentação animal.

Outro fator importante de sustentabilidade, mesmo para segurança alimentar, é a disponibilidade de água. Além do consumo direto como alimento, a água é utilizada para aumentar e garantir a produtividade rural, além de ocasionar bem-estar. Do total, mais de 93% das famílias responderam que não faltava água no assentamento em razão da implantação de dois poços artesianos. A água era distribuída dos poços para caixas de grande volume, e destas para todo o assentamento. Entretanto, para dispor de água, cada assentado pagava taxa de R\$20,00 para até 30.000 litros, a partir do que um adicional de R\$ 1,00 era pago pela utilização de cada 1.000 litros. Na observação do modo de organização local e em conversas informais com as famílias, foi detectado um forte conflito causado pela forma da distribuição da água.

A produtividade no campo depende do nível de formação dos que nele trabalham, para que possam assimilar tecnologias e inovações. Os entrevistados têm essa percepção, pois, quando foram perguntados sobre o que consideravam ser necessário para ser bem sucedido no aumento de produção, a maioria concordou com diversificação da produção.

Para estabelecer a sustentabilidade econômica do assentamento, foi questionado o nível de renda proporcionado por emprego com vínculo empregatício, temporário ou não ou de serviços prestados. Dos entrevistados, 64% afirmaram sobreviver com um salário mínimo, 19% com dois salários mínimos e 17% com uma renda superior a dois salários mínimos, renda essa relativa ao que era produzido na propriedade, complementada com renda de membros das famílias.

Caso considerado que havia energia elétrica e água abundante, a renda obtida era usada para pagar outras despesas que não alimentos, como a água, energia elétrica, transporte, telefone celular etc. Sobre o questionamento de quantos viviam da renda da propriedade, 36% dos entrevistados tinham família pequena, formada por até três pessoas, 15% até seis pessoas, e 5% mais de seis pessoas. Conclui-se que o assentado possuía baixa renda, mas a alimentação estava garantida em razão da produção própria.

Cerca de 80% dos entrevistados admitiam complementar renda obtida do cultivo do campo, 50% dos quais na forma de trabalho informal, fato esse já descrito na literatura (BERGAMASCO, 1997; FURTADO et al., 2004).

Como fica comprovado que a sustentabilidade econômica não existe no lote, e em geral são os jovens que vão trabalhar fora, o trabalho no lote fica então sob responsabilidade dos pais, que, atingindo uma idade avançada, não conseguem mais manter a produção de modo a contribuir no sustento da família.

Educação

No quesito educação, foi constatado que o estudo era dificultado uma vez que não existia escola no assentamento. O nível de escolaridade local era baixo. Do total, 78% se declararam analfabetos, alfabetizados parcialmente ou com ensino fundamental incompleto, o que é uma característica da origem como migrantes da zona rural.

Um número expressivo de cerca de 30% dos entrevistados declarou ter voltado a estudar, e pelo menos 45% expressaram desejo de fazê-lo, mesmo a distância da escola sendo de mais ou menos 20 km, que podiam levar até duas horas para ser percorrida.

Ao ser perguntado aos pais sobre as aspirações dos filhos jovens, 56% responderam que os filhos querem ir para a cidade. Os pais acreditam que 38% gostariam de sair para estudar e 18% para trabalhar. Quanto à percepção dos pais sobre a permanência no campo, 31% acreditam que os filhos querem ficar no assentamento, 22% para continuar o trabalho dos pais e apenas 9% com o objetivo de conquistar o próprio lote. Ou seja, embora a maioria dos jovens quisesse ir para a cidade para estudar ou trabalhar, seus pais acreditam que parte deles ficaria na propriedade para ajudá-los, mas não repetiriam sua opção de vida.

A educação rural no Brasil possui três vertentes básicas: a educação escolar, a formação profissional, ligada ou não ao Serviço Nacional Rural (SENAR) e a extensão, ligada à Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S.A. (EMPAER). Verificou-se que sair para estudar é a única opção para quem queira melhorar

seu nível educacional formal, mas deve ser também considerada a formação profissional. Constatou-se, pelas respostas, ser grande o número de assentados que participaram da formação técnica, principalmente quando realizada no assentamento. Do ponto de vista da segurança alimentar, a formação técnica atende as necessidades da comunidade, que acredita ser essa uma forma de melhorar a produção no campo.

Frente ao exposto é possível afirmar que o pilar de sustentabilidade relacionado à educação no meio rural é suficiente para a comunidade envolvida (porque conta com treinamentos), mas não de uma forma mais ampla, pois a comunidade continua com dificuldade de apreender os conhecimentos em razão do alto nível de analfabetismo, parcialmente contornada com demonstrações oral ou prática. A organização social depende de uma escolaridade mais efetiva.

Figueiredo Neto (1998) relata uma série de fatores que ligam o nível da educação à produtividade e renda, em nível macroeconômico. Também relacionam o nível escolar com taxa de crescimento econômico.

Saúde

Quanto à saúde, o posto que atendia os assentados, também estava localizado na sede do município de São José do Povo. Ainda assim, os assentados e sua família podiam utilizar os serviços de saúde do Município de Rondonópolis, distante 30 km, depois de serem atendidos pelo serviço de saúde no Município. Alguns moradores, com parentes em Rondonópolis, procuravam diretamente o posto de saúde desse Município, dando o endereço de parentes como residência.

As doenças mais comuns segundo os entrevistados são a gripe (74%), hipertensão (18%) e problema de coluna (6%) e outras (2%) como osteoporose, dores de cabeça, tireoide e gastrite.

Foram relatadas doenças crônicas e graves, que provocam dependência de medicamentos químicos, tais como lúpus, doença de chagas, hipertensão e depressão. Quase todos os assentados entrevistados mostram dificuldade em identificar as doenças crônicas, quando questionados sobre doentes na família. Além da falta de informação, outra

explicação seria que, pela longa convivência com essas enfermidades, muitas delas, preexistentes em relação à instalação do assentamento, passam despercebidas. Mas a presença dessas doenças crônicas é visível quando se questiona quanto do orçamento doméstico é gasto com medicamentos. Nesse caso, 62% afirmaram gastar até 10%, 9% até 30%, 7% até 20%, 4% até 50%, mas um entrevistado relatou gastar até 70% com tratamento de doenças. Ainda assim, muitos ganhavam medicamentos do Sistema Único de Saúde. Outro fator que acentua a existência de doenças crônicas é relacionado com a quantidade de moradores dependentes de medicamentos químicos, que atingia 82% dos entrevistados.

Dos entrevistados, 48% admitiram já ter recebido alguma informação sobre como prevenir doenças pela da televisão, que acaba por ser um veículo adequado para informação em razão da alta taxa de analfabetismo. Também foram identificados como agentes de divulgação de informações o rádio, palestras e visitas de agente de saúde no assentamento.

A tradição ainda joga um importante papel nessas comunidades. Do total, 95% das famílias entrevistadas faziam uso de plantas medicinais, por elas cultivadas e coletadas.

As doenças mais citadas pelos entrevistados podiam ser relacionadas ao trabalho físico, além das deficiências de infraestrutura no assentamento.

Portanto a saúde como fator de sustentabilidade também se mostrou comprometida, com soluções, informações e medicamentos disponíveis com maior conforto apenas na cidade.

Lazer

O lazer, embora seja bem caracterizado como atividade que promove o bem-estar, é de difícil definição. Pode ser definido como o tempo livre que, por decisão individual, é usado para realizar uma atividade que proporciona bem-estar, desvinculada da produção de bens materiais.

Ao ser perguntado sobre como usava o tempo livre na propriedade, a maioria dos entrevistados quantificou uma média de 22 horas de lazer na semana. Durante esse tempo livre, as opções de lazer mais comuns apresentadas pelos entrevistados foram: televisão

(20,53%), descanso (20%), visitar e receber amigos (14,74%), visitar e receber parentes (14,21%), ir à igreja (13,68%), ir à associação/cooperativa (9,47%), praticar esportes (04,21) e ler (3,16%). A grande maioria optava por descansar ou ver televisão como opção de lazer.

Como atividade coletiva de lazer, dois pontos de encontro se destacam. A mais popular são as atividades religiosas, seguida pela participação na associação ou cooperativa. Constatou-se uma disparidade entre os que responderam que a Igreja é uma opção de lazer (13,68%) no assentamento e os que responderam que participam de alguma atividade religiosa (86%). Como não há edificações específicas, "igreja" pode ser considerada as reuniões para as celebrações religiosas nas casas das famílias e no barracão comunitário, o que comprova a importância do fenômeno religioso para a sustentabilidade social nesse grupamento, conforme analisado por Silva e Cereda (2011). No Município as grandes festas são a do padroeiro São José do Povo e o rodeio, que atraem moradores de toda região e regiões circunvizinhas.

Se as opções de lazer no assentamento são limitadas, essa limitação pode ser em parte justificada. As barreiras socioeconômicas, a baixa organização social, os atritos e o baixo nível educacional criam todo um clima favorável para tal opção, portanto o lazer se torna uma atividade passiva, um assimilador de tensões, algo que ajuda a conviver com as injustiças (MARCELINO, 2000).

Embora, segundo as próprias informações dos assentados, aproximadamente 22 horas na semana seriam disponíveis para lazer, uma análise mais detalhada mostra que o morador não conseguiria dispor de todo esse tempo de uma vez. As atividades desenvolvidas na área rural não podem ser interrompidas ao final da semana. Há necessidade de molhar as plantas, alimentar e tratar os animais todos os dias.

Considerações gerais

Apesar das dificuldades apresentadas em relação aos fatores que precedem o desenvolvimento local, segurança alimentar, educação, saúde e lazer, os assentados demonstraram satisfação com a vida no assentamento. Do total, 77% dos entrevistados

responderam acreditar que se vive melhor no campo que na cidade. Embora apontando as dificuldades em serem atendidos em quesitos como saúde e educação, os moradores foram unânimes em apontar que a vida no campo é mais prazerosa para relacionar-se com as pessoas e se divertir.

Das famílias entrevistadas, 73% consideram a vida no assentamento como boa, pois conseguiram produzir uma alimentação rica e variada, proporcionando saúde e bem-estar físico aos familiares, mesmo com insegurança quanto ao futuro. No entanto a produção em nível de subsistência consome tempo e esforço, não sobrando muito para os fatores que proporcionam a socialização, tais como a educação e o lazer. A educação, fator primordial para que ocorra o desenvolvimento, é também um fator comprometido em razão da baixa escolaridade dos moradores e da dificuldade em sanar o problema, devido ao pouco tempo no lote e à distância da escola.

Dos principais problemas relacionados pelos entrevistados, nenhum envolveu critérios ligados à segurança alimentar. A educação e lazer também deixaram de ser citados. Pela ordem os problemas mais sérios foram transporte (45%), estradas (15%), desunião (15%), recursos governamentais (6%) e saneamento básico (04%). A falta de um posto de saúde foi lembrada por 15% dos entrevistados, constituindo-se no único item entre os três fatores selecionados como necessários ao desenvolvimento local.

Portanto, na época em que a pesquisa foi realizada, pode-se afirmar que a população do assentamento Padre Josimo Tavares não dominava os fatores de base considerados como fundamentais para alavancar o desenvolvimento local. Também não havia indícios de desenvolvimento sustentável de forma social, econômico e ambiental, garantindo um processo de mudanças sociais, tanto políticas econômicas e institucionais, fomentado por atores locais, aproveitando as potencialidades existentes no local, desenvolvendo a solidariedade e a cooperação na busca de maior bem-estar próprio e para o entorno, partindo daí para o global.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, SP, v. 28 n. 1,

2 e 3, jan./dez. 1998; v. 29, n. 1, jan./ago. 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf>.

_____. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X200801100026&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001100026>.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER - WLRA. *Carta internacional de educação para o lazer*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION DE EDUCAÇÃO PARA O LAZER, Jerusalém. *Proceedings...* Jerusalém, 2002. Disponível em: <http://www.saude-em-movimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195>.

ÁVILA, V. F. *Cultura, Desenvolvimento Local, solidariedade e educação*. Conferência ministrada em 27/11/03. Campo Grande, MS, 2003, p. 35-36. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/Fideles.pdf>>.

_____. Pressupostos para a formação educacional em Desenvolvimento Local. *Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BEUREN, I. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BUSS, P. M. Health promotion and quality of life. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1999. Diretoria de Pesquisa do IPEA. Departamento de Economia e Procam/USP. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 23 set. 2009.

CEREDA, M. P.; VILPOUX, O. F.; SILVA, E. M. Migrações, posse da terra e segurança alimentar: Estudo de caso do povoamento do Município de São José do Povo, Mato Grosso, Brasil. *Portuguese Studies Review*, v. 17, p. 30-60, 2012.

DAVID, M. B. de A.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 51-68, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000300004&script=sci_arttext&tlng=ES>.

DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. São Paulo: Record, 2005. 685p.

FIGUEIREDO NETO, Leonardo F. Determinantes da participação no mercado de trabalho e dos rendimentos e retornos aos investimentos em Capital Humano. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 16, n. 29, p. 67-86, mar. 1998.

FURTADO, E.; SIMÃO, R.; LEMOS, A. Análise do consumo de oxigênio, frequência cardíaca e dispêndio energético, durante as aulas de Jump Fit. *Rev. Bras. Med. Esporte*, Niterói, RJ, v. 10, n. 5, p. 371-375, set./out. 2004.

- GOETTERT, J. D. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. 2004. 466p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.
- JARA, C. J. *A sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura (IICA); Recife: Secretária do planejamento do Estado do Pernambuco-Seplan, 1998. 316p.
- MARCELINO, N. C. *Estudo do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 100p.
- MELLO, P. F. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil. *Cad. CRH*, Salvador, BA, v. 21, n. 54, p. 592-610, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=479&OJSSID=89c>>.
- MONTE, P. A. do; PEREIRA, A. E. da S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. *Rev. Econ. Sociologia Rural*, Brasília, v. 47, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2013.
- MOREIRA, R. J.; LIMA, E. N. de. *Identidades sociais e assessoria técnica: agricultores assentados e assentamento*. JORNADA DE ESTUDOS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS, 4. Texto de apoio ao curso de atualização para os técnicos da ATEs (Assessoria Técnica, Ambiental e Social). Convênio CPDA/REDES - NEAD/INCRA. Março 2005. Disponível em: <r1.ufrrj.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_producao/6_ARQ.doc>.
- MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p
- PASQUIS, R.; SILVA, A. V. da; WEISS, J.; MACHADO, L. “Reforma agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social – métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999, 270p.
- SACHS, I. *Desenvolvimento incluído sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151p.
- SILVA, E. M.; CEREDA, M. P. Contribuição da religião para com o desenvolvimento local: estudo de caso da organização “Dando as Mãos”. *Interações*, Campo Grande, SM, v. 12, n. 1, jan./jun. 2011.
- YASBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, abr./jun. 2004.

Knowledge and culture: two significant issues for local level development programme analysis

Conhecimento e cultura: dois importantes pontos para analisar programas de desenvolvimento em nível local

Connaissance et culture: deux points importants pour analyser les programmes de développement au niveau local

Conocimiento y la cultura: dos puntos importantes para analizar los programas de desarrollo a nivel local

Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos*

(annavasc@unama.br)

Mário Vasconcellos Sobrinho*

(mariovasc@ufpa.br)

Recebido em 22/11/2013; revisado e aprovado em 15/01/2014; aceito em 22/02/2014

Abstract: The paper aims to propose a theoretical framework to analyse development programmes acting at local level. Particularly, the paper stresses two key concepts that should be taken into account in the process of implementing development programme at local level, namely knowledge and culture. The paper shows that understanding of knowledge as a social construction contrasts with the rational, positivist view of knowledge derived exclusively from a scientific viewpoint. The paper explains if development relates to increasing or improving people living standards through social and economic changes, then it will impact on, and be mediated through knowledge and culture.

Key words: Knowledge. Culture. Local Development Programmes.

Resumo: O artigo objetiva propor um arcabouço teórico para analisar programas de desenvolvimento e suas ações em nível local. Em particular, o artigo destaca dois conceitos-chave que devem ser levados em consideração no processo de implementação de programas de desenvolvimento em nível local: conhecimento e cultura. O artigo mostra que o entendimento do conhecimento enquanto construção social contrasta com a perspectiva racional e positivista de que este é derivado exclusivamente da ciência. O artigo mostra que se desenvolvimento é relacionado para a melhoria das condições de vida das pessoas por via de mudanças econômicas e sociais, então, desenvolvimento é mediado e impacta sobre conhecimento e cultura.

Palavras-chave: Conhecimento. Cultura. Programas de Desenvolvimento Local.

Résumé: L'article a pour objectif de proposer un cadre théorique pour analyser les programmes de développement et les actions qui en résultent au niveau local. En particulier, l'article identifie trois concept-clés qui doivent être pris en considération dans la cadre de la mise en oeuvre des programmes de développement au niveau local : les concepts de connaissance et de culture. L'article montre que le fait d'appréhender la connaissance comme construction sociale contraste avec une perspective rationnelle et positiviste en vertu de laquelle la connaissance serait exclusivement le résultat de la science. L'article montre que le développement est lié à de meilleures conditions de vie des personnes à partir de changements économiques et sociaux ; à ce titre, le développement a une influence et produit des effets sur la connaissance et sur la culture.

Mots-clés: Connaissance. Culture. Programme de développement local.

Resumen: El artículo objetiva proponer un marco teórico para analizar los programas de desarrollo y sus acciones a nivel local. En particular, el artículo destaca dos conceptos claves que deben ser considerados en el proceso de implantación de programas de desarrollo a nivel local: el conocimiento y la cultura. El artículo muestra que la comprensión del conocimiento como una construcción social contrasta con la perspectiva racional y positivista de que se deriva exclusivamente de la ciencia. El artículo muestra que el desarrollo está relacionado con la mejoría de las condiciones de vida de las personas a través de los cambios económicos y sociales, así, desarrollo es mediado y impacta en el conocimiento y cultura.

Palabras clave: Conocimiento. Cultura. Programas de desarrollo local.

Introduction

The goal of this paper is to put forward a theoretical framework proposal to examine how development programme acts at local level. Local in this text is conceived as the

space where various kinds of knowledge interact and are mediated by developing policy through participatory approaches. The theoretical framework proposal involves two key concepts, namely knowledge and culture. Knowledge and culture have been part of

* Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

social development debates for decades however the question is how these core concepts have been incorporated into the development programme at local level debates. It implies that the sets of power relations between development government policies and community development are a new challenge in the analysis of how government empowers people and makes them more effective at meeting their development needs.

This paper is organised into three sections aside this introduction and the conclusion. The first section stresses on the concept of knowledge. The aim of the first section is to show how the concept of knowledge has been debated in the context of development. The second section explores the meaning of culture and how it has been examined into development approaches. Then, the third section makes the link between the concepts of knowledge and culture in order to show how they are significant for local level development examination.

Understanding the debate on Knowledge in Development Context

Knowledge, viewed from a social construction approach emphasises that individuals and collective groups are continually constructing and reinventing their understanding of themselves and the world around them (JACOBS, 2002). Individuals are socialised into a system of beliefs, norms of behaviour and institutions. Reality is constructed through human activity as a product of socialisation (LONG, 1992; JACOBS, 2002; KUKLA, 2000). Members of a society invent together the properties of the world and their life experience through the socialisation process. The term social construction means that reality is built from a set of ideas through which a system of practices is implemented. As was argued by Long (1992, p. 25), all societies implement different life styles, culture forms and rationalities which members utilize in their search for order and meaning, and which they themselves play a part in affirming or restructuring. A focus on local-level analysis brings an awareness of which forms of participation work in specific spaces to provide people with the opportunity to realise inclusive, active citizenship (GAVENTA, 2004).

The influence of the social constructivist's view of knowledge implies that knowledge is a human product, and that it is socially and culturally constructed (KOTHARI, 2001, p. 148). It points to the notion that individuals create meaning through their interactions with each other and with the environment they live in. However, it does not take place only from the perspective of an individual (MUTEBI, 2004).

As Long (1992, p. 25) argued, however, the individual is transmuted metaphorically into the social actor, which signifies the fact that the social actor is a social construction rather than simply a synonym for the individual or a member of *Homo sapiens*. Social constructivism emphasizes the importance of the knowledge, beliefs, and skills that individuals bring to the experience of learning (BOUWEN; TAILLIEU, 2004). Reality can be also learned collectively leading to an increased capacity to manage change. There is a certain skill involved in the ability to analyse the learner's previous knowledge as a way of enhancing the learning of new knowledge (MUTEBI, 2004). For example, Ellen (2002, p. 242) argues that local populations engage in new knowledge (including scientific knowledge), sometimes transforming it in remarkable ways. Such a process is sometimes described as hybridisation, blending, etc., though defining what this might mean in formal and cognitive terms has proved elusive, partly because we cannot specify the 'units' or 'process' that are hybridising, and because recombination are intrinsic to all knowledge (ELLEN, 2002, p. 243)

The interests of social construction have led to actual debate between those who place more prominence on knowledge in development. The understanding of knowledge as a social construction contrasts with the rational, positivist view of knowledge derived from a western scientific viewpoint. As Kothari (2001, p. 141) argues knowledge is produced and is continually reformulated as a powerful normative construct. It implies that knowledge is an accumulation of social norms, rituals and practices that, far from being constructed in isolation from power relations, is embedded in them or against them.

Bouwen and Taillieu (2004, p. 146) argue, that from a social constructionist point of

view, knowledge discourse is moving towards regarding 'knowledge as participation'. Knowledge creation, knowledge development and knowledge sharing are considered in this perspective as essentially relational processes, whereby people create knowledge by engaging in forms of participation in a community of practice. Knowledge sharing in natural resource projects is always situated in a context of practitioners, who enact this knowledge in their activities and their interactions. Following this dominant view of knowledge, a professional, a scientist or a manager is learning by participating in, creating and recreating continuously a particular community of practice.

Scientific knowledge is established as subject to essential changes in approach or paradigm shifts (KUHN, 1972, p. 43). Scientific knowledge has at times been described as universal, objective, testable, and verifiable. Methodologies are designed to be rigorous and the scientific community 'knows' the difference between good quality and bad quality science. However, the very nature of paradigm shifts acknowledges that scientific 'truth' is not universal (KUHN, 1972, p. 87).

From the modern western science perspective, scientists have historically maintained a dualistic relationship with nature in which detached observers gather empirical evidence to support theories about the natural world (NYGREN, 1999; BOWERS, 2001). Western science, in the positivist tradition, is considered nonbiased, objective and disconnected with human or spiritual values (STRINGER; REED, 2006). Bowers (1997, 2001) explains how western science, emerging from the enlightenment, is considered as high-status knowledge and maintains a human perspective of nature in which the individual, rather than the community, is the basic social unit (STRINGER; REED, 2006, p. 12). It means that western scientists avoid indigenous cultural traditions that obstruct 'progress' and embrace change as being inherently progressive in nature (BOWERS, 2001). The dualistic form of western consciousness contributes to the disassociation between humans and the environment. The cultural implications of this stance include the fact that western peoples are typically more detached from food resources, and other resources that nature provides

(BOWERS, 2001). In this way, development and knowledge are categories imposed by a western discourse to discipline and transform local realities (SCHONHUTH, 2002, p. 140). Economies are shaped on the foundation of information, learning and adaptation, and not only with the accumulation of physical capital (PURCELL; ONJORO, 2002). This involves shaping and adapting the systems to a given context, cultivating local learning processes, and institutionalising routines of use that persist over time. However, one of the requirements for the sustainability of technological projects in developing countries is that local knowledge is valued, sustained, and integrated in the process of implementation of new technologies (SCHONHUTH, 2002).

In contrast to modern western science, the term 'traditional ecological knowledge' adopts a more holistic framework as humans are viewed as intricately and spiritually interconnected with nature (CLEVELAND; SOLERI, 2002). For Posey (2000), over the past twenty years, indigenous peoples - together with their languages, cultures and knowledge systems - have become the focus of increasing international attention. This is the result of growing interest in the use of traditional knowledge held by local communities for the utilization of flora and fauna and in genetic resources, such as agricultural landraces and medicinal plants, held by indigenous peoples (POSEY, 2000, p. 35). Rooted in local culture, Purcell and Onjoro (2002) explain how traditional knowledge is a source of community cohesion, a framework that explains the origins of things, and provides the basis for preserving fertility, controlling pests, and conserving biological diversity and genetic variability. It is based on the idea that as indigenous people are directly dependent on the resources that nature provides for survival through sustenance living, they have a knowledge that is part of their experience (CLEVELAND; SOLERI, 2002, p. 206). Kalland (2000, p. 329) argues that although local people are recognized to have practised conservation consciously, their perceptions of nature have not operated to prevent pollution, or the destruction of natural resources. This author states that it is simplistic to assume that values and norms work directly on individuals, or acquire environmental actions as a corroboration

ration of specific values. When people have not destroyed nature this may have been the result of low population density compared to the resources and technologies available, rather than to consciously conserve resources.

The positivist tradition of western science is disengaged from human interests and values (COBURN; LOVING, 2001). On one hand there has been a disintegration of traditional values and forms of representation yet there has also been a progressive integration into the dominant culture of a scientific mentality and its values, knowledge content and patterns of action (SCHONHUTH, 2002, p. 140).

The notion of objectivity within western social and natural science implies that the researcher or rural environmental technician agent is merely an instrument, a conduit for information, rather than an interpreter and actor (CORNWALL et al., 1993, p. 8). In this notion, knowledge is often treated methodologically as if it could be built or destroyed, supplemented or supplanted (CORNWALL et al., 1993, p. 8). Bowers (2001) argues that a conventional approach based on knowledge as a commodity is limited in perceiving and responding to local people's concerns. Even though the majority of surveys aim to supply information for specialists to construct their own accounts of what people do, the surveys fail to identify with people's own accounts of their knowledge and practices (BOWERS, 2001, p. 18). The critical point is that conventional experimental design prioritises technical procedures rather than the complex dynamics of interaction between local people (CORNWALL et al., 1993; BOWERS, 2001). This can obscure the complex interactions that occur in changing social, economic and ecological environments. Moreover, the social constructionist approach does not take into account the relationship between knowledge production and types of discourse (SILLITOE, 2002b). Authors like Beck and Giddens bring their attention to the dangers of a technocratic society and the exclusion of local communities.

In the early 1990s, Giddens (1990) and Beck (1992) argued that we are moving towards a period of reflexive modernity, where modernity is becoming preoccupied with the struggle shaped by modernization itself. The second phase of modernity is marked by

increasing awareness of risk, which is becoming a concern for the citizens and the base for political activity and mobilization. Risks are no longer limited in time and space; their consequences are very often global, and they extend to future generations (GIDDENS, 1990; BECK, 1992). As such, Sillitoe (2002b, p. 110) argues: "...we are not all the same, although the current trend towards a global culture is eroding the distinctions between different culturally-specific knowledge systems". This leads to a situation where recognition of current risks is based not on direct experience, but on institutionalised knowledge derived from expert assessment and administrative criteria, which tends to be invisible and abstract (BECK, 1992). Both Beck and Giddens perceive increasing individualization as a central aspect of modern society, and they attribute this to a new and more active political aspect. However, they have different positions. Beck centres attention on the environmental risks, while Giddens makes a more comprehensive analysis of the institutional dynamics behind the developments.

The development sector is beginning to recognise knowledge as a pillar of equitable and sustainable development and to view knowledge sharing as one of the central challenges for socio-environmental development practice (STRINGER; REED, 2006). The problem is that these practices are still based on an appraisal of corporate experiences with knowledge management. As Stringer and Reed (2006, p. 1) argue, the incorporation of integrated knowledge into socio-environmental programme requires much effort to institutionalise assessment methodologies and scientific techniques rather than to provide an accurate diagnosis or solution. For example, Kalland (2000) argues that there is much to learn from local environmental knowledge. However, there is not enough to secure a sustainable utilization of natural resources. It is necessary to formulate management regimes, which are based on local knowledge at the empirical and institutional level, while at the same time not ignoring the possible input from science. Knowledge management is about improving knowledge sharing within an organisation in order to construct new knowledge that enables the organisation to learn and innovate (KALLAND, 2000, p. 330).

Learning as a social process strengthens the discussion of knowledge. It is the acquisition of knowledge through reflection, understanding and practice (VELDEN, 2002, p. 29). Here, learning is based on the premise that engagement in social practice is the fundamental process by which people learn to become who they are. The debate on learning is to bring new knowledge to the organisation to enable people to create better results for change. The problem is that development agencies have adopted approaches from the northern corporate sector and these approaches are inappropriate. This inappropriateness is identified by reason that these approaches see knowledge as a rootless commodity and information communication technology as a key knowledge tool (VELDEN, 2002, p. 1). The assumption that knowledge can be transformed into a commodity has entered the knowledge debate in the development sector. For example, Ellen (2002) demonstrates that knowledge is also linked with equity where a particular form of knowledge is favoured over others and to convey a further position. Similar impasses occur through commodities, whether preferences are exercised through the market, legal processes, or both (ELLEN, 2002, p. 243).

However, as the knowledge management discourse and methodologies expand to include the international development sector, significant problems of adaptation arise (MAHIRI, 1998, p. 2). For example, the World Bank outlines its role as a knowledge broker, transferring knowledge from where it is available to the place where it is needed (WORLD BANK, 1998). As critics have pointed out, this approach draws from the knowledge-centred ideas outlined above and perceives knowledge application as an objective and linear process (VELDEN, 2002). As Sillitoe (2002a, p. 1) argues, development agencies have been casting around for several years with mounting evidence of resources wasted in ill-conceived, frequently centrally-imposed schemes that have not only failed to matter in less developed countries but which have also made things worse. The World Bank's approach to knowledge obscures the plurality of alternative and legitimate knowledge (WORLD BANK, 1998). It is the ways in which people use information and integrate it into their knowledge that is more a function of

people's capacities, opportunity, education, experiences, values and intuition, than the information that reaches them (VELDEN, 2002, p. 6). If policy makers and managers wish to deal effectively with social problems they have to look at a number of areas: social, cultural, political, economic and environmental (DELANTY, 2003). The critique of the Bank's approach in this case indicates that knowledge needs to be presented in the appropriate context and be meaningful in the local situation in order to be useful and effective. The culture of analysis has provided ways of constructing an interdisciplinary dialogue to be incorporated into policy and public action. Culture has a political dimension, it is only one side of the human condition and of life in which knowledge of the human reality and the human interest in self-perfection and fulfilment merges into one (RAO; WALTON, 2004, p. 359).

In western terms, knowledge is a set of understandings that includes scientific knowledge as something unconnected from indigenous knowledge. The importance of indigenous knowledge about the environment and indigenous resource development reflects the recognition within the development policy community in the 1980s that indigenous knowledge could contribute to an increase in agricultural production and rural welfare (CHAMBERS, 1983). One dimension of this has been the increasing attention paid to indigenous management in diverse camps of social development (POSEY, 2000). The example of incorporation of local people into management positions presented by Chambers (1997) was an influential approach to contrast with the western understanding of rural people's knowledge. The introduction of participatory approaches reduces the dominance of standardised packages and the top-down models in which positivist and development blueprints are used. Despite incorporating local people's knowledge into programme planning as a significant part of participatory development (MOSSE, 2001, p. 17), it is not enough to change the top-down bureaucracy where the planning system is structured. Kothari (2001, p. 140) argues that within much participatory development discourse at local level, what is considered as local knowledge is seen as fixed commodities that people intrinsically have and own.

The superiority of scientific knowledge pointed out by Chambers (1997) is the dominant idea that rural people are 'primitive', 'unscientific' and 'wrong'. This idea had influenced research and mechanisms used to educate and transform rural people's production and livelihood strategies. Although local knowledge is gaining wide recognition in western social science, is still associated with 'expert' or professional interpretation (MAHIRI, 1998, p. 527). Even with the recognition that local knowledge is innovative and dynamic, the experts play an advisory role in resource management, often putting policy into practice despite a deficiency of applied knowledge (MAHIRI, 1998, p. 28).

Local people have developed a broad-based knowledge of the environment, knowledge that is an accumulation of practical experience and experimentation (BEBBINGTON; FARRINGTON, 1997, p. 52). In Kenya, while experts are generally engaged in prototype monoculture and experimental projects, local villagers are more concerned with what can satisfy their needs (MAHIRI, 1998, p. 2). This example demonstrates that although the participatory approach is applied as a comprehensive collaboration between experts and locals, the 'encounters' are too short to permit the evolution of a new relationship. The apparent monopoly of knowledge by 'experts' may then lead to intimidation of local people and an inhibition of the latter's free expression of their knowledge and views in the presence of 'experts' (MAHIRI, 1998, p. 3). Under such conditions, the discourses of development are produced by those in power and often result in reproducing power relations between areas of the world and certain people (POTTIER, 2003, p. 17).

Different and opposite point of views have been taken through the analysis of local knowledge within the 'development' context. It has been perceived as a major obstacle to development a panacea for environmental problems (INGLIS; HUGHSON, 2003), and as a critical component in locally-focused development (NYGREN, 1999). Local knowledge is generally viewed as distinct from scientific or western thinking. Thus, local and scientific knowledge have often been seen in static opposition, two forms of discrete, bounded knowledge (VELDEN, 2002). However, these

static oppositions of local versus universal knowledge have been questioned. Local people do not live in isolation; knowledge develops through experimentation and experience, from working with rural technician officers, or talking to people with different experiences and so forth. There is for that reason, a requirement on behalf of government to establish more diversified models of understanding knowledge at local level (NYGREN, 1999). As Velden (2002, p. 34) argues, the development processes in which knowledge is created, accessed and used, need to acknowledge and incorporate the diversity of both the knower and culture in these processes.

The view of knowledge presented by Cornwall et al. (1993, p. 4) is that the social networks to which people's knowledge belong interact in many domains, creating complex knowledge chains about issues and innovations. If knowledge is understood as socially constructed, the focus of examination can be on the processes that legitimise certain hierarchies of knowledge and power between local and global (scientific) knowledge (NYGREN, 1999). However, the conventional representation of local knowledge as being in opposition to modern knowledge is problematic. It is because it does not allow for the recognition of diversity within different people's knowledge repertoires and inherently privileges one form of knowledge over another. Local communities are changing in the interactions of its members not only amongst each other, but increasingly are evolving rapidly (CRAPS et al., 2004, p. 388).

As local knowledge is often seen as location-specific and therefore fixed and rigid rather than fluid and dynamic (ESCOBAR, 1995; ELLEN, 2002), less attention has been given to the cross-characteristics of such knowledge and to the idea that local people produce shared knowledge (NYGREN, 1999). As is argued by Bauman (2001), a constructive route is one that attributes more power to local communities, to use local knowledge as the starting point of the analysis. The local is constantly constructed and reconstructed according to the dynamic process of social, economic and policy actions.

Cultural and knowledge aspects through the practice of political action have become the dominant pattern in socio-environmental

development programmes in the last decade (SILLITOE, 2002b). In spite of a range of terms used to refer to local people, it is important to identify when this knowledge is indigenous (SILLITOE, 2002b). As Ellen (2002, p. 239) argues, indigenous knowledge in a development context may relate to any knowledge held more or less collectively by a population. The distinction between indigenous and scientific, local and global knowledge is defensible and different (SILLITOE, 2002b). However in Sillitoe (2002a, p. 12), what is made of the differences apparent between scientific-technical and indigenous knowledge depends on one's view of development. Indigenous or local knowledge and modern, scientific knowledge have become increasingly separated in the process of modernisation, and have often been assumed to be fundamentally different (ELLEN, 2002).

In sum, the influence of science as high-status knowledge sustains a human perspective of nature in which the individual, rather than the community is prioritised. In this way, the western scientists avoid indigenous cultural traditions that obstruct 'progress' and embrace change as being inherently progressive in nature. It brings attention to the idea that production of knowledge in a global world is based on institutionalised knowledge derived from expert assessment and administrative criteria that is involved in a new and more active political sphere. It also obscures those who interact in changing social, economic and ecological environments through complex relations. However, the focus on micro-level analysis reinserts the term community to refer a specific space that is produced and provides people with the opportunity to develop their active citizenship. Knowledge as a commodity is limited in perceiving and responding to local people's concerns since it has no interest in identifying with people's own accounts of their knowledge and practices (RAO; WALTON, 2004, p. 361-2). However, a model of the social process of transforming commodities into conditions of well-being is a long way on from a catalogue of goods that are universally supposed (DOUGLAS, 2004, p. 105). A change from a focus on individuals to a recognition that relational and group-based interests shape and influence individuals' aspirations, capabilities, and distribution of

power and agency (RAO; WALTON, 2004, p. 359). However, to be aware of local conceptions of well-being, and to incorporate 'common sense' and 'voice', the recipients of public action require to be engaged as central agents in the configuration and implementation of policy. It entails that the theory and practice of development will be more complex and, inevitably, more participatory (RAO; WALTON, 2004, p. 361).

The Meaning of Culture in Development

In recent years, academic interest in culture in public action and a range of ideas about the nature of culture has increased (RAO; WALTON, 2004; SEN, 2004). In the world of policy, culture is increasingly being viewed as a commonplace, malleable fact of life that matters as much as economics or politics to the process of development (RAO; WALTON, 2004, p. 3). Douglas (2004) argues that development works always to destabilise a fragile balance of social forces. It involves a risk if as Douglas (2004) argues it is going to erode the community's accumulated store of trust, and dissolve their traditional readiness to collaborate. In this way the well-being of the community may be worse after development than before (DOUGLAS, 2004, p. 89).

Rao and Walton (2004) point out two extreme views tend to dominate the rhetoric on culture and development. There is the hypermodist perspective that culture matters because societies steeped in traditional cultures are unsuited to market-oriented development fundamentally in growth issues. Culture is viewed as the enemy that inhibits societies from functioning in the modern world. This second modernization viewpoint was formed by some traditional economists and has dominated development since the 1950s. As Rao and Walton (2004, p. 10) argue, dominance is viewed as an aspect of control in western ideologies and interests. It implies that culture is a system of control that creates and expands existing macro inequalities between rich and poor countries, and macro inequalities between westernised and indigenous groups in poor countries (RAO; WALTON, 2004, p. 11).

For Sen (2004, p. 37), the key issue is to investigate the different and diverse ways in which culture should be taken into account in

examining the challenge of development, and in assessing the demands of sound economic strategies. And also how can these influences be better understood, and how might they modify or alter the development policies? In this way, Rao and Walton (2004) recognise that there is a culture of development associated with dominant mainstream economic views in the development discourse, and has had a powerful, and not always positive, effect on the world's poor countries. However, the focus is on how to integrate notions of culture and socioeconomic change to design more effective public action. This point of view is different from that as culture as static which has a simplistic view of the development problem in which culture is treated as an exogenous constraint rather than as one of the realms of everyday life (RAO; WALTON, 2004, p. 11). However, culture is not a 'natural' matter that is unchangeable and static (KLAMER, 2004, p. 140); on the contrary, it comprises the patterns of ideas, values, practices, and beliefs common to a particular group of people, or a set of people within a particular society (INGLIS; HUGHSON, 2003; KLAMER, 2004).

The existence of dynamics within the cultural space where the notion of relationship among various 'world views' make possible an analysis of the power differences that take place between the parties involved (LONG; VILLARIAL, 1996; POTTIER, 2003). It is important here to point out the recognition that all societies contain within them a repertoire of different life styles, cultural forms and rationalities which members utilize in their search for order and meaning, and which they themselves play a part in affirming or restructuring. Long (1992, p. 25) raised a further issue related to the cultural forms. The strategies and cultural constructions employed by individuals do not arise out of the blue but are drawn from a stock of available discourses that are to some degree shared with other individuals, contemporaries and perhaps predecessors. As Inglis and Hughson (2003, p. 3) argue, the most important issue is to understand how these cultural factors contribute towards either the maintenance or the overthrow of the status quo in that society. It means that the incorporation of culture in policy space is not just to

understand the relationship between groups or between societies, but also to comprehend what goes on, especially in terms of wielding power within particular groups and societies (RAO; WALTON, 2004).

Culture is involved in power relations and reflects acts of producing knowledge (POTTIER, 2003). However, as Inglis and Hughson (2003, p. 3) have argued, the key point is to analyse how cultural factors contribute towards changes in society. The nature of changes is complex and challenges the relations between time and space. Bauman (2001) explains changes that are now more disorderly and entangled than in any preceding epoch. It is because things today are moving sideways, aslant or across rather than forward, often backward, but as a rule the movers are unsure of their direction and the nature of successive steps is hotly contested (BAUMAN, 2001, p. 137). From Bauman's point of view, coexistent life-forms mean that they settle aside each other, clash and mix, and crowd together in the same space/time (BAUMAN, 2001, p. 137).

Lash (1999) puts forward a different point of view to define culture. He describes the world of global information culture as "a swirling vortex of microbes, genes, desire, death, semiconductors, holograms, semen, digitised images, electronic money and hyperspaces in a general economy of indifference" (LASH, 1999). He highlights that the world is shifting from a primary epistemological modernity where knowing subjects constructed the objects of knowledge, to a second or reflexive modernity of ontology where objects themselves have become possessed of being. The rise of the global information culture shifts the world again, to somewhere else yet to be configured, but somewhere that sees human singularity decline as these objects begin to think (LASH, 1999). It is the age "of the inhuman, the post-human and the non-human, of biotechnology and nanotechnology" (LASH, 1999) of an object material culture in which technologies, objects of consumption, lifestyles, come to dominate the cultural landscape and take on the power to constitute, track and judge.

The explanation of the shift from cultural features to rapid changes by Bauman (2001) and Lash (1999) make it clear that

the world is facing increasing ranges of complexities under rapid transformation. For Bauman, the difficulty is to capture the realities of our age, since the defining traits of post-modernity's coexistent life forms are uncertainty and ambivalence, and permanently unfinished differentiation (LONG, 1992; BAUMAN, 2001).

Culture provides for the members of a society a conceptual universe that both frames and constructs patterns of behaviour as mutually constitutive (BERGER; LUCKMANN, 1966). Culture provides the shared knowledge system that enables members of a society to recognize fellow members and to coordinate their actions with one another (Read, 2003, p. 32). Society provides the communities with points of views, and thus the patterned interactions and experiences, out of which individuals construct their representations of culture (BERGER; LUCKMANN, 1966; READ, 2003). This constitutive property of culture underscores the reason that theorizing in anthropology has focused on culture as central for understanding the nature of human societies (READ, 2003, p. 33). Analysis of the kinship basis of the social organization of rural communities reveals the role of kinship in the economic, political and religious organization of rural settlements (AIRES, 1992). Aires demonstrates that while religion constitutes a basis for the constitution of community identity, religious practice does not constitute a basis for the formation of a symbolic identity at local level. For example, religion both creates links between *caboclos* and other social categories which follow the same religion and differentiates between *caboclos* with different religious identities. Aires's work is important to understand that the lack of involvement in a political movement is the reason for the absence of a collective identity among *caboclos* (AIRES, 1992, p. 45).

Despite the centrality of culture as an organizing concept, satisfactory theories about the relationship between behaviour and culture has continued to be obscure (INGLIS; HUGHSON, 2003). Consequently, current theories of cultural evolution are incomplete because "no theory of socio-cultural evolution can claim completeness if it is not able to define the generating logic of society and socio-cultural evolution (READ, 2003,

p. 32). Theoretical positions differ on even a basic issue such as whether we understand culture as arising from human behaviour taken as actions in response to an evaluation of conditions and consequences external to the individual or whether behaviour already presupposes culture so that behaviour can be seen as arising from acting out of actions suitable to the cultural identity the individual takes on.

The socio-cultural aspect adds other arguments to explain the meaning of culture. The increased debate from socio-cultural perspectives demonstrates the transforming and complex changes in the world (READ, 2003). However, the majority of attention has been focused on cross-cultural changes (GREDLER, 1997, p. 23) and on different life-worlds that interact. These authors agree that the increasing interest in diversity is a consequence of the complex transformation encounters of the globalizing world. Globalisation has meant that at the local level, the world's peoples are closer together ensuring that diversity, plurality, hybridism, dislocation and discontinuity have become a recurring theme (GREDLER, 1997, p. 24).

Perlow and Weeks (2002) further investigate the role culture plays in shaping how helping behaviour is framed and when it is performed in a given context. They use groups of Americans and Indians as a point of comparison of national culture and these two cultures form a useful contrast for studies of helping behaviour. The focus on these two cultures is justified for the differences between the general Indian culture with its emphasis on interdependence and mutual aid and the American cultural emphasis on the individual (WEEKS, 2002). Through the comparative method, Perlow and Weeks (2002) conclude that American culture is highly individualist whereas Indian culture is more collectivist. Individualistic cultures are characterized as emphasizing the importance of individuals maintaining their independence and differentiating themselves from other people. Collectivist cultures are characterized as emphasizing the importance of interdependence between people and the way in which individual identity is defined by one's relationship to others (GREDLER, 1997; DOUGLAS, 2004).

This means that the incorporation of culture in policy space is not just to understand the relationship between groups or between societies, but also to comprehend what goes on, especially in terms of wielding power within particular groups and societies (INGLIS; HUGHSON, 2003). As is demonstrated by Rao and Walton (2004, p. 3), even though culture assumes a 'commonplace' in policy space, there remains some confusion about how it matters (RAO; WALTON, 2004, p. 3). In this paper, the researchers offer a contribution to the debate by stressing how culture is taken into account in the process of development that also involves knowledge. The framework towards these two concepts should be examined as interconnected, a key element to identify the impact of development programmes on local communities. Although the Brazilian government created a policy to interact with local communities, the challenge is how to invest in strategies to have a positive impact on people's livelihoods.

Knowledge and Culture

Culture is embodied in the symbols and artefacts of human interaction activities (BERGER; LUCKMANN, 1966; READ, 2003). People are involved in networks that contribute to the circulation of information among groups of people (ABRAHAM; PLATTEAU, 2004, p. 229). From this point of view, culture is embedded in the social process, and reflects acts of producing knowledge (POTTIER, 2003). Culture is involved in the notion of relationships attributed to the relations among individuals within groups, among groups that share ideas and perspectives (RAO; WALTON, 2004; SEN, 2004).

Knowledge results from interactions between people and their environments and resides within culture (HABERMAS, 1971; LONG; VILLAREAL, 1996). However, the construction of knowledge is also influenced by the cultural and historical factors of the community (WEEDON, 2004, p. 23). When the members of the community are aware of their 'intersubjective' meanings, it is easier for them to understand new information and activities that arise in the community. 'Intersubjectivity' relates to a shared understanding among individuals whose interaction is based

on common interests and assumptions that form the ground for their communication (JACKSON, 1996; MIDGLEY, 2000). 'Intersubjectivity' not only provides the grounds for communication but also supports people to extend their understanding of new information and activities among the group members (UPHOFF et al., 1998, p. 133).

Midgley (2000) develops an argument about the implications of mechanistic versus systemic assumptions about relationships across the three worlds. The three worlds refer conceptually to the (i) subjective, psychological personal world of perceptions, based on interpretation by the senses, lived experience and tacit knowledge; (ii) the objective, external natural world of professional knowledge narratives based on observation; (iii) the social or intersubjective world based on shared meaning that is co-created through dialogue. In the social world, at worst we misunderstand each other completely or at best work harmoniously to co-create meaning. Midgley (2000) uses these three worlds as a starting point for addressing the connection across representation, communication and reality. Each world has implications for policy and practice (management, leadership, research and the way in which problem solving is approached). Jackson (1996) applied the three worlds to develop a meta-level approach to working with management models. He places importance on the links across the areas of knowledge rather than on technical knowledge. This reinforces Habermas's (1971) viewpoint that knowledge connects with three camps: technical, strategic and communicative knowledge. However, the challenge is to work with diversity and to manage it. Uphoff et al. (1998) argue that increasing attention has been devoted to management information systems that handle the large amounts of data and information that programme generate and require. The information can be shared with the process of dissemination producing mutations that can enhance or degrade the information in circulation (UPHOFF et al., 1998, p. 135).

Construction of social meanings also involves intersubjectivity among individuals and organisations. Social meanings and knowledge are shaped and evolved through negotiation within the communicating

groups (HABERMAS, 1971; WEEDON, 2004). Personal meanings shaped through these experiences are affected by the intersubjectivity of the community to which the people belong (WEEDON, 2004, p. 19). The sense of belonging and connectedness is characterized by the perception of territorial borders, by the recognition of strong historical significance, and by a dimension that is attributed to the place or community. A sense of community is related to belonging and connectedness and this has to be taken into account. Indeed, this sense remains prominent often in the course of conducting research on political action at local level.

Cultural conditions exert considerable influence upon human behaviours, not only in the social sphere, but also in the economic (SEN, 1999). In spite of many definitions of 'development' that focus on economic aspects, it is fundamental to recognise its social and cultural elements (SEN, 1999; WILLIS, 2005). This is not just because social and cultural variables affect economic growth, but also that social and cultural norms and expectations need to be considered in their own right (WILLIS, 2005, p. 116). As Sen (2004, p. 43-4) argues, if development relates to the increase or improvement of living standards through social and economic change, then it will impact on, and be mediated through culture.

The concept of culture has until recently been ignored by development theorists who were eager to escape colonial discourses of culture and the 'culturalist' explanations of modernization which represented culture as a 'barrier' to development (HARRIS, 1996; IVANOVA, 2005). This aversion to addressing culture too often leads development studies (even those preoccupied with institutional arrangements and incentive structures) to ignore the complexity and diversity of human life. It also neglects the way in which culture is a dimension of all social action, including economic and political life (SEN, 1999, 2004; RAO; WALTON, 2004).

The increased occurrence of organizations operating across national boundaries, and the embracing of cultural diversity as a business strategy, represent a variety of recent trends. The convergence of these trends corroborates the membership of groups, becoming

more culturally diverse (IVANOVA, 2005). If organizations are to be successful, they need managers to have an awareness of the impact of increasing cultural diversity (Küpçü, 2005). Despite the importance of this need for organizational success, the current literature has done little to enhance managers' knowledge of how effectiveness might be impacted when cultural diversity modifies or alters local knowledge. Harris (1996, p. 34) challenges this gap in examining cultural diversity and its impacts on group effectiveness.

If the analysis includes organizational culture, the focus on the context where the interaction occurs is significant because organizations are part of societal structures and sets of meanings (HARRIS, 1996; TENDLER, 1997). Harris (1996, p. 34) argues that the issues around management, racism, professionalism, class, for example, are meanings embedded in broader structures of social power. However, the interpretations of organizations cannot be simply reduced to those meanings and power structures in broader society as tends to happen. The literature on organizational culture is a helpful corrective to this take on organizations, for analysis of the ways in which meanings are constructed within development organizations. However, such meanings are both stabilized and fragmented over time. It is only through studying practices that one can understand the ways in which organizations tend towards having a more or less integrative or fragmentary culture shared by staff or it is only through a study of practice that it becomes possible to understand how and why organizations are given the meanings that they are given by people beyond the organization.

The main factor for influential organizational processes is the requirement to act in response to pressures from upwards such as funding agencies and downwards such as community groups. The different structures and capabilities developed by organizations to maintain unity and integrity in response to these tensions are explored and related to differences in the perceived role of the organizations. These tensions are between the bureaucratic structures that initiate and fund development projects and the grassroots organizations that can mobilize participation and resources to implement them (INGLIS;

HUGHSON, 2003; ALKIRE, 2004). Although large-scale development agencies recognize the need for local participation to facilitate project implementation and local organizations recognize the need for centrally-provided resources to support and expand their local activities, the organizational gulf between the two precludes effective interaction.

Tendler's work (1997) is also relevant to understand the influence of culture on development for agencies and for local people. Tendler's study of the sources of effective government in the north-east of Brazil aims at an understanding of how innovation had occurred within several government programmes in Ceará State. It focuses on the actions of bureaucrats and project staff along the chain of project implementation to understand what led officials and staff to act in ways that favoured client orientation, responsiveness and programme effectiveness. Such concerns led to an analysis of explaining the changes in organizational incentives and behaviour that led to effective programmes. Tendler's analysis focused on specific innovators and individuals who had taken risks within bureaucracies and who had often had the authority to effect change.

The cultural impact of development agencies and interventions – both positive and negative – has been a much-mooted topic within development in recent years (RAO; WALTON, 2004, p. 3). In this respect, culture, knowledge and development interconnect at many intersections that relate to both a means and an end and in a complexity of ways (SEN, 1999; 2004). In any particular domain such as social or economic development, several knowledge systems exist, some of which, consensually through a 'constellation of interests' (CASTELLS, 1997, p. 12), come to acquire more value than others. They explain the reality better for immediate purposes or they emanate from a stronger power base. An inexorable consequence of the legitimating of one kind of knowledge as authoritative is the devaluation and discharge of other kinds of knowledge. It means that "cultural diagnoses cannot provide universally applicable answers. Culture is part of the story – part of the formation of agency, of effective markets and institutions – but is often left out" (RAO; WALTON, 2004, p. 360).

The devaluation of traditional cultural knowledge systems is a general mechanism by which hierarchical knowledge structures and resulting 'cultures of development' are generated, transmitted, valorised and implemented (INGLIS; HUGHSON, 2003, p. 26). Rather than viewing culture as an attribute of the societies undergoing development (SCHECH; HAGGIS, 2000, p. 42), the new ways of thinking about culture and development mean examining how development institutions, processes and practices are caught up in a web of cultural presuppositions, values and meanings (SCHECH; HAGGIS, 2000, p. 42-3).

The cultural aspect assumes an important role in public actions, mainly in a heterogeneous environment where these pursuits of diversity, of identity and social practices involve local people with their own knowledge and aspirations (LONG, 1992; RAO; WALTON, 2004). This is a position where culture is not a homogenous and stable attribute (SCHECH; HAGGIS, 2000) since it is involved in many aspects. Heterogeneity can also arise from the particular components of culture for instance religion, literature or style of living (SEN, 2004). This is a framework of culture as a component of a set of capabilities that people have – the constraints, technologies, and frame-working strategy that state how decisions are made and co-ordinated across diverse actors (SEN, 1999; RAO; WALTON, 2004). Bourdieu (1993) identifies styles/values, preferences/aspirations as cultural issues that are accumulated through a long process of acquisition. In this understanding, cultural capital is a base resource of vital importance in the formation of other forms of resource e.g. natural, human, or social capital, and indeed the long-term sustainability of any human or economic development initiative (ARCE, 2003; KAPOOR, 2004).

Arce (2003, p. 6) argues the importance of reversing traditions of the treatment of the social as resulting from economic development. This point of view calls for a new perspective that goes beyond a theoretical identification of social development with the management of resource scarcity. However, with the advent of participatory thinking and empowerment, development is today typically represented as an outcome of peoples'

actions (ARCE, 2003). For Sillitoe (2002b), the new third way for the twenty-first century is an action approach, as opposed to a purely academic one. Although the previous approaches were blind to local knowledge, the new emergence of development's interest in indigenous knowledge and practices is seen as new, bottom-up oriented development paradigm (SILLITOE, 2002b, p. 115).

The expression of action is to understand the rapidly changing world. This shift in representation has contributed to identifying the social as mainly related to techniques of participatory planning and methodologies for consultation and incorporation (ARCE, 2003, p. 7). Such a shift provides scope for planning without actually allowing the social to break free from priorities dictated by the economic management of the scarcity of resources (ARCE, 2003, p. 7). Despite the debate on the understandings that 'the social' can encompass the creativity of people's knowledge and practices since the 1980s (BOOTH, 2003) the emphasis on people's knowledge is still a challenge. The argument is based on the possibility of challenging existing social, cultural, and political boundaries through the internalisation of a development language such as participation and empowerment within people's everyday life. This process was presented not just as adaptation, but also as a qualitative change into new situations. It created a window for social development that has been incorporated into dominant economic discourse as a representation of the social (CHAMBERS, 1983, p. 21).

Studies made by Rao and Walton (2004), emphasises a positive impact by incorporating the cultural aspect into a development context and emphasising the importance of culture on public actions. Culture is seen as having an important role in policy development and is present mainly in heterogeneous environments where pursuits of diversity of identity and social practices involve local people with their own knowledge and aspirations (SILLITOE, 2002b; SCHECH; HAGGIS, 2000). However, the focus is on the analysis of how knowledge is produced and the influence of power relations on the production of knowledge.

Concluding remarks

Despite all consideration of interconnectedness over the concepts of knowledge and culture, what is more important is to understand knowledge as a component of power that is transferred from one social context to another within a system of value and beliefs. Knowledge, as a component of power, is an accumulation of social norms, rituals and practices that are culturally, socially and politically produced as a powerful normative construct.

Instead of understanding culture as a dynamic, social construct with power relations, cultural aspects have just been assumed to have a positive impact on public actions. The positive idea is that culture provides a vehicle for building public action in development and for the implementation of sustainable policies with more inclusive and long-term strategies. This means that culture in development is particularly important to an adequately capacious framework suggested by Sen (2004).

The aim of using a framework that involves knowledge and culture within a development context is to examine the impact of government programme actions in the local communities. If development relates to increasing or improving living standards through social and economic change, then it will impact on, and be mediated through culture. If culture in development is understood as a process of social change with shared values, aspirations and ideas, the questions to be asked are: How do 'development' interventions provide for or invest in communities with the relevant cultural knowledge required to successfully participate in their own development livelihood? Is the policy action receptive to the proposals and priorities of the local people?

The central issue of the framework proposal is to examine the key feature of governmental development programmes in implementing policies at local level. We argue that the complex interaction between programme and policy development and local people emerges as a new challenge in the participatory policy model. It is difficult however to fill the gaps opened up for participation through the engagement of people in

policy issues. A great deal of the framework presented is to illustrate understanding of how a macro-level programme geared towards change in the micro-level can result in a positive impact on community development livelihoods taking into account the concepts of knowledge and culture.

References

- ABRAHAM, A.; PLATTEAU, J.-P. Participatory development: where culture creeps. In: RAO, V.; WALTON, M. (Ed.). *Culture and public action*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. 212-233.
- AIRES, D. L. *The social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (the middle Solimões)*. PhD. Cambridge: Cambridge University, 1992.
- ALKIRE, S. Culture, poverty, and external intervention. In: RAO, V.; WALTON, M. (Ed.). *Culture and public action*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. 185-209.
- ARCE, A. Re-approaching social development: a field of action between social life and policy processes. *International Development*, (15): 845-861, 2003.
- BAUMAN, Z. *Community: seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- BEBBINGTON, A. J.; FARRINGTON, J. NGO-government interaction in agriculture technology development. In Edwards, M. and Hulme, D. (Ed.) *Making a difference: NGOs and development in a changing world*. London: Earthscan Publications, 1997. p. 49-59.
- BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality*. New York: Doubleday, 1966.
- BOOTH, D. Bridging the macro - micro divide in policy-oriented research: two African experiences. In: EADE, D. (Ed.) *Development methods and approaches - critical reflections*. London: Oxfam, 2003. p.79-94.
- BOURDIEU, P. *The field of cultural production - essays on art and literature*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- BOUWEN, R.; TAILLIEU, T. Multi-party collaboration as social learning for interdependence: Developing relational knowing for sustainable natural resource management. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14(3): 137-153, 2004.
- BOWERS, C. A. *The culture of denial*. New York: State of New York Press, 1997.
- _____. *Educating for eco-justice and community*. Athens: The University of Georgia, 2001.
- CASTELLS, M. *The power of identity, the information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, 1997.
- CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.
- _____. *Whose reality counts? Putting the first last*. London: Intermediate Technology Publications, 1997.
- CLEVELAND, D. A.; SOLERI, D. Indigenous and scientific knowledge of plant breeding. In: SILLITOE, P.; BICKER, A.; POTTIER, J. (Ed.). *Participating in development: approaches to indigenous knowledge*. London and New York: Routledge, 2002. p. 206-234.
- COBURN, W. W.; LOVING, C. C. Defining science in a multicultural world: implications for science education. *Science Education*, 85 (1): 50-67, 2001.
- CORNWALL, A. et al. *Acknowledging process: challenges for agricultural research and extension methodology*. Brighton: IDS, 1993.
- CORNWALL, A. *Realizing rights: transforming approaches to sexual and reproductive well-being*. London and New York: Palgrave and Zed Books, 2002.
- CRAPS, M. et al. Constructing common ground and re-creating differences between professional and indigenous communities in the Andes. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14 (5): 378-393, 2004.
- DELANTY, G. *Community*. New York and London: Routledge, 2003.
- DOUGLAS, M. Traditional culture - let's hear no more about it. In: RAO, V.; WALTON, M. (Ed.). *Culture and public action*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. 85-109.
- ELLEN, R. Reinvention and progress in applying local knowledge to development. In: SILLITOE, P.; BICKER, A.; POTTIER, J. (Ed.) *Participating in development: approaches to indigenous knowledge*. London and New York: Routledge, 2002. p. 235-258.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princetown: Princetown University Press, 1995.
- GAVENTA, J. Towards participatory governance: assessing the transformative possibilities. In: HICKEY, S.; MOHAN, G. (Ed.). *Participation: from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development*. New York: Zed Books, 2004. p. 25-41.
- GIDDENS, A. *Consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GREDLER, M. *Learning and Instruction: theory into practice*. New York: Prentice-Hall, 1997.
- HABERMAS, J. *Knowledge and human interest*. London: Heinemann, 1971.
- HARRIS, M. *People of the Amazon floodplain: kinship, work and sharing in a "caboclo" community near Óbidos, Pará, Brazil*. PhD. London School of Economics and Political Science, 1996.
- INGLIS, D.; HUGHSON, J. *Confronting culture: sociological vistas*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- IVANOVA, M. Environment: the path of global environmental governance - from and function in historical perspective. In: AYRE, G.; CALLWAY, R. (Ed.). *Governance for sustainable development*. London: Earthscan Publications, 2005. p. 45-72.
- JACKSON, C. Gender and participation at a project interface. *Public Administration and Development*, 16(5): 503-511, 1996.

- JACOBS, M. *Environmental modernisation: The new labour agenda*. London: The Fabian Society, 2002.
- KALLAND, A. Indigenous knowledge: prospects and limitations. In: ELLEN, R.; PARKERS, P.; BICKER, A. (Ed.). *Indigenous environmental knowledge and its transformations*. London: Harwood Academic Publishers, 2000. p. 319-335.
- KAPOOR, I. Donor participatory governance evaluation: initial trends, implications, opportunities, constraints. *Journal of International Development*, (16): 157-170, 2004.
- KLAMER, A. Cultural goods are good for more than their economic value. In: RAO, V.; WALTON, M. (Ed.). *Culture and public action*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. 138-162.
- KOTHARI, U. Power, knowledge and social control in participatory development. In: COOKE, B.; KOTHARI, U. (Ed.). *Participation: the new tyranny?* London and New York: Zed Books, 2001. p.139-152.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- KUKLA, A. *Social constructivism and the philosophy of science*. New York: Routledge, 2000.
- KÜPÇÜ, M. F. Society: participation and engagement. In: AYRE, G.; CALLWAY, R. (Ed.). *Governance for sustainable development*. London: Earthscan Publication, 2005. p. 90-107.
- LASH, S. *Another modernity, a different rationality*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N. (Ed.). *Battlefields of knowledge*. London: Routledge, 1992. p. 16-43.
- LONG, N.; VILLARREAL, M. Exploring development interfaces: from the transference of knowledge to the transformation of meaning. In: SCHURMAN, F. (Ed.). *Beyond the impasse: new directions in development theory*. London and New York: Zed Books, 1996.
- MAHIRI, I. O. The environmental knowledge frontier: transects with experts and villagers. *Journal of International Development*, 10: 527-537, 1998.
- MIDGLEY, G. *Systemic intervention: philosophy, methodology and practice*. London: Kluwer, 2000.
- MOSSE, D. People's knowledge, participation and patronage: operations and representations in rural development. In: COOKE, B.; KOTHARI, U. (Ed.). *Participation: the new tyranny?* London and New York: Zed Books, 2001. p. 16-35.
- MUTEBI, F. Reassessing popular participation in Uganda. *Public Administration and Development*, 29: 289-304, 2004.
- NYGREN, A. Local knowledge in the environment-development discourse. From dichotomies to situated knowledges. *Critique of Anthropology*, 19(3): 267-288, 1999.
- PERLOW, L.; WEEKS, J. Exploring the relationship between decision making and the temporal context. *Academy of Management Journal*, 45 (5): 931-955, 2002.
- POSEY, D. A. Ethnobiology and ethnoecology in the context of national laws and international agreements affecting indigenous and local knowledge, traditional resources and intellectual property rights. In: ELLEN, R.; PARKERS, P.; BICKER, A. (Ed.). *Indigenous environmental knowledge and its transformations - critical anthropological perspectives*. Amsterdam: Harwood Academic Publisher, 2000. p. 35-54.
- POTTIER, J. Negotiating local knowledge: an introduction. In: POTTIER, J.; BICKER, A.; SILLITOE, P. (Ed.). *Negotiating local knowledge: power and identity in development*. London: Pluto Press, 2003.
- PURCELL, T.; ONJORO, E. A. Indigenous knowledge, power and parity. In: SILLITOE, P.; BICKER, A.; POTTIER, J. (Ed.). *Participating in development: approaches to indigenous knowledge*. London and New York: Routledge, 2002. p.162-188.
- RAO, V.; WALTON, M. *Culture and public action*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- READ, D. From behaviour to culture: an assessment of cultural evolution and a new synthesis. *Community & Applied Social Psychology*, 8(6): 17-41, 2003.
- SCHECH, S.; HAGGIS, J. *Culture and development: a critical introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.
- SCHONHUTH, M. Negotiating with knowledge at development interfaces. In: SILLITOE, P.; BICKER, A.; POTTIER, J. (Ed.). *Participating in development: approaches to indigenous knowledge*. London and New York: Routledge, 2002. p. 139-161.
- SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. How does culture matter? In: RAO, V.; WALTON, M. (Ed.). *Culture and public action*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. 37-58.
- SILLITOE, P. Participant observation to participatory development. In: SILLITOE, P.; BICKER, A.; POTTIER, J. (Ed.). *Participating in development: approaches to indigenous knowledge*. London and New York: Routledge, 2002a. p. 1-23.
- _____. Globalizing indigenous knowledge. In: SILLITOE, P.; BICKER, A.; POTTIER, J. (Ed.). *Participating in development: approaches to indigenous knowledge*. London and New York: Routledge, 2002b. p. 108-138.
- STRINGER, L. C.; REED, M. S. Land degradation assessment in southern Africa: integrating local and scientific knowledge bases. *Land Degradation & Development*, v. 18, Issue 1, 2006. Available in: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ldr.760/abstract>>. Accessed in: 22 Nov. 2006.
- TENDLER, J. *Good government in the tropics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.
- UPHOFF, N. et al. *Reasons for success - learning from instructive experiences in rural development*. New Delhi: Vistaar Publications, 1998.
- VELDEN, M. V. D. Knowledge facts, knowledge fiction: the role of ICTs in knowledge management for development. *International Development*, 14: 25-37, 2002.

WEEDON, C. *Identity and culture: narratives of difference and belonging*. Milton Keynes: Open University Press, 2004.

WILLIS, K. *Theories and practices of development*. London and New York: Routledge, 2005.

WORLD BANK. *World development report 1998/99: knowledge for development*. Washington, D.C.: World Bank, 1998. Available in: <www.worldbank.org/wdr98/index.htm>. Accessed in: 22 Jan. 2004.

La inserción Internacional de los actores subnacionales: análisis de un proceso contemporáneo

Integração internacional dos atores subnacionais: análise de um processo contemporâneo

The international insertion of the sub national actors: analysis of a contemporary process

L'intégration internationale des acteurs infranationaux: une analyse des processus contemporain

Mariana Calvento*
(marianacalvento@yahoo.com.ar)

Recebido em 04/09/2013; revisado e aprovado em 13/12/2013; aceito em 13/01/2014

Resumen: El presente trabajo pretende abordar la temática particular de la inserción internacional de las unidades subnacionales indagando, en principio, acerca de las discusiones contemporáneas sobre el desarrollo de una política internacional por parte de los espacios subnacionales latinoamericanos, para luego analizar las principales estrategias de inserción internacional implementadas por los gobiernos locales de Argentina.

Palabras clave: Gestión Internacional. Subnacional. Argentina.

Resumo: Este artigo tem como objetivo abordar a questão específica da inserção internacional das unidades subnacionais. Em princípio, analisa as discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento da política internacional subnacional da América Latina e, em seguida, pesquisa sobre as principais estratégias de inserção internacional desenvolvidas pelos governos locais na Argentina.

Palavras-chave: Inserção internacional. Subnacional. Argentina.

Abstract: This paper aims to address the particular issue of the international integration of sub-national units. This work will investigate the contemporary discussions on the theme and then analyzes the main international insertion strategies implemented by local government of Argentina.

Key words: International insertion. Local government. Argentina.

Résumé: Cet article vise à aborder la question de l'intégration internationale des unités sous-nationales. En principe, analyse les débats contemporains sur l'élaboration des politiques internationales par les sous-espaces américains. Par la suite, analyse les principales stratégies d'insertions internationales élaborées par les gouvernements locaux en Argentine.

Mots-clés: Insertion internationale. Gouvernements locaux. Argentine..

Introducción

El desarrollo de estrategias de inserción internacional de los estados nacionales ha experimentado en las últimas décadas diversas modificaciones, entre ellas, la apertura hacia una participación diferente por parte de otros actores, generando el surgimiento e impulso a la intervención de entidades subnacionales en el escenario internacional.

En este sentido, en los últimos años, los espacios territoriales han desarrollado alternativas tendientes a la valoración de lo local para beneficiarse del contexto de internacionalización de la economía, interdependencia y revolución científica tecnológica, entre otras cuestiones. Como parte de este proceso se comenzaron a desarrollar políticas públicas orientadas a crear o fortalecer la vinculación

nacional e internacional de los territorios, proceso que se presenta como un importante activo de la gestión contemporánea.

En este marco, el presente trabajo pretende abordar la temática particular de la inserción internacional de las unidades subnacionales, considerándolas como "las unidades institucionales, o niveles del poder ejecutivo, que son componentes de un gobierno de un Estado Nacional: ciudades, estados, regiones, provincias, municipios u otros poderes locales" (FRONZAGLIA, 2005, p. 44).

Para este caso, se limitará el campo de estudio a los municipios, retomando para dicho análisis la definición de estrategias de gestión internacional subnacional a las actividades que impulsan "la activa participación de los gobiernos locales en las relaciones internacionales contemporáneamente a la

* Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), Buenos Aires, Argentina.

acción estatal, constituyendo novedosas formas de acción exterior que, no obstante su autonomía, siguen estando subordinadas a las prioridades y objetivos del Estado [Nacional]" (NATALIZIO, 2007, p. 40).

En principio, la investigación propone indagar las discusiones contemporáneas que se suscitan en torno al desarrollo de una política internacional por parte de los espacios locales, para luego analizar las principales estrategias de inserción internacional implementadas por los gobiernos subnacionales de la Argentina.

Discusiones contemporáneas de la política internacional de los espacios subnacionales

La participación internacional de los actores subnacionales fue abordada desde diferentes perspectivas que pueden ser agrupadas en los siguientes campos analíticos: el de las relaciones internacionales y el del desarrollo local.

Desde el campo de las relaciones internacionales, el proceso ha sido analizado en el marco de las transformaciones experimentadas en el escenario internacional que modificaron el carácter central y unitario del Estado-Nacional en el plano global. Siguiendo esta línea argumental, y como consecuencia de dichos procesos, las relaciones internacionales ya no se consideran patrimonio exclusivo de los Estados centrales sino que surgen nuevos actores, gubernamentales y no gubernamentales, que conforman una nueva trama de relaciones transnacionales e intergubernamentales (KEOHANE; NYE, 1989).

La interdependencia compleja, como se denomina a esta perspectiva, deviene del debate teórico que tuvo lugar en el campo de las relaciones internacionales a mediados de la década del 70. Este debate marcó un punto de inflexión en la disciplina a partir del cual se incorporaron aspectos definitorios e innovadores, como la creciente participación de una pluralidad de actores internacionales antes ignorados.

El enfoque de la interdependencia compleja, sustentado en un contexto global de transformación, surge de la crítica a la corriente realista de las relaciones internacionales cuyos exponentes más reconocidos son

Morgenthau¹ y Waltz. Esta corriente está caracterizada por el fuerte peso dado al Estado Nacional en la definición de las acciones a nivel internacional, al punto de considerarlo como el único actor central de las Relaciones Internacionales.

En oposición, Keohane y Nye (1989), exponentes de la teoría de la interdependencia compleja, critican la mirada estado-céntrica por considerarla insuficiente y proponen la ampliación hacia una pluralidad de actores.

En ese sentido, según Rosenau (1997), en el sistema internacional actual conviven fuerzas fragmentadoras descentralizantes y fuerzas integradoras centralizantes. Este fenómeno al que denomina "fragmeegración" (Rosenau, 1997, p. 70), impulsa una relocalización de la autoridad en dos direcciones: "hacia arriba", lo cual implica instancias supranacionales como organizaciones internacionales, entidades intergubernamentales regionales, entre otras; y/o "hacia abajo", en dirección de grupos subnacionales, dentro de los cuales se encuentran las minorías étnicas, religiosas, los gobiernos locales, las organizaciones con finalidades específicas.

En relación al proceso que analizan tanto Keohane y Nye como Rosenau, algunos autores argumentan el advenimiento de un nuevo prototipo político: el estado comerciante (ROSECRANCE, 1987). Éste último, ya no tiene como principal propósito la competencia por el territorio o por el control sobre los recursos naturales, sino facilitar el accionar del sector privado en la competencia por las cuotas de mercado mundiales a los que accederá en función de sus ventajas competitivas (STRANGE, 2002; COLACRAI; ZUBELZÚ, 2005).

De esta forma, en un mundo interdependiente, los Estados buscan nuevos espacios de vinculación que privilegien la estrategia "comercialista". En un sentido similar se comportan los estados subnacionales al competir comercialmente en el mundo, intentando optimizar sus ventajas competitivas (COLACRAI; ZUBELZÚ, 2005).

Dado este marco favorable, los estados subnacionales desarrollan alternativas

¹ Exponente del realismo clásico, mientras que Waltz, Krasner y Gilpin son considerados referentes del neorealismo (LLENDERROZAS, 2007).

de participación en el escenario mundial y, pese a no ser considerados como sujetos del derecho internacional, intervienen de hecho en “modalidades de cooperación internacional, establecen o cumplen acuerdos de cuño económico y cultural, de modo formal e informal” (VIGEVANI, 2004, p. 28).

Como consecuencia de esta nueva realidad, dentro del área de las relaciones internacionales, se desarrollaron nuevos conceptos que marcaron la inclusión de estos actores: nueva diplomacia regional, protodiplomacia, política externa federativa o paradiplomacia².

Keating (2001), por ejemplo, utiliza el concepto de nueva diplomacia regional en el contexto europeo para referirse a la actividad internacional de diferentes regiones, motivada por procesos tanto políticos (conformación de bloques supranacionales), económicos (regionalización de la producción) y culturales (cuestiones idiomáticas). Asimismo, relaciona el concepto de paradiplomacia con el “tipo de actividad, que funciona por debajo o dentro de los intersticios del sistema tradicional de las relaciones internacionales” (KEATING, 2001, p. 2).

Por otra parte, Martins Senhoras (2009) considera que la paradiplomacia se refiere a “procesos de extroversión de actores subnacionales como estados locales y regionales, empresas, organizaciones no gubernamentales, que procuran practicar actos y acuerdos internacionales a fin de obtener recursos y resolver problemas específicos de cada área con mayor rapidez y facilidad sin la intervención de los gobiernos centrales” (SENHORAS, 2009, p. 1).

De la misma forma, Stéphane Paquin (2004 apud MEIRELLES RIBEIRO, 2008) entiende a la paradiplomacia como la acción internacional de las entidades subnacionales, principalmente refiriéndose a los actores gubernamentales.

Por tanto, parafraseando a Fronzaglia (2005) las actividades para-diplomáticas incluyen un conjunto de actividades desarrolladas por las unidades subnacionales - de manera aislada o en conjunto- conforme a su grado de autonomía que pueden ser complementarias, paralelas o conflictivas con la di-

plomacia establecida por el gobierno nacional. En este marco, es necesario resaltar la obra de Duchacek (1986), junto con la de Michelmann y Soldatos (1990), por ser consideradas pioneras en la temática al dar un uso sistemático del concepto de paradiplomacia, concepto que se diferencia a su vez de los de protodiplomacia y paradiplomacia, desarrollados por Paquin (2004 apud MEIRELLES RIBEIRO, 2008).

Con el primero, el autor se refiere a las acciones internacionales llevadas a cabo por entidades subnacionales con el objetivo de obtener su independencia y soberanía, mientras que con el segundo, describe a las estrategias que buscan reforzar o construir una nación minoritaria en el contexto de un estado plurinacional, pero sin el interés de independizarse. A estos conceptos, se relaciona el de interméstico³, con el que Brian Hocking (1993) analiza los casos de Québec y Cataluña, refiriéndose a su aprovechamiento de las relaciones internacionales en la búsqueda de lograr mayor autonomía, e incluso la separación del estado nacional. Otro concepto vinculado es el de política externa federativa el cual fue acuñado por Gilberto Rodrigues para designar en el caso brasileño una estrategia propia de un estado o municipio, desarrollada en el ámbito de su autonomía, apuntando a su inserción internacional, de forma individual o colectiva” (RODRIGUES, 2004, p. 40 apud YAHN FILHO; OLIVEIRA, 2006, p. 84).

Para el caso argentino, Zubełzú (2008) considera que el término de gestión internacional o externa refleja adecuadamente la experiencia de las entidades subnacionales, dado que el empleo del término paradiplomacia “puede interpretarse como una actividad que duplica o compite con la del Estado nacional en un contexto cultural - el argentino - en el que el prefijo tiene más bien una connotación negativa incluso con visos de actividad ilegal (parapolicial, paramilitar) más que de acciones simultáneas o concurrentes” (ZUBEŁZÚ, 2008, p. 36).

Ahora bien, desde el enfoque del desarrollo local se ha analizado la participación

² El término “paradiplomacia” es utilizado como una abreviación de “diplomacia paralela” (SALOMÓN, 2007)

³ Según Amparao y González (1990 apud Zubełzú, 1999), el término Interméstico se utiliza para referirse a un problema externo o una decisión en política exterior que tiene el potencial de alterar el equilibrio político o económico interno y de afectar intereses particulares al interior de la sociedad.

internacional de las entidades subnacionales, focalizándose en los efectos negativos o positivos que lo global imprime sobre lo local (AROCENA, 2001). Al respecto, en este trabajo se retoman las ideas de Borja y Castells (1997), relativas a que la vinculación global-local no es perniciosa en sí misma, sino que representa una oportunidad para establecer una articulación complementaria que sea generadora de sinergia social y económica.

De igual manera, Albuquerque señala que el desarrollo local debe entenderse como “un proceso participativo que fomenta, en un territorio determinado, la cooperación entre los principales actores sociales, públicos y privados, para el diseño y la implementación de una estrategia de desarrollo común, con el objetivo final de estimular la actividad económica y crear empleo de calidad, a partir del aprovechamiento de los recursos y potencialidades locales, y las oportunidades derivadas del contexto global” (ALBURQUERQUE, 2002, p. 15).

En efecto, la globalización es un proceso vinculado al territorio, no sólo porque afecta países, regiones y ciudades, sino porque además su dinámica económica y productiva dependen de las decisiones de inversión y localización de los actores económicos, pero también de los factores de atracción de cada territorio, es decir del comportamiento de los actores locales (BARQUERO, 2006).

En cuanto a los actores involucrados, este autor remarca la importancia que para el desarrollo económico local tienen aquellos relacionados con el desarrollo de “las innovaciones y el conocimiento, los responsables de las administraciones públicas y demás organizaciones públicas y privadas, en general, de las ciudades y regiones, contribuyen directa o indirectamente con sus iniciativas a las decisiones de inversión, pública y privada, lo que propicia la mejora de los recursos y del atractivo de las ciudades y regiones” (BARQUERO, 2006, p. 90-91).

En ese escenario, las políticas públicas de gestión internacional, generadas por los actores gubernamentales subnacionales a partir de una sinergia social, económica y política, son concebidas como herramientas que impulsan la inserción nacional e internacional buscando aprovechar las oportunidades del contexto exterior y presentándose como un

instrumento significativo para el desarrollo local.

En suma, desde los enfoques de las relaciones internacionales y del desarrollo local se ha avanzado en el estudio de la participación internacional de las entidades subnacionales. Por un lado, se ha dado cuenta del surgimiento de diferentes actores en la arena internacional, dentro del debate el realismo y la interdependencia compleja, principalmente en base a los aportes del segundo.

Asimismo, se ha avanzado en la conceptualización de dicha temática, lo que ha permitido constatar las diferentes modalidades de inserción internacional que desarrollan las entidades subnacionales. Por otro lado, desde el desarrollo local se ha contemplado el plano global, en relación a la importancia que debe tener dicha variable en el diseño de estrategias territoriales. No obstante, la profundización sobre herramientas de gestión o vinculación internacional de los territorios o gobiernos locales, es limitada.

De lo expuesto anteriormente se desprende que ambos enfoques, en conjunto, han desarrollado elementos para la comprensión de las estrategias de gestión internacional, pero desde diferentes miradas: desde lo global y desde lo local. En ese sentido, esta investigación interrelaciona ambos enfoques⁴, combinándolos con el objetivo de realizar un análisis de mayor profundidad sobre la temática.

En este marco, se analizan las estrategias de gestión internacional de los gobiernos municipales argentinos partiendo de considerar que “fijar el contenido de la política exterior es tarea del Estado nacional, en tanto que la tarea de las ciudades es sólo la gestión internacional, que proporciona un instrumento para satisfacer las necesidades locales” (DOVAL, 2007, p. 22). De esta manera, las estrategias de gestión y vinculación internacional ejercidas por las unidades subnacionales “no significan el fin de la diplomacia estatal” (NATALIZIO, 2007, p. 40) sino que están subordinadas a las prioridades y objetivos del Estado Nacional.

Por esta razón, se toma como definición de estrategias de gestión internacional a las

⁴ Comúnmente, la interrelación entre ambos enfoques se ha materializada en el lema representativo de estos estudios “pensar globalmente y actuar localmente” y en el término glocalización (BECK, 1998; Robertson, 2000 [su edición original fue en 1992]).

actividades que implementan los gobiernos locales para establecer relaciones internacionales, constituyendo novedosas formas de acción exterior, y no se utiliza el término política exterior, ya que se sostiene que la misma es atribución exclusiva del gobierno nacional. Se considera que el concepto de gestión internacional, antes que el de paradiplomacia o política exterior, refleja con mayor exactitud la participación internacional de los gobiernos municipales en el caso argentino, donde el marco jurídico⁵ lo enmarca.

En ese sentido, el accionar internacional de las entidades subnacionales en Argentina está limitado y enmarcado jurídicamente en el artículo n. 124 de la Constitución Nacional, donde se manifiesta que podrán “celebrar convenios internacionales en tanto no sean incompatibles con la política exterior de la Nación y no afecten las facultades delegadas al Gobierno Federal o el crédito público de la Nación; con conocimiento del Congreso Nacional” (CONSTITUCIÓN NACIONAL, 1994). Así, según Natalizio (2007, p. 51), la Reforma Constitucional de 1994 instituyó en “el acto jurídico de reconocimiento de las provincias argentinas, la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y los municipios como actores subnacionales facultados para realizar gestión internacional”.

En suma, en base a estos enfoques teóricos y a la conceptualización sobre el accionar de los actores subnacionales, se procederá a analizar las posibles estrategias de gestión internacional que despliegan dichos actores.

Descripción de las estrategias de gestión internacional

La existencia de estrategias de gestión internacional en los espacios subnacionales

⁵ Entre los casos relevantes a nivel internacional, donde se establece el marco institucional de participación subnacional, se pueden mencionar a: Canadá, España, China (IGLESIAS et al., 2008). Otros ejemplos, como el de Chile, Brasil o México, no cuentan con el marco institucional que habilite la participación internacional de las unidades subnacionales, no obstante, en ellos la participación existe (*de facto*, no *de jure*) e incluso han avanzado en la incorporación de las temáticas subnacionales en los organigramas gubernamentales. De esta manera, tal como afirma Romero (2004, p. 30), “aún en los sistemas jurídicos menos permisivos se constatan acciones paradiplomáticas.

no es un proceso actual, ya que cuenta con antecedentes históricos remotos y contemporáneos del siglo XX. En un estudio sobre los gobiernos subnacionales de Estados Unidos, Clarke y Gaile (1992) constataban, dos décadas atrás, la multiplicación de las estrategias de desarrollo económico local en las ciudades con el objetivo de incrementar sus ingresos mencionando entre ellas a la promoción y marketing, la planificación estratégica, y el desarrollo de misiones comerciales al exterior.

No obstante, se considera que el proceso adquiere relevancia en la actualidad debido al incremento y complejidad que ha experimentado contemporáneamente. En ese sentido, María del Huerto Romero (2004, p. 24) señala que “la proyección internacional como concepto de la gestión local (con contenido, metas y espacio institucional propio) es un fenómeno que ha tendido a generalizarse recién en los últimos años”.

La internacionalización de las ciudades presenta un perfil diferencial para las grandes o megaciudades frente a las de menor tamaño. Así, se señala el establecimiento de un tipo ideal de ciudad internacional cuyas características son sintetizadas por Soldatos (1996, p. 216 apud YAHN FILHO; p. 86-87) en los siguientes puntos: Posición geográfica de apertura al mundo y población con composición étnica diversificada; recibe y exporta factores de producción extranjeros (inversiones, mano de obra) y flujo de comercio; tiene medios de comunicación de repercusión y difusión internacional; regularmente lleva adelante encuentros y actividades internacionales y participa de redes internacionales de ciudades; ejerce una paradiplomacia apoyada en servicios especializados y en estrategias de internacionalización y celebra acuerdo con actores internacionales.

Las temáticas que prevalecen, recopiladas por Tullo Vigevani (2006) basándose en los estados y municipios brasileiros, están relacionadas al comercio, inversiones, tecnología, energía, medio ambiente, turismo, intercambios culturales, políticas migratorias, tráfico de drogas, políticas sanitarias y temas sociales.

De la misma forma, a partir de su estudio sobre la apertura exterior de las ciudades latinoamericanas, tomando como estudio de caso una veintena de ciudades de diverso tamaño poblacional de 6 países de la región, Batista,

Jakobsen y Evangelista (2008) distinguen las modalidades que usualmente utilizan estos actores y que sustentan sus múltiples acciones: hermanamientos, acuerdos bilaterales, redes internacionales de ciudades, redes del programa URB-AL, proyectos de cooperación técnica/financiera directa/indirecta. A estas se incluyen, por ejemplo, visitas de las autoridades locales al exterior y recepción de autoridades extranjeras y otros actores internacionales; promoción industrial, turística y comercial, difusión cultural y generación de acuerdos comerciales; participación e implementación de estrategias de marketing territorial y establecimiento de acuerdos para el hermanamiento de ciudades (DUCHACEK, 1986; SOLDATOS, 1990; PAQUIN, 2004; ADAME, 2011). Así, Ramos (2008) sintetiza que las acciones internacionales de los actores subnacionales pueden agruparse en dos grandes dimensiones: políticas de cooperación y políticas de promoción.

Por tanto, la gama de actividades que pueden desarrollar los actores subnacionales ha llevado a contemplar diversas dimensiones y tipologías que permitan reflejar su complejidad de manera acabada. En ese sentido, en su estudio sobre las ciudades, Borja y Castells (1997) reconocen que las estrategias de inserción internacional más utilizadas por estos actores son: Las estrategias de presencia activa en la vida internacional como la participación en eventos y asociaciones internacionales; las estrategias de estímulo, promoción y constitución de redes de organizaciones y redes de ciudades y poderes locales; las estrategias de participación en los procesos de integración regional y en el sistema de cooperación internacional.

De manera complementaria, Zubelzú y Iglesias (2005, p. 7-8), en su estudio sobre la participación internacional de las provincias argentinas, establecen cuatro grandes tipos de acciones realizadas por estos actores subnacionales:

- Propias: generadas por el actor subnacional "sin intervención directa del gobierno nacional (sin perjuicio de que pueda haber de parte de éste conocimiento y/o respaldo) ni del sector privado" (ZUBELZÚ; IGLESIAS, 2005, p. 7).
- Coordinadas: llevadas adelante en coordinación con el Estado Nacional.
- *Lobby*: principalmente, sobre el gobierno

nacional para impulsar "un proyecto de interés vital para la provincia y que afecta directamente su *performance* internacional" (ZUBELZÚ; IGLESIAS, 2005, p. 8).

- Concertadas: se inscriben en una normativa y son usuales en las organizaciones transfronterizas, como los Comités de Fronteras.

Asimismo, Segura (1996) releva cuatro clasificaciones que se han utilizado para describir el comportamiento de las actividades exteriores de las entidades subnacionales: según el nivel de implicación en el sistema internacional (Presencia directa o indirecta); según el nivel de institucionalización (Contactos formales o informales); según la relación con la actividad exterior del Estado Nacional (Cooperación, conflicto o actuación paralela); según criterio geopolítico (transfronteriza, transregional y global), retomando la clasificación de Duchacek (1986).

En base a los análisis pre-existentes y teniendo en cuenta las clasificaciones esbozadas en el presente estudio se definieron dos dimensiones para describir la participación y gestión internacional de los gobiernos subnacionales: las **estrategias de relacionamiento institucional internacional** y las **políticas de posicionamiento internacional**. Las mismas incluyen las estrategias reseñadas por los autores señalados (BORJA; CASTELLS, 1997; ROMERO, 2004; ZUBELZÚ; IGLESIAS, 2005; VIGEVANI, 2006; NATALIZIO, 2007; SALOMÓN, 2007; BATISTA et al., 2008; RAMOS, 2008), entre otros, y retoman elementos de las clasificaciones establecidas por García Segura (1996) teniendo en cuenta que en estas dos dimensiones se contemplan estrategias de presencia directa e indirecta, principalmente de carácter formal, desarrolladas en el ámbito transregional y global.

Del mismo modo, de la definición de gestión internacional que se sostiene en este trabajo, sólo entrarían en consideración las estrategias de cooperación y no de conflicto, como así también se relevarán casos de acciones paralelas, es decir, aquellas estrategias que no están en conflicto con el estado nacional pero tampoco están coordinadas (SEGURA, 1996). En suma, las dimensiones a analizar buscan establecer con la mayor precisión los perfiles de participación internacional de los gobiernos subnacionales de Argentina.

Estrategias de relacionamiento institucional internacional

Esta dimensión agrupa los vínculos formales que se establecen con otros actores subnacionales e instituciones internacionales buscando construir relaciones de carácter bilateral y multilateral con la finalidad de generar, principalmente, vías de cooperación política y técnica. Entre estas estrategias se incluyen, por un lado, las relaciones bilaterales las cuales contemplan a los hermanamientos de ciudades; y los acuerdos bilaterales de cooperación internacional.

Por otro lado, se consideran las relaciones multilaterales, entre las que se contienen a la red de Mercociudades; el Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del MERCOSUR (FCCR); la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE); las Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (CGLU); la Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones (FLACMA); el Consejo Internacional para las Iniciativas Ambientales Locales (ICLEI⁶); la Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas (UCCI⁷); y la cooperación internacional descentralizada a través de redes, tales como las llevadas adelante por el Programa regional de cooperación de la Unión Europea, denominado URB-AL.

En ese sentido, es necesario remarcar que el trabajo en red “es la forma de cooperación descentralizada directa que ha adquirido más importancia en los últimos años” (GARESCHÉ, 2007, p. 108). A continuación, se desarrollan aquellas estrategias de relacionamiento institucional internacional que están vinculadas con la temática de investigación de las cuales participan los gobiernos municipales de Argentina.

⁶ Organización internacional de gobiernos locales así como organizaciones nacionales y regionales de gobiernos locales que se han comprometido a impulsar estrategias de desarrollo sustentable. Creada en 1990 cuenta con la participación de más de 1100 gobiernos locales de 70 países y representa los intereses de dichas autoridades locales en las Naciones Unidas y en foros de política internacional (www.iclei.org).

⁷ Asociación internacional de carácter municipal sin ánimo de lucro, fundada en octubre de 1982 que agrupa a 29 ciudades de Iberoamérica: las capitales y otras grandes ciudades del continente americano, Andorra, Portugal y España (www.madrid.es).

Relaciones Bilaterales

Esta denominación incluye las estrategias que se realizan a través de acuerdos bilaterales entre ciudades o regiones y entre ciudades e instituciones internacionales. Según BATISTA, et al. (2008, p. 59), estos acuerdos “representan instrumentos concretos, tangibles y factibles de cooperación, asentados en una base común de voluntades e intereses a corto, mediano y largo plazo”, involucrando dos gobiernos locales/regionales.

La estrategia más utilizada dentro de este tipo de relaciones es la de los hermanamientos de ciudades, aunque también pueden registrarse otros tipos de acuerdos bilaterales como actas, acuerdos y convenios de cooperación internacional bilateral. La realización de hermanamientos es considerada la práctica más tradicional y reconocida (SALOMÓN, 2007) en el accionar internacional de los actores subnacionales. Surgió en Europa, poco después de la Segunda Guerra Mundial, con el objetivo de aportar a la población europea mayores lazos de unión y de promover proyectos en beneficio mutuo, buscando distender las relaciones entre localidades que habían estado enfrentadas durante el conflicto bélico (LUNA; BALLESTEROS, 2005). Posteriormente, los hermanamientos adquirieron un perfil de ayuda al desarrollo, entre Europa y África, generalmente a través del envío de donativos y materiales.

El hermanamiento de ciudades en Argentina implica establecer una estrategia formal, ya que requieren de la aprobación del ejecutivo y legislativo local y deben seguir los pasos que delinea el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto al momento de establecer un acuerdo de este tipo. Allí se reconoce, como instancia previa al hermanamiento, la posibilidad de establecer acuerdos o protocolos de amistad como paso intermedio al acuerdo definitivo, por lo que es común relevar casos que se establecen como Ciudades Amigas. Actualmente, se contabilizan 356 experiencias, según datos de la Dirección de Asuntos Federales del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto⁸, entre diferentes go-

⁸ En la citada Dirección, sólo se cuentan con datos hasta el 2006 lo que refleja la totalidad de experiencias en los

biernos provinciales y municipales argentinos y extranjeros (CAFIERO, 2008).

Relaciones Multilaterales

Este tipo de estrategias puede ser encuadrado bajo el concepto de “redes globales” o “redes de ciudades” que surgen, principalmente, en la década del ‘80, incrementando su participación en número y presencia en los ‘90, destacándose en este período la creación de la Red de Eurociudades y de las Mercociudades. Una característica transversal es que estas redes se establecen a partir de relaciones horizontales, ya que se realizan entre instituciones similares sin jerarquía, y cuentan con un mayor margen de flexibilidad y dinamismo que las estrategias de carácter bilateral (GARESCHÉ, 2007).

En las relaciones multilaterales distinguimos las redes transregionales de las globales, tanto por los integrantes que las constituyen como por los objetivos que se proponen. En general, las primeras están constituidas por unidades subnacionales de una misma región y su objetivo es impactar sobre los procesos que se desarrollan en la misma; mientras que las globales, poseen integrantes de diferentes regiones del mundo y sus objetivos tienen dicho alcance.

De esta manera, dentro de las transregionales se considera a la Red de Mercociudades, al Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercosur (FCCR) y a la Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (FLACMA); en tanto que, en las globales, serán analizadas Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (CGLU), la Red InterLOCAL: Red Iberoamericana de ciudades para la cultura, la Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE) y la Red de Cooperación Internacional Descentralizada: URBAL.

Entre las **Transregionales**, se destaca la red de Mercociudades que entró en funcionamiento a mediados de las década de los noventa, en el marco del proceso de integración que se llevó adelante entre Argentina, Brasil,

Uruguay y Paraguay, a través del Tratado de Asunción que dio origen al Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Pese a surgir en este escenario, se estableció por impulso de las propias ciudades que solicitaban activamente la participación en las instancias de toma de decisiones así como “el reconocimiento institucional del MERCOSUR, a los efectos de participar en el proceso de decisión de la integración” (CHASQUETTI, 2003, p. 13).

Mercociudades es la principal red de municipios del MERCOSUR y establece como objetivos “favorecer la participación de los municipios en el proceso de integración regional, promover la creación de un ámbito institucional para las ciudades en el seno del MERCOSUR y desarrollar el intercambio y la cooperación horizontal entre las municipalidades de la región” (www.mercociudades.org). En números concretos, esta Red abarca a 230 ciudades, que concentran más del 60% del PBI del bloque regional y de sus asociados⁹ (Chile, Bolivia, Perú, Venezuela), región en la que se calcula, habitan más de 80 millones de personas (MERCOCIUDADES, s.d.).

La Red cuenta con catorce Unidades Temáticas, orientadas a la formulación de políticas municipales a ser sugeridas en el ámbito del Mercosur, que difunden, analizan y sistematizan información sobre las temáticas específicas de su competencia como Ambiente y Desarrollo Sostenible; Autonomía, Gestión y Financiamiento Municipal; Ciencia, Tecnología y Capacitación; Cooperación Internacional; Cultura; entre otras. Actualmente, los municipios argentinos que participan en Mercociudades son cerca de cien.

Por su parte, el Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercosur (FCCR) surge en 2004 y se institucionaliza como órgano del bloque en 2007, de la mano de las demandas realizadas por los gobiernos subnacionales nucleados, en algunos casos, en la Red de Mercociudades. En cuanto a la participación de Argentina en este Foro, se constata como coordinador de su correspondiente Capítulo Nacional al Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto y la

gobiernos subnacionales argentinos, ya que se constatan casos declarados por los municipios analizados que no están contenidos en esta base.

⁹ A enero de 2012, no se registran casos de ciudades miembros a la Red de Mercociudades de Colombia y Ecuador (www.mercociudades.org).

participación de los gobiernos provinciales y municipales argentinos.

Por último, la Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (FLACMA), se creó en 1981, con sede en Quito, Ecuador, instituyéndose como “una alternativa concreta a las ciudades en el acceso a mecanismos de cooperación internacional” (BATISTA et al., 2008, p. 66).

Esta organización se autodenomina como una Asociación Internacional sin fines de lucro, con finalidades sociales y públicas, cuyas acciones están destinadas a representar los intereses de los gobiernos locales, ciudades y Asociaciones Nacionales de Gobiernos Locales, y a establecer vínculos de cooperación, intercambio y promoción con instituciones que trabajan por la promoción, el desarrollo y la democracia local. La participación de Municipios de Argentina en FLACMA se materializa tanto a través de Asociaciones Nacionales de Gobiernos Locales, cuyo principal referente es la Federación Argentina de Municipios (FAM), como por medio de Gobiernos Locales individuales.

Entre las **Globales** cobra dinamismo la organización Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (CGLU), que se conformó en el año 2004 a partir de la fusión de las dos asociaciones de ciudades (IULA y FMCU), como una asociación sin ánimo de lucro con capacidad jurídica y plena capacidad de obrar y con la misión de “Ser la voz unida y representación mundial de los gobiernos locales autónomos y democráticos, promoviendo sus valores, objetivos e intereses, a través de la cooperación entre los gobiernos locales, y ante la vasta comunidad internacional” (CGLU, 2004: Artículo n. 2). Esta asociación de Ciudades y Gobiernos Locales logró convertirse en la mayor organización internacional de ciudades, cuyos miembros representan a más de la mitad de la población mundial, así como ser considerada la “ONU [Organización de Naciones Unidas] de las ciudades” (BATISTA et al., 2008, p. 68). En el caso de Argentina, que conforma la sección regional de América Latina, participan directamente municipios o indirectamente a través de la representación de FLACMA o la Federación Argentina de Municipios (FAM).

Otra red que se destaca en el ámbito global es la generada a través del Programa

financiado por la Unión Europea, denominado URB-AL, que ha tenido en cuenta tanto a las grandes ciudades como así también a las medianas y pequeñas. El URB-AL, aprobado por la Comisión Europea en 1995, se define como un programa de cooperación horizontal entre las comunidades de la Unión Europea y las de Latinoamérica.

Este programa aborda la problemática del desarrollo local urbano desde una perspectiva que fomenta el desarrollo de redes de cooperación descentralizada entre colectividades locales. En ese sentido, para participar de dicho programa los destinatarios son, principalmente los gobiernos subnacionales. Con casi 15 años de existencia se estima que logró reunir a más de 680, se organizaron cerca de 40 reuniones internacionales, reuniendo un total que supera las 10.000 personas. El programa se organiza en base a 13 redes temáticas que coordinan a más de 2500 colectividades locales, asociaciones, organizaciones no gubernamentales (ONGs, sindicatos, universidades o empresas).

Entre los resultados del Programa URB-AL, Godoy (2006) señala la participación efectiva de gobiernos locales latinoamericanos y europeos en proyectos comunes, la adquisición de nuevas capacidades de gestión y de equipamientos así como el incremento de “la participación de las colectividades locales - y, en particular, la participación de las más pequeñas - en el ámbito internacional” (p. 18). Entre los participantes se detecta una importante presencia de gobiernos municipales argentinos, contando aún con presencia actual.

Herramientas de posicionamiento internacional

Estas herramientas, de carácter unilateral, son utilizadas para posicionar en el exterior a los actores subnacionales, siendo su finalidad principal la promoción. Las estrategias de posicionamiento internacional, así como las de relacionamiento institucional internacional, demuestran la tendencia creciente del involucramiento de los gobiernos municipales en el desarrollo productivo e integral local orientado hacia afuera (LEVA; REYNOLDS, 2011), e incluyen por un lado el desarrollo de políticas locales de competitividad que impulsan específicamente el comercio

exterior, como las Rondas de Negocios y Misiones Comerciales; y por otro, políticas de planificación estratégica y *marketing* de ciudades e internacional que promueven el establecimiento de una imagen territorial o posicionamiento estratégico, como las políticas de Marca-Ciudad, entre otras.

Comercio Exterior

Las políticas municipales de comercio exterior se han transformado en una herramienta de gestión contemporánea dispuestas a estimular la competitividad sistémica de un territorio¹⁰. Dabat define a las mismas como “el conjunto de políticas tendientes a fomentar las actividades de exportación, ya sea facilitando las operaciones comerciales o apuntalando las condiciones competitivas de las firmas residentes en la localidad o del sistema productivo en el que éstas se desenvuelven” (DABAT, 2004, p. 1). Principalmente, estas iniciativas están orientadas al fomento de las exportaciones de las pequeñas y medianas empresas (PyMEs) industriales.

En el caso argentino, en los últimos años, se ha realizado una promoción relevante sobre estas herramientas de comercio exterior. Las funciones que realizan los gobiernos municipales a través de sus políticas de comercio exterior son variadas, e incluyen actividades (DABAT, 2003; LEVA, 2004): De Asesoramiento, brindando información sobre el comercio internacional, asesorando a los interesados sobre proveedores externos, perfiles de mercado y oportunidades de negocios, etc; De Intermediación, estructurando redes de contactos internacionales; De Ejecución incentivando la competitividad sistémica del territorio y la comercialización directa o indirecta de la oferta exportable.

En general, la implementación de estas estrategias en Argentina son organizadas de manera conjunta y financiadas por organismos provinciales y nacionales de promoción de las exportaciones como el Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, la Fundación ExportAr, el Consejo Federal de Inversiones (CFI) o la Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales,

para el caso de la Provincia de Buenos Aires. Algunos de los municipios de la Provincia de Buenos Aires que realizan actividades de comercio exterior son Laprida, Quilmes, Almirante Brown, Florencio Varela, San Martín, Lanús, Rauch, Mar del Plata, Morón, Lomas de Zamora, Maipú (LEVA; REYNOLDS, 2011), Olavarría, Vicente López, Avellaneda, Bahía Blanca, Junín, Tandil y Pergamino.

Marketing de Ciudades o Marca-Ciudad

Otra estrategia a la que los gobiernos municipales recurren es el marketing de ciudades que, según Fernández (2004, p. 66), “permite identificar y promocionar las ventajas comparativas de cada localidad”, y adopta como objetivo el desarrollo de una imagen pública de aceptación en referencia a la ciudad o región y los atractivos que contenga. Entendida de esta manera, una Marca-Ciudad debe comunicar efectivamente la esencia y la identidad de esa ciudad, y transformarse en “un activo altamente estratégico para potenciar los valores culturales, los negocios turísticos y comerciales [de la misma]” (AGÜERO et al. 2006, p. 1).

Esta estrategia es una política que ha sido adoptada desde hace algunos años por las principales ciudades del mundo¹¹, y recientemente ha comenzado a ser utilizada por municipios de Argentina con el objetivo de desarrollar ventajas competitivas y posicionarlos nacional e internacionalmente. Así, las políticas públicas orientadas a crear, fortalecer o reinstalar la marca de territorios se presentan, por un lado, como un importante activo de la gestión pública contemporánea.

Las estrategias desarrolladas por los gobiernos municipales argentinos con mayor reconocimiento son las de Rosario y la de Villa Gesell. Dentro de la provincia de Buenos Aires, la Marca de la ciudad de Villa Gesell ha sido destacada por su proceso de creación así como por la difusión y uso a nivel local, nacional e internacional. Este caso es paradigmático por su trabajo de elaboración e implementación así como por

¹⁰ Para mayor profundización del concepto ver Dabat (2003).

¹¹ Algunos ejemplos que se podrían citar de Marca Ciudad son los casos de Barcelona (España), Lisboa (Portugal), Las Vegas (Estados Unidos), Londres (Reino Unido), Cancún (México).

su rápido abandono al producirse el cambio de las autoridades en el año 2007, luego de las elecciones locales. Asimismo, la Marca - Ciudad de Olavarría, la de Tandil, la de Mar del Plata y la estrategia de la imagen en Bahía Blanca se establecen como otros ejemplos de la utilización de esta herramienta por parte de los gobiernos municipales de la provincia de Buenos Aires.

La participación internacional de los estados subnacionales, ejemplificado en los gobiernos municipales de la Provincia de Buenos Aires

Las estrategias analizadas realzan la importancia de lo local como centro de conexión con el escenario internacional. Esta revalorización de lo local, no debe entenderse como el debilitamiento del Estado nacional sino como la reformulación de la relación entre las distintas escalas de organización política. En este marco, la escala local amplía sus funciones buscando adaptarse a los requerimientos de la sociedad contemporánea comenzando a desarrollar, no sin dificultades, estrategias de gestión e inserción internacional.

Asimismo, el análisis de la participación internacional de los actores subnacionales, permitió justamente comprobar que las estrategias de gestión internacional no son privativas, dentro de las entidades gubernamentales, de los estados nacionales, provinciales o de las grandes ciudades. Aun más, puso en consideración a ciudades y a gobiernos municipales de un tamaño menor del que prima en la mayoría de las investigaciones.

De esta manera, en términos teóricos se avanza en la conceptualización desarrollada por Zubelzú (2008) sobre las estrategias de gestión internacional, y en base a esta conceptualización se problematiza y sistematiza el conjunto de estrategias que desarrollan estos actores subnacionales distinguiendo dos grandes campos de acción: las estrategias de relacionamiento institucional internacional y las políticas de posicionamiento internacional.

En ese sentido, la dimensión de relacionamiento institucional internacional se establece como el mayor ámbito de interacción que utilizan los actores subnacionales argentinos. Los Hermanamientos de ciudades son las principales herramientas de gestión in-

ternacional a las que recurren frecuentemente los gobiernos municipales. Asimismo, en términos de relaciones multilaterales de carácter transregional son la Red de Mercociudades y la Red Urb-AL las que han logrado una mayor participación de los gobiernos municipales.

En cuanto a la dimensión de las estrategias de posicionamiento internacional, se destaca el desarrollo que han adquirido en los últimos años las políticas locales de comercio exterior, por impulso propio o externo, en la mayoría de los gobiernos municipales. En cambio, la utilización de las herramientas de marketing o Marca-Ciudad se constata en número menor de casos, mientras que en el resto de los gobiernos municipales no se la ha considerado o la planifican para periodos posteriores.

En suma, la participación de los actores subnacionales en estudio presenta una diversidad interesante de experiencias la cual permitirá establecer perfiles diferenciales de inserción y vinculación internacional de los gobiernos municipales, a través de la generación de un índice de participación internacional previsto en una próxima etapa de investigación.

Referencias

- ADAME, E. A. Historia y actualidad de la acción exterior de los gobiernos locales. *Revista Trabajos de Investigación en Paradiplomacia*, Buenos Aires, año 1, n. 1, dec. 2011.
- AGÜERO, J., Brea, K.; Mirabal, J. *Análisis de las potencialidades de la Ciudad de Santo Domingo de Guzmán para la construcción de su Marca-Ciudad*. Tesis (Grado en la publicidad) - Universidad APEC, Santo Domingo D.N., 2006
- ALBURQUERQUE, F. *Marco conceptual y estrategia para el desarrollo local*. Recife: BNDES/PNUD, 2002.
- AROCENA, J. Globalización, integración y desarrollo local. Apuntes para la elaboración de un marco conceptual. En: MADOERY, O.; VÁZQUEZ BARQUERO, A. (Ed.). *Transformaciones globales y políticas de desarrollo local*. Rosario: Ed. Homo Sapiens, 2001.
- BARQUERO, A. VÁZQUEZ. Surgimiento y transformación de clusters y milieus en los procesos de desarrollo. *Revista eure*, Santiago de Chile, v. XXXII, n. 95, p. 75-92, 2006.
- BATISTA, S.; Jakobsen, K.; Evangelista, A. *La apertura al exterior de las ciudades latinoamericanas y la cooperación descentralizada*. Montevideo: Observatorio de cooperación descentralizada UE-AL, 2008.
- BORJA J.; CASTELLS, M. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información. Barcelona: UNCHS, Santillana S.S. Taurus, 1997.

- CAFIERO, A. La cooperación descentralizada en Argentina. *Revista del Observatorio de Cooperación Descentralizada Unión Europea – América Latina*. Montevideo, 2008.
- CIUDADES Y GOBIERNOS LOCALES UNIDOS - CGLU. *Estatutos de la Organización Mundial de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos*. Aprobados por la Asamblea General Constitutiva del 5 de mayo de 2004, en París. CGLU, 2004.
- CHASQUETTI, D. *Mercociudades y la IX Cumbre de Montevideo: la emergencia de un nuevo actor de la integración regional*. Montevideo: Friedrich Ebert Foundation, 2003. (Serie Análisis y Propuestas).
- CLARKE, S.; GAILE, G. The next wave: postfederal local economic development strategies. En: *Economic Development Quarterly*, California, v. 6, n. 2, p. 187-198, Publicaciones Sage. Thomson Reuters, EEUU, may 1992.
- COLACRAI, M. Y ZUBELZÚ, G. *Las Vinculaciones externas y la capacidad de gestión internacional desplegadas por las provincias argentinas en la última década*. Una lectura desde las relaciones internacionales. Buenos Aires: CARI, 2004.
- DABAT, G. Políticas locales de comercio exterior en la Argentina: comercio y desarrollo desde una perspectiva endogenista. *Paper de investigación*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), 2004.
- DABAT, G. (Coord.). *Desde adentro*. Políticas municipales de competitividad y comercio exterior. Quilmes: UNQ, 2003.
- DOVAL, V. Las Ciudades en el Sistema Internacional. *Revista Contexto Internacional*, Rosario, año 6, n. 19, Fundación para la Integración Federal, 2007.
- DUCHACEK, I. *Las dimensiones territoriales de las políticas: dentro, entre y a través de las Naciones*. Boulder Colorado: Westview Press, 1986.
- FERNÁNDEZ, G. La imagen de ciudad como recurso para la gestión estratégica del desarrollo urbano. En: FERNÁNDEZ, Gabriel; LEVA, Germán (Comp.). *Lecturas de economía, gestión y ciudad*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- FRONZAGLIA, M. L. *Unidades subnacionales: um estudo de caso sobre a cidade de São Paulo – de 2001 a 2004*. Tesis (Maestría) - UNICAMP, Campinas, 2005.
- GARESCHÉ, E. Z. *Manual práctico para internacionalizar la ciudad*. Guía para la acción exterior de los gobiernos locales y la cooperación descentralizada Unión Europea-América Latina. Barcelona: Diputación de Barcelona, 2007. v. 1.
- GODOY, C. *Paradiplomacia Municipal*. Documento de Trabajo n. 5. Instituto Chileno de Estudios Municipales. Santiago de Chile: Universidad Autónoma de Chile, 2006.
- HOCKING, B. *Localizing foreign policy: non-central governments and multilayered diplomacy*. Nueva York: Macmillan y St. Martin's Press, 1993.
- IGLESIAS, E.; IGLESIAS, V.; ZUBELZÚ, G. *Las provincias argentinas en el escenario internacional*. Desafíos y obstáculos de un sistema federal. Buenos Aires: CARI-PNUD, 2008.
- KEATING, M. *Paradiplomacia y constitución de redes regionales*. *Revista valenciana d'estudis autonòmics*, Valencia, n. Extra 36, p. 39-50, jul./set. 2001.
- KEOHANE, R.; NYE, J. *Poder e interdependencia*. La política mundial en transición. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano (GEL), 1989.
- LEVA, G.; REYNOLDS, G. Clase 14: Políticas locales de competitividad y comercio exterior. Apuntes de clase del curso de *Introducción al Comercio Internacional*. Quilmes: Departamento de Economía y Administración, UNQ, 2011.
- LEVA, G. *Globalización, competitividad internacional y ciudad*. En: FERNÁNDEZ, G.; LEVA, G. (Comp.). *Lecturas de economía, gestión y ciudad*. Quilmes: UNQ, 2004.
- LUNA, J. C.; BALLESTEROS, H. Actualidad de los hermanamientos mexicanos. *Documento de la Secretaría de Relaciones Exteriores de México*. México: D.F., 2005.
- MERCOCIUDADES. portal de las ciudades. Disponible en: <www.mercociudades.org>.
- MEIRELLES RIBEIRO, M. C. A Ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia. *Revista Cena Internacional*, Brasília, v. 10, n. 2, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB), 2008.
- MICHELMANN, H., SOLDATOS, P. *Federalismo y relaciones internacionales: el rol de las unidades subnacionales*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- NATALIZIO, M. V. *La multicausalidad y multidimensionalidad de la acción internacional de los actores subnacionales argentinos*. El caso de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Buenos Aires: CAEI, 2007.
- ROMERO, M. del H. *Una aproximación contextual y conceptual a la cooperación descentralizada*. Valparaíso: Ilustre Municipalidad de Valparaíso y Diputación de Barcelona, 2004.
- ROSECRANCE, R. *La expansión del estado comercial: comercio y conquista en el mundo moderno*. Madrid: Alianza, 1987.
- ROSENAU, J. N. Demasiadas cosas a la vez. La teoría de la complejidad y los asuntos mundiales. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 148, mar./apr. 1997.
- SALOMÓN, M. La Acción Exterior de Los Gobiernos Subnacionales y el Análisis de Políticas Exteriores. En: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI POLÍTICA EXTERNA, 1., Brasília, DF. *Anais...* 2007.
- SEGURA, C. G. La actividad exterior de las entidades políticas subestatales. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, Madrid, n. 91, ene./mar.1996.
- SENHORAS, E. M. Geopolítica da paradiplomacia subnacional: um estudo sobre a extroversão internacional dos municípios da rede de mercociudades. Em: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA - EGAL, 12., Universidad de la República. *Anales...* Montevideo, 2009.
- STRANGE, S. *La retirada del Estado: la difusión del poder en la economía mundial*. Barcelona: Icaria, 2002.
- VIGEVANI, T. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais. Estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 127-169, out. 2006.

VIGEVANI, T. El marco jurídico e institucional para la gestión internacional de los actores subnacionales gubernamentales en Brasil. *Integración y Comercio*. Buenos Aires, Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (BID-INTAL), n. 21, p. 27-46, jul./dic. 2004.

YAHN FILHO, A. G.; OLIVEIRA, M. Fernandes. Capítulo 3 - Gestão Municipal, Inserção Internacional e Cooperação Técnica: Aspectos Conceituais. En: VIGEVANI, T. (Coord.). *Gestão pública y inserção internacional das cidades*. 1º Relatório Científico. Processo FAPESP n.

03/12953-0. CEDEC/PUC-SP/UNESP/FGV-SP. São Paulo, 2006.

ZUBELZÚ, G. El diseño institucional y los perfiles de gestión externa de las provincias argentinas. En: IGLESIAS, E.; IGLESIAS, V.; ZUBELZÚ, G. *Las provincias argentinas en el escenario internacional*. Desafíos y obstáculos de un sistema federal. Buenos Aires: CARI-PNUD, 2008.

ZUBELZÚ, G.; IGLESIAS, V. *Segundo Informe*. Programa Provincias y Relaciones Internacionales. Buenos Aires: PNUD-CARI, 2005.

Centralização e descentralização: a continuidade da litoralização do crédito em Santa Catarina

Centralization and decentralization: the littoralisation continuity of credit in Santa Catarina

Centralisation et décentralisation: la continuité de littoralisation du crédit dans Santa Catarina

Centralización y descentralización: la continuidad de la litoralización de crédito en Santa Catarina

Alcides Goularti Filho*

(alcides@unesc.net)

Mariane Crepaldi Zuchinali*

(mari_zuchi@hotmail.com)

Recebido em 30/10/2013; revisado e aprovado em 15/02/2014; aceito em 25/02/2014

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como o BADESC participou da política de descentralização administrativa catarinense. Será feita uma análise comparativa entre o período 1995-2002, anterior à política de descentralização, e após a implementação da política de descentralização 2003-2010. A análise será feita com base nas unidades microrregionais das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: Crédito. Descentralização. Desenvolvimento.

Abstract: The purpose of this article is to analyze how BADESC participated policy of administrative decentralization in Santa Catarina. Will be a comparative analysis of the period 1995-2002, before decentralization policy, and after the implementation of the decentralization policy from 2003-2010. The analysis will be based on the units of micro-regional Secretariats of Regional Development.

Key words: Credit. Decentralization. Development.

Résumé : Le fins du présent article est d'analyser comment BADESC participé politique de décentralisation administrative à Santa Catarina. Sera une analyse comparative de la période 1995-2002, avant la politique de décentralisation, et après la mise en œuvre de la politique de décentralisation 2003-2010. L'analyse sera basée sur les unités de micro régionaux de Secrétariats de Développement Régional.

Mots-clés: Crédit. Décentralisation. Développement.

Resumen: El propósito de este artículo es analizar como BADESC asistió a la descentralización administrativa política en Santa Catarina. Se realizará un análisis comparativo del período 1995-2002, antes de la política de descentralización, y después de la aplicación de la política de descentralización de 2003-2010. El análisis se basa en las unidades micro-regionales de Secretarías de Desarrollo Regional.

Palabras clave: Crédito. Descentralización. Desarrollo.

Introdução: Crédito e descentralização

Durante o período de industrialização restringida e pesada no Brasil (1930 a 1980), a limitada capacidade de acumulação financeira capitalista e a insuficiência bancária privada em sustentar os investimentos obrigaram o Estado a assumir a função de financiador do crescimento econômico (CARDOSO DE MELLO, 1988). Desse processo resulta a formação do sistema bancário público, elemento indissociável para fomentar a industrialização brasileira a partir dos anos de 1950 e estabelecer o alicerce do crescimento econômico. Dessa forma, o sistema de crédito vai além

do pequeno banco, se constituindo da presença de um conjunto de bancos que tendem a induzir o capital financeiro a serviço da produção capitalista, transformando dinheiro em capital, principalmente capital industrial. Além do crédito para investimento produtivo, o sistema de crédito público estabelece o "alicerce" para o financiamento público de obras estruturantes.

O modelo de financiamento estatal brasileiro possui seus sustentáculos nos bancos públicos de desenvolvimento, sendo importante frisar a criação, em 1952, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, vinculada a este, a criação, na

* Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, Brasil.

maioria dos estados brasileiros, de bancos de fomento com a finalidade de financiar o desenvolvimento regional com o crédito de longo prazo. A concepção dessa instituição propiciou a formação do sistema de crédito catarinense, pois o Estado não possuía um banco oficial para os depósitos dos repasses do Tesouro Estadual. Em Santa Catarina, em 1962, foi criado o Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado (BDE) e, juntamente com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, o Banco Regional de Desenvolvimento de Extremo Sul (BRDE) (GOULARTI FILHO, 2012).

Com a extinção do BDE em 1969, como banco de fomento, Santa Catarina ficou sem nenhuma agência de fomento própria para financiar a economia industrial que, no início dos anos de 1970, estava em franca expansão. Como alternativa a esse “vazio”, e com base na Lei Estadual n. 4.950, de 8 de novembro de 1973, foi criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), que foi efetivamente instalado somente em agosto de 1975, dentro das estratégias nacionais do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Com base na sua lei de criação, o capital inicial do Badesc seria proveniente de recursos orçamentários, da participação do Estado nos recursos próprios do BRDE e créditos especiais. Ao longo da sua existência, procurou diversificar os setores econômicos e as regiões beneficiadas. O banco transformou-se no principal agente de fomento da economia catarinense e em um forte aliado dos governadores, para cumprir as metas estabelecidas em seus planos de governos. Repassando recursos do BNDES, ou operando com recursos próprios, o Badesc consolidou-se como uma alavanca para o crescimento industrial e agroindustrial de Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2012).

Em 1998, de acordo com diretrizes do Banco Central do Brasil, passou a chamar-se Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, atuando também em operações de microcrédito.

No contexto dos objetivos estatais de desenvolvimento econômico, o papel atribuído ao Badesc foi promover o desenvolvimento econômico e social catarinense, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros, no âmbito de sua competência, atuando com relativa autonomia no fomento das atividades

produtivas catarinenses, financiamento de projetos públicos e incentivos públicos, com operações de crédito de recursos próprios ou fazendo repasses do BNDES e de demais agências financeiras nacionais e internacionais.

Visando à descentralização da administração pública estadual e à desconcentração do poder decisório, até então centralizados e hierarquizados em Florianópolis, o governo do Estado de Santa Catarina realizou a implantação de um novo modelo de gestão no início do mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, em 2003. O intuito dessa mudança foi ampliar a atuação governamental para todo o território catarinense; desse modo, a descentralização e desconcentração possibilitam a transferência do poder decisório, antes centrado na capital do Estado para outras regiões.

Para efetivar essa proposta, o governo incorporou e aprovou a Lei Complementar Estadual n. 243/2003, cujo art. 9º estabelece que “a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional” (SANTA CATARINA, 2003). O motivo primordial da adoção dessa política de governo era ampliar a participação popular no processo decisório, ciente das especificidades sociais, econômicas e culturais de cada região.

A referida Lei Complementar Estadual n. 243/2003, art. 26, dispõe sobre a criação de 29 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional para atuar como órgão executivo do governo em cada região administrativa de competência (SANTA CATARINA, 2003). A Lei Complementar Estadual n. 284/2005, art. 74, estabeleceu a criação de mais uma SDR (SANTA CATARINA, 2005). E a Lei Complementar Estadual n. 381/2007 instituiu mais seis secretarias, chegando a um total de 36 SDRs (SANTA CATARINA, 2007). As SDRs são listadas a seguir na Tabela 1.

Tabela 1 – Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional	
1ª São Miguel do Oeste	19ª Laguna
2ª Maravilha	20ª Tubarão
3ª São Lourenço do Oeste	21ª Criciúma
4ª Chapecó	22ª Araranguá
5ª Xanxerê	23ª Joinville
6ª Concórdia	24ª Jaraguá do Sul
7ª Joaçaba	25ª Mafra
8ª Campos Novos	26ª Canoinhas
9ª Videira	27ª Lages
10ª Caçador	28ª São Joaquim
11ª Curitibanos	29ª Palmitos
12ª Rio do Sul	30ª Dionísio Cerqueira
13ª Ituporanga	31ª Itapiranga
14ª Ibirama	32ª Quilombo
15ª Blumenau	33ª Seara
16ª Brusque	34ª Taió
17ª Itajaí	35ª Timbó
18ª Grande Florianópolis	36ª Braço do Norte

Fonte: SANTA CATARINA, 2007

O discurso governamental infere sobre os motivos e a motivação de adotar essa política, e Batista (2010, p. 12) corrobora para

explicitar o discurso de Luiz Henrique descrevendo que:

[...] a implantação da descentralização como modelo de governo se tornou uma forma de intervenção nas relações entre sociedades e instituições, que aproximava cada vez mais cidades e regiões. Acrescentando que as SDR (Secretarias de Desenvolvimento Regional) não seriam apenas uma manobra “logística do governo do Estado”, mas que as comunidades microrregionais têm a possibilidade de elencar as suas necessidades para o melhor desenvolvimento de seus municípios. [...] a descentralização do Estado foi inspirada na ideia colocada na prática quando prefeito da cidade Joinville, que tinha como objetivo construir uma cidade “policêntrica”. Mas o governador teve como principal exemplo os modelos de gestão pública aplicados em países europeus, como na Alemanha, onde a gestão acontece através de subdistritos.

Por conseguinte, para auxiliar as SDRs no planejamento regional, apoiar projetos e planos de desenvolvimento econômico e social, entre outras funções acessórias, a Lei Complementar Estadual n. 243/2003, art. 57, criou os Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDRs).

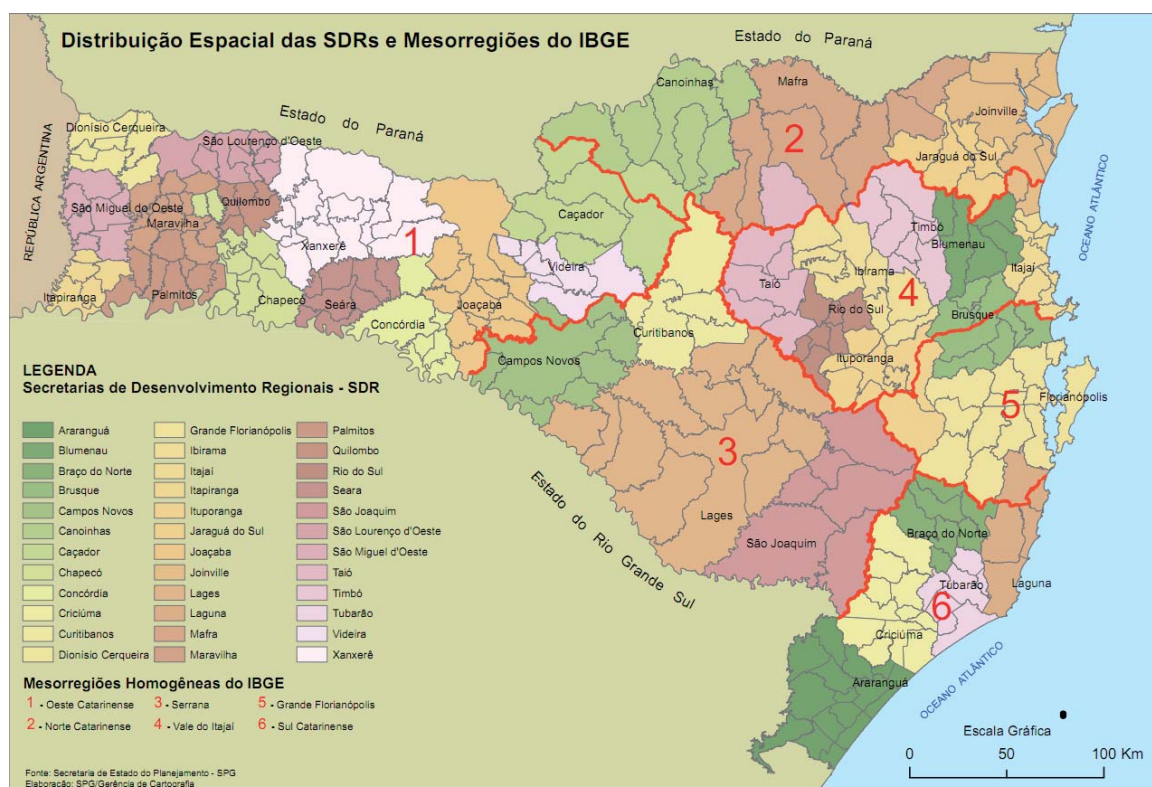


Figura 1 – Distribuição Espacial das SDRs e Mesorregiões.
Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SPG

1 Descentralização e federalismo brasileiro

A difusão vigorosa do processo de descentralização internacionalmente nos remete aos seus principais determinantes, vale ressaltar a desestruturação do nacional-desenvolvimentismo em países subdesenvolvidos; a crise do *Welfare-State* nos países desenvolvidos; a emergência da globalização ou a dissipação do capital mundial acompanhado do enfraquecimento do poder regulatório dos Estados nacionais; bem como a retomada do ideário liberalista aliada à redução do papel estatal na economia (AFFONSO, 2000).

Na grande maioria dos países da América Latina, segundo Affonso (2000), a descentralização ocorreu devido aos processos de redemocratização, aos problemas de governabilidade e à crise fiscal. Na maioria dos casos, a descentralização fiscal começou como forma de distribuir atribuições aos governos subnacionais. Em alguns países, a descentralização fiscal esteve associada à necessidade de repassar encargos para as unidades subnacionais a fim de amenizar crises de governabilidade. Em outros países, o esforço da descentralização fiscal foi em prol da redemocratização na qual a sociedade reivindica maior participação nas receitas fiscais. Este último caracteriza o caso brasileiro.

Afirmar que a descentralização no Brasil possui tendência à federalização é relatar a recente associação que se faz entre esses dois termos, pois a descentralização estaria atrelada à ideia de aumentar a “[...] eficiência do setor público como prestador de serviços à população” devido a esse “[...] processo de transferência de poder político-econômico para unidades subnacionais de governo” (AFFONSO, 2000, p. 127), um dos escopos do federalismo. Mas é importante frisar que o acentuado grau de descentralização brasileira está relacionado tanto em termos de configuração política e institucional quanto de estrutura tributária e fiscal.

A descentralização e o federalismo possuem suas peculiaridades conceituais, eles constituem juntos “[...] uma resposta do Estado à necessidade de atender à multiplicidade de demandas territorialmente diferenciadas, ou seja, de enfrentar o desafio de articular o “geral” com as “particularidades” na gestão pública” (AFFONSO, 2000, p. 130). Todavia a

Federação caracteriza-se pela propagação de poderes em vários centros, ou unidades, na qual a autoridade é concedida por sufrágio universal e não simplesmente por concessão ou permissão, como geralmente ocorre na descentralização. Analisar a relação entre esses dois termos historicamente é de extrema relevância, pois, quando se parte de uma situação de centralismo, o federalismo se identifica com a descentralização (exemplo brasileiro), caso contrário, ele pode significar uma centralização do poder territorial (federação americana).

É relevante ressaltar que a análise contemporânea do federalismo brasileiro esbarra em problemas conceituais relacionados à centralização-descentralização. Assim, conforme Almeida (1995, p. 91),

[...] o termo “descentralização” está longe de ter um significado preciso. Ele tem sido utilizado indistintamente para indicar graus e modalidades diversas de redução do escopo do governo federal em decorrência: a) do deslocamento da capacidade de decidir e implementar políticas para instâncias subnacionais; b) da transferência para outras esferas de governo da implementação e administração de políticas definidas no plano federal; ou c) da passagem de atribuições da área governamental para o setor privado.

Almeida (1995) discerne ainda que o federalismo não possa ser confundido com a descentralização e também que o termo “não-centralização” não possuiu o mesmo significado que descentralização.

Para Guimarães de Castro (1991), a instauração da descentralização no Brasil ocorreu após o esgotamento dos regimes burocrático-autoritários dos anos de 1960, decorrentes do exacerbado autoritarismo militar do Estado centralizado, visto que o “modelo desenvolvimentista” não sustentava mais o crescimento igualitário da renda (GUIMARÃES DE CASTRO, 1991). O gasto público passou a ser sinônimo de inflação e péssimo desempenho econômico, assim as propostas de descentralização foram amplamente defendidas e consagradas na Constituição Federal de 1988 (GUIMARÃES DE CASTRO, 1991).

Entretanto Kugelmas e Sola (1999) alertam para os equívocos existentes quando se considera metaforicamente que o federalismo acompanharia os movimentos

descentralizadores e centralizadores, estes estariam atrelados a períodos autoritários ou aos avanços democráticos, ou seja, o federalismo também acompanharia estes períodos alternantes. Contudo, Kugelmas e Sola (1999) ressaltam que inexistente simetria nessas oscilações, assim o centralismo não necessariamente desestrutura a Federação e, da mesma forma, que a descentralização federativa não significa democratização.

A grande característica da redemocratização brasileira reside no fato de ela ter ocorrido primeiramente nos governos subnacionais (anos 80), com a eleição de prefeitos e governadores, para somente nos anos 90 ela abordar a União, com a eleição direta para a Presidência da República. Assim, a descentralização, conforme Affonso (2000), não promoveu a compensação esperada de alguns estados e municípios pela distribuição de encargos e receitas.

Affonso (2000) destaca que uma das características da federalização brasileira é a marcante desigualdade socioeconômica entre as unidades federadas, sendo que tal heterogeneidade constitui um entrave ao desenvolvimento, pois dificulta a coordenação federativa em um grau superior de descentralização. A complexidade do aparato estatal, outra característica, também atua de forma diferenciada regional e intrarregionalmente.

É perceptível a grande dificuldade do governo central em solucionar problemas que o Estado Nacional-desenvolvimentista tentou resolver e que perpetuam mesmo após a incorporação da descentralização-federalização. Estes últimos não incluíram conteúdos sociais na pauta da trajetória da estrutura brasileira, e assim outras formas de desigualdade entre as regiões vêm se desenvolvendo, consiste nesta e na permanência do pensamento individualista da elite social mais privilegiada a dificuldade de adotar políticas públicas gerais (AFFONSO, 2000). Organizar descentralizadamente uma federação assentada em disparidades regionais e com diversas lacunas na divisão de competências entre as esferas de governo é uma tarefa árdua. Ostentam alguns autores que a descentralização é o instrumento capaz de implantar um projeto de desenvolvimento geral neste território imenso, principalmente proporcionando a redistribuição espacial de recursos de forma a não

afetar as classes sociais mais desfavorecidas. Outros autores diriam que a descentralização constituiria o abandono de qualquer anseio de desenvolvimento entre regiões e no interior destas, deixando ao mercado a incumbência da alocação de recursos (AFFONSO, 1995).

2 Centralização, descentralização e desconcentração administrativa

A centralização administrativa está circunscrita na forma da administração direta, e esta configura o “[...] conjunto dos órgãos integrados na estrutura da chefia do Executivo e na estrutura dos órgãos auxiliares da chefia do Executivo” (MEDAUAR, 2009, p. 63). Assim, de acordo com este autor, os vínculos hierárquicos e de subordinação entre os órgãos que compõem a administração direta são uma das características principais na determinação das funções exercidas. Para cumprir tais atribuições e tarefas, efetua-se a distribuição entre os órgãos da administração em uma mesma entidade ou pessoa jurídica, a denominada desconcentração (MEDAUAR, 2009).

Corroborando com isso, Di Pietro (2006) afirma que a desconcentração possibilita a distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, organizada hierarquicamente e partindo do chefe Executivo para seus demais auxiliares. Nesse sentido, a ostentação está em “descongestionar, desconcentrar, tirar do centro um volume grande de atribuições, para permitir seu mais adequado e racional desempenho” (DI PIETRO, 2006, p. 403).

A descentralização administrativa é amparada pela administração indireta, e, portanto, inexistem vínculos de hierarquia, e a distribuição de competências necessita de ao menos duas pessoas, física ou jurídica (DI PIETRO, 2006). Com base neste mesmo autor, a descentralização consiste na transferência de atribuições do ente central ao descentralizado, entretanto, apesar de as entidades possuírem capacidade de conduzir seus negócios, elas não têm autonomia para gestar suas próprias leis, ou seja, estão subordinadas ao poder central.

Medauar (2009, p. 61) destaca que os entes descentralizados englobam “[...] autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas [...]”. Para

descentralizar, o poder central deve respeitar as normas estabelecidas de controle do ente descentralizado, a denominada tutela ou controle administrativo, que difere amplamente do caráter hierárquico da administração direta, pois a tutela controla entidades jurídicas com poder decisório próprio (MEDAUAR, 2009).

Na concepção de Meirelles (2004), o Poder Público pode descentralizar determinado serviço público, tanto pela transferência de titularidade como permitindo apenas sua execução, por meio de outorga ou delegação. A outorga ocorre “[...] quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, *por lei*, determinado serviço público ou de utilidade pública” (MEIRELLES, 2004, p. 331). Na delegação a transferência do serviço é exclusivamente para execução mediante contrato (concessão) ou ato unilateral (permissão ou autorização). Portanto, aquele possui um caráter definitivo, pois é transferido e retirado por lei, e este mais temporário já que tem prazo final de contrato (MEIRELLES, 2004). Em ambos os casos, o serviço descentralizado continua sendo público, controlado e regulado pelo poder público.

3 Desembolso do Badesc para as SDRs

Visando acelerar o desenvolvimento regional catarinense e articular os níveis de planejamento com maior envolvimento social, o Estado adotou a proposta de descentralização administrativa por intermédio da instituição

das SDRs. Sucintamente, o processo é fruto do pensamento liberal que defende a ideia de desenvolvimento local. Apesar de alguns autores defenderem tal modelo de gestão, ainda é grande a discussão acerca de seus reflexos para a economia nacional e regional. Portanto as análises a seguir contribuirão para nortear o desígnio do trabalho, ou seja, obter conclusões sobre a descentralização do crédito público de acordo com a atual formação das SDRs.

Para podermos comparar se o Badesc também descentralizou o crédito entre 2003 e 2010, período que abrange os dois mandatos de Luiz Henrique da Silveira, construímos uma série histórica de 1995 a 2010, dividida em dois períodos 1995-2002 (sem descentralização) e 2003-2010 (com descentralização). Tomando como referência a divisão das SDRs, retroagimos com a mesma metodologia de classificação também para os anos entre 1995-2002, isto é, hipoteticamente criamos as SDRs em 1995, somente assim poderíamos fazer a comparação entre os dois períodos. Todos os valores em reais foram deflacionados tendo como ano-base 2010.

Utilizando essa metodologia retroativa, a Tabela 2 revela que 21 SDRs apresentaram aumento, de um período para outro, nos valores contratados no Badesc. No total geral houve uma queda no quantitativo de recursos liberados pela instituição, no equivalente a R\$ 43.899.115,90.

Tabela 2 – Desembolso do Badesc por SDR (em R\$)

SDRs	Valores Contratados (R\$)		Diferença (R\$)
	1995 a 2002	2003 a 2010	
São Miguel do Oeste	4.169.290,1	5.376.475,6	1.207.185,5
Maravilha	5.031.592,6	16.126.969,0	11.095.376,3
São Lourenço do Oeste	18.281.514,6	14.231.119,4	-4.050.395,2
Chapecó	28.699.285,2	50.104.084,1	21.404.798,9
Xanxerê	13.137.828,4	34.598.132,5	21.460.304,1
Concórdia	18.307.770,4	6.269.754,8	-12.038.015,7
Joaçaba	60.371.973,0	12.932.061,7	-47.439.911,3
Videira	43.937.378,2	13.188.912,9	-30.748.465,3
Caçador	33.711.084,4	14.849.563,3	-18.861.521,1
Palmitos	4.976.056,6	6.046.866,3	1.070.809,7
Dionísio Cerqueira	1.905.703,4	3.384.957,8	1.479.254,5
Itapiranga	796.895,1	6.492.314,3	5.695.419,1
Seara	7.414.688,8	7.573.139,3	158.450,5
Quilombo	447.076,0	2.900.349,0	2.453.273,0
Canoinhas	21.607.361,4	31.893.741,9	10.286.380,5
Mafra	34.174.649,9	31.060.551,6	-3.114.098,3
Joinville	96.361.886,2	87.411.949,1	-8.949.937,1
Jaraguá do Sul	37.495.708,7	78.667.293,5	41.171.584,7
Campos Novos	5.047.659,2	9.167.198,0	4.119.538,8
Curitibanos	5.129.095,2	3.800.858,8	-1.328.236,3
Lages	33.489.823,4	24.193.792,8	-9.296.030,6
São Joaquim	8.846.625,8	3.647.900,0	-5.198.725,8
Itajaí	51.954.420,2	67.951.764,0	15.997.343,8
Taió	7.870.370,3	4.404.129,7	-3.466.240,6
Timbó	14.970.398,6	20.188.834,3	5.218.435,6
Blumenau	77.794.776,3	68.697.868,1	-9.096.908,2
Ibirama	3.303.455,7	4.132.398,6	828.942,9
Rio do Sul	14.572.481,0	48.793.778,1	34.221.297,1
Ituporanga	4.424.705,2	4.541.600,6	116.895,4
Brusque	99.263.776,3	43.360.355,9	-55.903.420,5
Grande Florianópolis	101.184.258,7	130.957.937,9	29.773.679,2
Araranguá	12.432.508,3	17.070.964,1	4.638.455,8
Criciúma	68.734.807,5	36.746.001,5	-31.988.806,0
Laguna	5.566.954,9	9.744.299,3	4.177.344,4
Tubarão	34.631.210,0	12.319.831,2	-22.311.378,7
Braço do Norte	15.347.120,8	18.665.325,8	3.318.205,0
Total	995.392.190,3	951.493.074,5	-43.899.115,9

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

Tabela 3 – Desembolso do Badesc por SDR (em %)

SDRs	Valores Contratados (%)	
	1995 a 2002	2003 a 2010
São Miguel do Oeste	0,4	0,6
Maravilha	0,5	1,7
São Lourenço do Oeste	1,8	1,5
Chapecó	2,9	5,3
Xanxerê	1,3	3,6
Concórdia	1,8	0,7
Joaçaba	6,1	1,4
Videira	4,4	1,4
Caçador	3,4	1,6
Palmitos	0,5	0,6
Dionísio Cerqueira	0,2	0,4
Itapiranga	0,1	0,7
Seara	0,7	0,8
Quilombo	0,0	0,3
Canoinhas	2,2	3,4
Mafra	3,4	3,3
Joinville	9,7	9,2
Jaraguá do Sul	3,8	8,3
Campos Novos	0,5	1,0
Curitibanos	0,5	0,4
Lages	3,4	2,5
São Joaquim	0,9	0,4
Itajaí	5,2	7,1
Taió	0,8	0,5
Timbó	1,5	2,1
Blumenau	7,8	7,2
Ibirama	0,3	0,4
Rio do Sul	1,5	5,1
Ituporanga	0,4	0,5
Brusque	10,0	4,6
Grande Florianópolis	10,2	13,8
Araranguá	1,2	1,8
Criciúma	6,9	3,9
Laguna	0,6	1,0
Tubarão	3,5	1,3
Braço do Norte	1,5	2,0
Total	100,0	100,0

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

De acordo ainda com a Tabela 2, as SDRs que tiveram relevante aumento na contratação de crédito público são: Maravilha, Chapecó, Xanxerê, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Itajaí, Rio do Sul e Grande Florianópolis. Positivamente, a maior diferença em contratação foi de R\$ 41.171.584,70, da SDR de Jaraguá do Sul. Entre as 15 SDRs que apresentaram redução na contratação de recursos com relação ao período antecedente estão as de Joaçaba, Videira, Brusque, Criciúma e Tubarão. A SDR

de Brusque apresentou a maior queda nas contratações (R\$ 55.903.420,50).

Por conseguinte, conforme a Tabela 3, as SDRs que já possuíam ampla participação e que a elevaram no segundo período foram as SDRs da Grande Florianópolis (13,8%), Jaraguá do Sul (8,3%) e Itajaí (7,1%), todas localizadas próximo ao litoral (Figura 1). Algumas continuam tendo apreciável presença no total, mas perderam espaço no período de 2003 a 2010, são elas: Blumenau (7,2%), Brusque

(4,6%), Criciúma (3,9%) e Joinville (9,2%).

A Tabela 4 evidencia que três mesorregiões (Norte, Vale do Itajaí e Grande

Florianópolis) aumentaram os valores contratados no Badesc entre períodos, enquanto as três outras (Oeste, Serrana e Sul) reduziram.

Tabela 4 – Desembolso do Badesc por mesorregião (em R\$)

Mesorregiões	Valores Contratados (R\$)		Diferença
	1995 a 2002	2003 a 2010	
Oeste Catarinense	240.737.797,9	194.319.809,9	-46.417.988,1
Norte Catarinense	189.241.772,3	226.178.912,5	36.937.140,2
Serrana	52.498.513,6	40.174.639,6	-12.323.874,0
Vale do Itajaí	229.510.714,2	246.399.473,7	16.888.759,4
Grande Florianópolis	147.899.474,8	151.688.816,9	3.789.342,1
Sul Catarinense	135.503.917,4	92.731.421,9	-42.772.495,5
Total	995.392.190,3	951.493.074,5	-43.899.115,9

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

Assim, dentre as três mesorregiões que apresentaram queda absoluta na contratação de recursos com relação ao período anterior, as mais significativas foram as do Oeste e Sul Catarinense. A mesorregião com maior acréscimo na contratação foi o Norte, ostentando cerca de R\$ 36.937.140,20 a mais de recursos.

A participação no total dos recursos do Badesc (Tabela 5) para o primeiro período é expressiva para as mesorregiões do Oeste (24,2%), Norte (19%) e Vale do Itajaí (23,1%),

porém a participação do Oeste Catarinense decresce no período de 2003 a 2010, chegando a 20,4%. As demais aumentam sua participação. O Norte passa a ter 23,8%, e o Vale do Itajaí, 25,9%.

É importante frisar que as mesorregiões do sul catarinense e serrana, que apresentavam pouca participação no primeiro período, decaíram ainda mais sua participação de 13,6% e 5,3% para 9,7% e 4,2%, respectivamente.

Tabela 5 – Desembolso do Badesc por mesorregião (em %)

Mesorregiões	Valores Contratados (%)	
	1995 a 2002	2003 a 2010
Oeste Catarinense	24,2	20,4
Norte Catarinense	19,0	23,8
Serrana	5,3	4,2
Vale do Itajaí	23,1	25,9
Grande Florianópolis	14,9	15,9
Sul Catarinense	13,6	9,7
Total	100,0	100,0

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

Embora seja evidente que um grande número de SDRs (21) tenha aumentado os recursos adquiridos no Badesc, de acordo com a Tabela 3, apenas 12 (Chapecó, Xanxerê, Canoinhas, Mafra, Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Brusque, Grande Florianópolis e Criciúma) obtiveram participação maior de 3% do total no segundo período. Algumas (Jaraguá do Sul, Itajaí e Grande Florianópolis) já estavam nesse

patamar anteriormente, conseguindo aumentar ainda mais essa participação. Outras (Chapecó, Xanxerê, Canoinhas e Rio do Sul), entretanto, só conseguiram esse percentual de participação no segundo período, o que demonstra que, mesmo com o aumento na contratação de crédito, algumas SDRs não conseguem se posicionar mais positivamente no total dos recursos desembolsados. Ou seja, apenas o aumento na contratação de crédito

pouco contribui para expressar a realidade da distribuição dos recursos no Estado, sendo necessário analisar-lhe a concentração por intermédio do percentual de participação.

A Figura 1 e a Tabela 6 permitem analisar em um novo enfoque, relevante também para o esboço do estudo, possibilitando identificar em quais mesorregiões localizam-se as SDRs com maior participação e atribuir esclarecimentos sobre o desempenho daquelas.

Assim, a Tabela 6, na verdade apenas apresenta novamente os dados da participação das SDRs expostos na Tabela 3, agrupando-as de acordo com as mesorregiões. É necessário realizar um adendo, lembrando que, para fins de simplificação, é desconsiderada a ocorrência de alguns municípios pertencentes a determinadas SDRs ultrapassarem a divisa das mesorregiões.

Tabela 6 – Desembolso do Badesco por SDRs de acordo com suas respectivas mesorregiões (em %)

Mesorregiões	SDRs	Valores Contratados (%)	
		1995 a 2002	003 a 2010
Oeste Catarinense	São Miguel do Oeste	0,4	0,6
	Maravilha	0,5	1,7
	São Lourenço do Oeste	1,8	1,5
	Chapecó	2,9	5,3
	Xanxerê	1,3	3,6
	Concórdia	1,8	0,7
	Joaçaba	6,1	1,4
	Videira	4,4	1,4
	Caçador	3,4	1,6
	Palmitos	0,5	0,6
	Dionísio Cerqueira	0,2	0,4
	Itapiranga	0,1	0,7
	Seara	0,7	0,8
Quilombo	0,0	0,3	
Norte Catarinense	Canoinhas	2,2	3,4
	Mafra	3,4	3,3
	Joinville	9,7	9,2
	Jaraguá do Sul	3,8	8,3
Serrana	Campos Novos	0,5	1,0
	Curitibanos	0,5	0,4
	Lages	3,4	2,5
	São Joaquim	0,9	0,4
Vale do Itajaí	Itajaí	5,2	7,1
	Taió	0,8	0,5
	Timbó	1,5	2,1
	Blumenau	7,8	7,2
	Ibirama	0,3	0,4
	Rio do Sul	1,5	5,1
	Ituporanga	0,4	0,5
Brusque	10,0	4,6	
Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	10,2	13,8
Sul Catarinense	Araranguá	1,2	1,8
	Criciúma	6,9	3,9
	Laguna	0,6	1,0
	Tubarão	3,5	1,3
	Braço do Norte	1,5	2,0
Total		100,0	100,0

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

A mesorregião Oeste Catarinense, de acordo com a Tabela 5, apresentou grande participação em ambos os períodos, embora tenha perdido espaço. Uma característica pertinente que pode explicar essa grande participação é o fato de possuir muitas SDRs em seu domínio (14). Apesar disso, a queda pode ser atribuída à acentuada perda de participação das SDRs de Joaçaba, Videira, Caçador, Concórdia e São Lourenço do Oeste, que não foi compensada pelo aumento das demais SDRs desta mesorregião (Tabela 6).

De acordo com a Tabela 6, todas as SDRs pertencentes à mesorregião do Norte tiveram considerável participação em ambos os períodos, principalmente Joinville (9,7% - 9,2%) e Jaraguá do Sul (3,8% - 8,3%). O Vale do Itajaí também faz jus a sua posição em consequência das SDRs de Itajaí (5,2% - 7,1%), Blumenau (7,8% - 7,2%), Rio do Sul (1,5% - 5,1%) e Brusque (10% - 4,6%) estarem bem situadas nos termos analisados. A Grande Florianópolis, nos dois períodos, foi a SDR que apresentou máxima participação (10,2% - 13,8%), e de forma crescente, corroborando com sua respectiva mesorregião (14,9% - 15,9%).

Ademais, as SDRs da mesorregião Serrana e do Sul não apresentaram melhora expressiva na participação entre um período e outro, algumas até mesmo perderam espaço, o que refletiu na queda na participação dessas duas mesorregiões.

Reflexões finais

A abordagem utilizada para analisar os dados evidencia que o aumento (quantidade absoluta) na contratação do crédito na maioria das SDRs apenas omite a realidade do crédito catarinense perante a descentralização administrativa. Contudo a análise da participação das SDRs no total dos recursos liberados no período constata que as SDRs, com grande participação no período de 1995 a 2002, continuam detendo considerável participação no período de 2003 a 2010. Quando analisamos a participação das mesorregiões e a participação das SDRs conforme sua distribuição em mesorregiões, é plausível alegar que os recursos continuam centralizados nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, ou seja, os recur-

sos liberados pelo Badesc não acompanham a proposta de descentralização administrativa catarinense.

A descentralização na verdade deu continuidade à centralização de crédito nas SDRs que possuem destaque econômico. As decisões centradas no governo estadual encontram-se centralizadas nas instâncias das SDRs, e os recursos públicos continuam centralizados, fugindo da proposta do governo estadual de um desenvolvimento equilibrado em todo o território catarinense. Ou seja, no âmbito do crédito, esse modelo torna-se pífio, desmantelando a proposta liberal de governo de “desenvolvimento regional”.

Apesar de o governo ser acionista majoritário dessa instituição financeira, o orçamento de aplicação e despesas do Badesc não depende do governo do Estado, ou seja, o Badesc possui autonomia na liberação de recursos e não seguiu o viés governamental, pois a contratação depende primeiramente da iniciativa das SDRs. Outro aspecto a se destacar é que o Badesc direciona seus recursos nas duas esferas, pública e privada, assim, como esperado, os recursos para o setor privado continuariam concentrados nas regiões que possuem concentração de grandes indústrias, pois uma das premissas do sistema capitalista é a centralização de capitais para acumulação capitalista. Ou seja, capital atrai capital. As desigualdades regionais no Brasil também acabam contribuindo para essa distribuição desordenada de indústrias, consequentemente de crédito privado e público, pois o capitalismo necessita de infraestrutura financiada pelo setor público, isso porque há uma insuficiência privada de gastar tais investimentos.

A descentralização administrativa, dessa forma, apenas cria um sistema burocrático e hierarquizado para distribuição de encargos e recursos que não contribui para a disseminação dos recursos regionalmente, como também desestrutura o objetivo de combater o inchaço das cidades litorâneas. Isso porque as mesorregiões Serrana e o Oeste Catarinense diminuíram os recursos contratados no Badesc, enquanto o Vale do Itajaí, Norte Catarinense e Grande Florianópolis, mesorregiões próximas ao litoral, aumentaram a contratação. Ou seja, houve a continuidade da litoralização do crédito.

Referências

AFONSO, José Roberto R. A questão tributária e o financiamento dos diferentes níveis de governo. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 315-328.

AFFONSO, Rui de Britto Álvares. Descentralização e reforma do Estado: a federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 127-152, jun. 2000.

_____. A Federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: SILVA, Pedro Luiz Barros; AFFONSO, Rui de Britto Álvares (Org.). *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 57-75.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC. *O BADESC*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br/>> Acesso em: 28 ago. 2012.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Federalismo e políticas sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 90-105, 1995. Disponível em: <<http://www.anpocs.org/>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

BATISTA, Lahra Neves. A proposta de descentralização do governo de Santa Catarina: um estudo da SDR de Mafra. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2., v. 6, 2010, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 182 p.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. In: *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 80-87, jan. 1991.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 11, n. 22, nov. 2012.

KUGELMAS, Eduardo; SOLA, Lourdes. Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 798 p.

SANTA CATARINA. *Lei Complementar n. 243*, de 30 de janeiro de 2003. Estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo, 2003. Disponível em: <www.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2012.

_____. *Lei Complementar n. 284*, de 28 de fevereiro de 2005. Estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo, 2005. Disponível em: <www.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2012.

_____. *Lei Complementar n. 381*, de 07 de maio de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, 2007. Disponível em: <www.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2012.

_____. *Lei n. 4.950*, de 08 de novembro de 1973. Dispõe sobre a constituição do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, e dá outras providências. Disponível em: <www.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. *Lei n. 10.912*, de 15 de setembro de 1998. Dispõe sobre a estrutura e organização do Sistema Financeiro do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Disponível em: <www.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em: 24 abr. 2013.

Anexos

Anexo 1 – Evolução da participação da distribuição dos recursos do Badesc às mesorregiões 1995-2010 (em %)

Anos	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	Total
1995	14,4	16,1	16,5	12,2	29,5	11,4	100,0
1996	15,7	20,7	0,8	9,1	49,2	4,4	100,0
1997	57,0	10,8	1,7	20,8	4,9	4,8	100,0
1998	24,6	17,9	2,2	32,6	11,4	11,3	100,0
1999	21,3	31,2	5,1	14,8	15,0	12,6	100,0
2000	20,2	16,3	6,2	25,5	12,0	19,8	100,0
2001	14,3	21,3	4,7	29,7	13,6	16,3	100,0
2002	15,5	23,1	5,7	25,0	11,3	19,3	100,0
2003	18,0	32,9	0,9	23,0	12,1	13,2	100,0
2004	26,0	15,0	4,1	27,1	9,0	18,8	100,0
2005	20,9	30,7	13,0	26,0	3,5	5,9	100,0
2006	15,0	24,2	5,1	33,8	18,5	3,4	100,0

Anos	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	Total
2007	26,5	28,3	4,1	17,8	13,2	10,0	100,0
2008	22,4	20,9	6,6	27,7	12,7	9,8	100,0
2009	16,6	17,8	2,0	32,2	18,7	12,7	100,0
2010	19,8	21,4	4,9	22,5	28,8	2,6	100,0

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

Anexo 2 – Evolução da distribuição dos recursos do Badesc às mesorregiões 1995–2010 (em R\$)

Anos	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	Total
1.995	13.279.055	14.911.871	15.247.256	11.293.625	27.256.626	10.513.661	81.988.434
1.996	9.765.014	12.880.704	511.149	5.648.320	30.597.003	2.733.724	59.402.190
1.997	103.732.459	19.714.402	3.139.164	37.852.293	8.998.461	8.685.118	173.436.779
1.998	17.209.148	12.545.505	1.539.953	22.778.503	7.949.189	7.919.343	62.022.299
1.999	9.674.851	14.184.087	2.310.326	6.734.412	6.832.124	5.716.230	39.735.801
2.000	21.422.347	17.263.531	6.560.173	27.086.725	12.738.128	21.061.651	85.070.903
2.001	26.374.144	39.362.221	8.714.486	54.841.168	25.005.591	30.086.879	154.297.610
2.002	39.280.780	58.379.451	14.476.007	63.275.667	28.522.353	48.787.311	203.934.258
2.003	29.968.912	54.709.812	1.485.000	38.276.235	20.054.835	21.886.353	144.494.794
2.004	27.016.606	15.579.780	4.233.867	28.193.453	9.396.257	19.595.683	84.419.964
2.005	9.962.392	14.583.492	6.177.874	12.362.296	1.676.147	2.813.799	44.762.200
2.006	15.103.199	24.421.274	5.175.258	34.051.118	18.630.341	3.379.899	97.381.190
2.007	32.268.437	34.471.123	4.979.647	21.696.672	16.027.733	12.194.362	109.443.613
2.008	25.760.281	24.047.338	7.569.473	31.827.448	14.617.686	11.251.039	103.822.226
2.009	23.006.711	24.620.568	2.750.000	44.513.324	25.793.702	17.540.802	120.684.306
2.010	31.233.272	33.745.526	7.803.520	35.478.926	45.492.115	4.069.485	153.753.359
Total	435.057.608	415.420.685	92.673.153	475.910.188	299.588.292	228.235.339	1.718.649.925

Fonte: BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal

Solidarity Economy, Social Technology and Design: sustainable initiatives with residue Cerrado for handicraft production in extractive communities

Economie Solidaire, Technologie Sociale et Design: des initiatives durables avec résidu Cerrado pour la production de l'artisanat dans les communautés extractives

Economía Solidaria, Tecnología Social y Design: iniciativas sostenibles con residuos Cerrado para la producción de artesanías en las comunidades extractivas

Nadja Maria Mourão*
(nadjamourao@gmail.com)

Rita de Castro Engler*
(rcengler@ryerson.ca)

Recebido em 10/12/2013; revisado e aprovado em 15/02/2014; aceito em 25/02/2014

Resumo: Este estudo busca conhecer os fundamentos da Economia Solidária visando possibilitar a atuação do Design Social, como alternativa para o desenvolvimento econômico, de forma sustentável. As comunidades de “Bonfinópolis de Minas” e “Chapada Gaúcha”, Minas Gerais, Brasil desenvolvem o extrativismo de frutos do Cerrado, através de associações e cooperativas. Nessas comunidades são verificadas as possibilidades de uso dos resíduos vegetais em produção artesanal como alternativa empreendedora local.

Palavras-chave: Economia Solidária. Tecnologia Social. Design Social.

Abstract: This study seeks to understand the foundations of Solidarity Economy aiming to make possible the work of the Social Design as an alternative to economic development in a sustainable manner. Communities “Bonfinópolis de Minas” and “Chapada Gaúcha”, Minas Gerais, Brazil develop the extraction of Cerrado fruits, through associations and cooperatives. In these communities the possibilities of use of vegetable waste in craft production as a local entrepreneurial alternative are checked.

Key words: Solidarity Economy. Social Technology. Social Design.

Résumé: Cette étude cherche à comprendre les fondements de l'Économie Solidaire visant à rendre possible la performance du Design Social comme une alternative au développement économique durable. Les communautés “Bonfinópolis de Minas” et “Chapada Gaúcha”, Minas Gerais, Brésil développent l'extraction des fruits du Cerrado, à travers des associations et des coopératives. Dans ces communautés, les possibilités d'utilisation de débris végétaux dans la production artisanale comme une alternative entrepreneuriale locale sont vérifiés.

Mots-clés: Économie Solidaire. Technologie Sociale. Design Sociale.

Resumen: Este estudio trata de comprender los fundamentos de la Economía Solidaria con el objetivo de hacer posible la realización de la Diseño Social como alternativa para el desarrollo económico de una manera sostenible. Comunidades “Bonfinópolis de Minas” y “Chapada Gaúcha”, Minas Gerais, Brasil a desarrollar la extracción de las frutas del Cerrado, a través de asociaciones y cooperativas. En estas comunidades se comprueban las posibilidades de uso de los restos vegetales en producción artesanal como una alternativa empresarial local.

Palabras clave: Economía Solidaria. Tecnología Social. Diseño Social.

Introdução

Em razão das recentes crises econômicas nas últimas décadas, indivíduos se agrupam em busca de soluções e novas possibilidades. É na motivação dos trabalhadores que surgem organizações e grupos solidários de autogestão. Esses empreendimentos são sustentados pela força no potencial no trabalho coletivo que os compõe, impulsionando uma fonte de competitividade reconhecida no capitalismo.

No Brasil, o crescimento da Economia Solidária deve-se a fatores diversificados. Os problemas de moradia dos trabalhadores, pela crescente exclusão, desocupação rural e desemprego urbano é resultado da expansão agressiva dos impactos negativos do capitalismo e da globalização. A resistência dos trabalhadores rurais em permanecerem em suas terras ocorre, acima de tudo, como batalha por melhores condições de vida. Buscam adaptação através de um mercado informal crescente, no qual germinam as iniciativas de economia popular.

* Centro de Estudos em Design e Tecnologia da Escola de Design (CEDTec/UEMG), Barbacena, MG, Brasil.

No meio rural, o sistema agroextrativista, o trabalho compartilhado em cestarias e rendas artesanais, a produção e comercialização de biscoitos e doces entre outros, normalmente de caráter individual ou familiar, são exemplos dos modelos da Economia Solidária.

De acordo com Gaiger (2004), “uma experiência profissional é fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano”. Quanto maior a participação, maior a motivação do empregado, que, nesse caso, é também responsável pelo sucesso do empreendimento.

A Economia Solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da ética e da solidariedade, conforme Nascimento (2006).

Acredita-se que o design social pode contribuir com novos métodos que incentivem o desenvolvimento em comunidades. Para que o trabalho do design seja efetivo e proveitoso nesses empreendimentos sociais, é necessária uma abordagem sistêmica demonstrando que formas de organização social que valorizam iniciativas criativas encontram-se cada vez mais emergentes, dentro de uma demanda social que procura por um desenvolvimento de vida sustentável.

Este trabalho busca analisar o uso de resíduos vegetais em produção artesanal sustentável, como alternativa para desenvolver o empreendedorismo em comunidades rurais extrativistas do cerrado mineiro. Oficinas de Design, identidade e cultura foram aplicadas nas comunidades de Bonfinópolis de Minas e Chapada Gaúcha.

A investigação inicial contou com apoio do Centro de Tecnologia de Minas Gerais – CETEC/ Projeto de Implantação de Unidades de Beneficiamento e Comércio de Produtos Oriundos da Base Produtiva Local e com recursos do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN / Projeto Florelos / Edital Unicom 2010. Às instituições parceiras, registram-se agradecimentos. Em seguida, nova etapa da pesquisa configurou-se na produção da dissertação: “Sustentabilidade

na produção artesanal com resíduos vegetais: uma aplicação prática de design sistêmico no cerrado mineiro”, reconhecida em 2012, como exemplo de incentivo à Economia Criativa, em Arranjos Produtivos Locais.

1 Revisão da literatura

Conceitos da Economia Solidária

Economia Solidária é um modelo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidades de todos. Entre suas características destacam a autogestão, a autonomia de cada unidade ou empreendimento e a igualdade entre os participantes ou membros, conforme Singer (2002).

A origem de economia contribui para a compreensão dessa postura. O termo economia vem do grego oikos (casa) e nomos (costume ou lei) ou também gerir, administrar: daí “regras da casa” e “administração da casa”. Assim, o termo “economia configura-se como a ciência social que estuda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços” (FERREIRA, 1999, p. 617).

Os elementos de produção ou serviços, fundamentados no cooperativismo, são gerenciados pela propriedade coletiva, buscando sempre um método próprio de gestão. Lima (2011) relata que esses elementos estabelecem limites entre a produção, consumo e comercialização, buscando a qualidade de vida. Interpretam o trabalho como um meio de libertação do ser humano na democratização econômica, recriando alternativas assalariadas nas relações do capitalismo.

Entre os conceitos de Economia Solidária, registram as investigações de Paul Singer¹, que a considera como uma estratégia possível para diminuir as desigualdades sociais e o desemprego. “Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente” (SINGER, 2000, p. 138).

¹ Sociólogo, pesquisador, professor da USP e primeiro secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, criada em 2003.

Euclides André Mance, filósofo, membro de movimentos sociais como a Central de Movimentos Populares do Brasil, garante que o conceito vai além e agrega valores não apenas de geração de postos de trabalho, mas como contribuição solidária para mudança de comportamento:

Ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade. (MANCE, 1999, p. 178).

A Economia Solidária procura diminuir fronteiras, sejam elas barreiras nacionais, sociais, culturais, raciais, religiosas e até mesmo as acadêmicas. Assim reafirma a importância de representantes da própria comunidade, ou seja, a emancipação de trabalhadores como indivíduos históricos de um olhar inovador para novas perspectivas nas relações comerciais.

A empresa solidária visa a um ponto comum a todos e, quando bem estruturada pelos trabalhadores, que também são proprietários, encontra os meios para seus objetivos. Sua meta não é fundamentalmente de elevar ao máximo os lucros e rendimentos, mas como ele é distribuído e, acima de tudo, a qualidade do trabalho. A divisão dos benefícios, definida por todos os associados, busca garantir o sucesso do empreendimento, estimular maior comprometimento com o refinamento do processo produtivo, o cuidado para não ocorrer desperdícios, além de inibir a negligência, conforme Singer (2002).

Raízes da Economia Solidária

Práticas econômicas, originadas pelos princípios de solidariedade, sempre existiram em diversas partes do mundo, antes da Revolução Industrial. As práticas solidárias estão presentes nas tradições asiáticas, africanas, pré-colombianas e europeias, conforme Lima (2011).

O modelo do capitalismo, consolidado durante a Revolução Industrial, promoveu o domínio do conhecimento e da tecnologia.

Piana (2009) relata que esses fatores aliados a um capital inicial fortalecido transformaram os empregados em subordinados aos objetivos do empregador, muito semelhante ao sistema de escravidão. Esse modelo econômico provocou a reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor, consolidando assim novas formas econômicas em contraposição ao modelo vigente.

A estrutura da Economia Solidária foi estabelecida na passagem do século XVIII para XIX, quando surgiram, na Grã-Bretanha, as primeiras Uniões de Ofícios e as primeiras Cooperativas. Para Gaiger (2004), a Cooperativa de Consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844) iniciou um processo que estendeu para grandes empreendimentos, expandindo-se na Europa e demais economias do mundo.

Nos primórdios dos processos industriais, certa alienação era atestada, em que a linha de produção distanciava o ser humano da compreensão do produto fabricado. “Enquanto no fordismo a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente divisão e alienação do trabalho associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de eficiência é a flexibilização” (GAIGER, 2004, p. 64).

Comparando ao modelo capitalista, conforme Singer (2002), o principal elemento que distancia a Economia Solidária deste é a desigualdade. O capitalismo desequilibrado perde o valor das qualificações e, muitas vezes, bons profissionais se tornam miseráveis. Quando a cooperação comanda as relações, cria-se um ambiente tolerante, possibilitando o processo de recuperação da economia desestruturada. Assim, a Economia Solidária é um modelo que se adapta às comunidades com situações enfraquecidas, principalmente após grandes calamidades e perdas socioambientais.

Na França, após as revoluções de 1848, surgem cooperativas de produção a partir de empreendimentos capitalistas abandonados pelos empregadores, conforme Souza (1992). Na Prússia, depois de 1850, são criadas as primeiras cooperativas de crédito urbanas, junto com as experiências dos pioneiros de Rochdale na Grã-Bretanha. A busca para manter grupos sociais possibilitou a mudança de sistemas na Europa em declínio.

Souza (1992) ainda esclarece que esses novos modelos de cooperativismo também contribuíram para a formação do moderno pensamento participativo. Entretanto, devido às particularidades regionais, especialmente na Alemanha e na Itália, seus princípios se diferenciaram dos pioneiros de Rochdale. São diferentes os subtipos específicos incorporados aos novos modelos de cooperativas. “Dentro desse quadro histórico, inicia-se a implantação de sociedades cooperativas. Seu crescimento será dificultado no início do século XX, pela I Guerra Mundial” (SOUZA, 1992, p. 107). Somente no final da II Guerra, o movimento expande, consolidando-o na década de sessenta.

Após os anos 80, com a eliminação de grande número de trabalhadores do mercado, o modelo de trabalho associativo e cooperativo retorna ao quadro mundial, Lima (2011). Porém não apresenta as mesmas características anteriores, surge um modelo cooperativo mais próximo de suas origens. Outras formas institucionais de autogestão são inventadas e passam a ser conhecidas como a Economia Solidária.

Das origens até hoje, a Economia Solidária é apresentada como um processo de aproximação do trabalhador com seus meios de produção. O trabalhador passa a conhecer um pouco mais das atividades que ele e os demais executam, renovando o foco das críticas. Fora da administração participativa, o empregado pouco contribui para o desenvolvimento dos produtos, pois critica somente o que não compreende.

Economia Solidária no Brasil

No Brasil, durante a última década, a crescente organização da Economia Solidária enquanto um movimento – ou seja, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno –, é orientada para articulação nacional, com a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum, conforme Soares (2009).

Gaiger (2004) relata que as manifestações da Economia Solidária são bastante diversificadas no território brasileiro: cooperativas, associações populares e grupos

informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural ou urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos trabalhadores); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); ecovilas; redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário, entre outras.

Em regiões onde o coronelismo foi historicamente privilegiado no Brasil, existem ainda grupos sociais com perfil submisso pelos grupos dominantes locais. Os objetivos da Economia Solidária são fundamentados na transformação do sistema atual de concorrência e ação pela sobrevivência e pelo controle do poder. Busca despertar a consciência das relações familiares no que tange à dimensão social, econômica, administrativa, educacional, política, jurídica, ecológica e cultural existente.

Segundo Santos (2000), a insistência na viabilidade das alternativas não implica uma aceitação da realidade. “A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento as alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas” (SANTOS, 2000, p. 23).

Conforme Dagnino (2009), a decisão de transformar a dinâmica da exclusão da economia informal na de inclusão, via geração de oportunidades de trabalho e renda da Economia Solidária e a manutenção das políticas sociais compensatórias, torna indispensável e oportuno o desenvolvimento também das tecnologias sociais e outras adequações.

Design Social

A palavra Design, usada em todos os meios de comunicação expressando atributos de qualidade e funcionalidade, torna-se cada vez mais popular. Os conceitos do design surgem associados aos valores globalizados de propriedade e estética, qualificando-o como

processo criativo, inovador e provedor de soluções. Por envolver aspectos que visam ao ser humano ético, social, cultural e ambiental, os valores fundamentais e transversais do design ultrapassam as esferas produtivas, tecnológicas e econômicas.

O design social, com aplicabilidade na sociedade com objetivo de melhorar a qualidade de vida, pode ser definido como um método de planejamento de produtos ou serviços. Papanek (1984) defende o conceito de que os designers e profissionais de criação podem causar mudanças positivas para a sociedade através de um bom projeto de design. O design aplicado com responsabilidade ambiental, social e econômica. O designer responsável deve saber como projetar, qual material utilizar e como atender à demanda.

O design agrega-se ao desenvolvimento de produtos e serviços, em áreas diversificadas que vão de agricultura à industrialização, com a função de atender às necessidades sociais. Penin (2006) elucida que o “Sistema Produto-Serviço” é resultado de uma atividade estratégica do design, entendida como a capacidade de promover novas formas de organização. Essas inovações em organizações estão estruturadas sob um novo sistema de valores e na aptidão para criar novas oportunidades. Podem desenvolver um sistema integrado de produtos e serviços economicamente viáveis e adequado à sociedade.

Compreender e utilizar processos de projeto sociais pode contribuir para a melhoria dos meios de subsistência. Sen (2000) sugere que o desenvolvimento dentro de vários aspectos sociais pode contribuir para o desenvolvimento geral. Ele relata que a pobreza é vista como privação de competências, e estas devem ser estimuladas para resolver os problemas sociais.

O Design social pode ser considerado como um processo que leva a capacidades humanas, que por sua vez contribui para o seu bem-estar. Sendo assim, “é necessário adotar outros fatores imponderáveis, qualitativos e não quantitativos de valor e do ambiente, o grau de instrução e os serviços, isto é, os índices que manifestam o grau de bem-estar não material, mas moral das pessoas” (BISTAGNINO, 2009, p. 15).

Design e Economia Solidária

As relações do Design com a Economia Solidária surgiram no início da sistematização das categorias ou grupos de produção. Desde sua origem, conforme Manzini e Vezzoli (2002), o design perpassa pelas manufaturas e contribui para que os processos artesanais culminem em linhas de produção. Essas relações ainda não eram denominadas como Design e Economia Solidária, mas como manufaturas familiares que contribuíram para o desenvolvimento de localidades.

O Design, qualificado como instrumento para alcançar a inovação através de vantagens competitivas, direciona-se para outros aspectos do desenvolvimento de produtos e serviços. Conforme Engler (2009), inovação é uma característica do design concebida através do planejamento, da estratégia, do marketing, da qualidade e da forma de produção. Esses procedimentos reorganizam as relações com os resultados alcançados. Contudo o objetivo principal dessa profissão é servir ao ser humano, seja nas relações entre os serviços, produtos ou ambos simultaneamente.

Mudanças de padrões motivados pela recombinação de elementos efetuam o conceito de inovação social, estabelecendo elos entre a sociedade, territorialidade e comunicação. Para tanto, considera-se o consumo como fator de manutenção do ser humano em qualquer dimensão. Mas consumir com equilíbrio consiste nas limitações das necessidades. O bem estar, no entanto, vincula-se ao grau de conhecimento da pessoa, ponderando escolhas relacionadas à qualidade de vida, conforme Hall (2005).

Contextualiza-se inovação como principal fator de competitividade, mola mestra entre as relações com indivíduos, associações, organizações empresariais e até mesmo países e blocos econômicos. Engler (2009) esclarece que essa característica deve manter-se constante. Ocorre por meio da sistematização de iniciativas, visando à vinculação entre estratégias de negócio e oportunidades explícitas, principalmente no âmbito empresarial. Estão estruturadas sob o foco da implementação de novos ou diferentes processos, serviços ou produtos.

Se desejarmos melhorar e crescer, precisamos inovar. Não é possível esperar

resultados diferentes fazendo sempre a mesma coisa. Portanto, as organizações que desejam estar em constante crescimento precisam se reinventar constantemente. A inovação faz parte da rotina e deve ser tarefa de todos. (ENGLER, 2009, p. 66).

O Design percorre a evolução dos materiais e processos, transitando por todas as fases de um serviço ou produto, seja este artesanal ou não. Assim, design e economia solidária buscam por soluções sustentáveis, em novos métodos de organização e produção, de grupos comunitários, associações e cooperativas; apresentar-se em perspectivas de soluções e novos caminhos para a sociedade no caótico mundo capitalista gerado pelo ser humano. Os avanços entre a tecnologia, a inovação e o design podem alcançar dimensões que lidam com as diferenças, conflitos históricos sociais até os problemas mais comuns dos produtos locais.

As comunidades extrativistas do Cerrado Mineiro – Vale do Urucuia

Nas regiões de cerrado, o uso sustentável da biodiversidade é realidade para comunidades. Os recursos naturais servem como geração de renda, segurança alimentar e qualidade de vida para a população local. Os povos tradicionais, sertanejos e ribeirinhos utilizam-se de plantas, raízes e frutos, como alimento, medicamento e fonte de renda. Para algumas comunidades, além da necessidade de manutenção, o cerrado representa sua herança cultural.

Barbosa (2008) relata que, de todos os sistemas biogeográficos da América do Sul, o Cerrado é o que fornece maior variedade de frutos comestíveis, para seus habitantes. E, embora a maturação da maior parte esteja relacionada à estação de chuvas, a grande variedade possibilita a distribuição equilibrada de muitas espécies o ano todo.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2003), o cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade, com a presença de diversos ecossistemas. Parte-se do pressuposto de que a grande biodiversidade vegetal desse bioma possa fornecer resíduos vegetais viáveis ao uso no artesanato, e sem comprometer a integridade ecológica

desse ecossistema. Sementes de frutos, cascas, folhas, galhos, etc., podem ser matéria prima no aproveitamento em objetos decorativos, adornos e utilitários.

No Noroeste de Minas, incluindo a bacia do Rio Urucuia, o clima é quente. A temperatura média é superior a 18°C, durante todo o ano. O inverno é ameno e o verão é sempre quente e muito longo (setembro a março). Na bacia hidrográfica do Rio Urucuia, estão vários municípios, entre eles: Bonfinópolis de Minas e Chapada Gaúcha.

Esses municípios localizam-se entre o Rio São Francisco e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) constata que essa região possui características naturais únicas, que apresentam um grande potencial turístico e que justificaram sua conservação dentro de três Unidades de Conservação.

Nas comunidades rurais dessa região, pratica-se o extrativismo de soja, milho e dos frutos do cerrado, especialmente buriti, jatobá e a fava d'anta – *Dimorphandra mollis* Benth (beneficiada para retirada da rutina, substância utilizada para medicamentos e comercializada para laboratórios), conforme Madeira e Cèzar (2009).

2 Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste inicialmente na revisão, contextualização e análise do referencial teórico, que possibilita análise científica dos dados, em todo o processo de investigação. Assim, permanece a busca pela eficácia dos dados registrados e outros que possam contribuir com os objetivos, nas temáticas de: economia solidária, design social, comunidades extrativistas, resíduos vegetais e produção artesanal.

Em seguida, a investigação foi conduzida por uma metodologia de natureza qualitativa com formato de estudo de caso, fundamentado em considerações metodológicas apresentadas por Lüdcke e André (1986). Para os autores, a observação permite que o observador se aproxime das pessoas, acompanhando “in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode apreender a sua visão do mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (LÜDCKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

No sentido de delimitar a análise, além do recorte no território mineiro, realizou-se um estudo específico para as comunidades extrativistas do Vale do Urucuia, municípios de Bonfinópolis de Minas e Chapada Gaúcha. Essa região caracteriza-se pela carência de investimentos sociais e pela dificuldade de acesso, devido aos aspectos geográficos (sertões, veredas e chapadões).

O levantamento socioambiental cultural das comunidades permitiu a identificação de ícones da cultura local, manifestações e recursos oriundos da região, poucos explorados pela população, tendo sua produção e comercialização comprometida. Realizou-se um levantamento dos valores culturais que possibilitem a utilização de metodologias de design para seu desenvolvimento.

A existência de grupos solidários, associações e cooperativas locais, facilitou o levantamento de dados socioambientais e culturais da região. Foi documentada a percepção e sensibilização ambiental, que ajudaram os produtores a conhecer melhor o meio ambiente no qual estão inseridos. Registraram-se outras espécies florísticas que podem ser utilizadas no projeto. Definiram-se os materiais para produção artesanal, considerando os resíduos vegetais como recursos e insumos.

Os resíduos naturais, descritos por Mourão (2011), são partes e produtos das plantas que naturalmente são lançadas no meio ambiente com a possibilidade de serem reutilizadas, evitando-se comprometer a permanência das espécies vegetais nativas da região. Assim, consideram-se reutilizáveis as partes secas de flores, folhas e galhos, sementes não germinativas, etc.

Evidenciou-se a necessidade de se propor o desenvolvimento de uma ação sistêmica para resgatar o artesanato local e sua identidade, visto que este se encontrava desvalorizado por fatores socioeconômicos influenciados pela globalização, desconectado da realidade da comunidade local tão rica em expressões e elementos culturais regionais.

Assim, a estratégia adotada consistiu em propor o desenvolvimento de novos produtos artesanais tendo como base o Artesanato de Referência Cultural². Várias atividades

ocorrem simultaneamente, como a elaboração de oficinas de design para a comunidade, facilitando o desenvolvimento do cronograma nas etapas da pesquisa: revisão da bibliografia, diagnóstico socioambiental e cultural das comunidades, desenvolvimento de oficinas de design e proposta de produção artesanal.

3 Desenvolvimento das oficinas para produção artesanal

Foram definidas as comunidades de Cana Brava e São Pedro (Bonfinópolis de Minas) e Serra das Araras (Chapada Gaúcha) durante o desenvolvimento dos cursos de “Capacitação em Beneficiamento e Produção com Frutos do Cerrado” e “Aproveitamento dos Resíduos Vegetais do Cerrado Mineiro para o Artesanato”. Esses cursos são destinados aos cooperados e grupos de produção com insumos do Cerrado, principalmente nas comunidades acordadas pelo Projeto de Implantação de Unidades de Beneficiamento e Comércio de Produtos Oriundos da Base Produtiva Local. CETEC/MG – Convênio n. 411/2007 (MADEIRA, 2008), celebrado entre o MDS, a Prefeitura de Bonfinópolis de Minas/Chapada Gaúcha e o CONSAD Urucuia Grande Sertão Veredas – Programa Fome Zero. A parceria da pesquisa com outros projetos viabiliza o levantamento de dados e deslocamento local com domínio e flexibilidade.

As capacitações, ofertadas para as comunidades pelo projeto citado anteriormente, englobam conteúdos de educação ambiental, manejo de plantas, de nutrição, boas práticas de produção, processamento, certificação, embalagem e comercialização solidária de base regional. Os cursos para implantação de unidades de manejo e beneficiamento enfatizaram em aulas práticas, como coletar os frutos, práticas de higienização, processamento para comercialização dos frutos in natura; fabricação de polpas e farinhas, doces, geleias, pães e bolos, embalagem e rotulagem dos produtos, entre outros, conforme Hoehne et al. (2010).

Foram registrados dados dos municípios e dos grupos solidários, associações de

² Artesanato de Referência Cultural é um produto cuja característica é a incorporação de elementos culturais

tradicionais da região onde são produzidos (Termo de Referência do Programa Sebrae de Artesanato, 2004).

produtores rurais e de atividades artesanais, além de cooperativas de extrativismo e produtos com frutos do cerrado. Os registros são atualizados periodicamente, porém apresentam-se somente os dados referentes aos participantes da pesquisa:

- 75 pessoas das comunidades de Cana Brava e São Pedro (Bonfinópolis de Minas) e Serra das Araras (Chapada Gaúcha) – Minas Gerais. Esses indivíduos são agroextrativistas das associações e cooperativas locais, cadastrados pelo Projeto do CETEC e que também participaram das Oficinas de Design para produção artesanal;
- 17 homens membros da Coop Veredas – Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas/Chapada Gaúcha, MG;
- 14 homens membros da Associação de Produtores Rurais de Bonfinópolis de Minas, incluindo 4 participantes do sindicato de produtores rurais;
- 31 mulheres de ambas as cidades já realizavam alguma atividade artesanal com aproveitamento de materiais locais;
- 12 dessas artesãs são filiadas a grupos solidários ou a associações de artesanato nas comunidades, sendo estas: Associação de moradores e artesãos (Bonfinópolis de Minas) e Associação das Bordadeiras e Artesãos de Serra das Araras (Chapada Gaúcha);

As oficinas de Design, cultura e identidade foram desenvolvidas para propor o aproveitamento de insumos e resíduos vegetais locais. Essas oficinas propiciaram a experimentação dos materiais pelos produtores rurais de Cana Brava, São Pedro, em Bonfinópolis de Minas e de Serra das Araras, em Chapada Gaúcha, no período de 2008 a 2011. Os materiais coletados após os cursos de “Manejo e Beneficiamento com Frutos do Cerrado” e “Produção de Doces e Geleias” possibilitaram a produção de objetos artesanais. Entre os produtos gerados, destacam-se:

Os participantes dos cursos de aproveitamento dos frutos do cerrado tiveram a oportunidade de elaborar com folhas secas e galhos (objetos decorativos como arranjos de flores); com sementes secas (adornos pessoais – colares e brincos); com a palha de buriti e de milhos (bonecas decorativas, esteiras, jogos americanos); etc.

O culto às festas de São Antônio, Folia de Reis e o Encontro dos Povos são eventos populares na região. Motivados pelos eventos, que atraem turistas à região, os participantes dos cursos dedicaram-se à produção artesanal. Assim, os produtores rurais e artesãos tiveram oportunidade de experimentar a comercialização dos produtos e conciliar produção artesanal com as atividades extrativistas.

Darci Ribeiro (1995), conhecedor da alma sertaneja, relata em sua obra “O povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil”, o perfil do sertanejo, que ainda hoje reside nos sertões dos cerrados:

O sertanejo arcaico caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e à violência. E, ainda, pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro como o culto da honra pessoal, o brio e a fidelidade e suas chefaturas. (RIBEIRO, 1995).

As orientações foram administradas aos artesãos através de palestras sobre design, a comercialização de produtos o reconhecimento do território (identidade, cultura, meio ambiente, tradições entre outros valores locais). A compreensão dos conteúdos ocorre em atividades práticas diversificadas (montagem do mapa local, visitas turísticas ao entorno da comunidade, exercícios didáticos, leituras de poemas, música, debates, etc.).

As mulheres, produtoras rurais e os artesãos, das comunidades de Cana Brava e São Pedro de Bonfinópolis de Minas, recebem os materiais de outros grupos que executam a atividade extrativismo de materiais para o artesanato. Após a produção artesanal, os demais percursos para comercialização são executados pelo grupo solidários e associações locais. Como nesse caso, a estrutura da Economia Solidária visa ao modelo contrário da atual sociedade, que designa ao presidente e, em cadeia direta, a outros representantes o direito de usar o poder. A principal diferença está no repasse completo da representação, aniquilando a manifestação da sociedade.

O grupo de cooperados e outros membros do município de Chapada Gaúcha, em Minas Gerais, participaram do Curso de Beneficiamento de Frutos do Cerrado,

executado em parceria do CETEC e a “Coop – Sertão Veredas”, em janeiro de 2010. Esse curso aprimorou os conhecimentos da comunidade e buscou promover a qualidade dos produtos produzidos pela cooperativa local.

Para os produtores rurais participarem de cursos como este, é necessário apoio entre eles, do poder público local e das associações e cooperativas beneficiadas. O conhecimento e a participação do grupo fortalecem as relações internas. A Economia Solidária evita utilizar a competição no ensino, o saber é compartilhado e as famílias se ajudam mutuamente, no transporte, na alimentação ou na manutenção de suas propriedades.

4 Resultados

A Economia Solidária possui princípios básicos de solidariedade, autogestão e relações democráticas, viabilidade socioeconômica e cooperação, que devem ser privilegiados. O design identifica as possibilidades de atender aos objetivos do modelo socioeconômico, buscando as bases no mapeamento estrutural da instituição, seja ela de grande ou de pequeno porte.

Alguns fatores são relevantes, como a identidade do produto, o território de atuação, a visualização funcional, as parcerias e os desafios. Encontrar um elemento inovador, em sintonia com as possibilidades do produtor, é o desafio. Dos exemplos investigados, destacam alguns elementos, como:

- Buscar capacitação para os produtores: A Coop Sertão Veredas e as associações de moradores e artesãos de Bonfinópolis de Minas apostam na capacitação dos produtores, investindo não só em conteúdos para aprimorar a produção de doces e geleias, mas também, no aproveitamento dos resíduos dos insumos para fomentar o artesanato.
- Investir em novas técnicas e materiais: O grupo de bordadeiras e artesãos de Serra das Araras, depois de alguns anos desenvolvendo uma técnica que fosse compatível aos modelos idealizados, produziu modelos de produtos adequados ao consumidor.

Para cada grupo, associação, cooperativa ou quaisquer outras formas de corporações que utilizam dos princípios estabelecidos

pela Economia Solidária, encontraremos elementos inovadores.

Em novas experiências, os grupos solidários da agricultura familiar, as associações comunitárias e as cooperativas de trabalho, projetam-se no ambiente familiar, visando a recursos para a educação e aos direitos sociais. Têm como perspectiva a construção de um ambiente ético, socialmente justo e sustentável, excluindo o assistencialismo. Através das diversidades, atuando de formas diferenciadas, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativa associativa e solidária. Além disso, desperta alternativa estrutural de organização, resgatando valores como ética, justiça e solidariedade, e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado.

Conclusão

Conforme análises, a Economia Solidária representa um modelo de relações econômicas com princípios estabelecidos, adaptáveis a qualquer instituição, sociedade ou grupo de trabalho. Os resultados econômicos nem sempre apresentam efeitos em curto prazo, pois as bases devem se ajustar primeiramente.

Entender a importância do trabalho coletivo, participativo e comunitário, fortalece as relações humanas, sendo esta uma prática atual da sociedade ruralista brasileira. Registra-se a observação de que os consumidores do artesanato de pequenas comunidades devem valorizar, além das qualidades do produto, as raízes culturais e os benefícios da Economia Solidária. Incentivos governamentais se fazem necessários, não obstante a responsabilidade de valorizar a cultura, da identidade e do território, por toda sociedade, proporcionar respeito e condições dignas de sobrevivência, baseadas em experiências enriquecedoras de coletividade e cooperação.

Design e Inovação Social potencializam os impactos no encontro desses conceitos, tratando-se principalmente das possibilidades para a realidade brasileira. O Design contemporâneo é o eixo fundamental para o desenvolvimento de novos produtos e sistemas de serviços, considerando-o como base elementar nas estruturas de inovação.

Definem-se dois ângulos que apontam para o senso comum sobre a amplitude do

Design: o poder de impacto visual e as diversidades de utilidade. O desenvolvimento de produtos é a ignição da gestão da inovação, configurando-se como ponto de partida da criação para o conhecimento, formando laços com a Economia Solidária.

É importante relatar que, nessas atividades participativas, os ganhos são para todos os envolvidos. Para a equipe da pesquisa, a proposta serviu como mais uma motivação acadêmica, recordando do ditado popular: “mais importante do que dar o peixe, é ensinar a pescar”.

Uma associação ou cooperativa consegue se estabelecer em médio ou longo prazo, com efeitos econômicos que podem ser medidos ou quantificados. Trata-se de uma ideologia que vem ganhando espaço em todo o mundo e que busca resgatar o papel social das ciências econômicas.

Contudo ainda há muito que se pesquisar e aplicar em relações sociais justas, viáveis e sustentáveis. Busca-se resgatar valores morais e estabelecer limites entre a produção e consumo, com foco no ser humano, em projetos do design social. Prioriza-se a qualidade de vida, os recursos naturais e o ser humano, no trabalho solidário. Um bom negócio ou produto poderá permanecer com as mesmas características de produção, porém, entrelaçados com a Economia Solidária, contemplará novos meios para alcançar resultados sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Referências

- BARBOSA, A. S. *Cerrado - biodiversidade e pluralidade*. 2008. Disponível em: <<http://altairsalesbarbosa.blogspot.com/search?updated-min=2008-01-01T00%3A00%3A00-02%3A00&updated-max=2009-01-01T00%3A00%3A00-02%3A00&max-results=21>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- BARBOSA, Waldir. *Sociologia e trabalho: uma leitura sociológica introdutória*. Disponível em: <http://cefetgo.br/goiania/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias_historia_politica.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- BISTAGNINO, Luigi. *Design sistêmico: uma abordagem interdisciplinar para a inovação*. Trad. Lia Krucken. In: *Cadernos de estudos avançados em design e sustentabilidade II*. MORAES Djion de; KRUCKEN, Lia (Org.). Barbacena, MG: EdUEMG, 2009. p. 13-29.
- DAGNINO, Renato Peixoto. *Tecnologias sociais: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: Unicamp, 2009.
- ENGLER, R. C. *Estratégias para inovação sustentável*. In: *Cadernos de estudos avançados em design e sustentabilidade II*. MORAES Djion de; KRUCKEN, Lia (Org.). Barbacena, MG: EdUEMG, 2009. p. 65-78.
- ENGLER, Rita (Org.). *Design participativo: uma experiência no Vale do Jequitinhonha*. Barbacena: EdUEMG, 2010.
- FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. A Economia Solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não-capitalistas. *Revista Venezuelana de Economia Social*, ano 4, n. 8, dez. 2004.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Touro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOEHNE, Lidja M. L.; MADEIRA, Fernando A.; MOURÃO, Nadja M. *Dimorphandra Sp.: do extrativismo à produção integrada com base fitoecológica*. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFOP, 18. *Anais...* Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS NATURAIS E RENOVÁVEIS - IBAMA. Reserva Extrativista. *Populações Tradicionais*. 2003. Disponível em: <[hptt/www.ibama.gov.br/resex/pop.htm](http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm)>. Acesso em: 20 out. 2013.
- IBAMA/FUNATURA. *Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Brasília, julho de 2003.
- LIMA, Maria das Graças. *A dimensão subjetiva das Relações de Trabalho da Economia Solidária*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MANCÉ, Euclides. *A revolução das redes - a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MADEIRA, Fernando A. *Projeto de implantação de unidades de beneficiamento e comércio de produtos oriundos da base produtiva local*. CETEC/MG - Convênio n. 411/2007. Belo Horizonte: CETEC, 2008.
- MADEIRA, Fernando A.; CÈZAR, Eli. *Relatório técnico do projeto de implantação de unidades de beneficiamento e comércio de produtos oriundos da base produtiva local em Bonfínópolis de Minas*. Belo Horizonte: CETEC-MG, 2009.
- MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais*. São Paulo: Edusp. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MOURÃO, Nadja. M. *Janeiro doce na Chapada Gaúcha*. 2010. Disponível em: <http://www.chapadagaucha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=164>

;janeiro-doce-na-chapada-gaucha&catid=49:destaques-da-pagina-inicial-novas&Itemid=27>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. *Sustentabilidade na produção artesanal com resíduos vegetais: uma aplicação prática de design sistêmico no Cerrado Mineiro*. 2011. 206f. Dissertação (Mestrado em Design) – PPGD/Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NASCIMENTO, Edson. *Princípios da Economia Solidária*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

PAPANЕК, Victor. *Design for the Real World*. Chicago: Academy Chicago Publishers, 1984. Completely Revised Second Edition.

PENIN, L. *Strategic design for sustainable social innovation in emerging contexts: framework and operative strategies*. PHD Thesis, Politécnico de Milão. Milão, 2006.

PIANA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009. 233p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Dis-

ponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, Andre. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Claudia Lúcia Bisaggio. Moeda Social. In: CATTANI, A. D. et al. (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

SOUZA, Alzira Silva de. *Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas*. Rio de Janeiro: OCERJ, 1992.

O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade

The market for barkers and contributions to local development of a city

Les vendeurs du marché et contribuent au développement local d'une ville

Los vendedores callejeros y las contribuciones al desarrollo local de una ciudad

Luciano Mendes*

(mendes@usp.br)

Neusa Rolita Cavedon**

(neusa.cavedon@ufrgs.br)

Recebido em 24/10/2013; revisado e aprovado em 29/01/2014; aceito em 13/02/2014

Resumo: o objetivo neste artigo é o de evidenciar as implicações do mercado de camelôs no desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas, MS, com vistas a trazer elementos que relativizem o olhar sobre o trabalho dos camelôs. A pesquisa realizada se caracteriza como pesquisa qualitativa. Os resultados mostram que o mercado de camelô na região é de suma importância, tanto na oferta de produtos não encontrados no mercado formal, como na possibilidade de integração de um número de indivíduos ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado camelô. Desenvolvimento local. Cidade.

Abstract: The objective of this article is to highlight the implications of the market peddlers in local development of the city of Três Lagoas, MS, in order to bring elements that relativized the look on the work of street vendors. The research is characterized as qualitative research techniques. The results show that the market barker in the region is of paramount importance, both in the supply of products not found in the formal market, such as the possibility of integrating a number of individuals to the labor market.

Key words: Market peddlers. Local development. City.

Résumé: L'objectif de cet article est de mettre en évidence les implications des colporteurs de marché, le développement local de la ville de Três Lagoas, MS, afin d'apporter des éléments qui relativisés le regard sur le travail des colporteurs. La recherche se caractérise par des techniques de recherche qualitatives. Les résultats montrent que le colporteur de marché dans la région est d'une importance capitale, tant dans la fourniture de produits ne figurant pas dans le marché formel, comme la possibilité d'intégrer un certain nombre de personnes sur le marché du travail.

Mots-clés: Colporteurs de marché. Développement local. Ville.

Resumen: El objetivo de este artículo es destacar las implicaciones de los vendedores del mercado, el desarrollo local de la ciudad de Três Lagoas, MS, con el fin de aportar elementos que relativizan la mirada en el trabajo de los vendedores ambulantes. La investigación se caracteriza por técnicas cualitativas de investigación. Los resultados muestran que el vendedor de mercado en la región es de suma importancia, tanto en el suministro de productos que no se encuentran en el mercado formal, como la posibilidad de integrar a un número de personas al mercado de trabajo.

Palabras clave: Vendedores del mercado. Desarrollo local. Ciudad.

Introdução

O comércio popular costuma ser percebido de maneira negativa dentro do contexto urbano. Todavia, nem sempre, essa ótica se mostra como sendo verdadeira, posto que o comércio popular pode suprir lacunas existentes seja em relação à gama diversificada de produtos a serem oferecidos, seja em razão de a oferta de mercadorias ocorrer a preços mais acessíveis a determinadas camadas da população. Desconsiderar esses aspectos é olhar de maneira absoluta e estigmatizante para um comércio que, a despeito de qualquer crítica, vem se mantendo e atendendo a demanda da população, em especial, nas cidades cuja

afluência de determinados produtos ainda se mostra ausente ou insuficiente para suprir as necessidades dos cidadãos.

Duas vertentes nessa visão sobre a atividade de camelô devem ser salientadas, ao observar os papéis exercidos por esses sujeitos no desenvolvimento local. Uma vertente é a integração de um grupo de pessoas, muitas vezes constituído de excluídos ou marginalizados, aos processos econômicos. A possibilidade de obter renda através da economia informal tem sido uma das únicas possibilidades a uma gama de indivíduos e contribuído para o aumento nas condições de vida deste segmento da população. Uma outra vertente, mais vinculada à atuação desse

* Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), São Paulo, SP, Brasil.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/EA), Porto Alegre, RS, Brasil.

grupo, é de possibilitar a oferta diversificada de produtos no mercado local. Produtos esses que, muitas vezes, não são encontrados no mercado formal local. Tendo em vista que a possibilidade de consumo de uma população é um dos fatores de manutenção desse grupo em uma localidade, exercer esse papel de ofertante de produtos diversos ao mercado configura-se como algo relevante.

É com essa abordagem que o presente artigo busca tratar das questões que envolvem o desenvolvimento local. A partir de diferentes abordagens teóricas, o objetivo neste artigo é o de evidenciar as implicações do mercado de camelôs no desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas, MS, com vistas a trazer elementos que relativizem o olhar sobre o trabalho dos camelôs. Para atingir esse objetivo, a técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista semiestruturada, a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, descritivo. Antes de abordar essa questão metodológica, foi necessária uma discussão mais abrangente sobre o conceito de desenvolvimento local. Nos próximos itens esse universo (teórico/empírico) será descortinado.

O conceito de desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento local, da forma como surge a partir da década de 1990, possui suas principais características atreladas à ideia de desenvolvimento econômico (como uma crítica a esse modelo de desenvolvimento), que tinha sido alvo das discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países capitalistas, assim como das ideias sobre centro e periferia nos processos econômicos (FURTADO, 2007). O ponto fulcral em que se baseavam as teorizações (sobre o desenvolvimento econômico), antes da década de 1990, estava assentado sobre a modernização, as tecnologias desenvolvidas e a estrutura industrial existente nos países, implicando a classificação dos países em desenvolvidos, e aqueles qualificados como subdesenvolvidos (GOULART, 2006).

Não é possível negar que o conceito de desenvolvimento local nos dias atuais, apesar das metamorfoses existentes no próprio conceito de desenvolvimento (desenvolvimento sustentado, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento integrado, desenvolvimento

regional, etc.), não escapou aos ditames econômicos. O que ocorreu foi a integração de outros aspectos para que houvesse a qualificação necessária ao termo desenvolvimento local, como o fato de inserir nessas discussões os atributos sociais, ambientais e culturais (MARTINS, 2002; SENRA, 2010).

O termo desenvolvimento local surgiu como a possibilidade ou mesmo contraponto em relação a todo aparato teórico que se tinha sobre o desenvolvimento econômico, que passou a ser visto como crescimento econômico. A intenção era – no entremeio a todo processo de descentralização da administração pública, da impossibilidade dos Estados conduzirem, de forma geral, os processos de desenvolvimento e das restrições evidentes nos modelos de desenvolvimento econômico – de possibilitar a localização de formas peculiares de desenvolvimento. Essas formas peculiares de desenvolvimento, observadas no nível local, pressupunham as capacidades que os grupos sociais tinham de obter a sustentação econômica, social e ambiental de suas práticas (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006).

Fischer (2002a) salienta que o “local” está ligado a duas ideias que conduzem à ambiguidade: uma referente à inércia, e outra, ao movimento. Em um sentido estrito, salienta essa autora, o “local” surge como um espaço delimitado, com características estáticas; e, também, numa relação direta com o global, o que instaura mudanças constantes nas relações estabelecidas entre os atores. Assim, o localismo nas discussões sobre desenvolvimento permitia uma crítica aos processos evolutivos e também à comprovação de heterogeneidade nas constatações sobre o que seria desenvolvimento. Fischer (2002a) relata que a polissemia existente sobre o tema desenvolvimento local estava direcionada, principalmente, em relação à heterogeneidade, que conduzia os estudiosos a apropriações diversas sobre o termo desenvolvimento local.

Na análise desenvolvida por Barbosa e Mito (2007), fica claro que essa metamorfose conceitual está diretamente ligada ao fato do desenvolvimento local ser uma “prática sem teoria”. Esses autores procuram elucidar que as vertentes sobre o significado de desenvolvimento local passam por uma gama de fatos empíricos, que conduzem a apropriações diversas, sem que isso incorra – mesmo que o

autor tenha uma visão teórica que subjaz a sua análise – em construções teórico-conceituais. Por esse motivo, as concepções de desenvolvimento voltadas para o “local” surgem através de três instâncias, conforme salientou Fischer (2002a), que são: poder enquanto relações de força; o conceito de espaço delimitado e formação de identidade; e, práticas específicas. Essas três instâncias é que mostram a possibilidade de ênfase no local, em face da diversidade de manifestações e relações em espaços sociais compartilhados.

O conceito de desenvolvimento local aparece também “travestido” pelos pressupostos ideológicos de várias instituições. Como mostra Almeida (2010), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vincula desenvolvimento local à segurança alimentar; a Organização das Nações Unidas (ONU) constitui o desenvolvimento local a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), procurando substituir os índices mais economicistas, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB) per capita; o SEBRAE atrela as discussões sobre o desenvolvimento local à integração de diversos setores produtivos, formados pelo estímulo e fortalecimento das micro e pequenas empresas; e o SENAC analisa o desenvolvimento local a partir de estratégias da comunidade em utilizar seus recursos e potencialidades para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Apesar dessa polissemia conceitual, alguns fatores perpassam as discussões de vários autores sobre o que vem a ser desenvolvimento local. Primeiro, uma preocupação com o social, em argumentações que evidenciam a necessidade de inclusão social, diminuição das desigualdades, ampliação do acesso a bens e serviços (públicos e privados), redução da pobreza, entre outros (COELHO, 2004; MULS, 2008; SENRA, 2010). Segundo, a integração da dimensão ambiental, em que a intenção é diminuir os impactos ambientais e os desperdícios, assim como gerar proteções e conservações dos recursos naturais (SANTOS JUNIOR, 2001; SACHS, 2004). Terceiro, é a preocupação com as micro e pequenas empresas e com o potencial que emana das comunidades (MARTINELLI; JOYAL, 2004; LUCAS, 2006).

Assim, fica evidente nessa breve retrospectiva teórica sobre desenvolvimento

local, a necessidade de fortalecimento dos empreendimentos ou ações desenvolvidas em determinadas comunidades (ou cidades) como fator significativo em termos de preocupação acerca do desenvolvimento local. Ainda nesse contexto, como essa diversidade de práticas não torna o “local”, em suas dimensões internas, homogêneo, fica evidente que o desenvolvimento local é produzido por atores diversos e práticas múltiplas, que deem sustentação ao processo de melhoria econômica, de diminuição na desigualdade social, de aumento na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços. Seria ilusório pensar que todas essas vertentes fossem implantadas e conduzidas por estruturas únicas, como os governos locais. São os atores nesse processo que permitem contribuições diversas em cada etapa e com propósitos diferenciados, mas integrados ao desenvolvimento local.

Por esse motivo, ao elucidar aspectos ligados ao desenvolvimento local, alguns autores, como Oliveira (2001), Senhora e Takeuchi (2005) e Almeida (2010), salientam que, além dos aspectos econômicos, ainda existe um processo de articulação social que visa a: inserção de todos os segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e política-culturais; geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; harmonização e regulação das relações entre cidadão, comunidade e empresa em seu contexto socioambiental; e construção da sustentabilidade econômica das atividades locais. Na visão de Fischer (2002a), não há como falar de desenvolvimento local sem referência a conceitos como pobreza, miséria, exclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade.

Dessas articulações, outros autores têm enfatizado a importância e o fortalecimento das micro e pequenas empresas (MARTINELLI; JOYAL, 2004), do empoderamento das organizações locais e do poder local (FISCHER, 2002b) e do surgimento e efetivação do capital social (BAQUERO; CREMONESE, 2008; MULS, 2008). No que tange ao fortalecimento das micro e pequenas empresas, as discussões sobre redes de empresas (MARTINELLI; JOYAL, 2004; MARTINS, 2002) e arranjos produtivos locais (COELHO, 2004; REIS, 1988) tomam a cena na promoção do desenvolvimento local. Muito dessas iniciativas surgem à margem do Estado e sem

incentivos, consolidando-se antes mesmo de tornarem-se objeto de atenção por parte do poder público local.

Ainda, as discussões sobre o empoderamento das organizações e do surgimento do poder local estão atreladas ao fortalecimento dos atores locais, no que tange às interferências nas ações desenvolvidas pelo poder público, assim como na condução e efetivação das potencialidades existentes na comunidade local (FISCHER, 2002b; ALBAGLI, 2006; LUCAS, 2006).

A teoria sobre o capital social, discutida inicialmente por Putnam (2000), considera aspectos como: o grau de confiança existente entre os atores sociais, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade característico. Para o referido autor, o capital social (as redes, as normas e a confiança) facilita a coordenação e cooperação em vista de benefícios mútuos em determinadas comunidades. O que fica nítido nessas aproximações, por exemplo, entre desenvolvimento local e capital social ou poder local, é sempre a possibilidade aberta de que os atores locais possam desenvolver estratégias que possibilitem aumento na qualidade de vida, diminuição das desigualdades sociais na região ou na comunidade, acesso a bens e serviços, diminuição nos níveis de pobreza, entre outras soluções.

Método

Esta pesquisa se caracteriza como sendo de cunho qualitativo, descritiva. A pesquisa qualitativa visa responder a questões do tipo “como” ou “por quê” os eventos ou fenômenos ocorrem (BERG, 2006). É uma pesquisa que se preocupa com a profundidade e amplitude das informações e menos com a contagem das opiniões e de respostas pré-elaboradas pelo pesquisador (NEUMAN, 2007). Além disso, procura compreender os eventos ou fenômenos a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, deixando que os sujeitos possam construir seus significados dentre os elementos que eles dominam (FLICK, 2009).

A utilização da pesquisa descritiva tem a intenção de isentar o pesquisador de maiores inferências sobre as informações obtidas (LAKATOS; MARCONI, 2002). Não no sentido de ser “neutro” na descrição do pro-

cesso, mas no sentido de não ter a obrigação de explicar as relações causais dos eventos ou de ter a obrigação de encontrar respostas prontas e acabadas no desenvolvimento da pesquisa (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002). A pesquisa descritiva, integrada à pesquisa qualitativa, é utilizada neste artigo a partir da ideia de “construção social da realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1985), o que mostra que as ações, os papéis e as visões estão sempre em modificação, são dinâmicas, não permitindo conclusões ou constatações imutáveis, cristalizadas (SILVERMAN, 2010).

Como técnicas na pesquisa qualitativa foram realizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas, como salientam Fontana e Frey (2000), incluem ampla variedade de formas e também uma multiplicidade de usos. A entrevista semiestruturada, salientam esses autores, é formada por questões pré-estabelecidas ou roteiros de entrevista, mas não de categorias de respostas prontas, objetivas, ficando em aberto para o entrevistado a resposta a ser considerada. Como salienta Minayo (1996, p. 121), “quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas, de representações de determinado grupo social, ou quando se trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente”.

Por esse motivo, para uma apreensão das práticas e dos papéis realizados pelos camelôs na cidade de Três Lagoas, MS, houve a necessidade de conduzir entrevistas com três camelôs, denominados ficticiamente no decorrer deste trabalho de: **Camelô1**, **Camelô2** e **Camelô3**. Além desses, ainda foram feitas entrevistas com três clientes assíduos do mercado de camelôs, sendo denominados: **Cliente1**, **Cliente2** e **Cliente3**. No que tange ao representante da prefeitura, foi realizada entrevista com o antigo Secretário da Indústria e Comércio, que participou ativamente, durante 6 anos, de todo processo de transferência dos camelôs e da constituição do mercado camelô na cidade de Três Lagoas, denominado: **Secretário1**.

As entrevistas foram analisadas a partir da análise de conteúdo qualitativa (MAYRING, 2000). Essa forma de análise visa obter uma perspectiva mais qualitativa do *corpus* de entrevista, diferente da análise de conteúdo tradicional, em que costuma haver a contagem e atribuições entre os elementos

que compõem o texto. Mayring (2000) salienta que existem três formas de se realizar a análise de conteúdo qualitativa. A primeira é a “sumarização”, na qual a intenção é reduzir o material de tal maneira que restem apenas os conteúdos essenciais. A segunda é a “explicação”, que possui como objetivo de integrar materiais adicionais para a melhor compreensão, esclarecimento e interpretação do *corpus* em estudo. A terceira é a “estruturação”, que se realiza através do recorte no *corpus* ou material escolhido, tendo em vista critérios preestabelecidos.

Como os conteúdos essenciais das entrevistas estão ligados aos papéis dos camelôs no processo de desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas, então a forma de análise de conteúdo qualitativa foi a sumarização. Dito isso, o próximo passo será o de apresentar os resultados e discussão sobre as informações geradas no âmbito da pesquisa.

Sobre a cidade em estudo

A cidade de Três Lagoas está localizada no extremo leste do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal região foi habitada e desbravada, inicialmente, por bandeirantes paulistas, em reconhecimento do território nacional, assim como pela busca de novas áreas destinadas à pecuária extensiva. Após esse processo de desbravamento inicial dessa região, ocorreu a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), com o objetivo de escoar produtos do Centro-Oeste brasileiro para as regiões mais povoadas do Sudeste e do Sul. Para a construção dessa estrada de ferro, foi erguido um acampamento de engenheiros e, logo em seguida, um novo povoado surgia naquele lugar. A partir desse povoado, em 1914, foi criada a vila de Três Lagoas, que obteve emancipação política e territorial em 1916 (QUEIROZ, 2004).

Os primeiros ambulantes surgiram, na cidade, junto com a constituição do primeiro povoado, impulsionados pelas necessidades de alimentos e bebidas naquela região. Outra parte era produzida e gerada na própria região, através de uma agricultura destinada à subsistência. Com a constituição da cidade, os primeiros comércios se instalaram na região central, dada a demanda que surgia na cidade. Assim, o mercado ambulante sempre esteve

efetivo e foi parte da lógica de desenvolvimento de muitas cidades, e no caso de Três Lagoas não foi diferente (CORREA, 1999).

O mercado de camelôs, especificamente, instalou-se na região central da cidade em meados da década de 1990, oferecendo produtos contrabandeados do Paraguai. Nessa época, ainda se misturavam os ambulantes e os camelôs, com a prerrogativa de que os últimos possuíam ponto fixo em várias calçadas da cidade. Alguns dos camelôs que surgiram na mesma época eram provenientes de outras regiões do país, muitos trabalhavam como ambulantes e resolveram se instalar na cidade. Com essas primeiras manifestações é que algumas pessoas já residentes na cidade resolveram também se inserir nesse mercado, por conta do desemprego e de um número significativo de pessoas que se aposentavam pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB).

A atração e instalação do mercado de camelôs na cidade ligam-se diretamente ao processo de industrialização que começou a ocorrer no município. Em meados da década de 1990, tendo em vista o potencial logístico e posicionamento estratégico da cidade de Três Lagoas, isso fez com que o Prefeito e o Secretário da Indústria e Comércio fossem buscar investimentos na expansão industrial do município. Dados os incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul, junto com as iniciativas e incentivos da própria prefeitura de Três Lagoas, em 1997 iniciou-se o processo de industrialização do município, com a atração de empresas diversificadas (MARTIN, 2000).

O crescimento industrial da cidade revela-se pelo número de habitantes e pela geração de empregos. Em 1990, a cidade tinha 65.748 habitantes. Em 2000, após as primeiras iniciativas de industrialização, a cidade passou a acolher 85.886 habitantes. Em 2013, a cidade possuía 105.224 habitantes. Em períodos médios de 10 anos, a cidade agregou cerca de 20.000 habitantes. Em 2013, passou a ser a terceira cidade com maior número populacional do Estado do Mato Grosso do Sul, perdendo apenas para a capital, Campo Grande, com 805.397 habitantes, e para Dourados, com 200.729 habitantes (IBGE, 2013).

Com relação à geração de empregos, em 2004, o sistema industrial instalado na cidade gerava cerca de 2.500 mil empregos diretos.

Após 2006 e até 2013, a cidade vem atingindo os maiores índices de novos empregos no Estado do Mato Grosso do Sul. Nos três últimos anos, tem despontado em primeiro lugar na geração de empregos. Dados do Governo do Estado mostram que no último trimestre de 2013, Três Lagoas gerou 790 novas vagas de empregos, enquanto Dourados, segunda maior cidade do Estado, gerou 486 novas vagas de empregos. A capital, Campo Grande, ficou em quinto lugar, com apenas 199 novas vagas (CAGED, 2013).

Apesar de todo esse potencial, o crescimento da cidade e da industrialização ocorreu em um curto espaço de tempo, pouco mais de 15 anos. Nesse período, a população da cidade quase dobrou, e a estrutura urbana não conseguiu acompanhar todo esse crescimento. Apesar de o mercado formal de emprego estar em amplo crescimento no município, o que tem atraído um contingente populacional significativo, em termos de mercado de abastecimento geral de produtos destinados às famílias, não houve um crescimento capaz de acompanhar aquele iniciado com o processo de industrialização. Diante desse déficit no comércio é que os camelôs passaram a ser atores-chaves, no sentido de abastecer as famílias que passaram a residir na cidade, de produtos não encontrados no mercado local. Esse assunto será discutido no próximo tópico.

O mercado de camelôs na cidade de Três Lagoas, MS

Ao ter contato com a história do mercado camelôs de Três Lagoas, contada pelos camelôs e pelos sujeitos que, no início das atividades naquela cidade, estabeleciam algum tipo de relação com os camelôs (como é o caso do antigo Secretário da Indústria e Comércio), ficou evidente que as atitudes dos camelôs, naquela época, tinham sido mais ativas, no processo de venda dos produtos. Os camelôs realizavam um assédio constante sobre os possíveis consumidores que transitavam próximos às barracas instaladas nas calças em frente aos bancos e às lojas de varejo existentes no centro da cidade.

Na época nós precisávamos resolver o problema dos camelôs no centro da cidade, porque a cidade estava suja, feia e você

não conseguia andar pelas calçadas. Porque, além deles [os camelôs] ocuparem as calçadas, tinha o assédio que eles faziam nas pessoas. Então você estava andando e o pessoal puxando você para dentro das barracas. (Secretário1).

Nesse trecho da entrevista, fica evidente que a atitude dos camelôs que ocupavam a área central da cidade era totalmente diferente daquela que eles possuem hoje. Isso porque nos dias atuais todo esse assédio não ocorre mais, as pessoas que transitam próximo ao mercado de camelôs não são importunadas. Há possibilidade de várias explicações para isso, mas a que mais se tornou evidente foi a da centralidade desse mercado no contexto da cidade de Três Lagoas.

Na mesma linha salientada pelo entrevistado (Secretário1), também os camelôs entrevistados tocavam no assunto de maneira semelhante. Esses camelôs diziam que assediavam os consumidores naquela época, pois era uma forma de vender.

Como a gente estava incomodando no centro, nas portas dos comerciantes, eles viram que estávamos incomodando e mandaram a gente para cá. Mas lá era bom, porque cada um tinha um ponto certo também. Tirávamos a barraca no final do dia, mas cada um tinha seu ponto e montava a barraca no mesmo lugar. Como era mais no centro, a gente tinha um número grande de clientes. Conquistávamos os clientes na porta do banco. Não tinha um que não comprava de mim... (risos)... Era uma briga para conquistar os clientes. Depois era só vê-lo e ir logo perguntando se não estava precisando de algo. Eu sabia o nome de cada cliente meu. Tinha uma agendinha, assim, que eu anotava tudo... (risos) ...Anotava até quem comprava mais... (risos)... Era muito bom! (Camelô1).

Esse fato pode ser interpretado ao ter-se presente a situação econômica e social em que as pessoas viviam, naquela época, na cidade de Três Lagoas, ou seja, justamente em um período anterior ao processo de industrialização. Após esse período, os camelôs foram retirados das calçadas que ocupavam no centro e transferidos para outro local, também próximo ao centro, onde foram mais bem acomodados. Nesse novo local, a prefeitura organizou toda a estrutura de instalação para que o mercado de camelôs ficasse fixo naquele local, sendo proibidos de se instalarem

novamente nas calçadas do centro da cidade. Essa transferência, que ocorreu no início do ano 2000, impactou significativamente – pelo menos inicialmente – as vendas dos camelôs.

Quando a gente veio para cá não tinha nada. Era um paradeiro e a gente veio da rua, né? A gente ficava na frente do banco. A gente já pegava o cliente na frente do banco... (risos)... Aí a gente veio para cá e uns três meses, assim, não passava ninguém aqui... Aí depois o pessoal começou a vir e hoje aqui é um ponto turístico da cidade. Aqui não tem quem não venha. A gente tem cliente das classes A até a E. De todas as categorias. O rico, o pobre e o médio. Vêm todos comprar nos camelôs... E a gente tem clientes da alta sociedade... (risos)... (Camelô2).

A ênfase dada nesse trecho da entrevista de que um número significativo de pessoas da cidade consome produtos do mercado de camelôs, mostra que este não é um mercado marginalizado – particularmente na cidade de Três Lagoas – em relação ou em comparação ao mercado de varejo formal. Esse mercado de camelôs, até pela ampla capacidade de abastecimento da demanda local por produtos diversos, possui uma centralidade interessante, pois grande parte dos produtos de consumo das famílias é abastecida por esse mercado.

Não foram raras as vezes em que os próprios camelôs diziam que ali era um lugar onde se vendia de tudo. Um dos entrevistados, que também é um dos mais antigos camelôs presente naquele lugar, com mais de 20 anos de profissão, salientou que:

Por mim, eu passo o resto da minha vida aqui. Aqui a gente vende bem. A gente já tem a clientela. Aqui pelo menos a gente sabe que a gente vende. [...] Mas você sabe que eu acho que onde o camelô estiver o povo vai atrás...vai! vai!... Aqui no camelô você acha de tudo... desde uma agulha a um... tudo que você pensar aqui no camelô tem (Camelô3).

Essa frase – “aqui no camelô você acha de tudo” – não representava somente um jargão, mas uma realidade. A quantidade de produtos comercializados naquele local é grande, e vai desde bancos e almofadas para sofás, passando por malas e artefatos para pesca, até ervas e produtos naturais. Isso para mostrar somente as coisas mais exóticas que eram comercializadas naquele local. Não há restrições. Existem produtos para piscinas,

roupas variadas, tênis e sapatos, eletroeletrônicos, computadores, perfumes, vídeo games e jogos, televisores e antenas e também componentes variados.

Devido ao fato de a cidade não possuir um comércio amplamente estruturado, o mercado de camelôs supre em muito as necessidades ali existentes. Por mais que a primeira impressão fosse de que esse mercado era marginalizado, com uma série de pessoas em condições econômicas desfavoráveis, ou que era um mercado que concorria com o comércio vendendo produtos de baixa qualidade a um preço mais acessível, muito disso foi sendo desconstruído.

Em relação ao mercado de varejo formal, os camelôs possuem produtos exclusivos, que são encontrados somente ali. Nas três entrevistas com os clientes do mercado camelô, em todas elas, essas questões sobre a exclusividade de produtos que os camelôs tinham, ficaram evidentes. Isso pode ser visto nos fragmentos abaixo.

Tem produto que só se encontra lá nos camelôs. Você já nem procura, vai direto ao camelódromo. Não, e eu faço questão de ir nas lojas. Esses dias quebrou o transformador do meu telefone sem fio. Eu passei em todas as lojas de eletroeletrônicos. Em todas as lojas! Sabe o que aconteceu? Todas elas me indicaram o camelódromo! Entendeu? E logo vão dizendo que somente os camelôs que tem e que você só vai encontrar lá. Se você quiser comprar numa loja regularizada, vai ter que ir em outra cidade comprar, porque aqui só tem nos camelôs (Cliente1).

Manutenção de eletrodoméstico. Liquidificador. Geladeira. Processador antigo. Você precisa da borrachinha do processador, você vai lá e encontra. Só ali que tem. Você precisa de um copo para o liquidificador que quebrou, só ali que tem. No comércio daqui você não encontra. E vou te dizer mais, eles nem fazem força para ter. Não sei se são produtos que dão menos lucro, mas nem precisa gastar combustível e procurar no comércio. Tem que ir direto nos camelôs (Cliente2).

Camisa de clube, por exemplo. Camisa de clube, se você for comprar original é um absurdo. Não dá para comprar. Daí você vai lá no camelódromo que tem e você nem nota muito a diferença. Você ainda no comércio aqui não encontra muitas camisas. Lá você encontra de tudo quanto é time. Aqui nas

lojas você encontra só de alguns times. Lá não, você encontra de tudo (Cliente3).

Essas entrevistas mostram que muitos dos produtos consumidos na cidade de Três Lagoas são provenientes, em exclusividade, do mercado camelô. Com isso, fica fácil concluir a importância e centralidade desse mercado como sustentáculo no consumo das famílias que lá residem. Provavelmente, os custos familiares na cidade de Três Lagoas seriam altos se não houvesse o mercado de camelôs, pois muitos produtos seriam adquiridos em outras localidades. Mas não é somente isso, é uma questão também de fixação das famílias e dos empregados na cidade, pois sendo deficitário o mercado de varejo local, muitas famílias poderiam ter como opção residir em outros municípios. Isso geraria um impacto negativo no processo de industrialização e na absorção de mão de obra qualificada. Essa centralidade e essa demanda em relação aos produtos comercializados nesse mercado estão diretamente vinculadas a esse processo de industrialização. Com o intuito de compreender essa dinâmica na cidade em estudo, no próximo tópico será discutido o papel do mercado camelô no desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas, MS.

Desenvolvimento local e o papel exercido pelo mercado camelô

A aproximação entre as discussões sobre o desenvolvimento local com o caso dos camelôs de Três Lagoas não foi ao acaso. Primeiro foi a verificação de o mercado possibilitar a integração de um contingente de pessoas à economia. Segundo foi a constatação da centralidade desse mercado no município. Essa centralidade ocorre de diversas formas, mas a principal é a capacidade de abastecimento de uma série de produtos que não são encontrados no comércio local. Estando integrado ao comércio local, o mercado de camelôs supre o município de vários produtos, tanto de necessidades mais básicas quanto de produtos supérfluos. O fato é que o mercado de camelôs de Três Lagoas, MS não atende somente o consumidor final, mas atende também outros comerciantes que utilizam insumos adquiridos através dos camelôs. Como exemplo, muitos produtos são consumidos por pequenas empresas de

serviços que realizam consertos em eletrodomésticos/eletrônicos.

Essa centralidade do mercado é que torna evidente sua contribuição no desenvolvimento local, que se expressa através do abastecimento de produtos essenciais ou não para uma comunidade que vivencia amplo processo de industrialização; assim como contribui para a manutenção de insumos necessários à prestação de serviços realizados por pequenas empresas da região; e também gera emprego e renda para uma parcela da população municipal que não integra o mercado de emprego formal. Além disso, o camelódromo possibilita, através dos baixos preços, que um número significativo da população municipal tenha a possibilidade de consumo.

Como bem expôs Miller (2007), as teorias sobre o consumo enfatizam, em grande parte, os fatores negativos, deixando à margem implicações reais de que o consumo possui seu significado atrelado à cultura material, que permite acesso e que produz relações sociais e formas de sociabilidade. Apesar de o consumo, na forma como é realizado nos dias atuais, ter suas expressões mais evidentes no sistema capitalista, como salientou Barbosa (2004), a visão discutida por Miller (2007) sobre a materialidade cultural do consumo procura enfatizar que este (o consumo) sempre esteve na base das sociedades humanas.

O trabalho de Miller (2007) mostra que existem formas regionalizadas de consumo, que estão além ou aquém do consumo enquanto atendendo a necessidades básicas ou enquanto manifestação de um fetichismo publicitário. Que ambas as coisas podem [ou mesmo] possuem sua parcela de influência neste processo, o que Miller (2007) procura destacar é que o consumo em si não se reduz apenas a uma dessas vertentes, transfigurando-se ou mesmo alterando seu significado em grupos sociais diferenciados ou comunidades.

Ao estudar o mercado de camelô na cidade de Três Lagoas, MS é visível, numa rápida apreensão, que o consumo dos produtos está diretamente influenciado por um fetichismo publicitário ou mesmo que grande parte dos produtos consumidos é destinada ao atendimento de necessidades básicas. Apesar de não ser possível negar todas essas influências no processo de consumo, ainda existem formas de sociabilidade e de

relações pessoais as quais desmistificam alguns atributos negativos que fazem parte das representações sociais desse mercado. Especificamente no caso de Três Lagoas, os clientes salientaram questões relacionadas à qualidade dos produtos, à cordialidade dos camelôs, ao pronto atendimento, entre outras.

Mesmo que à margem da legalidade e da formalidade, o comércio de camelôs tem contribuído com a disseminação de uma série de produtos que, com maior ou menor importância, vem possibilitando um nível significativo de consumo, assim como o acesso de um número de pessoas a produtos que antes não lhes era viável obter. Problemas relacionados à legalidade e à formalidade estão em todos os segmentos econômicos. No mercado de camelôs, de forma geral, esses problemas são mais evidentes, dada uma série de outros problemas (por exemplo a não existência, no passado, de um lei endereçada ao microempreendedor individual ou mesmo a falta de informações claras sobre a abertura de uma empresa), que não somente o de um grupo social oportunista tentando obter maiores lucros através do comércio informal ou ilegal.

Dito isso, na tentativa de suprir ou mesmo diminuir o hiato econômico e social existente na região de Três Lagoas, MS, empreendimentos como o mercado de camelôs foram de importância central na possibilidade de acesso das pessoas que se instalavam naquela região a uma diversidade de produtos que não era encontrada no comércio local. O processo de industrialização que passou a ocorrer na cidade de Três Lagoas, MS nos últimos anos, criou um hiato no abastecimento de produtos no mercado local que foi, gradativamente, suprido pelo mercado de camelôs. Esse papel no abastecimento é evidente no caso dos camelôs dessa cidade, o que tem contribuído com o desenvolvimento local da região. Nas discussões sobre o desenvolvimento local, estão expressas peculiaridades locais (FISCHER, 2002a), diversidades de ações e atores (ALMEIDA, 2010), ênfase nas atitudes ou práticas micro (BARBOSA; MIOTO, 2010), entre outras, que contribuem para o desenvolvimento de uma localidade ou região (SENRA, 2010).

As limitações na atuação e no papel exercido pelo mercado de camelôs são evidentes apenas no que tange às questões voltadas à

sustentabilidade, à proteção e à preservação do meio ambiente. Isso porque esse mercado possibilita o empoderamento da comunidade local (FISCHER, 2002b), através da integração de um contingente de pessoas ao mercado de trabalho e à economia (mesmo que informal), assim como o consumo de produtos diversos (mesmo que alguns provenientes de um fetichismo publicitário) e que, em termos de valores, são adequados ao poder aquisitivo da população municipal. Com isso, esse mercado contribui também para a promoção da justiça social (MULS, 2008) e redução da pobreza (FISCHER, 2002a), como já salientado, através de uma opção em termos de trabalho para as pessoas “excluídas” ou “marginalizadas” do mercado formal (aposentados, analfabetos ou com baixa escolaridade).

Sendo a ideia de que o desenvolvimento local é realizado por vários atores e de forma heterogênea (SENHORA; TAKEUCHI, 2005; ALBAGLI, 2006), o mercado de camelôs se constitui como mais um ator nesse processo e, por isso, não é de se esperar que eles [os camelôs] deem conta de todas as ações regionais que possibilitem a variedade de atributos que congregam o conceito de desenvolvimento local.

Além disso, no caso específico da cidade de Três Lagoas, MS – e também de muitas outras cidades brasileiras –, o processo de desenvolvimento econômico e social não ocorreu de forma amplamente estruturada, no sentido de que, para o surgimento de um parque industrial, eram necessários determinados pré-requisitos ou estruturas que, efetivamente, possibilitassem o desenvolvimento sustentado das iniciativas que seriam constituídas.

É visível na história econômica brasileira (FURTADO, 2007) uma série de empreendimentos conduzidos, muitas vezes pelo poder público, os quais dispunham do mínimo [ou nem isso] capaz de constituir um crescimento inicial em determinadas áreas [o modelo de substituição de importações é um exemplo nítido dessa afirmação – para saber mais sobre esse modelo ver Furtado (2007)] e que depois permitiu o desenvolvimento e sustentação das atividades.

Três Lagoas, MS não foi exceção a essa regra, pois a preocupação do poder público no início do processo de constituição de um

parque industrial na cidade – conforme entrevista realizada com o Secretário¹ – era com a instalação das empresas na região, sem preocupação evidente em termos de estruturas econômicas e sociais capazes de dar suporte a toda mudança [econômica, ambiental e social] que, ao serem conduzidas, produziriam na cidade.

Por esse motivo, houve um ajustamento constante dos sujeitos integrantes a esse processo para suprir e conceder o mínimo de recursos necessários à comunidade existente na região. Os camelôs existentes ali cumpriram parte desse papel, na tentativa de abastecer o mercado local com produtos que antes não eram encontrados, ao mesmo tempo em que o exercício desse papel era algo convidativo a uma parcela da população local que observava uma oportunidade de emprego e renda.

Assim, por mais que aspectos como ilegalidade e informalidade sejam evidentes no contexto da atividade de camelô, o que tem impulsionado o poder público local à formalização e à legalização dessa atividade, esses atores [os camelôs], particularmente naquela localidade, foram e são de suma importância para o desenvolvimento local. O que ficou visível também no caso dos camelôs de Três Lagoas foi todo um movimento do poder público local e do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para formalizar e legalizar, assim como profissionalizar a categoria de camelô. Tal ação busca atingir o fortalecimento das micro e pequenas empresas na localidade visando configurar atuações centrais para o desenvolvimento local (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Esses são ganhos interessantes que o camelódromo acabou ocasionando na região e que, de uma forma ou outra, impactam, direta ou indiretamente, em alguns pressupostos impulsionados no contexto do desenvolvimento local, como, por exemplo, a diminuição das desigualdades em termos de consumo e a possibilidade de aumento no poder aquisitivo através dos menores preços praticados. Mesmo que muitos dos produtos oferecidos pelos camelôs sejam falsificados ou replicados (estimulados por um fetichismo publicitário) de produtos consumidos por uma elite, muitos outros produtos atendem necessidades básicas [sabonetes, shampoos,

alimentos enlatados, biscoitos, entre outros] e domésticas [artefatos em geral de cama, mesa e banho] da população existente na região. Para finalizar esse percurso, vale salientar algumas considerações finais.

Considerações finais

O objetivo neste artigo foi o de evidenciar as implicações do mercado de camelôs no desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas, MS, com vistas a trazer elementos que relativizem o olhar sobre o trabalho dos camelôs. Assim, o fortalecimento dos empreendimentos ou ações desenvolvidas em determinadas comunidades (ou cidades) constitui um dos principais vetores para a análise do desenvolvimento local.

Ainda nesse contexto, como essa diversidade de práticas não torna o “local” homogêneo, em suas dimensões internas, fica evidente que o desenvolvimento local é produzido por atores diversos e práticas múltiplas, que buscam dar sustentação ao processo de melhoria econômica, de diminuição na desigualdade social, de aumento na qualidade de vida e de acesso a bens e serviços.

Foi dessa constatação que ficou evidente, para além dos problemas elucidados sobre a atividade de camelô de Três Lagoas (problemas de ilegalidade e informalidade), a contribuição desse mercado para o desenvolvimento local, em especial por dois fatores. O primeiro ligado ao processo de crescimento industrial efetivado na cidade, no qual os camelôs supriam produtos que não eram comercializados ou que o comércio local não dispunha ou tinha interesse em vender. O segundo, decorrente dessa centralidade do mercado na cidade, foi a possibilidade de integrar um contingente de pessoas que estavam “excluídas” ou “à margem” dos processos econômicos, tornando o próprio mercado uma possibilidade importante de emprego e renda na cidade de Três Lagoas, MS.

É nesse sentido que o mercado de camelô contribui para o desenvolvimento local da cidade de Três Lagoas. Isso devido ao fato de que a cidade passou, nos últimos anos, por um intenso processo de industrialização, na tentativa de ser a cidade com a maior concentração de indústrias na área de papel e celulose. Por esse motivo, houve a atração

de mão de obra, o que dobrou a população da cidade. Isso tornou o mercado de consumo de bens e serviços deficitário. Foi neste panorama de deficiências que os camelôs passaram a atender a algumas das necessidades dessa população em crescimento.

Referências

ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 14-22, abr./set. 2006.

ALMEIDA, F. A. *Desenvolvimento local: fundamentos para uma crítica marxista*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. *Desenvolvimento regional, democracia local e capital social*. Ijuí, RS: Unijuí, 2008.

BARBOSA, L. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARBOSA, R. K.; MIOTO, B. O Desenvolvimento Local em perspectiva: explorando alguns ângulos do debate. In: SEMANA DE ENSINO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 6., 16 a 19 de Maio de 2007. *Anais...* Santa Catarina, 2007.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERG, B. L. *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston: Pearson, 2006.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. *Síntese do mercado de trabalho formal no Mato Grosso do Sul*, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013E141AE9CA4E5A/MS%20março%202013.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2013

COELHO, F. D. Ambiência produtiva e construção social no território: o programa de desenvolvimento local no município de Piraí. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 9., Madrid, Espanha, 2-5 nov. 2004. *Anais...* Madrid, 2004.

CORREA, V. B. *Fronteira oeste*. Campo Grande, MS: UFMS, 1999.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a.

_____. A gestão do desenvolvimento local: agenda em aberto e proposta de qualificação. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 7., Lisboa, Portugal, 8-11 out. 2002. *Anais...* Lisboa, 2002b.

FLICK, U. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). *The Handbook of qualitative research*. 2. ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 1-15, out. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *IBGE cidades: Três Lagoas/MS*, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500830>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCAS, L. P. V. *QualiCidades: poder local e qualidade na Administração Pública*. Rio de Janeiro: Qualimark, 2006.

MARTIN, J. H. *História de Três Lagoas*. Bauru: Do autor, 2000.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológica. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MAYRING, P. *Qualitative Inhaltsanalyse*. In: FORUM QUALITATIVE SOZIALFORSCHUNG/FORUM: Qualitative Social Research, 2000.

MILLER, D. Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos*, Por Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC/ABRACO, 1996.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organizações e instituições locais. *Revista Economia*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

NEUMAN, W. L. *Basics of social research: qualitative and quantitative approaches*. Boston: Pearson, 2007.

OLIVEIRA, F. *Aproximações do enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis, 2001.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, território e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia*, Rio Claro, SP, v. 31, n. 3, p. 437-456, set./dez. 2006.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUEIROZ, P. R. C. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste Paulista na primeira metade do século XX*. Campo Grande, MS: UFMS, 2004.

REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 12, v. 26, p. 1-15, 1988.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

SANTOS JUNIOR, O. A. *Democracia e governo local*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SENHORA, E. M.; TAKEUCHI, K. P. A gestão pública entre a competição e a solidariedade: desvendando as estratégias do desenvolvimento local. In: SIMPÓSIO

DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2., 2005. Resende, RJ. *Anais...* Resende, 2005.

SENRA, K. V. *Política e instituições para o desenvolvimento econômico territorial: o caso do Brasil*. Santiago, Chile: CEPAL, 2010.

SILVERMAN, D. *Um livro bom, pequeno e acessível sobre pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Etnoecologia e etnobotânica em ambientes de Cerrado no Estado de Mato Grosso

Ethnoecology and ethnobotanic at Cerrado environments in Mato Grosso State

Ethnoécologie et ethnobotanique dans Cerrado environnements en Mato Grosso Province

Etnoecología y etnobotánica en ambientes del Cerrado en el Estado de Mato Grosso

Flora Ferreira Camargo*

(florafloresta@gmail.com)

Thaianny Rodrigues de Souza**

(thaiannyrodrigues@hotmail.com)

Reginaldo Brito da Costa**

(reg.brito.costa@gmail.com)

Recebido em 22/07/2013; revisado e aprovado em 15/12/2013; aceito em 10/04/2014

Resumo: O presente artigo objetivou mostrar a utilização da etnoecologia, etnobotânica e o etnoconhecimento em comunidades locais do Estado de Mato Grosso, com foco no saber popular sobre plantas do bioma Cerrado.

Palavras-chave: Etnoconhecimento. Diversidade biológica. Comunidade local.

Abstract: Goal of this study was to demonstrate the utilization of ethnoecology, ethnobotanic and ethno-knowledge at local communities in Mato Grosso State, focusing popular knowledge about plants of the Cerrado biome.

Key words: Ethno-knowledge. Biological diversity. Local community.

Résumé: Le but de cette étude était de démontrer l'utilisation de l'ethnoécologie, ethnobotanique e l'ethno-connaissance dans communautés locales en Mato Grosso Province mettant l'accent sur les savoirs populaires sur les plantes du biome Cerrado.

Mots-clés: Ethno connaissance. Diversité biologique. Communauté local.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo mostrar el uso de etnoecología, etnobotánica y el etnoconocimiento en comunidades locales del Estado de Mato Grosso, con el foco (centrándose) en el saber popular sobre las plantas del bioma Cerrado.

Palabras clave: Etnoconocimiento. Diversidad biológica. Comunidad local.

Introdução

A etnoecologia contribui para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável investigando formas peculiares de conhecimento ecológico e a classificação, interpretação e manejo da natureza, não sendo restritos ou originários apenas do saber sistematizado, mas científico (TOLEDO, 1992). Estudos etnoecológicos são de extrema relevância para compreendermos as interações entre os seres humanos e o ambiente natural, enfatizando as relações do conhecimento entre as populações e o seu ambiente, baseado nas experiências de gerações passadas.

Conforme Pedroso Júnior (2002), os estudos etnoecológicos têm buscado conciliar a conservação dos ecossistemas com o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da

qualidade de vida das parcelas menos favorecidas de nossa população e, segundo Nordi et al. (2001); "a etnoecologia tem a função de desvendar, compreender e sistematizar, cientificamente todo um conjunto de teorias e práticas relativas ao ambiente, oriundas de experimentação empírica do mesmo por culturas tradicionais, indígenas ou autóctones".

Os estudos etnoecológicos devem ser norteados por duas premissas: uma de caráter filosófico ou ideológico e outra, intrinsecamente relacionada, de caráter prático. A primeira trata da promoção do respeito à diversidade cultural, eliminando posturas etnocêntricas, e a segunda diz respeito à utilização de práticas tradicionais como exemplos de desenvolvimento sustentável não excludente (NORDI et al., 2001).

Para Guarim Neto e Carniello (2007), a interdependência entre os seres, o ambiente

* Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil

** Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil.

e a base interdisciplinar é que deve fundamentar estudos voltados para o etnoconhecimento para desvendar e entender o saber local acumulado através das gerações. Esses pressupostos devem contribuir para as novas pesquisas etnoecológicas em aspecto mais amplo e, mais especificamente, aquelas desenvolvidas no cerrado mato-grossense, podendo assim auxiliar e subsidiar novos projetos e estudos no âmbito regional.

No Estado de Mato Grosso, já se tem hoje estudos e pesquisas em muitas comunidades, objetivando também a formação de recursos humanos em diferentes níveis (iniciação científica, mestrado e doutorado), como indicadores de um banco de dados sobre o etnoconhecimento voltado para os recursos vegetais (GUARIM NETO; CARNIELLO, 2007). Tal diversidade está intimamente relacionada com a própria extensão territorial, privilegiada com complexidade de biomas e rica diversidade étnica e cultural que favorecem estudos na área.

Este estudo não tem um caráter definitivo nem possui a pretensão de esgotar o assunto, porém a de mostrar a utilização da etnoecologia, etnobotânica e o etnoconhecimento em comunidades locais do Estado de Mato Grosso, com foco no saber popular sobre plantas do bioma cerrado.

O Cerrado, seus recursos e algumas caracterizações

O cerrado possui tipologias desde campo limpo até cerradão, apresentando floresta decídua na encosta dos morros e floresta de galeria ao longo dos rios, além de, em alguns trechos, vegetação típica de áreas alagadas. As principais atividades econômicas são a agricultura familiar, a pesca, a fabricação de farinha de mandioca para consumo próprio e comercialização; algumas atividades ligadas ao turismo começam a ser implantadas e, nos anos recentes, as influências externas vêm se tornando marcantes, aprofundadas pela implantação de infraestrutura moderna, que permite a rápida penetração na área da ideologia urbano-industrial (AMOROZO, 2006).

Guarim Neto (2001) chama a atenção para o cerrado no Estado do Mato Grosso, argumentado que o bioma está repleto de possibilidades de aproveitamento dos

recursos vegetais, sendo as populações locais detentoras desse conhecimento botânico e que utilizam esses recursos.

Um dos grandes problemas das comunidades tradicionais do Centro-Oeste do Brasil atualmente é a ausência de segurança alimentar, demonstrada pela falta de mecanismos que promovam a geração de renda e a pressão do agronegócio sobre a biodiversidade. Nesse contexto, o cerrado apresenta uma grande riqueza de espécies negligenciadas que podem ser consideradas “plantas do futuro” (VIEIRA et al., 2010).

Os recursos vegetais do cerrado possuem papel importante na vida dos membros da comunidade pela diversidade de usos, manifestada na quantidade de espécies potencialmente econômicas o que inclui as alimentícias, artesanais, medicinais, forrageiras, madeireiras, oleíferas, entre outras. Em estudos conduzidos por Carniello et al. (2010) em Mirassol D’Oeste, as espécies vegetais encontradas nos quintais da população possuem vários usos, como auxílio na alimentação humana e animal, artesanatos, medicinal, ornamental, tóxico entre outros, porém o mais importante é a complementação alimentar, reduzindo os custos alimentícios familiares. Em comunidades estudadas em Rondonópolis por Pasa e Ávila (2010), verificou-se que mais de 30% das espécies cultivadas são nativas da região de cerrado e mais usadas como complemento alimentar, medicamentos, lenha e ornamental. A riqueza de espécies da flora e fauna do cerrado é expressiva, representando cerca de 30% da biodiversidade brasileira (EITEN, 1972; RIBEIRO; WALTER, 1998).

O cerrado brasileiro está entre os biomas de maior diversidade florística do planeta (MENDONÇA et al., 2000). Entretanto, em função da facilidade de desmatamento, boas condições de topografia, histórico de colonização e tipo de terreno, o cerrado é a principal região brasileira produtora de grãos e gado de corte provindos do latifúndio. Com a ocupação das terras do cerrado para a produção agrícola mecanizada, as áreas nativas vêm sendo removidas em um ritmo acelerado e desordenado (AGUIAR; CAMARGO, 2004). Myers et al. (2000) pontuam que nada menos do que 80% da área original do cerrado foram antropizadas, restando apenas 20% de áreas consideradas originais ou pouco perturbadas.

Tal situação, por exemplo, pode ser percebida nos remanescentes de cerrado nos municípios em que os estudos etnoecológicos vêm sendo realizados, onde a necessidade de implantação de unidades de conservação de uso sustentável é extremamente necessária e urgente.

Para demonstrar a importância de estudos etnoecológicos, Amaral (2008), Carvalho et al. (2011), Guarim Neto et al. (2011) e Xavier et al. (2011) constataram a utilização das espécies do cerrado com diversas finalidades: a) aromáticas usadas para realçar o sabor dos alimentos: cumbaru (*Dypterix alata* Vogel), hortelã (*Hypis cana* Pohl ex. Benth), carne de vaca (*Roupala brasiliensis* Klotzsch), cidreira-da-mata (*Siparuna cuyabensis* Aublet); plantas medicinais: quina (*Strychnos pseudoquina* A. St.-Hil.), arnica (*Camarea ericoides* A. St.-Hil.), mangava-brava (*Lafoensia pacari* A. St.-Hil.), araticum-do-cerrado (*Annona coriacea* Mart.), pata-de-vaca (*Bauhinia rufa* (Bong.) Steud), sangra d'água (*Croton urucurana* Baillon); b) utilização de frutos tais como: a cagaita (*Eugenia dysenterica* DC.), a mangaba (*Hancornia speciosa* B.A. Gomes) o pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess.), buriti (*Mauritia flexuosa* L.), maracujá-do-cerrado (*Passiflora campestris* Rodr.), jenipapo (*Genipa americana* L.), c) o uso de lenha: a semaneira (*Byrsonima coccolobifolia* Kunth, *Byrsonima verbascifolia* (L.) Rich. ex Juss.), o angico (*Anadenanthera falcata* (Benth.) Speg.) e, d) fabricação de utensílios domésticos como peneiras e vassouras, utilizando o buriti (*Mauritia flexuosa* L.) e a bocaiúva (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.).

A busca da lenha no cerrado em geral é uma atividade feminina, na qual as mulheres coletam ramos caídos no solo, confeccionando feixes desse material, que são amarrados e carregados até a moradia sob os braços ou cabeça, esta protegida por pequena rodilha de tecido, para não causar ferimentos.

A relação com o meio ambiente está alicerçada na subsistência e no uso de diferentes tipos de unidades de paisagem, e sua integração com a natureza proporciona várias práticas e atividades, de forma a maximizar o uso desses ambientes, como a extração e coleta dos recursos vegetais, pesca, caça, agricultura diversificada e pecuária de pequena escala. Esse saber sobre os recursos vegetais do cerrado é fruto de suas adaptações e interações com o ecossistema, conhecimento adquirido

por meio de observações e experimentação, que gera um saber ecológico que é materializado em suas práticas cotidianas.

Moreira e Guarim Neto (2009), demonstrando a importância da relação dessas comunidades com os recursos naturais do cerrado, analisaram e utilizaram os dados referentes à vegetação local no município de Rosário Oeste, partindo da percepção da classificação oral das comunidades. No que se refere às unidades de paisagem do cerrado, seis tipos de fisionomias vegetais foram detectadas: "Cerrado de pedra", "Cerrado de areia", "Mata", "Várzea", "Chapada" e "Campo". Nesse mesmo estudo em relação à caracterização das unidades de paisagens do cerrado observou-se que os membros da comunidade usam a palavra "mato" para designar a vegetação. Então, quando se perguntava: "quais os tipos de mato que tem por aqui?", eles indicam: "cerrado", "mata", "várzea", "chapadão" e "campo" para distinguir os tipos de vegetação, classificando o cerrado em dois tipos; o "Cerrado de pedra" e o "Cerrado de areia".

Pasa (2011), estudando uma comunidade situada na região da baixada cuiabana, onde não há estação de tratamento de esgoto e água, posto de saúde, hospitais e farmácias, além de algumas residências não possuírem energia elétrica, ressalta a importância da vegetação de mata de galeria localizada na região, onde é considerada como fonte de recursos naturais, principalmente para uso medicinal, sendo de suma importância para os moradores da região, resultando na conservação dessa vegetação.

As comunidades desenvolveram ao longo do tempo uma multiutilização do ambiente, manipulando a paisagem natural, porém mantendo a heterogeneidade de habitats e ampliando o uso da variabilidade biológica. O multiuso que fazem do cerrado proporciona adaptações às condições ambientais e às variações sazonais, requerendo um manejo adaptativo ecológico, de forma que desenvolveram um profundo conhecimento dos recursos e de seus ciclos ecológicos de renovação.

As pesquisas etnoecológicas, e ainda mais evidentes nas etnobotânicas realizadas na região, mostram que esses conhecimentos passados de geração para geração e os

recursos naturais encontram-se ameaçadas pelo desmatamento.

Essas mudanças começam a ser sentidas, perceptíveis na afirmação dos entrevistados de que muitas das espécies nativas de cerrado estavam se tornando difíceis de encontrar, seja pela destruição dos habitats para formação de pastagens ou uso urbano, seja pela sua inacessibilidade, devido à apropriação e cercamento das terras por indivíduos estranhos às comunidades. Também, a “modernização” traz consigo novas opções de cuidados com a saúde e certa desvalorização da cultura local, à qual os jovens são o grupo mais sensível, reforçando a tendência de perda ou abandono das práticas tradicionais, as relações com a roça e com a mata de galeria, festas, danças e crenças (RIBEIRO et al., 2009).

Em estudos realizados por Amorozo (2002) em Santo Antônio do Leverger, a área caracteriza-se por uma situação sócio-econômica em transformação. Questões muito importantes ligadas à saúde e doenças são refletidas pelo confronto entre os modos de pensar e agir tradicionais e as novas ideias e costumes, trazidos com o contato intensificado nas décadas recentes com a sociedade nacional.

A comunidade de Conceição-Açu, no município de Cuiabá, MT, entende os recursos vegetais dentro de um significado amplo de utilidade, apresentando uma dependência dos recursos localmente disponíveis, especialmente de plantas medicinais, na mata de galeria e alimentar, nas roças e quintais. Os usos descritos para a mata de galeria revelam expressivo aproveitamento em relação às funções de coleta, demonstrando preocupação com a manutenção das potencialidades vegetais, contribuindo dessa forma para a conservação da biodiversidade nos ecossistemas naturais (PASA et al., 2005).

A presença da mata de galeria, particularmente no cerrado mato-grossense, tem grande importância na vida da população regional. De um lado, pela oferta de remédios e alimentos para subsistência das famílias, de outro, por ser um dos vetores que leva determinados moradores locais à conservação dos recursos nela existentes e, com ela identifica-se socialmente, enquanto membro da comunidade.

Como já foram mencionados, os quintais também podem ser ricos depositários de

germoplasmas. Na cidade de Santo Antônio do Leverger, em Mato Grosso, um único quintal, com menos de meio hectare, continha mais de cem tipos diferentes de plantas (entre espécies e variedades reconhecidas localmente). Em sua maioria, são espécies de uso alimentar e/ou medicinal. As fruteiras apresentavam a maior riqueza, entre espécies e variedades; só de bananeiras, havia sete tipos diferentes, enquanto se contavam 11 tipos de cítricos. Algumas das plantas faziam parte da vegetação nativa local. Este quintal tem mais de 90 anos de existência, segundo os cálculos do agricultor proprietário.

Diversidade biológica e os estudos da etnoecologia no Estado de Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso está inserido na região Centro-Oeste do Brasil, é caracterizado pelas formações biogeográficas do cerrado, do pantanal e da floresta amazônica. Seus recursos naturais são usados tradicional e contemporaneamente sob diferentes formas pelas populações humanas que habitam esses locais de alta diversidade, distribuídos pelo território mato-grossense.

Essa diversidade propicia uma quantidade grande de habitats diferenciados abrigando uma variedade imensa de espécies com características próprias e específicas ao seu ambiente. Essa diversidade de condições bióticas e abióticas faz com que as comunidades humanas presentes na região possam também caracterizar-se e expressar-se de formas bastante distintas dependendo das condições de cada sub-região ou município. Mato Grosso possui uma variedade de múltiplas manifestações culturais diversificadas, cada qual com um ambiente bastante peculiar de ocupação (MORAIS, 2003). Conservar a biodiversidade presente nesse bioma nos dias de hoje é um grande desafio.

De acordo com Neuburger (2003), a incorporação definitiva de Mato Grosso à economia nacional se deu somente nos anos 70 do século XX, através de um boom regional, iniciado pela implantação de uma rede rodoviária, pelos baixos preços da terra, pela colonização particular por empresas sulistas e pela migração crescente de colonos do Sul do país e, com isso, áreas enormes de cerrado foram desmatadas, deslocando e expulsando

os grupos tradicionais e indígenas. Os espaços sociais dos camponeses, ribeirinhos, quilombolas e dos grupos indígenas voltados à produção de subsistência podem ser considerados como regiões de exclusão, tendo o êxodo rural como a expressão da degradação sociocultural e ambiental.

A maioria dos grupos marginalizados quase sempre fracassa nas suas estratégias de integração por falta de recursos econômicos, socioculturais e ambientais, não podendo adaptar seu modo de vida às exigências da lógica do mercado, perdendo ao longo do tempo sua cultura e conhecimento. Nesse sentido, configura-se a importância dos estudos etnoecológicos.

No Estado de Mato Grosso, em outras regiões brasileiras e no exterior, a materialidade do conhecimento de populações em relação ao componente vegetal, por exemplo, tem geralmente sido registrada nos espaços de entorno das moradias que contemplam várias formas de manejo e localização e as denominações desses espaços de um grupo cultural para o outro (CARNIELLO et al., 2002). Nesses espaços, é encontrada uma diversidade de espécies que configuram um importante patrimônio genético, no qual o componente vegetal e animal e a cultura local constituem um sistema coexistente através de conhecimentos acerca da relação entre populações humanas, vegetais e animais refletindo a história de relações e de grupos sociais (AMOROZO, 2006). Tal diversidade está intimamente relacionada com a própria extensão territorial do Estado de Mato Grosso, privilegiada com a complexidade de biomas e rica diversidade étnica e cultural, os quais favorecem estudos na área.

Ao longo das últimas décadas, pôde-se testemunhar que estudos e pesquisas em etnoecologia, principalmente através da etnobotânica, apresentaram um volume maior de trabalhos culminando com o início dos trabalhos com plantas medicinais, intensificados a partir da década de 1980 com abordagens envolvendo: as comunidades e o respectivo acervo de conhecimento de natureza concreta e simbólica, os saberes acumulados de seres humanos individualmente (benzedeiros, raizeiros, pescadores, agricultores, pecuaristas tradicionais e outros) cuja atividade que desenvolvem e acumulam propicia-lhes um

vasto conhecimento a respeito da ocorrência, manejo e conservação dos recursos vegetais, o contato de diferentes culturas com unidades de paisagens naturais (em diferentes biomas e regiões) e artificiais (roças, pastagens, quintais e hortas) (MORAES, 2003).

Ainda de acordo com Moraes (2003), percebe-se também que os trabalhos em etnoecologia iniciam-se mais tarde, já na segunda metade da década de 90, quando o seu objeto de estudo é mais bem caracterizado, diferindo-se da etnobotânica, período em que se cria o curso de Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso.

Atualmente a área de etnobotânica no estado já se constitui um relevante banco de dados sobre o etnoconhecimento no bioma cerrado, com bases científicas e provindos de estudos e pesquisas em muitas comunidades, objetivando formar recursos humanos em diferentes níveis e também poder subsidiar a definição de políticas públicas destinadas aos respectivos locais e comunidades, assim como, em seu conjunto, diminuir os impactos socioambientais e orientar a definição de áreas prioritárias para atuação e de conservação no estado. Porém ainda percebe-se a necessidade de assimilação e atuação em estudos etnoecológicos em um maior número de instituições de pesquisa e ensino no estado.

A cidade de Cuiabá, capital do estado, sediou em 2002 o I Seminário Mato-Grossense de Etnobiologia e Etnoecologia e II Seminário Centro-Oeste de plantas medicinais, ocorrido de 25 a 28 de outubro de 2002. Desse importante espaço, surgiu um coletânea de artigos "Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e Plantas medicinais" caracterizados por grande diversidade de temas expressando diversos olhares e de grande contribuição para a ciência da etnoecologia no estado. E, em 2005, o município de Chapada dos Guimarães sediou o V Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia "Diversidade de saberes e práticas", ocorrido de 15 a 19 de dezembro de 2004. Hoje Mato Grosso representa a Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia na Região Centro-Oeste do Brasil.

A Universidade Federal de Mato Grosso sedia dois grupos de pesquisa em etnoecologia cadastrados no CNPq: o Estudando o

Cerrado (ESCER), de repercussão Etnobiológica, Etnobotânica e Etnozoológica, que objetiva resgatar os fatos e realizações socio-culturais, botânicos e zoológicos em comunidades de saber local abordando a interação ser humano-ecologia-biologia, situadas no município de Rondonópolis; e o Grupo de Estudos da Flora, Vegetação e Etnobotânica (FLOVET), que vem realizando no espaço territorial mato-grossense, ao longo de quase trinta anos, estudos e pesquisas em um universo extenso no cenário das suas paisagens, envolvendo o cerrado em aspectos que mostram a diversificação e riqueza dessa região, inserida na região Centro-Oeste, abrangendo populações humanas e etnoconhecimento, divulgando seus trabalhos, até então disseminados em eventos e periódicos nacionais e internacionais, e lança seu boletim periódico no ano de 2009.

Os municípios incluídos nesta pesquisa considerando o conhecimento etnoecológico em comunidades rurais, urbanas, ribeirinhas e indígenas de relevância para o presente estudo são: Acorizal, Barra do Bugres, Barão de Melgaço, Cáceres, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Colíder, Dom Aquino, Santo Antonio do Leverger, Novo São Joaquim, Primavera do Leste, Poxoréu, Santo Antonio do Leste, Mirassol D'Oeste, Rosário Oeste, Rio Branco, Juscimeira, Rondonópolis, Nova Xavantina, Várzea Grande, Poconé, Jangada, Canarana, Novo Santo Antônio, Jaciara, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela de Santíssima Trindade, Barra do Garças, Ribeirão Cascalheira e Pedra Preta.

No sentido de facilitar a visualização e os locais onde foram desenvolvidos os trabalhos com seus respectivos autores e títulos, apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 – Autores, ano, título e local de trabalhos relacionados ao estudo da etnoecologia.

Autores / Ano	Título	Local
Amaral e Guarim Neto, 2008	Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil).	Mato Grosso, Brasil
Amorozo, 2002	Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT.	Mato Grosso, Brasil
Carniello et al., 2010	Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste, MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica.	Mato Grosso, Brasil
Mendonça et al., 2000	Florística da região do Espigão Mestre do São Francisco, Bahia e Minas Gerais.	Bahia e Minas Gerais, Brasil
Moreira e Guarim Neto, 2009	Usos múltiplos de plantas do cerrado: um estudo etnobotânico na comunidade Sítio Pindura, Rosário Oeste, Mato Grosso, Brasil.	Mato Grosso, Brasil
Neubeurger, 2003	Estratégias de Ssrevivência entre tradição e inovação - exemplos da produção familiar em Mato Grosso, Brasil.	Mato Grosso, Brasil
Pasa, 2011	Saber local e medicina popular: a etnobotânica em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.	Mato Grosso, Brasil
Pasa e Ávila, 2010	Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil.	Mato Grosso, Brasil
Pasa et al, 2005	Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá-Açu, MT, Brasil).	Mato Grosso, Brasil

Considerações finais

Atualmente, priorizando uma transmissão e interlocução de saberes e práticas, os diferentes estudos etnoecológicos são realizados em vários ecossistemas e comunidades neles existentes, objetivando a busca da preservação e resgate de tradições locais em uma diversidade de situações e ambientes ecológicos que estão sendo devastados paulatinamente.

Portanto as informações contidas no artigo mostram a importância e a carência de mais informações sobre o modo como as comunidades tradicionais manejam, conservam e enriquecem a biodiversidade e suas influências também na distribuição de plantas e animais e qual a sua matriz produtiva. Os estudos que buscam o registro e a compreensão da prática tradicional desses povos que é repassada através da experiência deixada como herança de geração a geração, constituem-se importantes ferramentas para a conservação dos recursos naturais principalmente no cerrado, região biogeográfica fadada à exaustão de seus recursos naturais.

Estudos dentro dessa perspectiva não podem estar ausentes das discussões sobre o meio ambiente e suas alterações. A valorização da cultura, de crenças, lendas e formas de uso dos recursos que permeiam o saber local fundamenta o conhecimento ecológico tradicional, no qual está baseada a ciência da etnoecologia, que faz a integração deste com o conhecimento ecológico científico, enfatizando então a diversidade biocultural.

E a contribuição dos pesquisadores deve ir além da documentação como ferramenta de fixação das famílias em suas comunidades, assim como persistir na luta por unidades de conservação de uso sustentável e políticas públicas que busquem caracterizar essas comunidades como as próprias mantenedoras dos recursos naturais no Estado de Mato Grosso.

Referências

AGUIAR, L. M. S.; CAMARGO, A. J. A. *Cerrado: ecologia e caracterização*. Planaltina, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 249p.

AMARAL, C. N.; GUARIM NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil).

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, PA, v. 3, n. 3, p. 329-341, set./ dez. 2008.

AMARAL, C. N. *Recursos vegetais dos tradicionais quintais de Rosário Oeste – Mato Grosso*. 2008. 80p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) – Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

AMOROZO, M. C. M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. *Acta bot. bras.*, São Paulo, v. 16(2), p. 189-204, 2002.

_____. Agricultura tradicional, espaços de resistência e o prazer de plantar. In: ALBUQUERQUE, U. P. et al. (Org.). *Atualidades em etnobiologia e etnoecologia*. 2. ed. Recife: Recife: NUPEEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006. Vol. 1, p. 123-131.

CARNIELLO, M. A.; SILVA, R. S.; CRUZ, M. A. B.; GUARIM NETO, G. Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 40(3), p. 451-470, 2010.

CARNIELLO, M. A.; SANTOS-SILVA, R. dos; CABRAL, C. D. de O. *Estudo da composição florística dos quintais de Cáceres-MT*. Relatório Final do Projeto Bases Sócio-ambientais para o Planejamento Urbano de Cáceres-MT (FAPEMAT 2000-2002), 2002. 27p.

CARVALHO, J. V. F.; GUARIM NETO, G.; GUARIM, V. L. M. S.; FERREIRA, H. *Plantas aromáticas no cerrado*. In: GUARIM NETO, G.; CARVALHO, J. V. F. (Org.). *Biodiversidade matogrossense: as plantas e suas potencialidades*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2011. p. 15-40.

EITEN, G. The cerrado vegetation of Brazil. *Botanical Review*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 201-341, 1972.

GUARIM NETO, G. Flora medicinal, populações humanas e o ambiente de cerrado. *Horticultura brasileira*, Brasília, v. 19, p. 203-206, 2001.

GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. Etnoconhecimento e saber local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais. In: ALBUQUERQUE, U. P. de; ALVES, A. G. C.; ARAUJO, T. A. S. (Org.). *Povos e paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil*. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007. p. 105-114.

GUARIM NETO, G.; CARVALHO, J. V. F.; MORAES, A. J. F.; FERREIRA, H. Frutos comestíveis no cerrado. In: GUARIM NETO, G.; CARVALHO, J. V. F. (Org.). *Biodiversidade matogrossense: as plantas e suas potencialidades*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2011. p. 41-72.

MENDONÇA, R. C.; FELFILI, J. M.; SILVA JÚNIOR, M. C.; FAGG, C. W.; SILVA, M. A.; FILGUEIRAS, T. S.; WALTER, B. M. T. Florística da região do Espigão Mestre do São Francisco, Bahia e Minas Gerais. *Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer*, Brasília, n. 6, p. 38-94, 2000.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, n. 403, p. 853-858, February 2000.

MORAES, R. G. *Plantas medicinais e representações sobre saúde e doenças na Comunidade de Angical (Rosário Oeste, MT)*. 2003. 153p. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

- MOREIRA, D. L.; GUARIM NETO, G. Usos múltiplos de plantas do cerrado: um estudo etnobotânico na comunidade sítio pindura, Rosário Oeste, Mato Grosso, Brasil. *Polibotânica*, México, n. 27, p. 159-190, 2009.
- NEUBURGER, M. Estratégias de sobrevivência entre tradição e inovação - exemplos da produção familiar em Mato Grosso, Brasil. *Actas latinoamericanas de Varsovia*, v. 26, 2003.
- NORDI, N.; THÉ, A. P. G.; MOURÃO, J. S.; MADI, E. F.; CAVALLINI, M.; MONTENEGRO, S. C. S. Etnoecologia, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. *A contribuição da educação ambiental à Esperança de Pandora*. São Carlos: RIMA, 2001. p. 133-144.
- PASA, M. C. Saber local e medicina popular: a etnobotânica em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, PA, v. 6, n. 1, p. 179-196, jan./abr. 2011.
- PASA, M. C.; ÁVILA, G. Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 11, n. 2, p. 195-204, jul./dez. 2010.
- PASA, M. C.; SOARES, J. J.; GUARIM NETO, G. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá-Açu, MT, Brasil). *Acta bot. Bras.*, São Paulo, v.19, n. 2, p. 195-207, 2005.
- PEDROSO JUNIOR, N. *Etnoecologia e conservação em áreas naturais protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagui*. 2002. 80p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carloos, SP, 2002.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 1998. p. 89-166.
- RIBEIRO, R. S. C.; MIRANDA, A. F.; GUARIM NETO, G. *Etnoecologia e recursos vegetais na comunidade ribeirinha de Passagem da Conceição, Várzea Grande, MT*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade) – Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.
- TOLEDO, V. What is ethnoecology? origins, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecologica*, v. 1, n.1, 1992.
- VIEIRA, R. F.; AGOSTINI-COSTA, T. S.; SILVA, D. B.; SANO, S. M.; FERREIRA, F. R. *Espécies de maior relevância para a região Centro-Oeste*. In: VIEIRA, R. F.; AGOSTINI-COSTA, T. S.; SILVA, D. B.; SANO, S. M.; FERREIRA, F. R. *Frutas nativas da região Centro- Oeste*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2010, 322p.
- XAVIER, F. F.; GUARIM NETO, G.; GUARIM, V. L. S.; FERREIRA, H.; *Plantas medicinais no cerrado*. In: GUARIM NETO, G.; CARVALHO, J. V. F. (Org.). *Biodiversidade matogrossense: as plantas e suas potencialidades*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2011. p 93-112.

As estratégias de divulgação científica e transferência de tecnologia utilizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Strategies for scientific dissemination and transfer of technology used by the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Stratégies pour La diffusion scientifique et le transfert de latechnologie utilisée par Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Las estrategias para La divulgación científica y La transferencia de La tecnología utilizada por la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Nádia Solange Schmidt Bassi*

(nadia.bassi@embrapa.br)

Christian Luiz da Silva**

(christiansilva@utfpr.edu.br)

Recebido em 10/12/2012; revisado e aprovado em 08/12/2012; aceito em 03/02/2013

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever e analisar os processos de comunicação científica e transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e de sua unidade de pesquisa denominada Embrapa Suínos e Aves, com a proposição, ao final, da criação de novos modelos de comunicação e de transferência de tecnologia, considerando a diversidade de seu público-alvo e a natureza de suas atividades.

Palavras-chave: Comunicação científica. Transferência de tecnologia. Embrapa.

Abstract: The aim of this study is to describe and analyze the process of scientific and technology transfer from the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), and its research unit called Embrapa Swine and Poultry, with the proposition, at the end, of the creation of new models communication and technology transfer, considering the diversity of your target audience and the nature of its activities.

Key words: Scientific communication. Technology transfer. Embrapa.

Résumé: Le but de cet article est de décrire et d'analyser les processus de communication scientifique et le transfert de technologie de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) et son unité de recherche appelé Embrapa porcs et lavolaile, avec la proposition à la fin, la création de nouveaux modèles de communication et le transfert de technologie, en prenant en compte la diversité de votre public cible et la nature de ses activités.

Mots-clés: La communication scientifique. Transfert de technologie. Embrapa.

Resumen: El propósito de este artículo es describir y analizar los procesos de comunicación científica y transferencia de tecnología de la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) y su unidad de investigación llaman Embrapa porcinos y aves de corral, com la propuesta hasta el final, la creación de nuevos modelos de comunicación y la transferencia de tecnología, teniendo en cuenta la diversidad de su público objetivo y la naturaleza de sus actividades.

Palabras clave: Comunicación científica. Transferencia de tecnología. Embrapa.

Introdução

As instituições públicas que atuam na área de Ciência e Tecnologia (C&T) são atores sociais mantidos pela sociedade e têm a responsabilidade de prestar contas do uso dos recursos e contribuir para a popularização da ciência. Para Geller (2010), é fundamental que os temas científicos sejam amplamente divulgados, para que os cidadãos tenham elementos para opinar e influenciar nas situações que afetam suas vidas. Segundo Wildner et al. (1993) e Araújo (1979), a transferência inadequada pode ser resultante de uma co-

municação deficiente entre a instituição e os usuários. Os autores observaram também que a tecnologia inapropriada é mais comum do que a transferência inadequada como causa de sua baixa adoção pelos usuários. Essa opinião é corroborada por Fujisaka (1994), que identificou que uma das razões pelas quais usuários não adotam tecnologias é que esta resulta de um problema mal definido pela pesquisa, isto é, os usuários não enfrentam o problema que os pesquisadores supunham ou cuja transferência não foi eficiente. Nesse sentido, Schlottfeldt (1991) afirma que, apesar do esforço despendido por profissionais de

* Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil.

** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Concórdia, SC; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Transferência de Tecnologia (TT) e pesquisadores e do reconhecimento da necessidade de manter canais de comunicação de duas vias com os diversos públicos, permanece a visão de TT como mera disseminação de resultados da pesquisa.

Este trabalho objetivou descrever e analisar o processo de comunicação científica e de TT da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a maior e principal instituição de pesquisa agropecuária brasileira. Trata-se de um estudo de caso constituído de três etapas: exploratória, com técnicas de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas; descritiva, utilizando-se documentos impressos e eletrônicos, e documentos internos da Embrapa; e analítica, com dados obtidos por meio das entrevistas e da literatura consultada. Na Embrapa sede, foram entrevistados gerentes da Secretaria de Comunicação (SECOM), responsável pelo processo de comunicação, e gerentes do Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT), responsável pelo processo de TT. Na Embrapa Suínos e Aves, foram entrevistados os empregados do Núcleo de Comunicação (NCO), responsável pelo processo de comunicação e empregados dos setores de Prospecção e Avaliação Tecnológica (SPAT) e Setor de Articulação e Implementação de Tecnologia (SPIT), responsáveis por atividades de TT. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas no período entre janeiro a abril de 2013.

Este artigo está estruturado em cinco partes, além da parte introdutória: conceitos e definições sobre comunicação científica e transferência de tecnologia; contextualização sobre a comunicação científica e a TT em Instituições de C&T; caracterização e atuação da Embrapa e seus processos de comunicação científica e TT; caracterização da Embrapa Suínos e Aves e seus processos de comunicação e de TT, finalizando com as conclusões.

1 Comunicação científica e transferência de tecnologia: Conceitos e definições

A comunicação científica é conceituada por autores clássicos como Garvey (1979) e Griffith (1989) como a comunicação que incorpora as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia até que a informação acerca dos resultados é aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos. De acordo com Chris Bryant, fundador do *National Centre for the Public Awareness of Science*, a comunicação científica é o processo pelo qual a cultura científica e seu conhecimento se incorporam à cultura comum (BRYANT, 2004, p. 1).

Cysne (1996, p. 8), aborda a transferência de tecnologia como sendo “a aquisição, entendimento, absorção e aplicação de uma tecnologia ou de um processo tecnológico”.

Rogers e Shoemaker (1974) explicam que a diferença entre comunicação e transferência é que a primeira compreende todos os tipos de mensagens, enquanto a segunda se refere apenas a novas ideias. Ao contrário da comunicação, quando o receptor recebe mensagens rotineiras, na transferência a conduta deste é diferente porque envolve um grau de risco: aceitar ou rejeitar a novidade (ROGERS; SHOEMAKER, 1974, p. 12).

Segundo o *National Technology Transfer Center* (NTTC) (1999), existem três tipos principais de transferência de tecnologia:

- *Spin-off Technology*: a tecnologia é desenvolvida por uma organização federal e transferida ao setor privado, a outra agência federal ou a governos locais.
- *Spin-on Technology*: refere-se às tecnologias viáveis comercialmente, desenvolvidas por organizações privadas, mas com potencial aplicação em organizações públicas.
- *Dual-Use Technology*: codesenvolvimento da tecnologia por uma organização pública e privada, com os custos divididos, e ambas são beneficiadas pela nova tecnologia.

A transferência de tecnologia também pode ocorrer de forma contratual. Os tipos de contratos mais comuns, segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (2013) são:

- **Licença para exploração de patente e desenho industrial**: exploração por terceiros

do objeto de patente ou desenho industrial, identificando direito de propriedade industrial.

- **Licença para uso de Marca:** autoriza o uso efetivo, por terceiros, de marca regularmente depositada ou registrada no país.
- **Fornecimento de Tecnologia:** estipula as condições para a aquisição de conhecimentos e de técnicas não amparados por direitos, incluindo conhecimentos e técnicas não amparados por propriedade industrial depositado ou concedidos no Brasil.
- **Serviços de Assistência Técnica e Científica:** obtenção de técnicas, métodos de planejamento e programação, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução ou prestação de serviços especializados.
- **Franquia:** serviços, transferência de tecnologia e transmissão de padrões, além de uso de marca ou patente.

Rogers Takegami e Yin (2001) apresentam cinco mecanismos de transferência de tecnologia entre instituições públicas e a indústria:

- Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com compartilhamento de pessoal, custos e direitos intelectuais;
- Encontros de interação entre os pesquisadores, com troca de informação técnica;
- Publicações científicas – ressalvando que estas geralmente são direcionadas para parceiros científicos, e não aos usuários potenciais das tecnologias geradas;
- Contratos de licenciamentos;
- *Spin-off* acadêmico, em que a tecnologia será gerada por uma nova companhia, formada geralmente por ex-empregados da organização de origem.

2 A comunicação científica e a transferência de tecnologia em Instituições de C&T

Para Oliveira (1998), é preciso defender veementemente a necessidade de divulgar C&T para justificar a pesquisa que é realizada, e por haver uma demanda reprimida de divulgação de C&T no Brasil. Para a autora, uma das dificuldades que emperram o processo de comunicação em C&T no Brasil é a ausência de uma cultura científica tanto nos profissionais da mídia, como no próprio público, que, na sua maioria, é incapaz de julgar criticamente ações e decisões políticas

em C&T, o que impede uma avaliação crítica das mensagens emitidas pelos gestores oficiais da C&T. Segundo Geller (2010), é importante que a comunicação científica seja ampla, divulgando à sociedade as descobertas científicas que possam influenciar a vida das pessoas e, nesse processo, as instituições científicas desempenham importante papel, pois, além de gerarem conhecimento, podem contribuir para a popularização da ciência. Nesse contexto, Duran (2010) acredita que a comunicação científica é uma das ferramentas mais potentes para popularização da ciência e a apropriação de seus benefícios pela sociedade. Para Duarte (2004), as instituições públicas que atuam na área de C&T são atores sociais mantidos pela sociedade que devem dar um retorno dos recursos públicos investidos, contribuindo para a evolução da sociedade, por meio da divulgação do conhecimento produzido e da inserção da C&T no cotidiano das pessoas.

Entretanto Duarte (2004) ressalta que as pessoas que compõem as ICTs brasileiras vivem situações antagônicas na questão da comunicação, sendo responsáveis pela comunicação e democratização do conhecimento gerado e, ao mesmo tempo, pela criação de uma imagem pública que lhes garanta credibilidade e recursos. Para Araújo (1979), uma dificuldade para utilização bem sucedida da C&T é a dificuldade de comunicação entre aqueles com o conhecimento do que é possível e aqueles que podem ser capazes de pôr esse conhecimento em uso, tornando-se necessário que os canais de comunicação e de transferência sejam ativos e funcionem de forma integrada. O autor, examinando os principais canais de comunicação para transferência, esclarece que livros, catálogos, folhetos técnicos, feiras técnicas, conferências, cursos de treinamento são responsáveis pelo despertar da atenção para avanços tecnológicos, mas não conduzem a uma efetiva TT uma vez que as capacidades necessárias para uma seleção e assimilação de tecnologia a partir destas fontes primárias são extremamente raras. Dereti (2009) ressalta ainda que é necessário diferenciar as ações e técnicas e instrumentos de comunicação que fazem parte do processo de TT, da transferência em si, pois esta não pode prescindir de ações de comunicação para atingir seus objetivos, mas ações de comunicação

não caracterizam a TT. Na opinião de Schaun (1981), a TT é a consagração de toda a energia gasta para a geração do conhecimento e a validade da pesquisa, via adoção de tecnologia; daí por que se admite que, dentre os fatores limitantes à adoção das tecnologias geradas, está a forma de as transferir. Há ainda outro aspecto que deve ser considerado, que é a possibilidade de a tecnologia gerada não estar em consonância com a realidade do sistema social que se quer modificar, devido, principalmente, à falta de integração entre pesquisa-usuário (WILDNER et al., 1993). Nesse sentido, Fujisaka (1994) elenca uma série de razões pelas quais as tecnologias geradas não são adotadas, entre as quais, a de que a tecnologia resulta de um problema mal formulado pela pesquisa, ou seja, os usuários não enfrentam o problema que os pesquisadores supunham. Estudo realizado por Santoro & Gopalakrishnan (2001) conclui que a confiança, a proximidade geográfica e a flexibilidade das políticas dos centros para os direitos de propriedade intelectual, de patentes e licenças têm um papel importante no sucesso das atividades de TT. O estudo confirmou que, quanto maior for a confiança entre as instituições de pesquisas e as empresas, a proximidade geográfica, a efetividade da comunicação e quanto mais flexíveis forem as políticas para os direitos de propriedade intelectual, de patentes e de licenças, maior será o grau de extensão das atividades de transferência de tecnologia.

Analisando a literatura citada, pode-se afirmar que os processos de comunicação científica e de TT estão interligados e, de certa forma, são interdependentes, pois o sucesso da transferência de uma tecnologia depende da eficiência dos canais e formas de comunicação, assim como um efetivo processo de TT pode gerar subsídios para melhorar tanto a comunicação científica como o processo de P&D de uma instituição.

3 Embrapa: Características e abrangência de atuação

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973, com as funções básicas de execução de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a transferência destas para o meio produtivo.

É uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, constituindo-se na maior e principal instituição de pesquisa agropecuária brasileira, destacando-se na esfera internacional, como o principal centro de tecnologia agropecuária tropical do mundo. Atua por meio de 15 unidades administrativas e 47 Unidades de Pesquisa ou Serviço, presente em quase todos os Estados brasileiros, atuando também na América do Norte, Europa, Ásia, África e América Latina, por meio de Laboratórios Virtuais e projetos.

Coordena, ainda, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações que executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. Seu quadro de pessoal é composto por 9.783 empregados (em 2012). Desse total, 2.389 são pesquisadores. Destes, 18% são mestres, 74% são doutores e 7% tem pós-doutorado, sendo que a maior parte deles está lotada nas Unidades Descentralizadas. O orçamento da Empresa em 2012 foi R\$ 2,3 bilhões.

3.1 O processo de comunicação científica na Embrapa

O processo de comunicação na Embrapa segue as diretrizes traçadas em sua Política de Comunicação, instituída em 1996, e é coordenado pela SECOM, Unidade Central da Embrapa. Para um melhor entendimento deste processo foram entrevistados dois gerentes lotados nessa secretaria.

A Embrapa trabalha com diferentes modalidades de comunicação, para atingir diferentes objetivos e públicos: comunicação científica, social, governamental, administrativa, mercadológica e comunicação para TT.

Conforme citado pelos entrevistados, as estratégias utilizadas partem das orientações da Política de Comunicação, estão voltadas para atender as vertentes P&D, TT, Negócios e Desenvolvimento Institucional e variam de acordo com os objetivos e públicos a serem atingidos. Foram citados os seguintes instrumentos de comunicação: revista XXI; central de pautas para imprensa, articulação com a mídia; campanhas de promocionais

de produtos/serviços; visitas de jornalista e demais formadores de opinião às Unidades; Programa Embrapa & Escola, eventos como exposições, feiras, reuniões, seminários, dias de campo, cursos e programas de TV e rádio. Percebe-se que há um grande esforço em utilizar-se de mecanismos variados de comunicação, visando atingir diferentes públicos.

A formulação de estratégias de comunicação está centralizada na SECOM, que toma por base inicial a análise dos ambientes externo e interno e as demandas e orientações da direção da empresa. Pode-se dizer que contar com uma coordenação central é positivo para padronizar as ações nas unidades, porém, como cada unidade tem um público-alvo distinto, a participação destas na formulação das estratégias pode tornar o processo mais eficiente.

A SECOM realiza pesquisas de opinião, análise da presença da empresa na mídia, estudos de cenários, avaliação de eventos institucionais e técnicos. Percebe-se, porém, que essas pesquisas estão bastante voltadas para a comunicação institucional, havendo necessidade de incluir também a comunicação científica.

Os entrevistados acreditam que as estratégias e canais de comunicação utilizados atingem os diversos públicos-alvo, porém têm a percepção de que se devem melhorar seus canais de comunicação científica. Em relação às melhorias no processo, os entrevistados afirmam que a instituição está, constantemente, buscando melhorar sua comunicação, ressaltando, porém, a necessidade de melhorar as estratégias de comunicação científica com a criação de novos instrumentos e potencializar as ações nas redes sociais. Os entrevistados acreditam que houve um grande avanço no processo de comunicação, percebido pelo aumento do espaço dedicado à Embrapa tanto na imprensa quanto nos debates em fóruns públicos, o que resultou em um maior interesse da sociedade em assuntos de ciência e tecnologia.

Analisando o processo de comunicação da Embrapa, percebe-se que, apesar das políticas de comunicação implantadas, o processo de comunicação da instituição está mais fortemente voltado para a comunicação institucional, o que reforça a visão de Duarte (2004) de que as ICTs vivem um dilema na questão

da comunicação, pois devem divulgar e democratizar o conhecimento e, ao mesmo tempo, criar uma imagem pública que lhes garanta credibilidade e recursos. No entanto, por se tratar de uma ICT pública, é imprescindível para a Embrapa buscar estratégias para ampliar e melhorar a comunicação científica, garantindo dessa forma sua legitimidade perante seus mais variados públicos.

3.2 O processo de Transferência de Tecnologia na Embrapa

A TT na Embrapa visa disponibilizar os conhecimentos e as tecnologias geradas pela pesquisa aos diferentes segmentos da sociedade, por meio da articulação e integração entre as unidades de pesquisa, as unidades centrais e os parceiros nacionais e internacionais. Segundo o documento intitulado: Diretrizes para transferência de tecnologia: modelo de incubação de empresas (GOMES; ATRASAS, 2005), a Embrapa utiliza as seguintes modalidades de transferência:

Difusão de tecnologia: a apropriação pelo público-alvo é promovida por agentes de extensão rural, assistência técnica, redes de difusão, utilizando instrumentos como dias de campo, unidades de observação, cursos, palestras, publicações e mídias. Trata-se de conhecimentos isentos de proteção intelectual e;

Comercialização de tecnologias, que compreende:

- **Licenciamento de uso:** transferência da exploração comercial e uso da marca, mediante licitação e contrato, com remuneração pela transferência, pagamento de royalties sobre as vendas, assistência técnica e garantia de qualidade do produto comercializado.
- **Alienação ou venda direta:** transferência integral dos direitos de exploração da patente, mediante pagamento. Sujeita à licitação pública e regulamentação por contrato.
- **Outras modalidades** como prestação de serviços, consultorias e assessorias.

Os tipos de contratos mais utilizados nesse processo são os classificados de acordo com o INPI (2013), como Licença para exploração de patente; Fornecimento de Tecnologia e Serviços de Assistência Técnica e Científica.

Para entender melhor esse processo, foram entrevistados dois gerentes do

Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT), criado para sistematizar as estratégias prioritárias de TT junto às unidades, porém ainda não conseguiu atingir esse objetivo, devido ao fato de parte dos subprocesso de TT serem coordenados por outras unidades centrais. Assim, as estratégias de TT são desenvolvidas de forma descentralizada, diretamente pelas unidades de pesquisa, uma vez que a Embrapa não dispõe de uma política para orientar esse processo. Nesse aspecto, Eldred e McGrath (1997) afirmam que, para que a TT ocorra de forma eficaz, é fundamental a existência de um processo de gerenciamento estruturado, com uma clara definição de papéis e responsabilidade tanto para cada indivíduo envolvido quanto para o grupo em sua totalidade. Para os autores, o fracasso nos esforços de transferência deve-se, geralmente, não à incompetência dos indivíduos, mas sim à falta de metodologias claramente definidas e gerenciadas.

Os principais instrumentos utilizados para a TT são os cursos dias de campo, palestras, unidades demonstrativas e de observação, vitrines tecnológicas, eventos, planos de negócio, publicações técnicas, programas de rádio e TV e Minibibliotecas. Para Araújo (1979), esses instrumentos são mais eficientes no processo de comunicação, pois despertam o interesse do cidadão para os avanços tecnológicos, mas não conduzem a uma efetiva transferência e tecnologia.

Até o momento, não houve uma pesquisa ampla para medir a eficiência dos instrumentos e estratégias utilizados no processo de TT. O processo de TT não foi considerado eficiente pelos entrevistados, devido à forma como é feito (descentralizado) e sem uma política orientadora ou normas padronizadas, e pelo fato de poucas unidades de pesquisa possuírem capacidade técnica e estratégias para realizar esse processo de forma eficiente. A falta de padronização das ações pode levar a ações desarticuladas entre as unidades e a sede, afetando a troca de informações e experiências, podendo fazer com que a Embrapa seja vista de maneira fragmentada pela sociedade.

Foram citadas, pelos entrevistados, as seguintes necessidades de melhorias deste processo:

- Elaboração de uma política norteadora de TT;

- Definição de uma governança interna para o processo;
- Redefinição de perfis profissionais (com instituição e capacitação das equipes);
- Mobilização de recursos financeiros e materiais para melhorar o processo nas unidades;
- Otimização da integração entre P&D e TT e entre a Embrapa e as redes de TT;
- Fortalecimento das agências públicas e privadas de TT nos estados;
- Identificação das demandas das redes por tecnologias e ações de TT;
- Qualificação e organização do conhecimento e tecnologias por demandas;
- Identificação de melhores práticas e estratégias e TT;
- Avaliação dos impactos de tecnologias, estratégias, programação de P&D e da evolução tecnológica em regiões e territórios.

Nota-se, pelas sugestões apresentadas, que o processo de TT ainda é bastante incipiente na Embrapa Sede, não havendo instrumentos e estratégias padronizadas ou normas que o regem, confirmando a percepção de Heberle e Sapper (2006) de que, na Embrapa, não é clara a relação que envolve as etapas de geração e de transferência de tecnologia, o que pode tornar-se um ponto vulnerável para a instituição.

Partindo desse pressuposto, é importante para a Embrapa contar com um efetivo processo de TT para que possa reduzir o tempo entre a produção do conhecimento e das tecnologias e sua disponibilização junto aos usuários. Esse fato é reforçado por autores como Garnica e Torkomian (2009) e Schaun (1981), que ressaltam a necessidade das ICTs contarem com um processo eficaz de TT, para o alcance de um patamar tecnológico superior das empresas brasileiras. Sugere-se, também, a definição de uma governança para esse processo para que haja uma padronização, e de instrumentos e estratégias utilizados pelas unidades, pois, conforme Eldred e McGrath (1997), o sucesso do processo de transferência de tecnologia depende, em grande parte, de metodologias claramente definidas e gerenciadas.

4 A Embrapa Suínos e Aves

A Embrapa Suínos e Aves é uma unidade de pesquisa da Embrapa e tem como missão “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da suinocultura e avicultura em benefício da sociedade brasileira” (EMBRAPA..., 2011). Criada em 13 de junho de 1975, para pesquisar suínos, incorporando em 1978 a pesquisa em aves, passando a se chamar Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, hoje denominada Embrapa Suínos e Aves, localizada em Concórdia, SC, conta com um quadro de 211 empregados, sendo 51 analistas, 110 assistentes e 50 pesquisadores – destes, 86% são doutores e 14% são mestres.

4.1 O processo de comunicação científica na Embrapa Suínos e Aves

O processo de comunicação é coordenado pelo Núcleo de Comunicação Organizacional (NCO) e inicia-se na elaboração do projeto de pesquisa, que, obrigatoriamente, deve prever a forma de divulgação dos resultados, a qual é determinada pelo pesquisador responsável pelo projeto. Além de *papers* nacionais e internacionais, a unidade conta com publicações próprias, disponibilizadas em seu site, denominadas “Publicações da Série Embrapa”, utilizadas na divulgação e difusão dos resultados das pesquisas realizadas. O tipo de publicação varia de acordo com o objetivo e público-alvo a ser atingido.

Para entender como ocorre o processo de comunicação científica, foram entrevistados os empregados que trabalham diretamente nesse processo, lotados no Núcleo de Comunicação Organizacional. Num total de seis empregados, cinco deles participaram da pesquisa realizada (83, 34%), respondendo aos questionários cujas questões versavam sobre o público-alvo das pesquisas da unidade, as estratégias e instrumentos de comunicação e possibilidades de melhorias nesse processo.

De forma geral, todos os entrevistados consideram como público-alvo da instituição a cadeia produtiva de aves, com seus diversos elos, também tendo sido citado o público formador de opinião, como imprensa e empresas do ramo do agronegócio.

As principais formas de interação com o público-alvo são os eventos, sendo também citadas notícias reproduzidas na mídia em geral, *twitter*, e as publicações disponibilizadas no site e em revistas científicas, sendo que estas mesmas formas foram citadas como principais instrumentos de comunicação científica, além de relatórios, publicações especializadas *realeses*, programas de rádio e TV, treinamentos, assessorias, dias de campo. Para os entrevistados, os instrumentos de interação com o público são os mesmos utilizados para publicação científica.

Em relação à formulação de estratégias de comunicação científica, não há uma percepção comum quanto à metodologia empregada. Foi citado que esta ocorre na elaboração do projeto de pesquisa; na elaboração do planejamento anual, de acordo com pesquisas, observações e até situações que precisam de respostas rápidas; que as estratégias são traçadas pelo NCO, por meio de contato direto com o pesquisador e por meio de projetos e elaborados para cada resultado de pesquisa consolidado e ainda por meio de contato com órgãos competentes. Não está claro para esses profissionais a forma como as estratégias de comunicação científica são traçadas, o que demonstra a falta de um planejamento estratégico. Quando perguntado se é feita pesquisa para avaliar a eficiência dos instrumentos de comunicação da unidade, três dos entrevistados citaram apenas a existência de avaliações pontuais de eventos realizados pela unidade; um entrevistado afirmou que a SECOM ou a unidade desenvolve ações desse tipo, que, mesmo pontuais, dão respostas interessantes, enquanto que outro acredita que não há esse tipo de pesquisa. Estas respostas levam a crer que a unidade não possui um instrumento para avaliar a eficiência de seu processo de comunicação científica. De forma geral, os entrevistados acreditam que as estratégias e canais de comunicação utilizados atingem o objetivo de comunicar C&T, porém todos percebem a necessidade de melhorar a comunicação científica e criar novos instrumentos para isso. Essa percepção ficou clara ao ser indagado se a unidade dispõe de um banco de dados com os resultados das pesquisas realizadas. Todos responderam que estes se encontram disponíveis no site. Porém foi afirmado que essa disponibilização é bastante

dispersa na Embrapa o que dificulta ao usuário acessá-las. Um entrevistado afirmou, ainda, que a unidade deve tentar fazer com que seus resultados de pesquisa se transformem em serviços e/ou produtos realmente utilizáveis no campo, a partir do recorte mais correto dos problemas de pesquisa. Observa-se, pelas respostas, que os resultados das pesquisas são disponibilizados para a sociedade, porém de forma ineficiente, pois o usuário não consegue localizar essas informações. Em relação à definição do público-alvo das pesquisas e a forma de comunicar os resultados, todos os entrevi-

tados responderam que o projeto de pesquisa tem seu público-alvo definido, assim como a forma de comunicar os resultados obtidos. Todavia um entrevistado citou que, apesar terem um público-alvo definido, as pesquisas apresentam um problema de recorte do problema. Pelas respostas, percebe-se que há um esforço, por parte da equipe de comunicação, para divulgar os resultados das pesquisas, porém estes nem sempre trazem a resposta que o público-alvo necessita. Os entrevistados sugeriram algumas melhorias que poderiam tornar esse processo mais eficiente (Quadro 1).

Melhoria sugerida	N. de entrevistados que sugeriram
Não há necessidade de melhorias	1
Melhorar a disposição das informações no site	2
Maior divulgação do site	1
Fazer um planejamento da comunicação no momento de elaboração do projeto	1
Melhorar o modelo de portfólios e arranjos da instituição	1
Não sabe	1

Quadro 1 - Melhorias sugeridas pelos entrevistados para o processo de Comunicação da Embrapa Suínos e Aves.

Fonte: Dados de pesquisa (2013).

Nota-se que são sugeridas melhorias em diferentes etapas do processo, desde o planejamento da comunicação, até a disponibilização das informações para o usuário, sendo esta citada por mais de um entrevistado. Analisando o processo de comunicação da Embrapa Suínos e Aves, percebe-se que as atividades estão ainda bastante voltadas para a comunicação institucional, em detrimento da comunicação científica. As informações são disponibilizadas no site, porém de forma pouco eficiente, o que torna difícil sua localização pelo usuário. Além disso, o uso da mídia eletrônica não atinge os produtores rurais, pois a maioria destes não tem acesso à Internet, conforme demonstrado em pesquisa realizada por Bassi e Monticelli (2011). Observa-se ainda a falta de interação entre o pesquisador responsável pelo projeto e a equipe de comunicação, resultando em uma comunicação falha ou tardia dos resultados dos projetos.

4.2 O processo de transferência de tecnologia na Embrapa Suínos e Aves

Os instrumentos formais de transferência de tecnologia utilizados na Embrapa Suínos e Aves são os mesmos citados no documento: Diretrizes para transferência de tecnologia modelo de incubação de empresas (GOMES; ATRASAS 2005)¹, ou seja, a difusão e comercialização de tecnologias, sendo mais comum neste caso, os contratos de licenciamento de uso para tecnologias geradas pela unidade ou em parceria e a prestação de serviços de consultoria e assessorias.

O processo de TT permeia por diversas áreas, mas está mais concentrado nos setores de Prospecção e Avaliação Tecnológica (SPAT) e pelo Setor de Articulação e Implementação de Tecnologia (SPIT). Assim, para um melhor entendimento desse processo, foram entrevistados os empregados que atuam

¹ Informações obtidas em conversa informal com um dos dirigentes da Unidade.

nesses dois setores. Nesse caso, trata-se de 10 empregados, sendo que nove (90%) participaram da pesquisa. As questões versavam sobre o público-alvo das pesquisas, as estratégias e instrumentos de TT e possibilidades de melhorias nesse processo.

As cadeias avícolas e suínicas foram citadas como o público-alvo das pesquisas da unidade por oito dos nove entrevistados, sendo também citadas as instituições públicas de pesquisa, empresas de economia de mercado, grandes agroindústrias, instituições internacionais e alunos e técnicos de instituições públicas e privadas. Um dos entrevistados citou apenas que o público alvo deveria ser “o homem do campo somado a vertentes estratégicas de grandes arranjos definidas em âmbito governamental”. Apesar de as cadeias avícolas e suínicas serem consideradas o grande público-alvo da unidade, não há concordância em relação a qual segmento dessas cadeias é considerado prioritário para a instituição.

Quanto às formas de interação com esses públicos, as respostas foram as mais diversas. Foram citados eventos, SAC, projetos de P&D, cursos, assessorias, contato direto com empresas, secretários de organizações governamentais, ministros e agentes de mercado. Também foi citado que ocorre somente após a demanda por parte dos interessados ou, ainda, por meio da disponibilização dos resultados das pesquisas para os públicos de interesse. Um entrevistado acredita que ocorre quando a agroindústria não consegue resolver um problema e procura a instituição para “trabalhar para ele”, enquanto que, para outro entrevistado, há pouca interação com o público, exceto com os mais tecnicados e com acesso aos meios de comunicação digitais. Nota-se que, para os entrevistados, a interação ocorre não apenas pela disponibilização das informações, mas pela interação com o público. Porém a visão de como isso ocorre é bastante diversificada.

Em relação à estratégia e instrumentos de TT, as publicações tipo Embrapa, eventos internos e externos, cursos, livros, apostilas, maquetes, vídeos, banners, dias de campo, unidades demonstrativas foram citados por seis entrevistados, também tendo sido ressaltada a dificuldade em encontrar as informações no site. A participação em feira, para um

dos entrevistados, é uma estratégia ineficaz. Dois entrevistados afirmaram que não há uma estratégia implantada, sendo que um deles citou que muitos resultados acabam em *papers* não lidos. Nesse aspecto, nota-se que, apesar de a maioria dos entrevistados citarem os eventos e publicações como principais instrumentos de TT, três (33%) dos entrevistados acreditam que esses instrumentos são ineficazes, e outros dois (22%) afirmaram não haver estratégias para a divulgação dos resultados das pesquisas da unidade.

Quanto à elaboração das estratégias de TT, também há diferentes percepções por parte dos membros das equipes. Dois entrevistados afirmam que depende do resultado da pesquisa e do público-alvo. Outro acredita que depende dos interesses governamentais e acesso ao público alvo. Para outros dois entrevistados, as estratégias são traçadas no próprio projeto de pesquisa e executadas pelas áreas responsáveis, enquanto que um afirma que estas são traçadas apenas no final dos projetos, quando o resultado já está disponível. Dois dos entrevistados não sabem informar. Percebe-se que as estratégias de TT não estão claramente definidas e, quando traçadas, são bem pontuais, direcionadas para projetos específicos e discutidas sem a participação dos profissionais de transferência.

Em relação ao uso de instrumentos para apurar a eficiência da TT, sete dos entrevistados afirmam que não há este tipo de pesquisa, enquanto que um acredita que é feito pela Embrapa Sede, e outro afirma que já foram realizados trabalhos, porém os resultados não são devidamente considerados pela direção da empresa.

Quando perguntado se as estratégias e canais e comunicação e TT utilizados atingem os objetivos, dois entrevistados acreditam que atingem o objetivo de comunicar C&T, mas não de transferi-la. Outros três afirmam que atingem apenas em parte, havendo necessidade de uma maior efetividade no processo. Para dois entrevistados, não há estratégias voltadas para os produtores que não têm acesso aos meios eletrônicos, e não possuem o hábito de ler informações técnicas. Apenas um entrevistado acredita que as estratégias usadas atingem seus objetivos. Diante das respostas, pode-se afirmar que as estratégias, sob o ponto de vista dos profissionais de TT,

devem ser revistas para que possam atingir os objetivos a que se propõem.

Quanto à disponibilização de um banco de dados com os resultados das pesquisas, todos os entrevistados citaram as publicações disponibilizadas no site da instituição, afirmando, porém, que estas são difíceis de serem encontradas e acessadas pelos usuários.

Em relação à definição do público-alvo das pesquisas e a forma de disponibilizar os resultados, três entrevistados afirmaram que o público-alvo é definido no momento de elaboração do projeto, porém as estratégias de comunicação e TT são feitas de maneira bastante simplória, pelo próprio pesquisador, enquanto que um acredita que tanto público quanto as estratégias de TT estejam contempladas no projeto de pesquisa. Ainda foi afirmado que não há definição de público-

alvo, exceto quando as pesquisas atendem demanda da agroindústria, que se encarrega de comunicar a quem interessa. Outros dois entrevistados consideram que os projetos de pesquisa da unidade não têm estratégias de TT, sendo que um deles acredita que o pesquisador elabora os projetos baseado em suas experiências ou demandas pontuais. As respostas demonstram que o público-alvo é determinado pelo tipo de pesquisa realizado, o que é coerente com a natureza das atividades da Instituição. Também foi perguntado sobre as possíveis melhorias no processo e, apesar de se tratar de uma questão aberta, houve algumas melhorias que foram sugeridas por mais de um entrevistado. Assim, para um para um melhor entendimento, as melhorias sugeridas foram classificadas e estão sumariamente descritas no quadro 2.

Melhoria sugerida	N. de entrevistados que sugeriram
Desenvolver pesquisas voltadas para solução de problemas das cadeias	2
Desenvolver tecnologias com aplicação prática	2
Envolver as equipe de TT e Comunicação na elaboração dos projetos	3
Desenvolver instrumentos para medir a eficiência dos instrumentos de TT utilizados	1
Utilizar impressos (mala direta) para os diversos públicos	1
Desenvolver um plano de TT em parcerias com agentes externos	1
Desenvolver ações de prospecção tecnológica para orientar os projetos de pesquisa	1

Quadro 2 – Melhorias sugeridas pelos entrevistados para o processo de TT da Embrapa Suínos e Aves.

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

As sugestões apresentadas pela equipe de TT estão voltadas para o desenvolvimento de pesquisas que geram resultados práticos para as cadeias nas quais a unidade está inserida. Em relação a isso, autores como Wildner et al., (1993); Fujisaka (1994) e Rosa Neto (2006) ressaltam que um dos problemas do processo de TT é que a tecnologia gerada resulta de um problema mal formulado pela pesquisa, ou seja, os usuários não enfrentam o problema que os pesquisadores supunham. Os autores reiteram a necessidade de estabelecer uma integração maior entre pesquisador-usuário para que haja um processo de comunicação de “mão dupla”, para possibilitar a identificação de novas demandas que auxiliem a tomada

de decisão, por parte da pesquisa, em relação à geração/adaptação de novas tecnologias.

Conclusões

As estratégias de comunicação da Embrapa, apesar de utilizar uma grande diversidade de instrumentos, ainda estão bastante voltadas para a comunicação institucional, havendo necessidade de criar novos modelos voltados para a comunicação científica, uma vez que se trata de uma instituição pública de C&T.

O processo de comunicação na Embrapa Suínos e Aves segue a mesma estratégia da Embrapa Sede. Seus principais instrumentos

de comunicação são publicações técnicas disponibilizadas no site e participação em eventos. Porém, por se tratar de uma instituição pública que tem como parte de seu público-alvo os produtores rurais de acesso restrito a mídia eletrônica, sugere-se que sejam criados novos mecanismos de interação com seus diversos públicos, o que pode ser feito melhorando a comunicação entre a equipe de comunicação e o pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa.

Em relação à transferência de tecnologia a nível estratégico, esse processo é bastante incipiente, não havendo padronização de estratégias e instrumentos e de uma instância coordenadora, o que pode vir a tornar esse processo menos efetivo. Na Embrapa Suínos e Aves, percebe-se também o processo de TT não é padronizado, que as estratégias são definidas, na maioria das vezes, pelo próprio pesquisador responsável pelo projeto. Sugere-se assim, que haja uma maior participação da equipe de TT na definição das estratégias e instrumentos a serem utilizados para transferir a tecnologia gerada, pois entende-se que essa participação poderá contribuir de forma decisiva para a correta definição das estratégias e instrumentos para a transferência de tecnologia.

Com base nas melhorias apresentadas, sugere-se também que seja criado um mecanismo para identificar as principais demandas de tecnologias das cadeias de aves e suínos, no desenvolvimento de soluções adequadas para responder a elas, uma vez que a existência de demanda para uma tecnologia ou serviço é condição necessária para a transferência. Por se tratar de uma ICT, o processo de transferência de tecnologia é parte integrante e essencial do processo de P&D e deve ser incorporado aos procedimentos adotados pelos técnicos da instituição, tanto na elaboração dos projetos quanto no processo de comunicação.

Práticas como diagnóstico das necessidades tecnológicas do público-alvo, abertura de canais de comunicação intersetoriais e com os diversos segmentos da sociedade, podem ser diretrizes metodológicas que venham tornar os processos de comunicação e transferência mais eficazes.

A transferência *spin-off technology*, apesar de apresentar um grau maior de liberdade de escolha por parte do pesquisador sobre o tipo de pesquisa e tecnologia a ser gerada, apresenta um menor grau de interação com

os potenciais usuários da tecnologia e com o mercado. Isso pode resultar no desenvolvimento de tecnologias um menor grau de aplicação prática, conforme constatado por alguns entrevistados. O uso de transferência *Dual-Use Technology* poderá fazer com que as pesquisas resultem em tecnologias que possam trazer soluções para os problemas existentes em sua área de atuação.

Referências

- ARAÚJO, V. M. R. H. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 79-100, 1979.
- BASSI, Nádia S. S.; MONTICELLI, Cícero J. Canais de comunicação preferenciais dos suinocultores, avicultores e técnicos agropecuários no sul do Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 279-303, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/12043/6608>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- BRYANT, Chris. *National centre for the public awareness of science*, 2004. Disponível em: <http://info.anu.edu.au/CPAS/Science_Communication/index.asp>. Acesso em: 02 jul. 2013.
- CYSNE, Fátima P. Transferência de tecnologia e desenvolvimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 1996.
- DERETI, Rogério M. Transferência e validação de tecnologias agropecuárias a partir de instituições de pesquisa. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 19, p. 29-40, jan./jun. 2009.
- DUARTE, Jorge. Da divulgação científica à comunicação. *Associação Brasileira de Jornalismo Científico*, 2004. Disponível em: <<http://www.abjc.org.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- DURAN, Jorge, E. Algunas consideraciones sobre el periodismo científico en America Latina. *Periodismo y Comunicación Científica en América Latina. Estado actual y desafíos*. In: SEMINARIO INTERAMERICANO DE PERIODISMO Y COMUNICACIÓN CIENTÍFICA, 13-15 oct. 2010. *Anais...* Buenos Aires, 2010.
- ELDRED, Emmet; MCGRATH, Michel E. Commercializing new technology. *Research Technology Management*, Arlington, v. 40, n. 3, p. 41-47, maio/jun. 1997.
- EMBRAPA SUÍNOS E AVES, 2011. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- FUJISAKA, Sam. Learning from six reasons why farmers do not adopt innovation sintended to improve sustainability of upland agriculture. *Agricultural Systems*, v. 46, n. 4, p. 409-425, 1994.
- GARNICA, Leonardo A.; TORKOMIAN, Ana L. V. Gestão de tecnologia em universidades: uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 16, n. 4, p. 624-638, out./dez. 2009.

- GARVEY, William D., LIN, Nan, NELSON, Carnot E. Communication in the physical and social sciences. In: GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers, and students*. Oxford: Pergamon, 1979. 332p. (Appendix I, p. 280-299).
- GELLER, Bruno. Las instituciones científicas y La comunicación pública de La ciencia. Periodismo y Comunicación Científica en América Latina. Estado actual y desafíos. In: SEMINARIO INTERAMERICANO DE PERIODISMO Y COMUNICACIÓN CIENTÍFICA, 13-15 oct. 2010. *Anais...* Buenos Aires, 2010.
- GOMES, Guarany C.; ATRASAS, Ana L. Diretrizes para transferência de tecnologia: modelo de incubação de empresas. *Embrapa Informação Tecnológica*, Brasília, 36, p. , 2005.
- GRIFFITH, Belver C. Understanding science: studies of communication and information. *Communication Research*, Newbury Park, v. 16, n. 5, p. 600-614, out. 1989.
- HEBERLÊ, Antonio L. O.; SAPPER, Sadi M. Impasses entre mediação e intercâmbio tecnológico na Embrapa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 4-9 set. 2006. *Anais...* Brasília: Intercom, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Contrato de Tecnologia, 2013. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/contrato_de_tecnologia_1351692514525#3>. Acesso em: 2 jul. 2013.
- NATIONAL TECHNOLOGY TRANSFER CENTER. *How to transfer technology*, 1999. Disponível em: <<http://www.nttc.edu/training/guide/secc00.html>>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- OLIVEIRA, Fabiola I. *Ciência e tecnologia na comunicação social de instituições governamentais*. 197p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo (ECA/ USP), 1998.
- ROGERS, Everett M.; SHOEMAKER, Floyd. *La comunicación de innovaciones*. México: Herrero Hermanos, 1974, 385p.
- ROGERS, Everett M.; TAKEGAMI, Shiro; YIN, Jing. Lessons learned about technology transfer. *Technovation*, Amsterdã, v. 21, n. 4, p. 253-261, dez. 2001.
- ROSA NETO, Calixto. *Principais demandas dos técnicos da extensão e de produtores rurais acerca do processo de inovação tecnológica de uma instituição de pesquisa agropecuária*. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2006. 20p. (Série Documentos).
- SANTORO, Michael D.; GOPALAKRISHNAN, Shanti. Relationship Dynamics between University Research Centers and Industrial Firms: their impact on technology transfer activities. *Journal of Technology Transfer*, New York, v. 26, n. 1-2, p. 163-171, jan. 2001.
- SCHAUN, Nicolau M. *Difusão de tecnologia no Centro Nacional de Milho e Sorgo*. Sete Lagoas: EMBRAPACNPMS, 1981. 27p.
- SCHLOTTFELDT, Carlos B. Difusão de tecnologia e extensão rural na EMBRAPA: reflexões conceituais e práticas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 8, n. 1-3, p. 98-112, jan./dez. 1991.
- WILDNER, Leandro P.; NADAL, Raul de.; SILVESTRO, Milton. Metodologia para integrar a pesquisa, a extensão rural e o agricultor. *Agropecuária Catarinense*. Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 37-47, set. 1993.

Integrando ecologia, economia e geotecnologia em tomadas de decisão
Integrating ecology, economy and geotechnology in decision making
L'intégration des l'écologie, l'économie, la géotechnique et le processus décisionnel
La integración de la ecología, la economía y geotecnología en la toma de decisiones

Andrea Santos Garcia*
(deiagarciaa@gmail.com)

Luiz Carlos Acorci Filho**
(luiz_acorci@hotmail.com)

Sergio Desimone Garcia***
(hydral@ibest.com.br)

Recebido em 10/12/2012; revisado e aprovado em 27/04/2013; aceito em 10/07/2013

Resumo: Este estudo objetivou caracterizar uma Área de Preservação Permanente baseando-se nos princípios da sustentabilidade. Para tal, foram aplicadas técnicas de geotecnologia, assim como conceitos ambientais, econômicos e sociais. Os métodos aqui utilizados podem ser transferidos para outras áreas de estudo e facilitar tomadas de decisões.

Palavras-chave: APA Guariroba. Serviços ecossistêmicos. Custo-benefício.

Abstract: This study aimed characterize an Area of Permanent Preservation based on sustainability context. To such purposes it was applied geotechnology techniques, as environmental, economic and social concepts. The methods employed to carry out this study can be transfer to other study areas and make decision process easier.

Key words: APA Guariroba. Ecosystems services. Cost-benefit.

Resummé: Cette étude a pour objectif de cibler et définir une Aire de Conservation Permanente par rapport à son développement durable. Pour ces fins, il a été appliqué techniques géotechnique, et les environnemental, économiques et sociaux concepts. Les méthodes utilisées mener à bien cette étude peuvent être transférées à d'autres site d'étude et de rendre le processus de décision plus facile.

Mots-clés: APA Guariroba. Services écosystémiques. Coûts-bénéfices.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo evaluar un Área de Preservación Permanente, tomando como base los principios de la sustentabilidad. Para tal, se aplicaron técnicas de geotecnología, y conceptos ambientales, económicos y sociales. La metodología utilizada en este estudio puede ser transferido y servir como base para tomar decisiones más racionales.

Palabras clave: APA Guariroba. Servicios ecossistêmicos. Costo-beneficio.

Introdução

A produção agropastoril é responsável por uma grande parcela do PIB brasileiro, cerca de R\$192 bilhões em 2011 (IBGE, 2012). Comumente o desenvolvimento desse setor e a conservação do meio ambiente são colocados em posições antagônicas. Um exemplo foi a extensa discussão sobre o Código Florestal brasileiro, a qual era dividida entre bancadas ruralistas e conservacionistas defendendo diferentes interesses (METZGER et al., 2010; SBPC, 2011; SPAROVEK et al., 2011; STOKSTAD, 2011; TOLLEFSON, 2011; NAZARENO, 2012).

Contudo o meio ambiente é fonte de diversos serviços ambientais responsáveis

por suportar a produção agropastoril maciça e a subsistência em geral. São exemplos disso o fornecimento de água bruta, manutenção temperatura e umidade, polinização, matérias primas diversas, entre outros (COSTANZA et al., 1997). Esses serviços são produtos naturais gerados na interação da biota entre si e entre o meio em que estão. Essas interações são complexas, principalmente nos trópicos, onde a biodiversidade e energia são maiores (CHIARAVALLOTI; VALLADARES-PÁDUA, 2011).

A procura por equilíbrio entre a produção/deposição e manutenção do meio ambiente gerou o termo "Desenvolvimento Sustentável" em 1983, no Relatório Brundtland. Desde então, organizações ao

* Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, São Paulo, Brasil.

** Projeto Isca Viva, Campo Grande, MS, Brasil.

*** Hydral Comercial Técnica Ltda., Campo Grande, MS, Brasil.

redor do mundo, de pequenas entidades ao Banco Mundial, adotaram o conceito "Sustentabilidade" para marcar uma nova filosofia de desenvolvimento. A sustentabilidade leva em consideração o desenvolvimento social, econômico e ambiental em longo prazo. Para ser sustentável, a atividade deve ser economicamente eficiente, socialmente incluyente e ecologicamente equilibrada (GOODLAND, 1995).

O planejamento deve ser a base para a tomada de decisão quando o objetivo é a eficiência de desenvolvimento socioeconômico. Apesar de ser o alicerce para uma decisão de cunho sustentável, esse conceito não vem, necessariamente, sendo ligado à esfera ambiental (DELALIBERA et al., 2008).

Uma base fundamental para o planejamento é o conhecimento territorial aliado às hipóteses de situações futuras. A degradação ambiental está diretamente ligada aos interesses políticos e econômicos que determinam e orientam a ocupação do território. Assim, a sustentabilidade de uma área é ligada ao contexto social, econômico e ambiental e deve ser vista pelo aspecto espacial e temporal. O avanço das tecnologias de sensoriamento remoto tem facilitado o planejamento e gerenciamento dessas informações. Essas tecnologias conferem certa facilidade, rapidez e razoável precisão na comparação de cenários (PARANHOS FILHO et al., 2008).

Um tomador de decisão, ou *stakeholder*, precisa organizar a sua gama de opções de acordo com os benefícios e custos econômicos, sociais e ambientais que cada um pode trazer. A análise pode ser apresentada em distintas perspectivas (do usuário, da eficiência, fiscal, distributiva ou ecológica), cada uma delas revelando os perdedores e os beneficiários, e as preferências do *stakeholder*. A partir de um ordenamento, as comparações entre situações futuras se tornam mais racionais (MORAES, 2008).

O principal objetivo deste estudo foi analisar a evolução da paisagem na Área de Preservação Ambiental Guariroba e seus efeitos ecológicos, econômicos e sociais. Dessa maneira, foi elaborado um método de análise lógico, de baixo custo e fácil replicação. Este estudo pode auxiliar nas tomadas de decisões para outras áreas além da APA Guariroba.

Materiais e métodos

Área de estudo

A APA Guariroba está situada integralmente no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a sudeste do perímetro urbano e cerca de 35 km do centro da cidade (Figura 1). Com área total aproximada de 36.190 hectares, foi instituída pelo Poder Público Municipal através do Decreto n. 7.183, de 21 de setembro de 1995. A APA Guariroba teve sua criação vinculada à necessidade de recuperação e conservação do principal sistema produtor de água bruta para abastecimento público de Campo Grande. A paisagem da APA é caracterizada por formações de Cerrado. As fitofisionomias que mais se destacam são cerradão, cerrado denso e áreas úmidas. Campo/pastagem é a formação mais representativa, sendo encontrado também florestas plantadas (eucalipto) e atividades de aquicultura. As características da área aqui citadas são encontradas no Plano de Manejo APA do Guariroba (CAMPO GRANDE, 2007).

O clima predominante na região, conforme a classificação de Köppen é do tipo Aw. Este é definido como Clima quente e úmido com chuvas de verão, tendo como característica a ocorrência de 4 a 5 meses secos e temperatura do mês mais frio superior a 18° C. O período entre outubro e março configura a estação úmida local, sendo entre novembro e janeiro os meses mais chuvosos. Já o período considerado mais seco é entre junho e agosto, quando as taxas são habitualmente inferiores a 50 mm.

A APA Guariroba é dominada por sucessão de Neossolo Quartzarênico (Areia Quartzosa). Restrito a porção inferior das vertentes (em associação a áreas de ocorrência de basaltos), é encontrado Latossolo Vermelho (típico ou distroférico), de textura média a muito argilosa.

Os solos da APA apresentam forte limitação ao uso agrícola intensivo, devido principalmente às extensas e contínuas áreas muito arenosas. Solos arenosos, em um perfil com espessura de 2 metros, apresentam baixa capacidade de retenção de água (em torno de 100 mm de água disponível). Outro fator limitante é o caráter distrófico do solo, isto é, são solos quimicamente pobres, que exigem, para sua utilização, uma fertilização intensiva, corretiva e de manutenção.

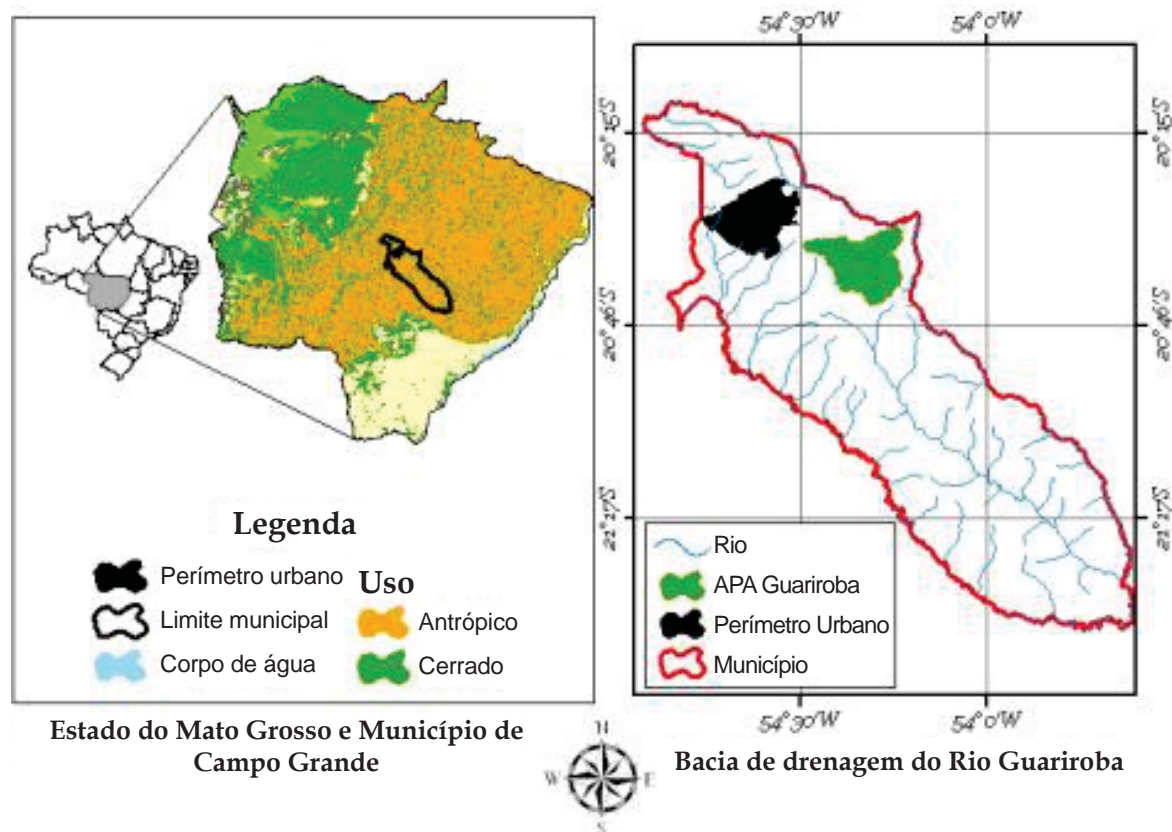


Figura 1 - Localização da área de estudo

Análise ambiental

Para caracterizar e avaliar a ocupação da paisagem estudada, foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento as quais possibilitam comparações da paisagem entre períodos distintos. Para tal, foram utilizadas imagens de satélite Landsat-5, sensor TM (Thematic Mapper), dos anos de 1984 e 2011 na composição RGB 432.

As imagens foram georreferenciadas e as áreas de interesse recortadas com o auxílio do *software* ArcGis. A base de corte (*shapes*) utilizada e todos os dados de relevo e cobertura de solo foram fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

A classificação do uso de solo foi feita no *software* Multispec, o qual é disponibilizado gratuitamente. O tipo de classificação utilizada foi a supervisionada. Esse tipo de classificação

é baseado em algoritmos que reconhecem padrões espectrais na imagem. O analista fornece amostras na área de treinamento (treinador), a partir das quais são determinados valores e variabilidade para cada banda e classe.

Nesse estudo foi utilizado o algoritmo *Extraction and Classification of Homogeneous Objects (ECHO) classifier*. Esse algoritmo combina características espectrais e espaciais/texturais. Para avaliar o mapeamento temático estatisticamente, utilizamos o coeficiente *kappa* extraído da matriz de erro (LU et al., 2004).

A legenda adotada inclui as seguintes classes de uso e cobertura do solo: cerrado florestado, mata ciliar, silvicultura, pastagem, pastagem em degradação, pastagem degradada, solo exposto, corpos d'água e nuvens (Figura 2). Os mapas de uso e cobertura resultantes passaram por inspeção visual e comparação com as composições coloridas.

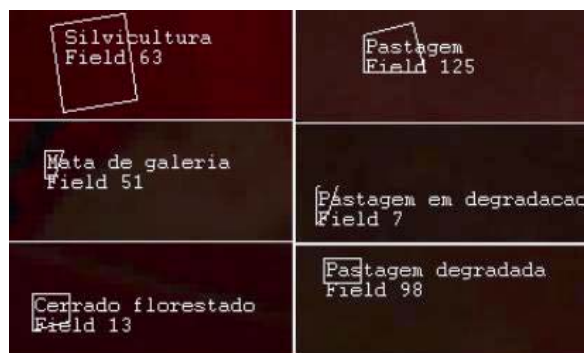


Figura 2 - Exemplos de classes de uso do solo adotadas

Análises econômicas

Na análise de custo-benefício (ACB) normalmente se consideram duas óticas: a financeira ou privada e a econômica ou social. Sob a ótica privada, a análise de custo-benefício busca maximizar os lucros, com base nos preços de mercado. Do ponto de vista da sociedade, a eficiência de um projeto, ação ou política deve considerar outros elementos (os efeitos externos gerados pelo projeto ou política, sejam eles negativos ou positivos), e os preços de mercado são corrigidos de todas as distorções que alteram seu valor real (MORAES, 2008). Portanto um projeto ou política é aceito se:

$$[B-C] > 0 \quad \text{onde,}$$

B = benefícios do projeto ou política (incluindo benefícios ambientais), e

C = custos do projeto ou política (incluindo custos ambientais).

Para comparar os usos de solo (naturais e antrópicos) na ACB foi calculado o valor de cada hectare baseado na lucratividade de cada atividade. O parâmetro social foi baseado em um comparativo entre empregos oferecidos diretamente, enquanto os ambientais, no nível de perturbação causada dentro da área de estudo.

Para evitar *shadow prices* e mascarar valores de custos e benefícios calculados para cada item optou-se obter os valores diretamente com técnicos agrônomos e proprietários rurais com atividades em desenvolvimento na área de estudo (HESS et al., 1980). O Sistema de Produção oferecido pela EMBRAPA foi usado para certificar as proporções entre os valores obtidos (<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>).

Com base nas entrevistas foi elaborada uma tabela com as atividades desenvolvidas no local e seus valores de (1) Custo, (2) Receita bruta, (3) Índice de lucratividade, (4) Risco de investimento, (5) Tempo de retorno médio (*Payback*), (6) empregos gerados diretamente e (7) Impacto ambiental. É importante destacar que o quadro foi elaborado para um hectare de área produtiva para facilitar a comparação entre atividades.

Os valores dos ecossistemas naturais são baseados na mensuração de valores monetários utilizados na valoração de serviços ambientais fornecidos por essas áreas. Valores de serviços ecossistêmicos podem ser definidos como o valor total dos serviços e produtos ecossistêmicos providos por diferentes tipos de ecossistemas (MARTINEZ et al., 2009).

Segundo Costanza et al. (1997), há muitas maneiras de se valorar serviços ambientais, tanto direta como indiretamente. Os mais comuns são aqueles que estimam um valor que a sociedade está disposta a pagar, que calcula o valor marginal dos serviços e os que transferem valores. Cada um deles possui seus prós e contras, e, apesar dos avanços nessa área de estudo, ainda há muitas incertezas e confusões.

Boyd e Banzhaf (2006) sugerem uma unificação dos conceitos e métodos relacionados à valoração dos serviços ambientais e apresentam outra definição: serviços ambientais são componentes da natureza, diretamente aproveitáveis, consumidos ou usados para produzir bem-estar para a população. Em outras palavras, são serviços finais da natureza.

Para estimar os valores dos serviços ambientais da APA Guariroba, como sugerido por Boyd e Banzhaf (2006), foi utilizado um serviço final – produção de água bruta. É importante salientar que esse estudo tem o objetivo de fornecer um valor mínimo para comparação.

O cálculo foi baseado no volume de água captado pela empresa concessionária Águas Guariroba em 2007, cerca de 38.833.080 m³ (CAMPO GRANDE, 2007), e a tarifa Social de consumo (o menor valor entre as tarifas), R\$1,22/m³ (CAMPO GRANDE, 2011). A partir dessas duas variáveis, foram descontados 80% do valor monetário total – relativo a custos, como recomenda De Groot et al. (2002).

A área de estudo possui diferentes formações naturais e antropizadas com

diferentes pesos na produção de água, os quais necessitam ser embutidos no cálculo do valor dessas áreas. Como estudos realizados no Cerrado ou Savanas são raros, foram utilizados dois trabalhos realizados por Costanza para ponderar sobre esses pesos - uma revisão mundial (COSTANZA et al., 1997) e um trabalho muito detalhado para o estado de New Jersey/EUA (COSTANZA et al., 2006).

Os trabalhos foram adaptados para a realidade da APA Guariroba em quatro passos:

- (1) somaram-se os valores obtidos por Costanza et al. (2006) para as classes que eram encontradas na APA ("Floresta", "Mata ciliar", "Áreas úmidas", e "Cursos de água") obtendo-se um total. Segundo Costanza et al. (1997), pastagens ou solo exposto não contribuem na produção de água, logo essas classes de cobertura de solo não entraram no cálculo;
- (2) foi calculado o valor de importância (porcentagem) para cada uma das classes "Floresta", "Mata ciliar", "Áreas úmidas", e "Cursos de água" a partir dos valores parciais e totais apresentados pelos autores;
- (2) dividiu-se o valor monetário arrecadado pela empresa concessionária com a captação de água por cada valor de importância, obtendo-se o valor monetário de cada classe ("Floresta", "Mata ciliar", "Áreas úmidas", e "Cursos de água");
- (3) como na classificação realizada não foi feita a diferenciação entre "Mata ciliar" e "Área úmida", a área de "Mata ciliar" foi dividida em duas - observações de campo suportam essa estratégia;
- (4) com esses valores mais os valores de áreas obtidos para 1984 e 2011, foram calculados os valores monetários por hectare para diferentes coberturas de solo.

Resultados e discussão

A classificação automática supervisionada foi uma ferramenta que apresentou bons resultados para avaliar o uso de solo. Foi possível diferenciar várias classes de uso, inclusive classes bem semelhantes como formações

florestais. O índice Kappa para ambos os anos foram altos, em torno de 94% e 98%, e suas variâncias baixas, comprovando a eficiência do método utilizado (Tabela 1 e 2).

Tabela 1 – Acurácia referente à homogeneidade das amostras e a confiança da classificação da imagem de 1984.

Acurácia	Referência (%)	Confiança (%)
Cerrado florestado	91,8	88,8
Mata de galeria	87,1	90
Curso de água	81,8	100
Pastagem	89,9	90,5
Pastagem de degradação	71,4	93
Pastagem degradada	84,2	94,1
Solo exposto	97,8	67,7
Kappa Statistic (X100) = 93,9%		
Kappa Variance = 0,000053		

Tabela 2 – Acurácia referente à homogeneidade das amostras e a confiança da classificação da imagem de 2011.

Acurácia	Referência (%)	Confiança (%)
Cerrado florestado	99,1	100
Mata de galeria	98,8	98,8
Curso de água	89,5	100
Silvicultura	100	99,6
Pastagem	100	99,3
Pastagem em degradação	37,5	35,3
Pastagem degradada	88,4	90,8
Solo exposto	94,6	87,5
Nuvem	71,4	71,4
Kappa Statistic (X100) = 97,9%		
Kappa Variance = 0,000014		

Contudo, segundo a matriz de confusão, houve uma leve confusão entre as classes "Pastagem em degradação" e "Solo exposto" para o ano de 1984 e uma acentuada entre "Pastagem em degradação" e "Pastagem degradada" para o ano de 2011. Logo estas foram somadas para realizar as análises quantitativas dessas classes (Tabela 3).

Tabela 3 - Dados quantitativos das classes usadas na classificação do uso do solo.

	1984		2011	
	Hectares	%	Hectares	%
Cerrado florestado	5714,01	15,78	4710,15	13,01
Mata de galeria	1059,48	2,93	985,41	2,72
Curso de água	121,95	0,34	109,41	0,30
Silvicultura	0,00	0,00	1283,85	3,55
Pastagem	20710,17	57,21	12626,28	34,88
Pastagem em degradação	6359,85	17,57	2216,16	6,12
Pastagem degradada	992,34	2,74	12764,43	35,26
Solo exposto	1245,06	3,44	1487,97	4,11
P. degradação + degradada + S. exposto	8597,25	23,75	16468,56	45,49
Nuvem	0,00	0,00	18,99	0,05
Total	36202,86	100,00	36202,65	100,00

O mapeamento temático ilustra a evolução temporal e espacial da paisagem na APA Guariroba (Figura 3). O avanço das áreas pastoris sobre as áreas de vegetação nativa foi majoritariamente anterior a 1984. Entre 1984 e 2011, a área passou por uma reconfiguração espacial, muitos fragmentos encontrados na APA hoje são de vegetação nativa secundária. Esses dados contrapõem os resultados de Dias (2005), o qual conclui que a área foi majoritariamente desmatada entre 1985 e 1995.

É notável que, na imagem de 1984, as áreas de pastagem em fase de degradação estão concentradas adjacentes aos cursos de água. Essa configuração pode indicar que a ocupação da área foi feita através do desmatamento da Mata ciliar. Apesar de não haver uma diferença significativa entre 1984 (1059,48 ha) e 2011 (985,41 ha), em 2011 há uma melhor distribuição da Mata Ciliar na APA Guariroba (Tabela 3).

Os cálculos das feições da paisagem indicam que em 1984 a matriz da paisagem era constituída de pastagem – 57,21% da área total. Enquanto a área de vegetação nativa compunha 18,71% da área total da APA Guariroba.

As florestas nativas tiveram uma queda suave entre esses 27 anos – quase 3% da área total da APA. Houve o surgimento de

plantações de eucalipto em antigas áreas de pastagem – cerca de 3,5%. A área de pastagem apresentou uma grande queda entre os anos de 1984 e 2011 – 22,33% da área total da APA. Essa área foi substituída por pastagem em diferentes estágios de degradação e solo exposto – aumento de 21,74%.

Pelas próprias características do solo, a cobertura vegetal é frágil, sendo facilitado o processo de erosão laminar e o consequente assoreamento de corpos de água e nascentes (CAMPO GRANDE, 2007). É importante destacar que a mata ciliar é muito importante no combate ao assoreamento de cursos de água, mas essa última barreira não pode ser a única, e sim fazer parte de um conjunto de técnicas específicas para cada área.

As três atividades econômicas recomendadas para a APA são encontradas na área hoje (Tabela 4). O índice de lucratividade média entre as atividades foi em torno de 15%. O cultivo de eucalipto apresentou o maior percentual de lucratividade, porém um tempo de retorno e custo muito altos. A piscicultura apresentou lucratividade média e o menor tempo de retorno, porém o risco de investimento é o mais alto. A pecuária possui um baixo custo e risco de investimento, mas o menor índice de lucratividade, sendo a atividade mais comum na APA Guariroba.

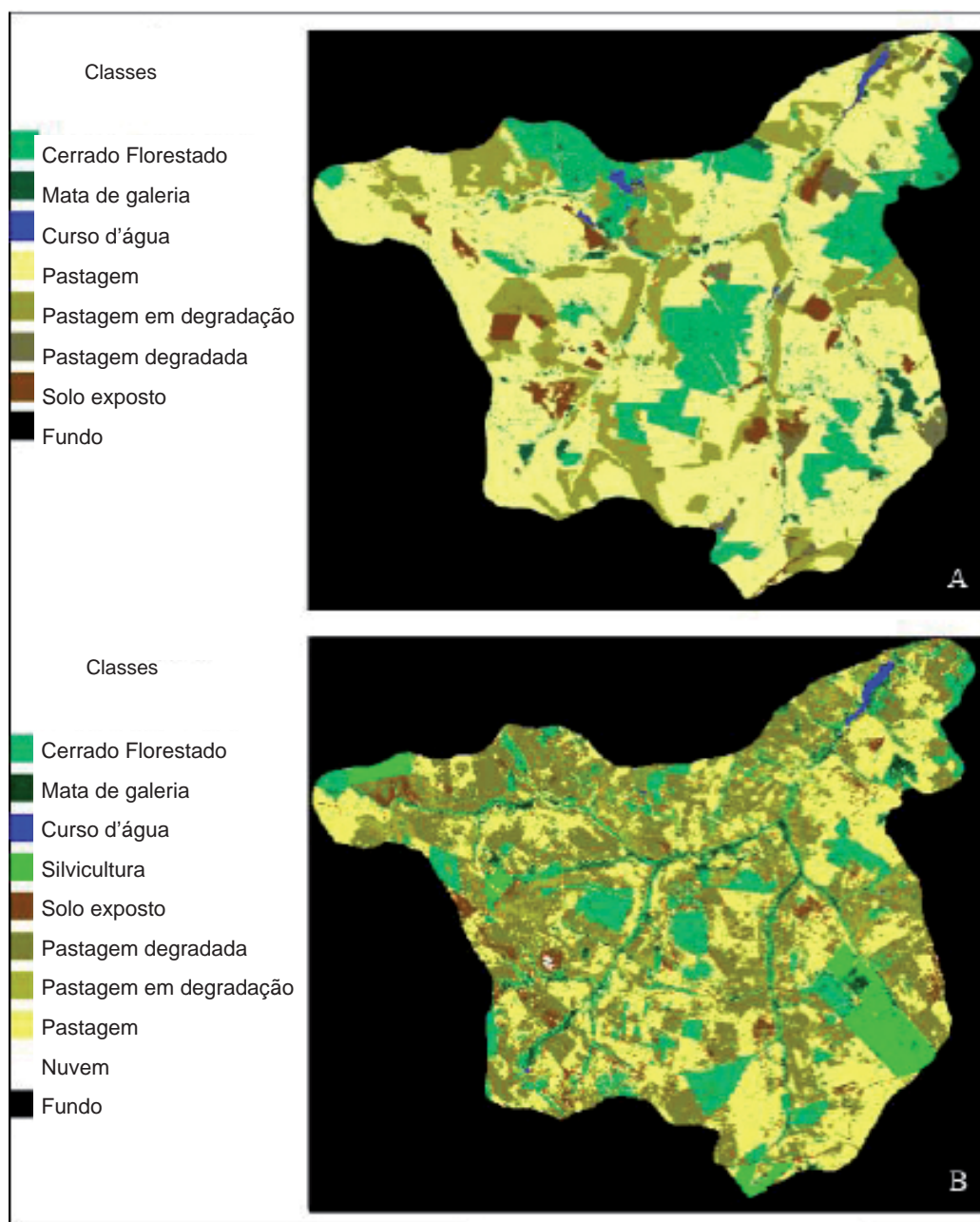


Figura 3 – Mapa temático construído a partir de imagem de 1984 (A) e 2011 (B).

Tabela 4 – Comparativo econômico e social de diferentes usos de solo recomendados para a APA Guariroba (1 ha de área útil).

	Pecuária	Eucalipto	Psicultura
Custo (R\$)	800,00	8.347,50	15.400,00
Receita bruta	1,3	18	33
Índice de lucratividade (%)	38,46	53,62	44,00
Lucratividade ano⁻¹ (R\$)	250,00	1.378,93	14.520,00
Risco de investimento (comparativo)	+	++	+++
Tempo de retorno médio (anos)	2	7	1
Empregos diretos (pessoas)	1	12	3
Impacto ambiental (comparativo)	+++	++	+

Entre todas as atividades, aquelas com maior impacto ambiental é a pecuária, seguida pela plantação de eucalipto. Apesar de a cultura de eucalipto ser um ambiente favorável para muitos organismos, este sofre alterações dramáticas na fase entre colheita e nova plantação (VACCA et al., 2000; DIAS JUNIOR et al., 2005).

O processo erosivo mostra-se intenso e extensivo em áreas de pecuária (PIMENTEL et al., 1995). Em áreas de eucalipto as taxas erosivas se assemelham àquelas encontradas em áreas de vegetação natural, contudo estudos relacionados aos estágios iniciais e de corte das florestas plantadas ainda são escassos (SILVA et al., 2011; SALGADO; MAGALHÃES JÚNIOR, 2006).

A engorda de gado de corte gera um emprego direto, enquanto a piscicultura gera três, e o eucalipto, cinco empregos. É importante salientar que na piscicultura há a necessidade de no mínimo uma pessoa qualificada para manejar a fase reprodutiva. No cultivo de eucalipto, são necessários operadores de

máquinas e um especialista para fazer todo o planejamento das atividades. Essas duas atividades ainda apresentam um aumento significativo no número de empregos gerados no campo de acordo com o aumento da área de produção, o mesmo não ocorre na pecuária.

É muito importante lembrar que a Tabela 4 foi elaborada com base em uma área de um hectare, o que não condiz com a realidade de produção das áreas. Enquanto projetos de piscicultura têm menos do que 10 ha, projetos de eucaliptos e pecuária são compostos por mais de 100 ha.

Os valores obtidos no cálculo do valor de áreas de formações naturais da APA Guariroba são mostrados na tabela 5. A maior importância da Mata Ciliar e Áreas Úmidas aliadas às suas distribuições restritas tornam essas áreas mais valiosas, R\$10.555,86 ha⁻¹ano⁻¹ e R\$ 6.378,90 ha⁻¹ano⁻¹ respectivamente. A oferta de quase cinco vezes mais Floresta e seu baixo valor de importância na produção de água fazem com que seu valor seja muito mais baixo, R\$ 5,23 ha⁻¹ano⁻¹.

Tabela 5 – Valor monetário de diferentes formações da APA Guariroba com base na produção de água.

	Importância	Valor de área total (RS/ano)	1984 (RS/ha/ano)	2011 (RS/ha/ano)
Floresta	0,26	24.635,71	4,31	5,23
Áreas úmidas	33,17	3.142.947,56	5.933,00	6.378,90
Mata ciliar	54,89	5.200.976,54	9.817,98	10.555,86
Cursos de água	11,69	1.107.659,24	9.082,90	10.123,93
Total	100,00	9.475.271,52	1.374,14	1.632,27

De acordo com os resultados das Tabelas 4 e 5, o valor das áreas de cursos de água e seus arredores compostos de vegetação natural possuem um valor de existência muito competitivo em comparação com qualquer atividade econômica desenvolvida na APA Guariroba. O abastecimento de água em Campo Grande ainda gera ao redor de 500 empregos diretos e conserva o meio ambiente.

Pagamentos por serviços ambientais são uma forma de incentivar proprietários a manter ou aumentar áreas conservadas. Essa estratégia mostra-se necessária, já que há a necessidade de suprir o custo de oportunidade. No caso de serviços ambientais, toda a população e governo são beneficiados.

É muito importante salientar que estudos específicos sobre valoração de ecossistemas sejam feitos para delimitar os valores mais corretos quanto possível. Os valores aqui gerados são apenas estimativas adaptadas de outros ecossistemas, com diferentes formações e dinâmicas ecológicas.

Conclusão

O *software* Multispec atendeu às necessidades deste estudo e é recomendado para outros trabalhos acadêmicos ou não acadêmicos. Sua manipulação é fácil, e sua interface, amigável, sendo de grande valia para operadores iniciantes. O método de análise

econômico também foi muito satisfatório para alcançar os objetivos pré-estabelecidos.

A Área de Preservação Ambiental do Córrego Guariroba passou por uma grande reconfiguração da paisagem entre 1984 e 2011. A cobertura vegetal nativa apresentou queda e as áreas cultivadas de eucalipto aumentaram.

O dado que merece muita atenção é a enorme perda de áreas de pastagem, as quais evoluíram para solo em diferentes graus de degradação. A fim de evitar a degradação do solo, é necessário fazer uma boa adequação das atividades para as características físicas e biológicas das áreas.

Nos comparativos realizados neste trabalho está claro que os investimentos nas Áreas de Preservação Permanente conferem grandes benefícios socioeconômicos, além de serem de fundamental importância para a manutenção ambiental.

O aumento das áreas naturais faz com que os preços delas diminuam, melhoraram os serviços ambientais fornecidos (reduzem assoreamento e aumentam a vazão). O equilíbrio entre as atividades econômicas e serviços ambientais são de fundamental importância para a sustentabilidade da área, e assim garantir benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Referências

- BOYD, J.; BANZHAF, S. *What are ecosystem services? the need for standardized environmental accounting units*. Washington, DC: Resources for the Future: 2006. 29 p.
- CAMPO GRANDE, P. M. *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guariroba - APA do Guariroba*. Campo Grande, MS: PMCG, 2007. 156 p.
- _____. Decreto Municipal n. 11.691, de 09 de dezembro de 2011. *Diário Oficial*, Campo Grande, MS, ano XIV, n. 3.414, p. 1-2, 2011.
- CHIARAVALLI, R. M.; VALLADARES-PADUA, C. *Escolhas sustentáveis*. São Paulo: Editora Urbana, 2011. 168p. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=XTibbt7ysD8C&printsec=frontcover&dq=inaut+hor:%22RAFAEL+MORAIS+CHIARAVALLI%22&hl=pt-BR&sa=X&ei=HPNgU7P7Ia62sATloIDwBA&ved=0CDEQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false>>.
- COSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Ecological Economics*, v. 25, n. 1, p. 3-16, apr. 1997.
- _____. The Value of New Jersey's Ecosystem Services and Natural Capital. G. I. F. E. Burlington, VT: University of Vermont, 2006. 167p.
- DE GROOT, R. S.; WILSON, M. A.; BOUMANS, R. M. J. A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, v. 41, n. 3, p. 393-408, jun. 2002.. Disponível em: <<http://www.journals.elsevier.com/ecological-economics/>>.
- DELALIBERA, H. C. et al. Alocação de reserva legal em propriedades rurais: do cartesiano ao holístico. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, v. 12, p. 286-292, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662008000300010&nrm=iso>.
- DIAS, E. F. *Georreferenciamento no estudo do uso e ocupação do solo na microbacia do Guariroba no município de Campo Grande (MS)*. 2005. 81f. Monografia (Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2005.
- DIAS JUNIOR, M. D. S. et al. Traffic effects on the soil preconsolidation pressure due to eucalyptus harvest operations. *Scientia Agrícola*, Piracicaba, SP, v. 62, n. 3, p. 248-255, 2005.
- GOODLAND, R. The concept of environmental sustainability. *Annual Review of Ecology and Systematics*, Palo Alto, USA, v. 26, p. 1-24, Nov. 1995.
- HESS, G. et al. *Engenharia Econômica*. São Paulo: Difusão Editorial, 1980. 165 p.
- IBGE. *PIB cresce 0,6% em relação ao 2º tri de 2012 e chega a R\$ 1,10 trilhão*, 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2272&id_pagina=1&titulo=PIB-cresce-0,6%-em-relacao-ao-2%BA-tri-de-2012-e-chega-a-R\\$-1,10-trilhao](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2272&id_pagina=1&titulo=PIB-cresce-0,6%-em-relacao-ao-2%BA-tri-de-2012-e-chega-a-R$-1,10-trilhao)>. Acesso em: 2 jan. 2012.
- LU, D. S. et al. Comparison of land-cover classification methods in the Brazilian Amazon Basin. *Photogrammetric Engineering and Remote Sensing*, v. 70, n. 6, p. 723-731, jun. 2004. Disponível em: <http://www.indiana.edu/~act/files/curriculum_vitae/dlu_webCV/June_PERS_2004.pdf>.
- MARTINEZ, L. M. et al. Effects of land use change on biodiversity and ecosystem services in tropical montane cloud forests of Mexico. *Forest Ecology and Management*, v. 258, n. 9, p. 1856-1863, oct. 2009.
- METZGER, J. P. et al. Brazilian law: full speed in reverse? *Science*, v. 329, n. 5989, p. 276-277, jul. 2010.
- MORAES, A. S. *Pecuária e conservação do pantanal: análise econômica de alternativas sustentáveis - o dilema entre benefícios privados e sociais*. 2008. 265f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2008.
- NAZARENO, A. G. Call to veto Brazil's forest-code revisions. *Nature*, v. 481, n. 7379, p. 29-29, jan. 2012.
- PARANHOS FILHO, A. C.; LASTORIA, G.; TORRES, T. G. *Sensoriamento remoto ambiental aplicado*. Campo Grande, MS: UFMS, 2008. 198p.
- PIMENTEL, D. et al. Environmental and Economic Costs of Soil Erosion and Conservation Benefits. *Science*, v. 267, n. 5201, p. 1117-1123, 1995. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/267/5201/1117.abstract>>.

SALGADO, A. A. R.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Impactos da silvicultura de eucalipto no aumento das taxas de turbidez das águas fluviais: o caso de mananciais de abastecimento público de Caeté/MG. *Geografias*, Belo Horizonte, 01, p. 47-57, 2006.

SBPC, S. B. P. O. P. D. C. *O Código Florestal e a Ciência: contribuição para o diálogo*. São Paulo: Academia Brasileira de Ciências, 2011. 124p.

SILVA, M. A. da et al. Management systems in the eucalyptus forest plantations and the soil and water losses in Vale do Rio Doce, MG state. *Ciencia Florestal*, Santa Maria, v. 21, n. 4, p. 765-776, Oct-Dec 2011.

SPAROVEK, G. et al. A revisão do Código Florestal brasileiro. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 98, p. 111-135, 2011. Disponível em: <[http://www.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007&nrm=iso)

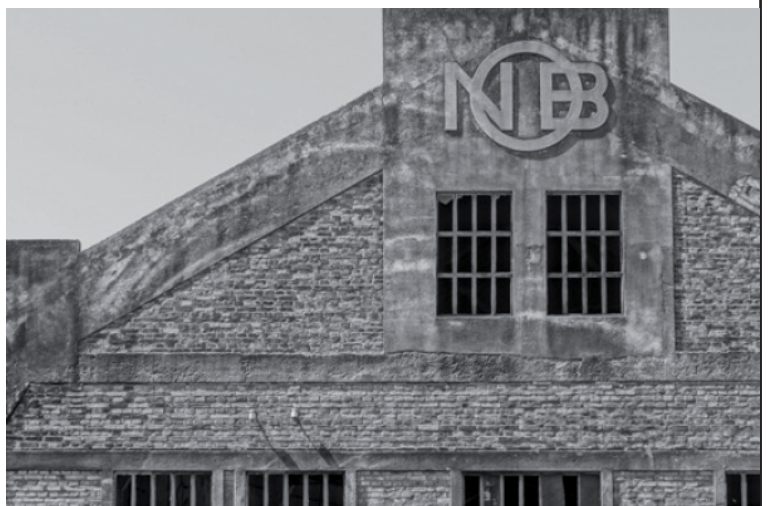
[scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007&nrm=iso)>.

STOKSTAD, E. Controversial Changes to Forest Law Pass Brazilian Senate. *Science Insider: Science Magazine Online*, dez. 2011. Disponível em : <<http://news.sciencemag.org/scienceinsider/2011/12/controversial-changes-to-forest.html>>

TOLLEFSON, J. Brazil revisits forest code. *Nature*, v. 476, n. 7360, p. 259-260, aug. 2011. Disponível em: <<http://www.nature.com/news/2011/110817/full/476259a.html>>.

VACCA, A. et al. Measurement of runoff and soil erosion in three areas under different land use in Sardinia (Italy). *Catena*, v. 40, n. 1, p. 69-92, jun. 2000.

Teoria e Prática



Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida

Brazilian family farmers' perception on their livelihoods

Le perception des agriculteurs familiaux brésiliens sur leurs conditions de vie

Percepción de los campesinos brasileños acerca de sus condiciones de vida

Gabriel Medina*

(gabriel.silva.medina@gmail.com)

Evandro Novaes*

(novaes_ufg@yahoo.com)

Recebido em 21/09/2013; revisado e aprovado em 10/12/2013; aceito em 05/04/2014

Resumo: O trabalho traz a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida a partir de entrevistas realizadas em 10.362 domicílios rurais em todas as regiões do país. Os agricultores percebem de forma positiva as condições de produção dentro da propriedade (incluindo área utilizada e mão de obra existente) e de forma negativa os resultados alcançados da porteira para fora (acesso a políticas públicas, inserção em mercados e relações sociais).

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Políticas públicas. Agricultura familiar.

Abstract: This paper presents the Brazilian family farmers' perception on their livelihoods based on interviews carried out with 10.362 farmers all over the country. The results reveals a positive perception family farmers have on their in-farm conditions for production (including land and labor availability) and a negative perception on their performance out of the farm (including access to public policies, markets and social relationships).

Key words: Local development. Public policies. Family farming.

Résumé: Cette étude présente le perception des agriculteurs familiaux au Brésil sur leurs conditions de vie à partir des interviews menées dans 10.362 ménages ruraux dans toutes les régions du pays. Les agriculteurs perçoivent positivement les conditions de production au sein de la propriété (zone utilisée et la main-d'oeuvre existante) et négativement les résultats obtenus dehors la propriété (marchés d'insertion, l'accès aux politiques publiques et à la vie sociale).

Mots-clés: Le développement local. Les politiques publiques. Agriculture familiale.

Resúmen: Este artículo muestra la percepción de los campesinos brasileños acerca de sus condiciones de vida desde encuestas hechas en 10362 domicilios rurales en todas las regiones del país. Los campesinos observan de forma positiva las condiciones de producción dentro de la propiedad (incluyendo área utilizada y mano de obra disponible) y de forma negativa los resultados alcanzados fuera de la propiedad (inserción hacia los mercados, acceso a políticas públicas y relaciones sociales).

Palabras clave: Desarrollo local. Políticas públicas. Agricultura campesina.

Introdução

Particularmente a partir do processo de construção da lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 2006), o governo federal brasileiro e pesquisadores têm se esforçado para revelar a importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento local e nacional. Avanços importantes foram feitos principalmente a partir de análises de dados censitários e de estudos de caso específicos (ver, por exemplo, SANTOS, MITJA, 2012).

O Censo Agropecuário de 1996 permitiu identificar a quantidade de estabelecimentos familiares no país e sua contribuição econô-

mica nas diferentes regiões, em contraste com a agricultura patronal (INCRA/FAO, 2000). Pesquisas também revelaram que a agricultura familiar representa um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, quando considerados tanto o componente agrícola quanto a indústria (GUILHOTO *et al.*, 2007).

A análise do Censo Agropecuário de 2006 chamou a atenção para a capacidade produtiva da agricultura familiar brasileira, que responde por 70% da produção de alimentos consumidos no país (FRANÇA *et al.* 2009). Esse desempenho, entretanto, não é homogêneo. Enquanto o segmento mais próspero da agricultura familiar brasileira aumentou sua participação na produção total

* Universidade Federal de Goiás, Goiás, Goiânia, Brasil.

entre 1996 e 2006, o segmento mais pobre não teve aumento (GUANZIROLI et al., 2013).

Estudos apontam as contribuições que a agricultura familiar pode ter para o desenvolvimento local e regional, inclusive das regiões mais pobres (WIGGINS, 2006). Esses estudos exploram tanto a importância da produção agrícola (WIGGINS et al., 2010) quanto de atividades não agrícolas em estabelecimentos pluriativos (PLOEG et al., 2000; SCHNEIDER, 2001) para o desenvolvimento local.

Apesar do conhecimento acumulado sobre a importância da agricultura familiar para a economia do país, as condições de vida dos agricultores são pouco conhecidas em escala nacional. Uma perspectiva que merece atenção especial como indicador do potencial de desenvolvimento local é a percepção dos próprios agricultores sobre suas condições de vida. Adicional aos dados objetivos do Censo e de estudos de caso, a percepção dos agricultores revela a perspectiva local para aspectos fundamentais do desenvolvimento, em contraste com a visão dos gestores públicos (CONTERATO et al., 2012).

Um primeiro tema central que merece análise é a condição de produção nos estabelecimentos familiares por revelar a percepção dos agricultores sobre os elementos fundamentais para a produção agrícola. Nos estabelecimentos estão os meios de produção que são fundamentais ao desenvolvimento local como terra e mão de obra (COSTA, 1995).

Outro aspecto fundamental é a percepção dos agricultores sobre os resultados alcançados na garantia de sua subsistência, inserção comercial e inserção social (MARQUES, 2010). O acesso às políticas públicas é também um elemento estrutural, principalmente considerando sua importância na garantia das condições de desenvolvimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998). Merecem destaque as políticas de apoio à produção agropecuária como crédito rural, assistência técnica e comercialização.

Finalmente, é importante contrastar a percepção dos agricultores familiares com outros segmentos rurais, como os agricultores não familiares e trabalhadores rurais. O contraste traz indicadores subjetivos, mas fundamentais para o entendimento da qualidade de vida das famílias e de sua autoestima.

O objetivo deste estudo é contribuir para o maior entendimento das condições de

vida dos agricultores familiares brasileiros a partir da percepção dos próprios agricultores sobre: 1) As condições de produção nas propriedades familiares; 2) Os resultados alcançados pelas propriedades incluindo subsistência, inserção nos mercados e relações sociais das famílias; 3) O acesso às políticas públicas de apoio à produção pela agricultura familiar; e 4) Suas condições de vida em contraste agricultores não familiares e trabalhadores rurais.

Na seção seguinte, a metodologia utilizada para a coleta e tratamento dos dados é descrita. A seção resultados e discussão traz uma análise sobre as condições de produção, os resultados alcançados com a produção, a percepção sobre as políticas públicas e a autoestima dos agricultores familiares. Nas considerações finais, são discutidas as principais lições sobre a percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido mediante colaboração entre 27 universidades brasileiras e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os dados foram coletados em 16 estados das diferentes regiões brasileiras envolvendo 37 territórios rurais (Quadro 1). Os resultados foram compartilhados em um banco de dados comum denominado Sistema de Gestão Estratégica (SGE) para que os diferentes parceiros da pesquisa pudessem fazer análises comparativas.

Foram amostrados territórios rurais e da cidadania que são compostos por um conjunto de municípios com áreas com menores indicadores de desenvolvimento (Quadro 1). Os territórios identificados fazem parte de regiões com menor índice de desenvolvimento humano (IDH), maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família, concentração de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária, concentração de populações quilombolas e indígenas, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico e com maior organização social (capital social). Portanto o estudo traz

os resultados da percepção dos agricultores familiares brasileiros vivendo em áreas economicamente menos desenvolvidas.

A lista de municípios que compõem os territórios foi obtida a partir do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a lista de setores censitários rurais de cada município foi obtida a partir da contagem de população de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir daí, foi elaborado um cadastro de domicílios rurais presentes nos setores censitários rurais dos municípios que compõem os territórios selecionados. Para a amostragem probabilística foi feito um sorteio em dois estágios: no primeiro, foram sorteados os setores censitários a partir da lista de municípios dos territórios; no segundo, sortearam-se os domicílios rurais dentro dos setores censitários selecionados na primeira etapa. O tamanho da amostra em cada território foi calculado com erro amostral máximo de 5% (WALTER, 2011). Em campo, para realizar uma amostragem sistemática, o número de domicílios do setor foi dividido pelo número de domicílios a ser entrevistado, resultando na quantidade de domicílios que não seria amostrado entre uma entrevista e outra.

Os dados foram coletados em um questionário-padrão chamado de Índices de Condições de Vida (ICV) com 24 perguntas feitas ao responsável pelo domicílio rural (WALTER, 2011). A maioria das questões acessa a percepção dos agricultores com o uso de uma escala qualitativa com os níveis ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo. As respostas ótima e boa de cada território de cada região foram tomadas para estimativa do percentual de agricultores com visão positiva sobre o tema abordado na questão. Devido a possíveis desvios amostrais, foram estimadas margens de erro com base em um intervalo de confiança de 95%, conforme equação a seguir:

$$e = 1,96 \sqrt{\frac{p \times (1 - p)}{n}}$$
, em que p é porcentagem estimada para o parâmetro em questão e n é o tamanho amostral, que na maioria das estimativas são os 4.327 domicílios rurais familiares amostrados.

Os indicadores levantados nas questões tratam da percepção dos agricultores sobre questões-chave, como condições e

produtividade da área, condições da mão de obra, escolaridade, infraestrutura disponível, acesso a mercados, a assistência técnica, a programas do governo e inserção social. Assim, os indicadores revelam a percepção dos indivíduos acerca do desenvolvimento por meio de múltiplas dimensões em função de disseminadas críticas à insuficiência das análises unidimensionais (CONTERATO et al., 2012).

Foram entrevistados 10.362 domicílios, sendo 4.342 domicílios de agricultores familiares e 6.020 de agricultores não familiares. Os agricultores familiares foram identificados de acordo com a definição legal (Lei n. 11.326), cujos requisitos são: possuir menos de quatro módulos fiscais, possuir trabalho principalmente da família, ter renda da família proveniente principalmente da produção, ser um estabelecimento administrado pela família e possuir até dois empregados permanentes. Entre os 4.342 agricultores familiares, 4.327 informaram ter produção na propriedade, e 15 não estavam produzindo. Entre os 6.020 agricultores não familiares, 3.648 informaram ter produção na propriedade, e 2.372 não produziam nada.

A maior parte dos agricultores que foi classificada como não familiar informou que a renda não provinha principalmente da produção no estabelecimento (42%) ou que tinha mais que dois empregados permanentes (34%). As demais razões para os agricultores serem classificados como não familiares foram: ter áreas acima de quatro módulos fiscais (9%), não possuir trabalho principalmente da família (8%) e não ser a família que administra o estabelecimento (7%). Por qualquer dessas razões, o estabelecimento foi classificado como não familiar. Os agricultores foram considerados sem produção quando responderam não ter produção em sua propriedade. Na maior parte dos casos, os agricultores não familiares sem produção são trabalhadores de fazendas e empreendimentos rurais.

Território	Número de entrevistas	Território	Número de entrevistas
Nordeste		Norte	
Do Alto Sertão - AL	250	Manaus e Entorno - AM	279
Do Sisal - BA	260	Baixo Amazonas - AM	288
Inhamuns Crateús - CE	260	Baixo Amazonas - PA	290
Baixo Parnaíba - MA	260	Nordeste Paraense - PA	270
Borborema - PB	260	Sudeste Paraense - PA	285
Sertão Do Pajeú - PE	240	Transamazônica - PA	285
Mata Sul - PE	503	Marajó - PA	260
Do Litoral Norte - AL	280	SUB TOTAL	1.957
Litoral Sul - BA	280	Centro-Oeste	
Sertão Central - CE	270	Da Reforma - MS	250
Sertões De Canindé - CE	270	Grande Dourados - MS	291
Vales do Curu e Aracatiaçu - CE	270	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG	270
Lençóis Maranhenses/Munin - MA	268	Vale Do Rio Vermelho - GO	250
Do Agreste - AL	270	Bico Do Papagaio - TO	281
Agreste Meridional - PE	280	SUB TOTAL	1.342
Mato Grande - RN	295	Sudeste	
Sertão Do Apodi - RN	270	Médio Jequitinhonha - MG	250
Açu-Mossoró - RN	270	Noroeste De Minas - MG	260
SUB TOTAL	5.056	Serra Geral - MG	402
Sul		Vale Do Mucuri - MG	250
Vale Do Ribeira - PR	307	Pontal Do Paranapanema - SP	258
Zona Sul Do Estado - RS	280	SUB TOTAL	1.420
SUB TOTAL	587	TOTAL	10.362

Quadro 1 - Territórios selecionados para o levantamento de campo.

Resultados e discussão

Condições de produção

Para analisar as condições que os agricultores têm como base para a produção, foram identificados os seguintes indicadores: área utilizada para a produção, características da mão de obra familiar, escolaridade dos membros da família e infraestrutura nos domicílios. Os resultados revelam que a maioria dos agricultores familiares tem percepção positiva sobre as condições de produção na propriedade (Tabela 1), sugerindo um excelente ponto de partida para o desenvolvimento local.

Referente à área, considerando a situação da área utilizada para a produção (tamanho e possibilidade de aproveitamento), 53% do total de domicílios familiares responderam de forma positiva, considerando a situação boa ou ótima. Também foi positiva a percepção sobre o resultado da produção levando em conta a área utilizada para 43%

dos domicílios. Entre as regiões brasileiras, os resultados foram significativamente melhores para o Centro-Oeste e Norte, que obtiveram avaliações respectivas de 57% e 60% para a situação da área e 44% e 51% resultado da produção. Esse resultado pode indicar que os agricultores que estão em área de fronteira agrícola percebem maior disponibilidade de terras para produção.

Referente à mão de obra familiar, em 75% dos domicílios nenhum membro ou poucos membros tiveram que sair do estabelecimento para trabalhar fora. Esse número é menor nas regiões Sudeste e Sul (55%), possivelmente pela existência de alternativas de renda. A região Norte é a que possui a menor proporção de membros trabalhando fora da propriedade, com 91% dos domicílios relatando que nenhum membro ou poucos membros trabalham fora.

A figura 1 revela dados objetivos sobre a situação da mão de obra familiar nos domicílios pesquisados. Os dados indicam que as regiões Norte e Nordeste apresentam famílias mais numerosas (Figura 1a). Em todas as

regiões um pequeno percentual de membros trabalha fora da propriedade (Figura 1b),

sugerindo que a força de trabalho está concentrada nas atividades da propriedade.

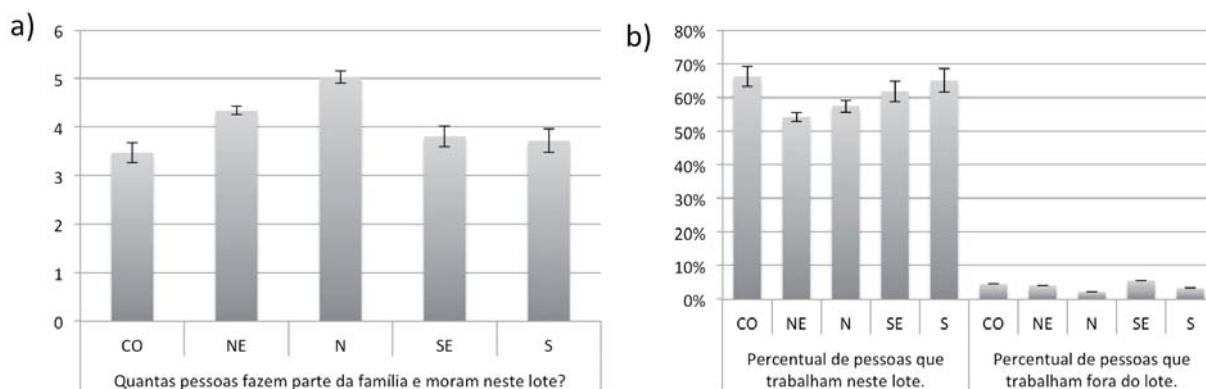


Figura 1 - Situação da força de trabalho nos domicílios familiares com produção (N = 4.327)

Adicionalmente, a avaliação sobre a quantidade de pessoas trabalhando na propriedade e as características da força de trabalho também foi positiva em 40% e 44% dos domicílios respectivamente. A produtividade do trabalho é avaliada de forma mediana, com apenas 31% dos entrevistados tendo uma visão positiva sobre o resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho. Isso pode indicar que a produtividade do trabalho pode ser melhorada, por exemplo, com a agregação de tecnologia.

Sobre a escolaridade dos membros da família, 46% dos entrevistados consideram que a situação está positiva. No entanto a figura 2 revela baixa taxa de escolaridade dos adultos e resultados medianos sobre a alfabetização de jovens. Por outro lado, há boa porcentagem de atendimento à escola entre aqueles em idade escolar. Vale, no entanto, ressaltar que estudos recentes revelam que a presença massiva na escola é uma tendência mundial, embora nem sempre esteja relacionada a bons índices de aprendizado (BANERJEE; DUFLO, 2011).

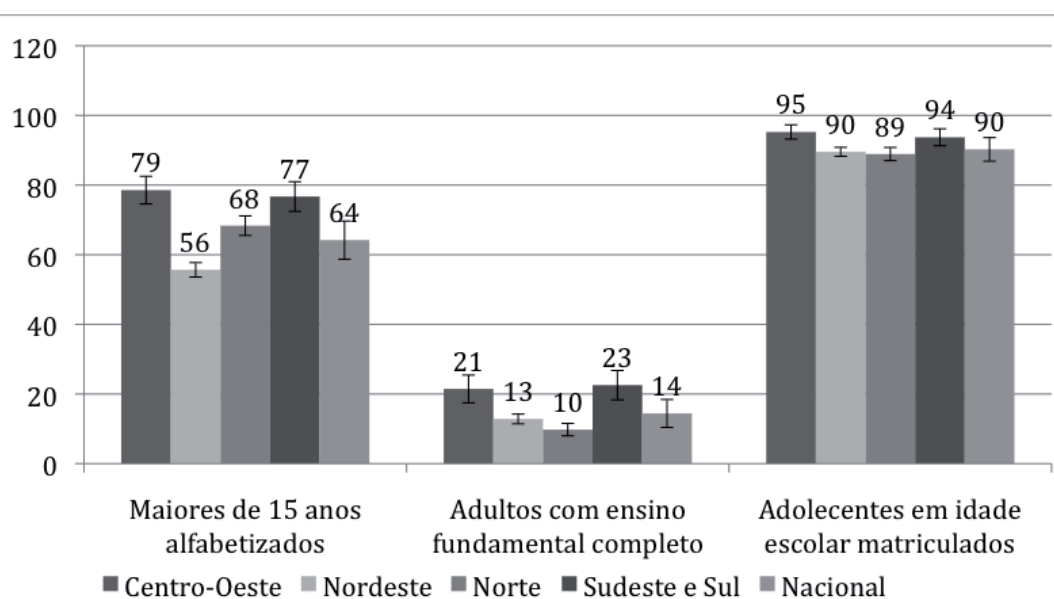


Figura 2 - Porcentagem de escolaridade nos domicílios familiares com produção (N = 4.327)

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

O acesso à infraestrutura básica como água tratada e energia elétrica é importante não só para melhorar o bem-estar das famílias mas também para oferecer melhores condições para a produção, beneficiamento e armazenamento dos produtos. No quesito infraestrutura, os resultados foram bastante

positivos (Figura 3). A maioria dos domicílios tem energia elétrica, água dentro ou próximo de casa, fogão a gás, geladeira e telefone, com exceção da região norte. Os dados também indicam que o acesso a computadores ainda é uma realidade distante da agricultura familiar brasileira.

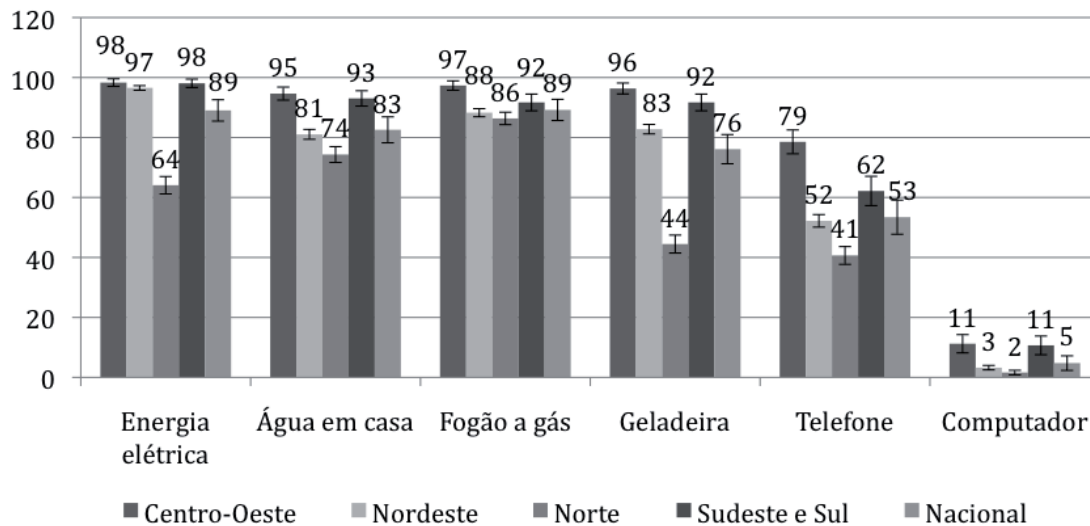


Figura 3 – Percentagem de infraestrutura doméstica nos domicílios familiares (N = 4.327)

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Tabela 1– Percentagem de percepção positiva (boa e ótima) dos agricultores familiares brasileiros sobre as condições de produção no domicílio (N = 4.327)*.

	1.1 Área		1.2 Mão de obra			1.3 Educação	
	1.1.1 Área	1.1.2 Produção	1.2.1 Permanência	1.2.2 Quantidade	1.2.3 Características**	1.2.4 Produção	1.3.1 Escolaridade
Centro-Oeste	57,07 ± 4,79	44,88 ± 4,81	77,86 ± 4,02	50,24 ± 4,84	51,95 ± 4,84	33,90 ± 4,58	50,73 ± 4,84
Nordeste	48,79 ± 2,09	38,00 ± 2,03	73,35 ± 1,85	35,88 ± 2,01	41,29 ± 2,06	26,38 ± 1,85	46,85 ± 2,09
Norte	60,28 ± 2,95	51,75 ± 3,02	91,85 ± 1,65	45,69 ± 3,01	48,91 ± 3,02	37,54 ± 2,92	43,70 ± 2,99
Sudeste e Sul	54,30 ± 5,01	45,70 ± 5,02	55,56 ± 5,00	43,62 ± 4,99	45,99 ± 5,02	35,46 ± 4,82	49,70 ± 5,03
Nacional	53,24 ± 5,69	43,20 ± 5,65	75,51 ± 4,91	40,84 ± 5,61	44,89 ± 5,68	31,23 ± 5,29	46,89 ± 5,69

* Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

** Idade, escolaridade e capacidade da mão de obra familiar.

Legenda (pergunta realizada):

1.1.1 Área - Como está a situação da área utilizada para a sua produção? (p 2)

1.1.2 Produção - Como está o resultado da produção levando em conta a área utilizada? (p 11)

1.2.1 Permanência - Os membros da família tiveram de sair do domicílio/estabelecimento para trabalhar fora? (p 19) (Nenhum membro, poucos, boa parte, quase todos, todos) (p 19)

1.2.2 Quantidade - Na sua opinião, em relação à quantidade de pessoas de sua família que está trabalhando a situação está... (p 1.1)

1.2.3 Características - Em relação às características da mão de obra da família que está trabalhando (idade, escolaridade, capacidade) (p 1.2)

1.2.4 Produção - Como está o resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho utilizada (produtividade do trabalho: capacidade de produzir, quantidade e qualidade)? (p 10)

1.3.1 Escolaridade - Sobre a escolaridade dos membros da família, você acha que a situação está... (p 3)

Resultados da produção

Os agricultores familiares percebem resultados positivos da sua produção para a subsistência, mas negativos para a inserção em mercados e para a vida social. Isso sugere dificuldades enfrentadas pelos agricultores da porteira para fora, ou seja, na interação com os mercados e com a sociedade local. Também aponta para a necessidade de análise sobre a atuação das políticas públicas em apoio ao segmento.

Subsistência - Sobre o resultado para subsistência, os agricultores consideraram positivas as condições de alimentação, de saúde e de moradia dos membros da família. Foram avaliadas como boas ou ótimas as condições de alimentação e nutrição por 56% dos entrevistados e as condições de saúde por 50% dos entrevistados (Tabela 2). Já as condições de moradia foram avaliadas como boas ou ótimas por 56% dos domicílios.

Inserção no mercado - Acerca da inserção comercial, a percepção é negativa sobre

a variedade da produção da propriedade, a variedade das fontes de renda e a situação da renda (Tabela 2). A produção e a renda são consideradas variadas ou muito variadas por apenas 31% e 17% das famílias entrevistadas. A exceção foi a região Centro-Oeste, que apresentou maior variedade de produção e renda (42% e 27%).

Os agricultores enfrentam diferentes desafios para garantir a venda da produção e a compra de insumos incluindo a atuação de intermediários (atravessadores), condições de acesso e oportunidades de venda dos produtos (Figura 4). A presença de intermediários é considerada positiva por muitos agricultores, que não contam com apoio de cooperativas de comercialização ou de acesso direto a feiras-livres e outros espaços de comércio. Especialistas indicam problemas no mercado das áreas rurais e, por isso, são prioritárias as políticas públicas de comercialização em favor dos agricultores familiares principalmente com vistas a conectar oferta e demanda (WIGGINS, 2006).

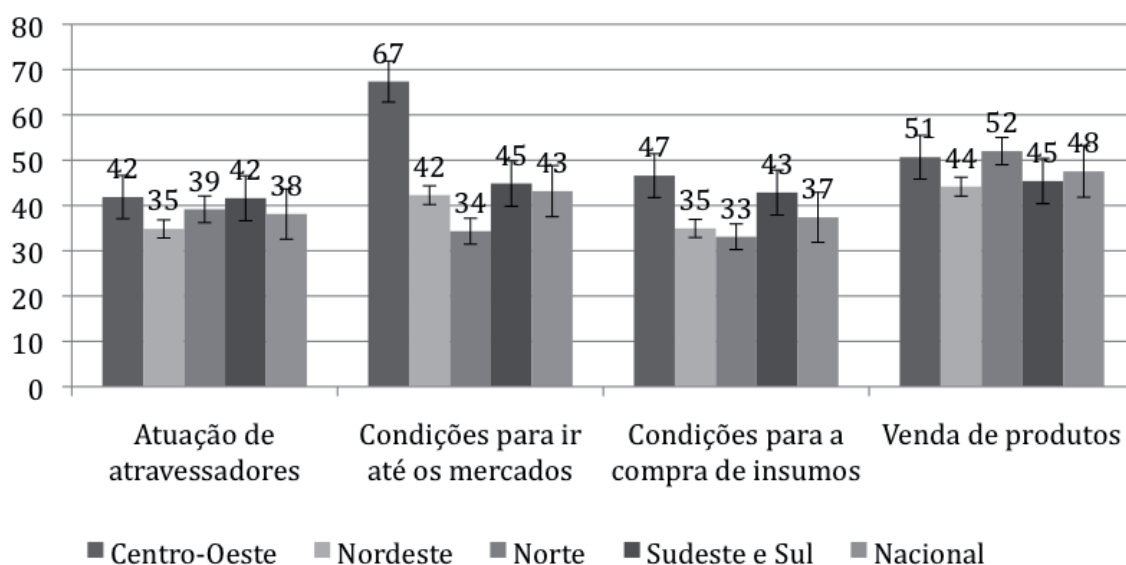


Figura 4 - Porcentagem de domicílios familiares que avaliam como positivo (bom ou ótimo) os seguintes indicadores de mercado (N = 4.327)*.

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

A situação atual da renda é considerada positiva por apenas 24% das famílias, embora a avaliação seja de que a renda aumentou nos últimos cinco anos para 61% das famílias (Tabela 2). Em relação às outras regiões, os agricultores do Centro-Oeste ava-

liaram a renda de forma positiva em maior proporção (31%). Os territórios nessa região têm boas condições relativas de acesso a mercados de grandes centros consumidores facilitadas pelas condições viárias e pelo clima com menor incidência de chuvas, o

que viabiliza o transporte para o comércio e geração de renda.

Em relação às diferentes fontes de renda dos domicílios familiares, os dados indicam que a maior parte dos agricultores possui renda proveniente da produção agropecuária (Figura 5). Em todas as regiões, mais de 80% dos agricultores familiares afirmaram possuir renda dessa fonte, que inclui produção

agrícola, pecuária, pesqueira e extrativista. Destaca-se também a porcentagem de famílias assistidas por programas de transferência de renda, principalmente nas regiões Nordeste e Norte. Em contraste, as atividades não agrícolas relacionadas ao conceito de pluriatividade como, por exemplo, turismo rural, não representa fonte de renda para quase a totalidade dos agricultores familiares brasileiros.

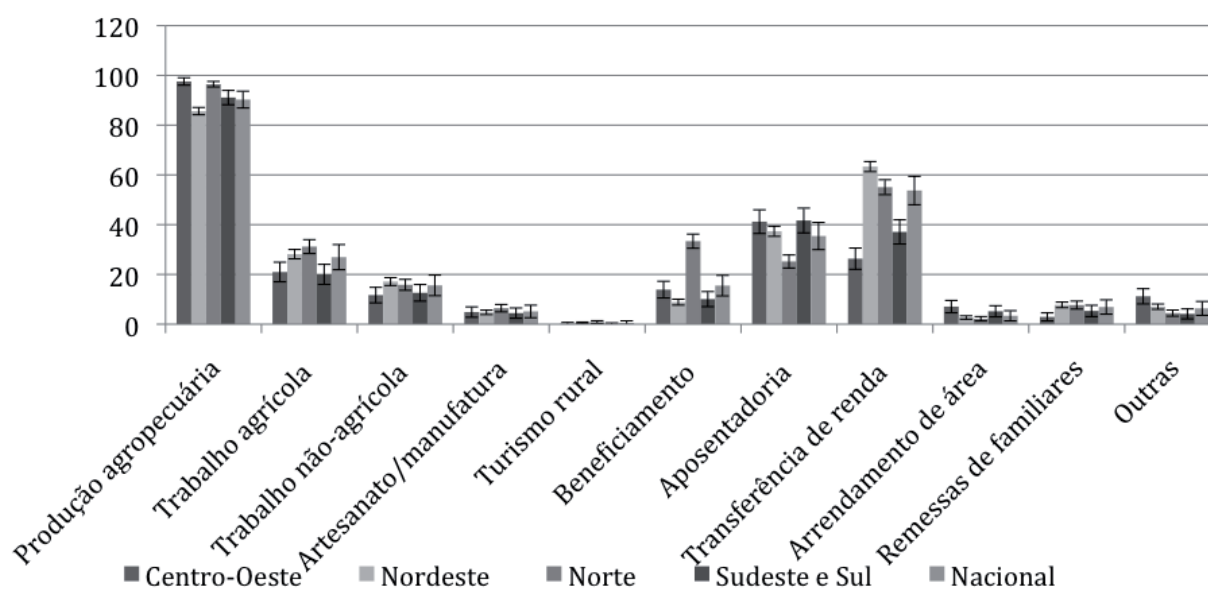


Figura 5 – Porcentagem de domicílios familiares que indicaram ter ganhos em dinheiro provenientes de diferentes fontes (N = 4.327)*.

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Inserção social – O questionário também avaliou a percepção dos agricultores sobre sua inserção social. A participação política e acesso à cultura foram avaliados positivamente por 45% e 40% dos domicílios.

A participação em organizações comunitárias foi mais bem avaliada, sendo positiva para 52% dos domicílios. O destaque é para a maior inserção cultural dos agricultores da região Norte (57%).

Tabela 2 - Porcentagem de percepção positiva (boa e ótima) dos agricultores familiares brasileiros sobre os resultados da produção para a subsistência, inserção no mercado e vida social (N = 4.327)*.

	2.1 Subsistência			2.2 Inserção no mercado			2.3 Inserção social			
	2.1.1 Alimentação	2.1.2 Saúde	2.1.3 Moradia	2.2.1 Variedade produção	2.2.2 Variedade renda	2.2.3 Renda atual	2.2.4 Evolução renda	2.3.1 Organizações	2.3.2 Política	2.3.3 Cultural
Centro-Oeste	75.43 ± 4,17	60.34 ± 4,74	62.20 ± 4,69	42.44 ± 4,78	27.56 ± 4,33	31.46 ± 4,49	58.64 ± 4,77	54.74 ± 4,82	34.55 ± 4,60	36.74 ± 4,67
Nordeste	50.16 ± 2,10	46.75 ± 2,09	56.86 ± 2,08	29.04 ± 1,90	15.83 ± 1,53	23.08 ± 1,77	62.56 ± 2,03	50.34 ± 2,10	49.00 ± 2,09	35.48 ± 2,00
Norte	52.42 ± 3,01	49.86 ± 3,02	50.52 ± 3,02	27.58 ± 2,70	17.06 ± 2,27	24.83 ± 2,61	64.64 ± 2,88	59.43 ± 2,96	46.92 ± 3,01	57.63 ± 2,98
Sudeste e Sul	74.22 ± 4,40	57.04 ± 4,98	61.57 ± 4,90	37.09 ± 4,86	19.58 ± 4,00	25.82 ± 4,41	53.19 ± 5,02	50.37 ± 5,03	39.11 ± 4,91	33.63 ± 4,76
Nacional	56.84 ± 5,65	50.39 ± 5,71	56.55 ± 5,66	31.21 ± 5,29	17.83 ± 4,37	24.73 ± 4,92	61.24 ± 5,56	52.97 ± 5,70	45.59 ± 5,68	40.70 ± 5,61

*Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Legenda (pergunta realizada):

2.1.1. Alimentação - As condições de alimentação e nutrição (quantidade e qualidade) de sua família estão... (p 17)

2.1.2. Saúde - As condições de saúde de sua família estão... (p 18)

2.1.3. Moradia - O que você acha das condições de moradia da família? (p 4)

2.2.1. Variedade da produção - Você acha que sua produção é... (p 12) (Muito variada, variada, mais ou menos variada, pouco variada, nada variada)

2.2.2. Variedade da renda - As fontes de renda ou de ganhos em dinheiro em sua família são... (p 13) (Muito variadas, variadas, mais ou menos variadas, pouco variadas, nada variadas)

2.2.3. Renda atual - O que você acha da situação de renda de sua família (quantidade de dinheiro que sobra)? (p 9)

2.2.4. Evolução da renda - Você acha que a situação econômica (financeira) de sua família nos últimos cinco anos... (p 20) (Melhorou muito, melhorou, não mudou, piorou, piorou muito)

2.3.1. Em organizações - A participação de sua família em organizações comunitárias está... (participa, por exemplo, de cooperativas, associações, igrejas, clubes, grupos etc.) (p 22)

2.3.2. Na política - A participação política de sua família está... (participa, por exemplo, de eleições, conselhos, sindicatos, assembleias, reuniões etc.) (p 23)

2.3.3. Cultural - A participação de sua família em atividades culturais na localidade está... (participa, por exemplo, de grupos de danças ou de cantos, preservação de tradições etc.) (p 24)

Percepção sobre as políticas públicas

Parte da avaliação ruim sobre a inserção comercial e social dos agricultores familiares pode estar relacionada com o baixo acesso às políticas públicas. Resultados positivos (bons e ótimos) foram obtidos em apenas: 25% dos entrevistados sobre as condições para participar de programas do governo, 21% para ter acesso a crédito, 19% para receber assistência técnica e 34% sobre as condições de acesso a mercado (Tabela 3). A avaliação foi mais positiva sobre a participação em programas do governo no Nordeste (27%). Sobre crédito, assistência técnica e acesso a mercado a avaliação foi mais positiva no Centro-Oeste (com 26% 31%, 37% respectivamente).

Além das políticas públicas, as organizações dos próprios agricultores muitas vezes também cumprem o papel de apoiar na inserção comercial e social, facilitando sua integração da porteira para fora. A atuação das organizações dos agricultores (cooperativas, associações, sindicatos, grupos de troca de experiências, movimentos sociais) foi avaliada positivamente por 34% dos domicílios com destaque novamente para o Centro-Oeste. A figura 6 indica que grande parte dos agricultores familiares brasileiros não vende por cooperativas ou associações, com as regiões Centro-Oeste e Sul e Sudeste com resultados um pouco melhores, embora inferiores a 50% dos casos.

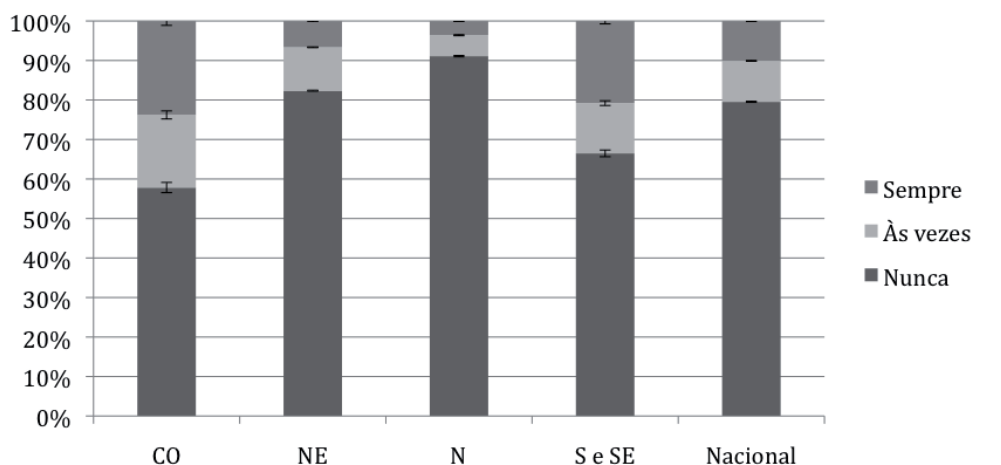


Figura 6 - Resposta dos agricultores familiares entrevistados para a pergunta "Você vende seus produtos para cooperativas ou por meio de associações?" (N = 4.327)*

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Tabela 3 - Porcentagem de percepção positiva (boa e ótima) dos agricultores familiares brasileiros sobre o acesso a políticas públicas e apoio de organizações locais (para 4.327 entrevistados)

	3.1 Políticas				3.2 Organizações
	3.1.1 Programas	3.1.2 Crédito	3.1.3 ATER	3.1.4 Mercado	3.2.1 Instituições
Centro-Oeste	26.06 ± 4,25	26.59 ± 4,28	30.98 ± 4,48	54.88 ± 4,82	37.56 ± 4,69
Nordeste	27.04 ± 1,86	20.42 ± 1,69	16.47 ± 1,55	31.81 ± 1,95	35.50 ± 2,01
Norte	21.86 ± 2,49	18.39 ± 2,34	16.41 ± 2,23	28.15 ± 2,71	30.05 ± 2,77
Sudeste e Sul	23.22 ± 4,25	23.59 ± 4,27	24.48 ± 4,33	37.83 ± 4,88	34.42 ± 4,78
Nacional	25.09 ± 4,95	21.01 ± 4,65	19.09 ± 4,48	34.04 ± 5,41	34.20 ± 5,41

*Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Legenda (pergunta realizada):

3.1.1. Programas do governo - Sobre os programas do governo, você acha que as condições para conseguir participar são... (p 6)

3.1.2. Crédito - Sobre as condições para ter crédito/financiamento para a sua produção, acha que são... (p 7.1)

3.1.3. ATER - As condições para receber assistência técnica para a sua produção são... (p 7.2)

3.1.4. Mercado - Na sua opinião, as condições de acesso aos mercados são... (p 5)

3.2.1. Instituições - Como avalia a atuação de instituições e organizações em sua localidade (cooperativas, associações, sindicatos, grupos de troca de experiências, movimentos sociais)? (p 8)

Autoestima dos agricultores familiares

Esta seção traz uma comparação da percepção dos agricultores familiares com os agricultores não familiares com e sem produção. Os resultados revelam que as condições de produção são percebidas de forma muito parecida pelos agricultores familiares e não familiares com produção (Tabela 4). Relativo à subsistência, os agricultores não familiares consideram ainda melhor sua situação de alimentação e saúde. Relativo à integração do mercado, os agricultores familiares consideram sua produção e renda mais diversificadas. Referente à inserção social, a participação em organizações locais é percebida de forma mais positiva entre os agricultores familiares.

A maior parte das políticas é percebida de forma pouco mais acessível pelos agricultores familiares do que os agricultores não familiares com produção, com exceção da assistência técnica (Tabela 4).

Referente às fontes de renda, observa-se que uma porcentagem significativamente maior de agricultores familiares indicou ter renda da produção agropecuária (90,30%) e do beneficiamento de produtos (15,5%) em comparação com os não familiares com produção (69,90% e 8,30% respectivamente) (Figura 7). Já uma maior porcentagem de não familiares indicou ter renda de trabalho para terceiros, trabalho não agrícola, aposentadoria e outras fontes de renda.

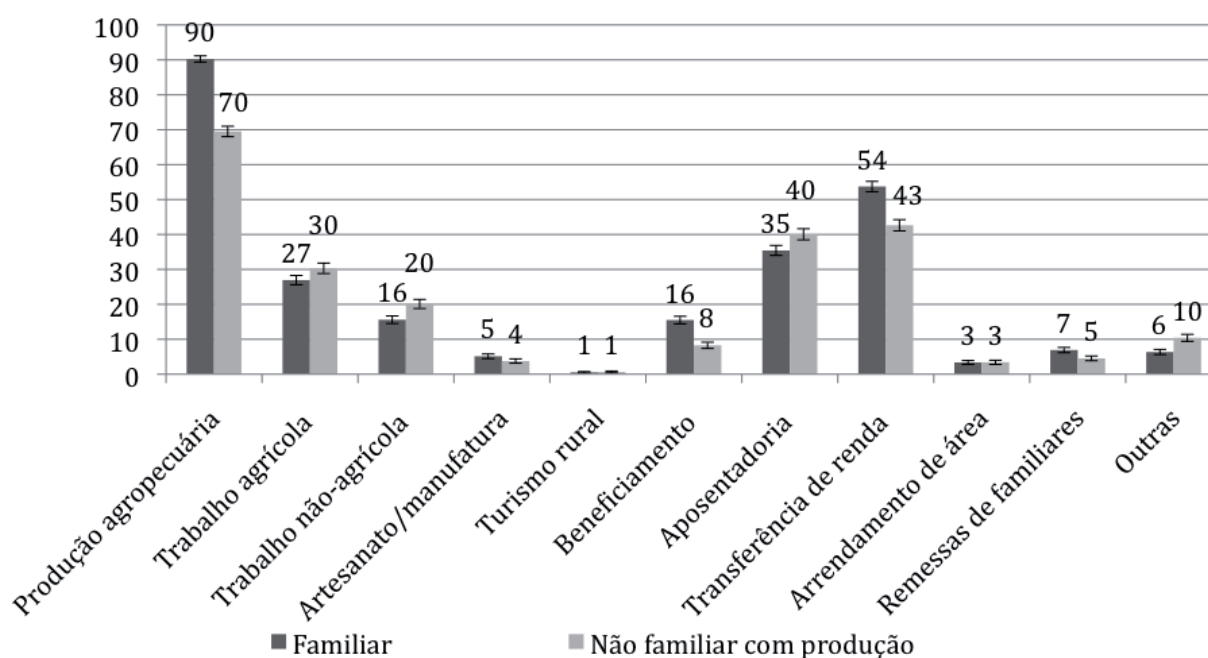


Figura 7 – Porcentagem de domicílios familiares com produção (N = 4.327) e não familiares com produção (N = 3.648) que indicaram ter ganhos em dinheiro proveniente das seguintes fontes de renda*.

*Acima das barras de percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Já os domicílios não familiares sem produção apresentam percepção menos positiva que os agricultores familiares. Esses domicílios perceberam menos positivamente

a melhoria na situação econômica nos últimos cinco anos, participam menos em organizações comunitárias, na vida política e em atividades culturais (Tabela 4).

Tabela 4 - Comparação porcentual dos indicadores positivos (bom e ótimo) ente domicílios familiares com produção (N = 4.327), não familiares com produção (N = 3.648) e não familiares sem produção (N = 2.372)*.

		Familiar	Não familiar com produção	Não familiar sem produção
1 Condições de produção				
1.1 Área	1.1.1. Área	53.23 ± 1.48	50.76 ± 1.62	-
	1.1.2. Produção	43.2 ± 1.47	39.15 ± 1.58	-
1.2 Mão de obra	1.2.1. Permanência	75.65 ± 1.27	70.47 ± 1.48	77.86 ± 1.67
	1.2.2. Quantidade	40.84 ± 1.46	39.88 ± 1.59	-
	1.2.3. Características	44.89 ± 1.48	42.02 ± 1.60	-
	1.2.4. Produção	31.23 ± 1.38	31.88 ± 1.51	-
1.3 Subsistência	1.3.1. Alimentação	56.93 ± 1.47	61.76 ± 1.57	58.35 ± 1.98
	1.3.2. Saúde	50.4 ± 1.48	51.59 ± 1.62	53.42 ± 2.01
	1.3.3. Moradia	56.55 ± 1.47	56.06 ± 1.61	-
2 Resultados				
2.1 Mercado	2.1.1. Variedade da produção	31.21 ± 1.38	27.04 ± 1.44	-
	2.1.2. Variedade da renda	17.83 ± 1.14	14.64 ± 1.14	-
	2.1.3. Renda atual	24.73 ± 1.28	29.22 ± 1.45	-
	2.1.4. Evolução da renda	61.26 ± 1.45	61.21 ± 1.58	58.34 ± 1.98
2.2 Inserção social	2.2.1. Em org.	53.08 ± 1.48	51.81 ± 1.62	49.49 ± 2.01
	2.2.2. Na política	45.61 ± 1.48	46.14 ± 1.61	40.77 ± 1.98
	2.2.3. Cultural	40.79 ± 1.46	37.88 ± 1.57	35.41 ± 1.92
3 Políticas públicas				
3.1 Políticas	3.1.1. Programas do governo	25.09 ± 1.29	24.39 ± 1.39	-
	3.1.2. Crédito	21.01 ± 1.21	20.48 ± 1.30	-
	3.1.3. ATER	19.09 ± 1.17	20.77 ± 1.31	-
	3.1.4. Mercado	34.04 ± 1.41	31.74 ± 1.51	-
3.2 Organização	3.2.1. Instituições	34.2 ± 1.41	34.45 ± 1.54	-

*Associados aos percentuais estão margens de erro estimadas com intervalo de confiança de 95%.

Considerações finais

Os dados revelam grande potencial de desenvolvimento local a partir das condições de produção existentes nas propriedades familiares brasileiras, incluindo área utilizada para a produção, mão de obra, educação dos membros da família e infraestrutura domiciliar. Os resultados revelam ainda a satisfação dos agricultores com a garantia da subsistência da família. Na perspectiva dos agricultores, as condições de produção internas ao estabelecimento, isto é, da porteira para dentro, são positivas e não apresentam restrições a seu desenvolvimento.

A essência das atividades de geração de renda, para a grande maioria das famílias, está concentrada na produção agropecuária (Figura 5). Esse fato revela a importância da produção agrícola para o desenvolvimento local, conforme sugerido por Wiggins et al. (2010). Em contraste, as atividades não agrícolas relacionadas ao conceito de pluriatividade como, por exemplo, turismo rural, embora sejam uma alternativa vislumbrada na Europa e no Sul do Brasil (PLOGG et al., 2000; SCHNEIDER, 2001), não correspondem ao cotidiano da maior parte dos agricultores familiares brasileiros (Figura 5).

Apesar do potencial interno ao estabelecimento vinculado à produção agropecuária,

os agricultores percebem dificuldades para sua inserção comercial. Os dados revelam que as dificuldades para lidar com o mercado são grandes e o apoio das políticas públicas é limitado. Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento local da agricultura familiar é sua inserção na sociedade local (MARQUES, 2010). Os resultados medianos para esses indicadores levam a supor a necessidade de apoio para garantir que os agricultores ampliem sua organização e representação na sociedade local.

Para apoiar os agricultores da porteira para fora tanto na inserção comercial quanto social, as políticas públicas são consideradas fundamentais (ABRAMOVAY, 1998). Não obstante, os resultados revelaram a avaliação pouco positiva dos agricultores sobre as condições de acesso às políticas de crédito, assistência técnica e comercialização. Esses foram os indicadores com a avaliação menos positiva em toda a pesquisa.

De forma mais global, os agricultores familiares apresentaram percepção positiva quando comparada à dos demais segmentos rurais, em particular a dos agricultores não familiares sem produção (principalmente representados pelos trabalhadores rurais). Esse aspecto subjetivo indica que os agricultores familiares estão motivados e aponta para possibilidades de consolidação dessa situação com a manutenção da valorização do segmento e a garantia de políticas de apoio.

Mais do que apoio na parte de produção da porteira para dentro, a perspectiva dos agricultores familiares brasileiros aponta para a necessidade prioritária de apoio da porteira para fora, para a melhoria do acesso a mercados, a políticas públicas e a ações de promoção social. O acesso mais democrático às políticas públicas nas diferentes regiões do país deve contribuir para reverter a diferença de desempenho econômico dos diferentes setores da agricultura familiar apontado por Guanziroli et al. (2013). Essas ações podem contribuir para sua consolidação e, consequentemente, para o desenvolvimento local no Brasil, particularmente nos municípios com grande influência da economia rural.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. *Poor economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty*. New York: Public Affairs, 2011.
- CONTERATO, M.; RAMBO, A.; SCHNEIDER, S.; MÉGUI Del Ré, C. O índice de condições de vida (ICV) como instrumento para a gestão territorial do desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOBER, 50., Vitória. *Anais...* Vitória: SOBER, 2012.
- COSTA, F. O investimento camponês: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 83-100, 1995.
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.
- GUILHOTO, J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G. *PIB da agricultura familiar: Brasil-estados*. Brasília: MDA, 2007.
- GUANZIROLI, C.; BUAINAIN, A.; SABBATO, A. Family farming in Brazil: evolution between the 1996 and 2006 agricultural censuses. *The Journal of Peasant Studies*, London, v. 40, n. 5, p. 817-843, nov. 2013.
- INCRA/FAO. *Novo retrato da agricultura familiar*. O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000. (FAO/BRA 036).
- MARQUES, E. C. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- PLOEG, J. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUSMÁN, E.; VENTURA, F. From practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.
- SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. *Interações*, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, abr. 2001.
- WALTER, M. I. *Estimação do ICV em 37 territórios rurais: relatório conjunto da pesquisa de campo das células de acompanhamento e informação*. Brasília: IICA, MDA, SDT, 2011. 88p. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- WIGGINS, S. *Agricultural growth and poverty reduction: a scoping study*. Working Paper 2, IDRC Globalization, Growth and Poverty Working Paper Series. Ottawa: International Development Research Centre, 2006.
- WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBI, L. The future of small farms. *World Development*, v. 38, n. 10, p. 1341-1348, jul. 2010.

Competitividade do sistema produtivo do turismo em Bonito, MS, a partir de uma visão baseada em recursos*

Competitiveness of tourism productive system in Bonito, MS, Brazil, from a resource-based view

Compétitivité système productif du tourisme au Bonito, MS, Brésil, départ d'une vue axé sur les ressources

Competitividad del sistema productivo de turismo en Bonito, MS, Brasil, desde una visión basada en recursos

Dyego de Oliveira Arruda**
(dyego.arruda@gmail.com)

Gustavo Magalhães de Oliveira***
(gustavomoliv@gmail.com)

Milton Augusto Pasquotto Mariani***
(miltmari@terra.com.br)

Recebido em 26/09/2013; revisado e aprovado em 22/11/2013; aceito em 12/02/2014

Resumo: Com o escopo de defender e consolidar suas posições estratégicas, sobretudo ao se considerar a ampliação da concorrência nos mercados turísticos, observa-se que os sistemas produtivos do turismo lançam mão de novas e variadas formas organizacionais, classificadas como recursos no presente trabalho. Partindo dessa premissa, este estudo tem como objetivo geral classificar os recursos disponíveis dentro do sistema turístico da cidade de Bonito, em Mato Grosso do Sul, Brasil, bem como verificar qual o nível de competitividade gerado por eles. Aplicou-se como base teórica o modelo Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização (VRIO), da Visão Baseada em Recursos (VBR). Foram pesquisadas quatro agências de viagens de Bonito, além de representantes dos ambientes institucional e organizacional local/regional. Observou-se que os recursos que trazem maior desenvolvimento e vantagem sustentada à Bonito são: a configuração do Voucher Único, os atrativos locais, além do próprio território.

Palavras-chave: Visão baseada em recursos. Sistema turístico. Desenvolvimento Local.

Abstract: In order to defend and consolidate their strategic positions, particularly when considering the expansion of competition in the tourism market, we observe that the tourism productive systems are using new and varied organizational forms, classified as resources in the present work. From this premise, this study aims to classify the overall resources available within the tourism system in the city of Bonito, Mato Grosso do Sul, Brazil, as well as to identify the degree of competitiveness generated by these resources. We applied the model named Value, Rarity, Inimitability and Organization (VRIO), in the scope of Resource Based View (RBV). We surveyed four travel agencies in Bonito, and representants of institutional and organizational environments in the city investigated. We observed that the features that bring greater development and lead sustained competitiveness to Bonito are: the organizational configuration of 'Voucher Único'; the local attractions; and the configuration of the territory in Bonito.

Key words: Resource based view. Tourist system. Local Development.

Résumé: Afin de défendre et de consolider leurs positions stratégiques, en particulier lorsque l'on considère l'expansion de la concurrence dans le marché du tourisme, nous observons que les systèmes productifs de tourisme utilisent de nouvelles formes d'organisation et variés, classés comme ressources dans le présent ouvrage. A partir de cette prémissa, cette étude vise à classer l'ensemble des ressources disponibles au sein du système touristique dans la ville de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brésil, ainsi que d'identifier le degré de compétitivité générés par ces ressources. Nous avons appliqué le modèle nommé Valeur, Rareté, Miraculeux et de l'Organisation (VRIO), dans le cadre de Vision Basée sur les Ressources (VBR). Nous avons interrogé quatre agences de voyage à Bonito, et representants des milieux institutionnels et organisationnels de la ville étudié. Nous avons observé que les caractéristiques qui apportent un plus grand développement et mener une compétitivité durable à Bonito sont: la configuration organisationnelle de 'Voucher Único'; attractions locales, et la configuration du territoire à Bonito.

Mots-clés: Vision basée sur les ressources. Système touristique. développement local.

Resumen: Con el fin de defender y consolidar sus posiciones estratégicas, sobre todo al considerar la ampliación de la competencia en los mercados turísticos, se observa que los sistemas productivos de turismo utilizan formas organizativas nuevas y variadas, que se clasifica como recursos en el presente trabajo. Desde esta premissa, este estudio tiene como objetivo clasificar a los recursos organizacionales disponibles en el sistema turístico de la ciudad de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil, así como identificar el grado de competitividad generada por esos recursos.

* Os autores contribuíram de forma equânime e coordenada para a realização do presente trabalho. Nesse sentido, a disposição da sequência de autoria do artigo foi feita a partir da ordem alfabética dos nomes dos autores, apenas por uma questão de critério.

** Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, SP, Brasil; Instituto Federal do Mato Grosso, Pontes e Lacerda, MT, Brasil.

*** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.

Se aplicó el modelo teórico llamado Valor, Rareza, Imitabilidad y Organización (VRIO), que pertenece a la Visión Basada en Recursos (VBR). Fueron entrevistados cuatro agencias de viajes en Bonito, además de representantes de los ambientes institucionales y organizacionales de la ciudad de Bonito. Se observó que las características que aportan un mayor desarrollo y ventajas competitivas sostenibles a Bonito son: el sistema de 'Voucher Único'; las atracciones locales; además del propio territorio turístico.

Palabras clave: Visión basada en recursos. Sistema turístico. Desarrollo Local.

Introdução

A supremacia de um modelo econômico calcado no livre comércio e na paulatina desregulamentação de setores produtivos outrora embasados em regras rígidas, além do consequente acirramento do padrão de competição em uma série de mercados (dentre os quais, o próprio mercado de turismo), são fatores que, atuando de forma conjunta, relegam às organizações a necessidade de refletirem acerca das estratégias e dinâmicas geradoras de competitividade em suas respectivas esferas de atuação (ARRUDA, 2013).

A partir dos seminais trabalhos de Barney (1986 e 1991), pode-se entender a competitividade (ou vantagem competitiva, nos termos do autor) como sendo a resultante de recursos ou competências detidas pelas firmas e/ou conjunto de firmas organizadas em um dado território, que relega a essas empresas ou sistemas de empresas uma posição vantajosa em relação a seus concorrentes (reais ou potenciais), no âmbito da disputa pelos mercados. Dentre tais recursos ou competências geradoras de vantagem competitiva, pode-se elencar uma série de ativos tangíveis ou intangíveis, dentre os quais: habilidades de gestão organizacional; rotinas e processos organizacionais; controle e disseminação de informações no âmbito das organizações; além de uma série de outras questões não raro condicionadas às dinâmicas do território, nos quais as organizações exercem suas atividades (BARNEY et al., 2011).

Quando se avalia especificamente as dinâmicas dos mercados de turismo, percebe-se que tal atividade apresenta um caráter marcadamente sistêmico, envolvendo organizações dos mais variados setores econômicos. Nesse ínterim, Beni (2003) ressalta que o turismo carece da participação de uma série de agentes (dentre os quais operadoras e agências de viagens, hotéis, restaurantes, guias de turismo etc.) no cenário da formatação e criação de diferenciais no seio do produto turístico, o qual

ainda necessita de canais coesos de distribuição para que possa chegar até o consumidor final do turismo.

Dentre os elementos que determinam constantes desafios às organizações nos mercados de turismo, Beni (2003) e Arruda (2013) citam as seguintes questões: intempéries nas cotações do dólar e sua marcante influência no turismo, sobretudo quando se considera o turismo internacional; o constante aparecimento de mercados emergentes de turismo, não raro a partir de fatores e/ou conjunturas temporárias (tais como os mercados de turismo de grandes eventos, turismo religioso ou o próprio ecoturismo); as mudanças nos hábitos e comportamentos de consumo dos turistas; além de uma série de outras questões, em muitos casos de caráter territorial. Assim sendo, observa-se que as organizações – principalmente nos mercados turísticos mais maduros – precisam constantemente defender suas posições estratégicas, majoritariamente a partir do desenvolvimento e/ou manutenção de vantagens competitivas, a fim de que o sistema produtivo do turismo, como um todo, apresente níveis satisfatórios de competitividade em relação a mercados concorrentes ou substitutos (MASSUKADO-NAKATANI; TEIXEIRA, 2009).

Quanto se remete a análise especificamente ao caso do sistema turístico na cidade de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, nota-se que tal destino revela-se como um dos mais relevantes polos do ecoturismo regional e nacional. Porém nota-se que o turismo em Bonito, principalmente no período mais recente, tem sua posição estratégica ameaçada não raro por conta da emergência de outros destinos turísticos também voltados ao ecoturismo, tais como Nobres, no Estado de Mato Grosso; e Brotas, no interior do Estado de São Paulo (MARIANI; ARRUDA, 2013). Portanto faz-se necessária uma análise mais detida acerca dos fatores determinantes ou que podem determinar vantagens competitivas ao sistema turístico de Bonito, com o escopo de

que sua posição estratégica como importante polo de ecoturismo nacional seja mantida e/ou cada vez mais consolidada.

O presente artigo usa, como base teórica, a chamada Visão Baseada em Recursos (VBR) – ou *Resource Based View* (RBV), nos termos em inglês – como forma de avaliar a importância dos aspectos organizacionais do sistema turístico de Bonito, no âmbito da geração de vantagens competitivas (FOSS; FOSS, 2005).

As reflexões que nortearam o presente trabalho foram embasadas no seguinte questionamento de pesquisa: quais os recursos indispensáveis à formatação dos produtos turísticos, desde a concepção da atratividade turística até a chegada do produto turístico ao consumidor final, que relegam vantagem competitiva a este sistema turístico?

Logo – municiado da supracitada problemática de pesquisa – o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a competitividade do sistema produtivo do turismo em Bonito, a partir dos recursos intrínsecos a esse sistema turístico. Especificamente, pretende-se identificar os recursos que relegam ou podem relegar vantagens competitivas ao sistema turístico de Bonito, com a consequente descrição do caráter sistêmico e holístico sob os quais esses recursos são geridos estrategicamente. Por fim, almeja-se identificar possíveis falhas e/ou oportunidades no âmbito do sistema turístico em análise.

A relevância da presente análise reside na premissa de se entender, por meio dos recursos, as dinâmicas de estruturação e gestão do sistema turístico de Bonito, subsidiando possíveis tomadas de decisões estratégicas no seio da gestão desse importante destino turístico.

Em suma, o presente trabalho está estruturado em cinco partes constitutivas, além desta introdução. Na primeira parte, apresenta-se um breve levantamento dos conceitos e especificidades acerca da vantagem competitiva, naturalmente, no seio da própria Visão Baseada em Recursos. Na segunda parte, expõem-se características e elementos analíticos acerca do objeto de estudos, qual seja: o sistema produtivo do turismo em Bonito, MS. Na terceira parte, descrevem-se os procedimentos metodológicos que embasaram a presente pesquisa; ao passo que, na

quarta parte, elucidam-se os resultados. Por fim, na quinta e última parte, apresentam-se algumas considerações de caráter mais conclusivo, porém sem a pretensão de encerrar e/ou esgotar o presente assunto.

1 Competitividade: algumas características basilares

A partir do surgimento e ampliação de novos mercados e setores econômicos, emergem, dentro da literatura em economia e gestão organizacional, formas inéditas de se avaliar e almejar posições competitivas superiores às situações de seus rivais.

Quando se analisa a temática da posição competitiva de uma organização, observa-se que o *mainstream* analítico não raro condiciona tais avaliações à questão intraorganizacional, tais como se pode depreender dos estudos de Penrose (1959), Wernerfelt (1984) e Barney (1986). Porém a emergência de uma análise sistêmica, com a paulatina evidência de que as organizações estruturavam-se de forma interdependente e cooperada, fez com que surgisse na literatura uma corrente de teóricos – sobretudo capitaneados por Oliver (1997) – calcados na avaliação da posição competitiva dos próprios sistemas produtivos, cuja tônica calcava-se no relacionamento e cooperação interorganizacional.

Farina (1999), ao avaliar a competitividade no âmbito de uma análise sistêmica, pondera que são quatro as características da análise da competitividade no âmbito do estudo dos sistemas de produção:

- A sobrevivência do segmento, como um todo, é necessária, mesmo que várias de suas firmas não possam competir satisfatoriamente;
- Os vários elos de um determinado sistema produtivo apresentam graus distintos de competitividade. Mesmo assim, seus efeitos e implicações são de caráter sistêmico (por exemplo, a baixa *performance* de um determinado segmento de um sistema tem a capacidade de comprometer os outros segmentos do mesmo sistema – só para citar um caso factível);
- Formação de subsistemas de acordo com o grau de especificidade dos ativos que irão competir entre si e também com o mercado global.

- A ascensão de grupos estratégicos, não raro dentro de um mesmo segmento e, portanto, dentro de um mesmo sistema.

Apesar da grande quantidade de conhecimento, informações e técnicas disponíveis, ainda são bastante visíveis as imperfeições nos modelos de mensuração da competitividade no âmbito de uma firma ou de um sistema de produção. Dentre os fatores que concorrem para a dificuldade na avaliação da competitividade, estão: a marcante influência das políticas públicas na garantia de um ambiente competitivo; a existência de vários graus de dependência entre os agentes organizacionais; além da própria imobilidade e heterogeneidade da indústria.

Não obstante os complicadores supracitados, observa-se que um dos modelos mais usuais de avaliação da competitividade é a chamada Visão Baseada em Recursos (VBR), que possui ideias formadas por meio dos trabalhos de Barney (1991) e Wernerfelt (1984), com enfoque nos recursos organizacionais e suas conseqüentes capacidades, singularidades e sinergias no escopo da geração de vantagens competitivas.

Uma importante implicação do presente estudo, sobretudo com base em Arruda (2013) e Mariani e Arruda (2013), é a argumentação de que o território – entendido como o espaço de estabelecimento de relação entre os mais variados agentes, a partir da existência de laços de identidade entre si – pode representar uma fonte de vantagem competitiva aos sistemas produtivos, na medida em que concorre para a minimização dos custos de operacionalização do sistema e, por conseguinte, amplia a eficiência do sistema de produção, como um todo. Em suma, tais aspectos serão mais detidamente avaliados nas etapas subsequentes deste trabalho.

1.1 Competitividade a partir de uma Visão Baseada em Recursos

Quando se avalia a geração de vantagens competitivas no escopo de sistemas de produção, faz-se necessário remontar à avaliação das próprias dinâmicas de coordenação e governança dos sistemas de produção, cujas raízes teóricas estão nos seminais trabalhos de Coase (1937) e Williamson (1985 e 1996).

Os supracitados autores, ao explicar natureza da firma e o caráter contratual sob

o qual as organizações realizam transações entre si, inauguram a chamada Nova Economia Institucional (NEI), cujo cerne analítico estaria na consideração de que os agentes econômicos estabelecem interações a partir de três princípios básicos: dos pressupostos comportamentais (oportunismo e racionalidade limitada); dos atributos da transação (frequência, incerteza e especificidade de ativos); além das dinâmicas do ambiente institucional e organizacional que tutela a transação entre as organizações.

A NEI possui basicamente dois focos analíticos no âmbito do estudo das instituições: uma abordagem macroinstitucional e uma outra microinstitucional. A primeira abordagem, sobretudo a partir das reflexões de Douglass North (1991 e 2004), trata dos estudos das instituições que condicionam o próprio comportamento dos indivíduos, não raro a partir de regras tácitas e arraigadas de viés cultural. O mesmo autor, quando se deteve no estudo das macroinstituições, tinha como premissa levantar subsídios que explicavam os vários níveis de desenvolvimento entre os países (especialmente dos países europeus e dos Estados Unidos em relação às nações de economia mais atrasada).

O ramo microinstitucional da NEI, principalmente com base nas análises de Williamson (1979, 1985, 1996 e 2000), Barzel (1982) e Barney (1991), tem como premissa a análise das estruturas de governança e dinâmicas específicas de coordenação entre os agentes, enfocando o estudo dos contratos e da estratégia das firmas. Percebe-se que os estudos microinstitucionais da NEI foram aqueles que ganharam sobremaneira atenção dos pesquisadores, majoritariamente em quatro linhas básicas de investigação: a Economia dos Custos de Transação (ECT); a Teoria do Agente-Principal; a Teoria dos Direitos de Propriedade; além da Visão Baseada em Recursos (VBR)¹.

A partir do modelo da Visão Baseada em Recursos, a procura pela vantagem competitiva no seio das organizações ou sistemas

¹ O presente trabalho não tem como escopo apresentar as especificidades do corpo teórico da NEI. Objetiva-se apenas situar o conceito e dinâmicas da competitividade e da Visão Baseada em Recursos no seio daquela teoria. Para maiores informações acerca da NEI e seus aspectos determinados, sugere-se consultar Arruda (2013).

de produção ficou determinada pela avaliação dos recursos intrínsecos às organizações ou sistemas, conforme já se fez menção supracitada. Nesse ínterim, no seio da VBR, surgiu o modelo VRIS – de Valor, Raridade, Imitabilidade e Substituíbilidade – que avalia cada recurso organizacional a partir dos elementos ponderados, que seriam fontes importantes de geração de vantagem competitiva (BARNEY, 1991).

Para Barney e Hesterly (2007), recursos são ativos tangíveis ou intangíveis que serão utilizados como ferramentas para criar, programar, adaptar e transformar diferentes estratégias. Em suma, os recursos podem ser classificados de quatro maneiras distintas:

- Recursos Financeiros: capital advindo de qualquer fonte – empreendedores, acionistas, bancos, credores, entre outros.
- Recursos Físicos: tecnologia intrínseca à infraestrutura dos diversos departamentos em conjunto com a facilidade de obtenção de matérias-primas diante da localização geográfica.
- Recursos Individuais: também conhecidos como recursos humanos, inclui conhecimento do quadro de colaboradores, habilidade de aprendizagem, facilidade em resolução de conflitos, competência de relacionamento.
- Recursos Organizacionais: que enfatizam a sinergia entre as ações formais e informais dos diversos degraus da hierarquia organizacional, dando suporte às ações de planejar, coordenar e controlar.

Já as capacidades ficam explicitadas na forma de gerenciar os recursos em si, a partir de suas singularidades, estabelecendo a sinergia necessária para alcançar maior grau de competência dos recursos que estão em uso.

Portanto, a partir dessas novas significações, Barney e Hesterly (2007), atualizaram a ferramenta utilizada para a avaliação das dinâmicas de vantagem competitiva no seio das organizações, com o escopo de melhorar a *performance* dentro de um ambiente competitivo através da análise individual do potencial de cada recurso, seguindo o padrão de quatro

conceitos: Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização. Assim sendo, insere-se a substituíbilidade dentro do âmbito da imitabilidade e modificando o modelo VRIS para o modelo Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização (VRIO).

Considerando os supracitados elementos de análise, é possível levantar e verificar hipóteses quanto à eficiência e competitividade das mais diversas estruturas organizacionais existentes em um sistema de produção, tais como: a integração vertical, terceirização de serviços, fusões, aquisições e parcerias.

Para a variável Valor levantem-se as seguintes questões: o recurso é adaptável, para explorar oportunidades e neutralizar ameaças? Contribui de maneira satisfatória para a sobrevivência da firma? É capaz de modificar os padrões do mercado? Pode ser retirado do sistema de produção?

Para mensurar a raridade, analisa-se a quantidade de firmas que possuem o recurso ou que têm potencial para explorá-lo. Não obstante, para a imitabilidade, faz-se o questionamento sobre se o recurso pode ser substituído por outro que desempenha mesma função no sistema; se seu nível de especificidade (seja ela locacional, física, de capital humano, ou de outra ordem) é alto, se há algum tipo de proteção (obstáculo) para o desenvolvimento do recurso, e se a questão da imobilidade é muito evidente.

Com um maior nível de complexidade o último parâmetro a ser analisado é a organização. Baseando-se em uma visão holística, verifica-se a necessidade da resposta positiva em relação às últimas três qualidades, para então estudar-se a estrutura formal e informal no seio da organização, e a consequente implicação dessas dinâmicas no âmbito da geração de vantagem competitiva.

Em síntese, o quadro abaixo relaciona as questões fundamentais de cada variável do modelo VRIO, e suas consequentes implicações competitivas no seio da atuação e estruturação das organizações ou sistemas de produção:

Valioso?	Raro?	Custoso de Imitar?	Explorado pela organização?	Implicações Competitivas
Não	-	-	Não	Desvantagem competitiva
Sim	Não	-	Pouco explorado	Paridade Competitiva
Sim	Sim	Não	Consideravelmente explorado	Vantagem Competitiva Temporária
Sim	Sim	Sim	Totalmente explorado	Vantagem Competitiva Sustentável

Quadro 1 - Relações fundamentais do modelo VRIO - Valor, Raridade, Imitabilidade e Organização

Fonte: Adaptado de Barney e Hesterly (2011).

A obtenção de vantagem competitiva em e entre sistemas de produção é, portanto, o resultado entre as políticas públicas e privadas e, nesse sentido, dependente dos recursos (valiosos, raros, custosos de imitar) e da maneira como as firmas se organizam para explorá-los.

Quando se avalia os sistemas de produção no escopo de territórios, pondera-se que a obtenção de vantagens competitivas das organizações pertencentes ao território, como um todo, pode relegar maiores níveis de desenvolvimento e *performance* (seja econômica, ou até mesmo social) ao próprio território.

Coriolano (2003); além de Mariani, Sorio e Arruda (2011) ressaltam que o território é o ponto basilar no qual são empreendidas as estratégias de desenvolvimento local. Portanto pode-se denotar que a garantia de vantagens competitivas aos sistemas de produção de caráter territorial podem perfazer estratégias de obtenção e difusão do desenvolvimento de base local e territorial.

2 O sistema turístico de Bonito, MS: características estruturais

Os agentes econômicos que compõem o sistema turístico de Bonito lograram um nível de organização de tamanha complexidade que, para o consumo dos principais produtos turísticos locais, os turistas obrigatoriamente devem sujeitar-se à intermediação de uma agência de viagens sediada no município de Bonito. Isso significa, em termos práticos, que o turista que deseja visitar um dos 50 atrativos turísticos formatados no âmbito de Bonito e adjacências, deve negociar as condições de visitação em uma das 47 agências de turismo cadastradas e localizadas no município; agências estas que estabelecem estreitas relações

de coordenação com os atrativos turísticos locais, num caráter verdadeiramente sistêmico (SEPROTUR, 2011).

O florescimento da atividade turística no município de Bonito foi um processo gradativo, que se iniciou em princípios da década de 1970, notadamente por conta dos recursos naturais, paisagísticos e cênicos existentes na região. Somado a esse fato, a recorrência de crises no segmento agropecuário local (que constituía o principal e único motor econômico do sul do até então Estado de Mato Grosso) induziram os proprietários rurais a traçarem estratégias de diversificação e incremento das atividades agrárias, incluindo as modalidades de turismo no espaço rural (BARBOSA; ZAMBONI, 2000).

No correr da década de 1980, a atividade turística no município de Bonito sofre profundas alterações, principalmente por conta: a) do aumento do fluxo de turistas para o município; b) da ampliação do número de atrativos aptos a receber turistas; c) do início de um processo de preocupação com questões ambientais, desencadeando os primeiros trabalhos e pesquisas de manejo e capacidade de carga dos atrativos e; d) da emergência de um crescente cuidado quanto à profissionalização do setor turístico local, o que induziu investimentos nas primeiras agências de turismo e nos pioneiros cursos de formação de guias e técnicos especializados (MARIANI; ARRUDA, 2013).

No ano de 1995, é instituído, para fins consultivos, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Bonito, congregando representantes dos principais segmentos direta ou indiretamente inseridos no escopo do turismo (agências de viagens, hotéis, guias turísticos, atrativos turísticos, produtores rurais, além de membros do poder público local).

Ainda no mesmo ano, através da instrução normativa n. 009/95, o próprio COMTUR estabelece a obrigatoriedade de utilização do chamado *Voucher Único* no âmbito da prática do turismo municipal – estabelecendo assim um dos mais exitosos mecanismos de controle e ordenamento de um sistema turístico (VIEIRA, 2003).

O *Voucher Único*, originalmente, representava um formulário que garantia ao turista a prestação dos serviços por ele contratados – e que, indiretamente, perfazia um subsídio para a produção de informações primárias sobre a situação da atividade turística local, já que no *Voucher* eram inseridas informações básicas acerca do perfil do turista que visitava Bonito. Contudo, a partir de 2003, a utilização do *Voucher Único* ganha um nova roupagem, passou a ser impresso (com o respectivo número de controle) pela Prefeitura, sendo entregue sistematicamente às agências de viagem do município, em cinco vias distintas: uma a ser entregue no atrativo visitado; uma destinada ao guia responsável pela condução do passeio; uma oferecida ao turista (ou grupo de turistas), como garantia pela contratação do passeio; uma para a agência que comercializou o passeio/pacote; e uma última que deveria ser entregue periodicamente ao órgão de arrecadação de tributos municipal, com o devido recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

As agências de viagem, atrativos e guias de turismo, para que fossem inseridos na sistemática de funcionamento do *Voucher Único*, deveriam ser devidamente cadastrados pela Secretaria Municipal de Turismo de Bonito (com a anuência do COMTUR). Assim, nota-se a emergência e paulatina consolidação de um sistema de gestão do turismo que propiciou praticamente a eliminação da sonegação de impostos pelos prestadores de serviços turísticos locais, além do controle da capacidade de carga e utilização dos atrativos turísticos e do estabelecimento de garantias de prestação de serviços e recebimento de remunerações por parte dos agentes atuantes no turismo bonitense.

3 Procedimentos metodológicos

O presente estudo guiou-se por uma investigação de abordagem essencialmente

qualitativa ao problema de pesquisa a que se pretende responder. Ademais, pode-se classificar o tipo da pesquisa como sendo exploratório, visto que praticamente não há estudos, em literatura brasileira, acerca das dinâmicas de avaliação da vantagem competitiva em sistemas turísticos.

Como estratégia de investigação, lançou-se mão do estudo de caso, que busca analisar profundamente uma determinada unidade, objetivando desvendar características extrapoláveis, de forma dedutiva, para outros casos de caráter mais geral (YIN, 2010).

Os dados primários que embasaram as reflexões em tela foram decorrentes do projeto de dissertação de Arruda (2013), intitulado ‘Coordenação e Estruturas de Governança entre agências de turismo e atrativos turísticos em Bonito/MS’, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAd/UFMS). Não obstante, foram feitas coletas de dados secundários e bibliográficos, que também subsidiaram as reflexões fundamentais do artigo em questão.

Foram aplicados sete questionários e cinco entrevistas nos meses de setembro e outubro de 2012. Os agentes efetivamente investigados no escopo do presente trabalho foram os seguintes:

- Quatro agências de turismo que atuam no turismo receptivo em Bonito, MS;
- Três representantes do ambiente institucional local/regional (dois deles atuantes na Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR/MS e um representante da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito, MS);
- Dois agentes participantes do ambiente organizacional local (representante da Associação Bonitense de Agências de Turismo – ABAETUR; e da Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região – ATRATUR);
- Três atrativos turísticos na região de Bonito, MS.

Os agentes em tela – diante do caráter qualitativo do trabalho – foram selecionados a partir de critérios de conveniência à elucidação do problema de pesquisa proposto no estudo.

Os recursos intrínsecos ao sistema turístico de Bonito que foram efetivamente analisados a partir do modelo VRIO são os seguintes:

Atrativos Turísticos Locais; Turistas; Guias Locais; Agências Locais de Turismo; Sistema de *Voucher*; além das dinâmicas do Conselho Municipal de Turismo. Tais recursos foram selecionados por conta da importância central que apresentam no âmbito da estruturação, coordenação e governança do sistema turístico de Bonito. Ademais, tais recursos foram comparados – a partir de extenso levantamento documental e bibliográfico – às dinâmicas de outros sistemas turísticos, a fim de permitir ao menos um mínimo de comparabilidade das informações levantadas.

4 Competitividade do sistema turístico de Bonito, MS

Seguindo as ideias de Barney e Hesterly (2007), os Guias Turísticos e os Turistas podem ser classificados como Recursos Individuais, também conhecidos como recursos humanos, que incluem conhecimento do quadro de colaboradores, habilidade de aprendizagem, facilidade em resolução de conflitos, competência de relacionamento. Dentro do modelo VRIO, pode-se classificar os dois recursos supracitados como valiosos, por serem recursos que contribuem para a sobrevivência do sistema, e também são capazes de modificar os padrões do mercado turístico. Muitos – se não todos – dos outros sistemas turísticos possuem acesso a esses recursos, logo, não são raros ou difíceis de imitar. Portanto esses recursos geram uma paridade competitiva entre o sistema turístico de Bonito, MS em relação a outros sistemas turísticos.

As Agências Locais de Turismo surgem como Recursos Físicos, por constituírem parte da infraestrutura dos diversos agentes do sistema, de maneira comercial, gerando paridade competitiva, por ser um recurso valioso e necessário no sistema produtivo da atividade turística da região, mas sem raridade e com facilidade de imitação.

O COMTUR fica exposto como Recurso Organizacional, que enfatiza a sinergia entre as ações formais e informais dos diversos agentes, dando suporte às ações de planejar, coordenar e controlar. Esse recurso desenvolve uma vantagem competitiva temporária,

por ser valioso (explora as oportunidades e neutraliza ameaças) e raro (são poucos os sistemas turísticos que possuem legislação local tão direcionada), mas não é custoso de imitar, pois para o desenvolvimento da atividade turística sustentável é dito como necessidade básica uma legislação local própria.

Os Atrativos Turísticos Locais e o Território são classificados como Recursos Físicos, por serem um dos principais fatores formadores da atividade turística, a paisagem, o ambiente, a fauna, a flora local e a hospitalidade. Fora isso, produzem uma vantagem competitiva sustentada por serem valiosos (contribuem de maneira satisfatória para a sobrevivência do sistema), raros (possuem conjunto de peculiaridades naturais daquele meio ambiente), custosos de imitar (possuem alto nível de especificidade e não podem ser substituídos por outros recursos do sistema turístico de Bonito, MS) e todo o sistema é organizado para explorá-lo (legislação, venda de passeios feita somente por agências locais, guias específicos de acordo com o atrativo e os passeios realizados, conscientização da população sobre o benefício do turismo para o desenvolvimento local, entre outras características).

Por último, e o mais intrigante recurso, o Sistema de *Voucher* – enfatizado como Recurso Organizacional, dando suporte às ações de planejar, coordenar e controlar as transações do sistema turístico de Bonito, MS, peculiaridade essa que origina uma vantagem competitiva sustentada, por ser um recurso exclusivo do Sistema Turístico em questão. É necessária uma imensa complexidade de organização sistêmica para adotar tal mecanismo. Como consequência disso, percebe-se a dependência de todos os outros recursos em relação ao Sistema de *Voucher* na realização da atividade turística local. Portanto é um recurso valioso, raro, custoso de imitar, e o sistema é totalmente organizado para sua exploração.

O quadro 02 abaixo sumariza os elementos avaliados e sua consequente implicação no âmbito da geração de vantagem competitiva ao sistema turístico de Bonito:

Recursos do Sistema Turístico de Bonito	Classificação	Nível de Vantagem Competitiva Gerado
Guias Turísticos	Recursos Individuais	Paridade Competitiva
Turistas	Recursos Individuais	Paridade Competitiva
Agências Locais de Turismo	Recurso Físico	Paridade Competitiva
Conselho Municipal de Turismo	Recurso Organizacional	Vantagem Competitiva Temporária
Atrativos Turísticos Locais	Recurso Físico	Vantagem Competitiva Sustentada
Território	Recurso Físico	Vantagem Competitiva Sustentada
Sistema de Voucher	Recurso Organizacional	Vantagem Competitiva Sustentada

Quadro 02 – Avaliação dos recursos intrínsecos ao sistema turístico de Bonito.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Barney e Hesterly (2011).

Portanto notam-se importantes elementos que, do ponto de vista estratégico, podem ser geridos, a fim de que o sistema turístico de Bonito tenha condições para a manutenção e fortalecimento de sua posição como importante destino de ecoturismo regional e nacional, consolidando – por conseguinte – a prerrogativa da atividade do turismo como uma importante fonte de renda e desenvolvimento para os territórios.

Considerações Finais

A partir da análise do sistema turístico de Bonito, MS por meio do arcabouço teórico adotado neste trabalho, a VBR, verificou-se que os guias turísticos, os turistas, as agências locais de turismo, COMTUR, os atrativos turísticos locais, o território e o sistema de *Voucher* são – de forma conjunta – recursos indispensáveis e que relegam competitividade em diferentes níveis a esse sistema produtivo.

Verificou-se que o próprio consumidor final (turista) é um importante recurso que, na forma genérica, consegue causar uma paridade competitiva, entretanto, se bem alocado e ‘atendido’ – conforme a configuração territorial e os preceitos da hospitalidade –, consegue transmitir mais valor e dar maior competitividade ao sistema turístico por meio do marketing ‘boca-a-boca’ favorável, sugerindo visitas, propalando a temática da preservação ambiental e também outros aspectos.

De acordo com a administração dos recursos naturais formadores dos atrativos, é possível conciliar a sustentabilidade econômica, ambiental e social do sistema turístico de Bonito, MS. Primeiramente pela utilização

dos recursos conscientes que poderão ser explorados a longo prazo, gerando benefício econômico pela heterogeneidade dos produtos turísticos ofertados e, ao mesmo tempo, desenvolvimento social à região pela criação de postos de trabalho e desenvolvimento intelectual dos cidadãos.

Mais voltado ao ambiente institucional é inerente o importante papel do COMTUR, tanto pela gestão atual quanto para seus feitos já realizados. Nota-se tal fato na criação e a utilização do Sistema de *Voucher*, que é considerado um grande diferencial do sistema estudado, objeto esse que causou grande organização entre os agentes e suas transações que junto das atuações rotineiras do Conselho Municipal (leia-se reuniões com participação de representantes de cada agente por meio de suas associações) fez com que Bonito se tornasse um destino turístico cada vez mais procurado.

Vale ressaltar que o estudo realizado não possui caráter conclusivo, por conta da necessidade de maior incorporação da análise das transações e a caracterização destas na relação de cada agente. Lembrando também da inserção de um diagnóstico perante a adoção das estratégias de governança dos agentes aqui não abordados, hotéis, empresas de transporte, e outros.

Ademais, os pressupostos comportamentais e as unidades de análise classificadas pela Nova Economia Institucional formam interessantes temáticas de pesquisa, a fim de verificar o grau de oportunismo e o padrão da transação entre cada agente, ou até mesmo de voltar-se mais firmemente ao ambiente organizacional constituído pelas associações do Sistema Turístico de Bonito, MS.

Referências

- ARRUDA, D. O. *Coordenação e Estruturas de governança entre agências de turismo e atrativos turísticos em Bonito/MS*. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, 2013.
- BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS*. Brasília, DF: IPEA/CEPAL, 2000. 47p.
- BARNEY, J. B. Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 01, p. 99-120, mar. 1991.
- _____. Strategic factor markets: expectations, luck, and business strategy. *Management Science*, Hanover, EUA, v. 32, n. 10, p. 1231-1241, out. 1986.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W.S. *Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 432 p.
- _____. *Administração estratégica e vantagem competitiva*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 352 p.
- BARNEY, J. B.; KETCHEN JR, D.; WRIGHT, M. The future of resource-based theory: revitalization or decline? *Journal of Management*, v. 37, n. 05, p. 1299-1315, set. 2011.
- BARZEL, Y. Measurement cost and the organization of markets. *The Journal of Law and Economics*, Chicago, v. 25, p. 27-48, abr. 1982.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 10. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.
- COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica*, London, v. 04, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. *Gestão & Produção*, São Carlos, SP, v. 06, n. 03, p. 147-161, dez. 1999.
- FOSS, K.; FOSS N. J. Resources and transaction costs: how property rights economics furthers the resource-based view. *Strategic Management Journal*, v. 26, n. 06, p. 541-553, jun. 2005.
- MARIANI, M. A. P.; SORIO, A.; ARRUDA, D. O. Carne ovina, turismo e desenvolvimento local: potencialidades para o Mato Grosso do Sul. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 12, n. 01, p. 31-39, jan./jun. 2011.
- MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. O. Coordenação e Estruturas de Governança em um Sistema Produtivo do Turismo em Espaço Rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 51., 2013, Belém, PA. *Anais...* Belém, 2013. p. 01-18.
- MASSUKADO-NAKATANI, M. S.; TEIXEIRA, R. M. Resource-based view as a perspective for public tourism management research: evidence from two Brazilian tourism destinations. *Brazilian Administration Review*, Curitiba, v. 06, n. 01, p. 62-77, jan./jun. 2009.
- NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 05, n. 01, p. 97-112, jan./mar. 1991.
- NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- OLIVER, C. Sustainable competitive advantage: combining institutional and resource-based views. *Strategic Management Journal*, v. 18, n. 09, p. 697-713, out. 1997.
- PENROSE, E. T. *The theory of the growth of the firm*. New York: Wiley Press, 1959.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO - SEPROTUR/MS. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Serra da Bodoquena*. Campo Grande: SEPROTUR - MS/MTUR, 2011. 497p.
- VIEIRA, J. F. L. *Voucher único um modelo de gestão da atividade turística em Bonito, MS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, mar. 2003.
- WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. *Strategic Management Journal*, v. 5, n. 2, p. 171-180, abr./jun. 1984.
- WILLIAMSON, O. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. 38, p. 595-613, set. 2000.
- WILLIAMSON, O. *The Mechanisms of Governance*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 429p.
- WILLIAMSON, O. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: The Free Press, 1985. 450p.
- WILLIAMSON, O. Transaction-Cost Economics: the governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, Chicago, v. 22, n. 02, p. 233-261, out. 1979.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2010.

Resumos de dissertações



**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES APRESENTADAS EM 2011, NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL (PPGDL) -
MESTRADO ACADÊMICO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - CAMPO GRANDE, MS¹**

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, implantado em 1998, e destaca-se por ser interdisciplinar, tendo como missão “promover, por meio de atividade de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam com o desenvolvimento sustentável”.

O Desenvolvimento Local neste programa é entendido como o protagonismo dos atores de um dado território, com apoio de organizações públicas e privadas, na reflexão da realidade vivida para agenciar e coordenar, por meio de processos interativos e cooperativos, os recursos tangíveis e intangíveis originários do local ou de áreas externas, na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações coletivas, de ordem social, econômica, cultural, política e do ambiente natural.

A relação dos resumos apresentados neste número da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – segue a ordem cronológica das defesas das dissertações, seguidas do título, nome do(a) autor(a), do(a) orientador(a) e data de apresentação perante a banca examinadora. Todos os trabalhos estão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, na Biblioteca Félix Zavattaro, no campus da Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande, MS, Brasil e no site do Programa – www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal. Os resumos seguem uma sequência lógica obedecendo à continuação dos resumos publicados na Interações, v. 15, n. 1, 2014.

157 – Título: A SAÚDE DO INDÍGENA TERENA NA ALDEIA URBANA ÁGUA BONITA: UM DESAFIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Rafaela Maia Gomes

Orientador: Maurinice Evaristo Wenceslau

Data da apresentação: 06/12/2011

Resumo: O presente trabalho buscou analisar as potencialidades de desenvolvimento local na aldeia urbana Água Bonita em Campo Grande (MS). A aldeia Água Bonita foi escolhida pela atual política pública de atendimento a saúde dos Terena em face do artigo 196 da Constituição Federal do Brasil. A pesquisa insere-se na área de concentração do desenvolvimento local no contexto da territorialidade de Campo Grande-MS. Vale salientar que as reflexões a respeito de identidades locais se inserem na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, que é cultura, identidade e diversidade, uma vez que o estudo analisa a etnia indígena Terena, bem como questões de saúde pública no contexto social local. O estudo foi caracterizado pelo método dedutivo, pesquisas bibliográficas, bem como entrevistas e observações *in loco*. Neste processo investigativo de caráter qualitativo foram utilizadas pesquisas de campo, utilizando técnicas de observação não-participante e como procedimento a história oral. Os indígenas tomados como fonte original de informação foram indicados pelo cacique da aldeia Água Bonita. A partir desses critérios, foram selecionados 12 indígenas da etnia Terena residentes da aldeia em estudo, sendo 07 (sete) do sexo feminino e 05 (cinco) do sexo masculino. As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente transcritas, transformando-se assim em documento. Após a transcrição das entrevistas, os dados foram organizados, sistematizados, tabulados e analisados. Dados coletados nesse processo permitiu a identificação dos principais problemas vivenciados em relação ao atendimento à saúde dos sujeitos pesquisados: dificuldade de locomoção, ausência de atendimento emergencial, deficiência de prestação de serviços por parte da FUNASA. Essa pesquisa apresenta os resultados sobre aspectos relativos à saúde dos indígenas Terena, considerando que o Desenvolvimento Local busca a qualidade de vida, por meio da autonomia dos indivíduos de uma determinada comunidade, ou seja, existe um processo de transformação social quando os principais beneficiários lutam pela garantia de seus direitos, seja direta ou indiretamente.

Palavras-chave: Aldeia urbana. Saúde. Indígena Terena. Política Pública Territorialidade. Desenvolvimento Local.

¹ Pesquisa elaborada pelos mestrandos do PPGDL – Antonio Henrique Maia Lima e Thayliny Zardo, que são bolsistas da CAPES no referido programa.

158 – Título: POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS KAIOWÁ E DOS GUARANI CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR DA ALDEIA TE'YIKUE**Nome:** Simone Beatriz Assis de Rezende**Orientador:** Antonio Jacó Brand**Data da apresentação:** 06/12/2011

Resumo: A presente dissertação situa-se na linha de pesquisa Desenvolvimento local: cultura, identidade e diversidade, do Programa de pós-graduação *strictu sensu* em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco e tem como objetivo geral verificar as potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani, cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te'yikue, localizada no município de Caarapó/MS, tendo em vista os efeitos do trabalho fora da aldeia em sua economia. Investiga-se, ainda, as condições de trabalho dos trabalhadores indígenas no setor sucroalcooleiro do estado de Mato Grosso do Sul, ao longo de três décadas, para melhor conhecer a realidade. Os objetivos específicos consubstanciam-se no conhecimento da percepção do indígena da Aldeia Te'yikue acerca da mudança do panorama econômico em face da diminuição dos postos de trabalho no corte manual da cana e a iminente mecanização; na análise de suas expectativas diante do novo cenário regional; na investigação e discussão de alternativas viáveis à atividade econômica ora efetivada nas usinas de açúcar e álcool e que possa garantir-lhes a sustentabilidade, de acordo com suas demandas culturais. A metodologia encontra-se pautada em levantamento bibliográfico acerca da economia Kaiowá e Guarani, do conceito de desenvolvimento como direito humano, etnodesenvolvimento, desenvolvimento local e o histórico da política indigenista. Incluiu-se um levantamento documental acerca das condições de trabalho dos indígenas no corte manual de cana-de-açúcar e das negociações que permearam a celebração do Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena. Foram realizadas entrevistas com trabalhadores e lideranças da Aldeia Te'yikue e analisadas as declarações dos interlocutores na consulta indígena realizada no ano de 2010, no município de Caarapó. Como indicações conclusivas, divisa-se que o desenvolvimento local é um processo vinculado ao território, pois a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem de decisões de investimentos e da localização dos atores e de fatores atrativos de cada território. Notou-se grande preocupação com a subsistência dos cortadores de cana-de-açúcar e de suas famílias e também com o futuro da comunidade diante da diminuição de recursos externos. Das informações colhidas, extraem-se fatores favoráveis ao desenvolvimento local dos indígenas da Aldeia Te'yikue, tais como demonstrações de valorização da identidade indígena; intenção de retorno ao cultivo de roças; compreensão de que o diálogo é necessário e primordial para a busca de soluções para os problemas. Observou-se, ainda, a existência de fatores desfavoráveis, dentre eles a diminuta parcela territorial disponível para cada família; a não vivência dos conhecimentos tradicionais, por parte dos jovens; e, a má gestão interna dos recursos existentes.

Palavras-chave: Economia Kaiowá e Guarani. Condições de trabalho. Desenvolvimento como direito humano e suas potencialidades na aldeia Te'yikue.

159 – Título: TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI E POTENCIALIDADES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**Nome:** Eva Maria Martins Terra**Orientador:** Arlinda Cantero Dorsa**Data da apresentação:** 21/11/2011

Resumo: Para a elaboração da presente dissertação, faz-se necessário reportar aos pressupostos teóricos que embasam o conceito de desenvolvimento local, com o enfoque na construção dos territórios, territorialidade, à formação das identidades coletivas que formam as comunidades em geral e, no caso da pesquisa à formação da identidade das comunidades tradicionais quilombolas enfatizando a memória como mola propulsora do desenvolvimento local. O estudo insere-se na área do Mestrado em desenvolvimento local no contexto das territorialidades voltadas para a cultura, identidade diversidade, fazendo parte do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Direito e Diversidades, uma vez que o estudo privilegia o espaço territorial da Comunidade Rural Chácara do Buriti-MS. Enfoca essa pesquisa o cenário da trajetória histórica dos descendentes da ex-escrava Eva Maria de Jesus, formadores da Comunidade Rural Chácara do Buriti-MS e foi descrita através da narrativa dos descendentes formadores da comunidade urbana São Benedito (Tia Eva), dos membros mais antigos da Chácara do Buriti e dos atuais descendentes, dentro da perspectiva do desenvolvimento local. A questão norteadora recai sobre quais são as potencialidades e competências de desenvolvimento econômico, social e a continuidade da história de descendentes de escravos, que buscam no decorrer dos tempos, o reconhecimento e o respeito dos governantes e da sociedade brasileira, pois são em grande parte responsáveis pela construção da

identidade nacional. A metodologia voltou-se à pesquisa qualitativo-descritiva a partir dos depoimentos colhidos e analisados. Em termos de conclusão, assim como a maioria das comunidades rurais negras, a Comunidade Rural Chácara do Buriti - MS experimenta um processo de reidentificação territorial buscando as origens de sua cultura e de sua territorialidade quilombola.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Identidade. Memória. Comunidade tradicional quilombola.

160 - Título: PERSPECTIVAS JURÍDICAS SOBRE A BIODIVERSIDADE E OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO SOB A ÓTICA DA ETNOSUSTENTABILIDADE E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Raphael Sérgio Rios Chaia Jacob

Orientador: Josemar De Campos Maciel

Data da apresentação: 01/11/2011

Resumo: A biopirataria, que, em resumo, significa roubo de recursos genéticos e biológicos, vem se tornando um dos grandes problemas ligados à biodiversidade no Brasil. Isso acontece quando pesquisadores estrangeiros levam nossos bens naturais sem o consentimento do governo brasileiro, com a finalidade de estudá-los visando a obtenção de lucros. Os maiores prejudicados, porém, são as comunidades tradicionais, que se veem completamente usurpadas de sua tradição e de sua cultura. O presente trabalho tem como objetivo discutir o problema da biopirataria, a partir da análise da Convenção de Diversidade Biológica, bem como dos Acordos TRIPs, como estes dois incidem sobre o conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira, e como a proteção de tais conhecimentos pode representar um poderoso instrumento de promoção do desenvolvimento local. Para tal, foi estudado especificamente o caso dos índios Terena, no estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Populações Tradicionais. Conhecimentos Tradicionais Associados. Biodiversidade. Biopirataria. Terena. Etnodireito.

161 - Título: MOVIMENTOS (I)MIGRATÓRIOS E O RESGATE DA MEMÓRIA / IDENTIDADE: PROJETO DO CENTRO CULTURAL DE IMIGRAÇÃO NA TERRITORIALIDADE URBANA DE CAMPO GRANDE (MS)

Nome: Jacyara Rios Chaia Jacob

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 19/10/2011

Resumo: A formação do Estado de Mato Grosso do Sul e a construção da identidade do povo campo-grandense são temas presentes em debates e estudos históricos por vários cientistas sociais e políticos de nossa região. Uma das principais questões suscitadas por todos é a indefinição da identidade do povo do Estado, vez que este caracterizou-se por fortes movimentos migratórios e imigratórios, agregando dessa forma diferentes culturas no seu processo de desenvolvimento. Tais contribuições, porém, foram essenciais para traçar a cultura do Estado, contribuindo profundamente para sua formação, e expondo de fato nossa verdadeira identidade, que é a de um povo que agrega culturas e recebe os povos de braços abertos. Ciente de seu papel, cabe ao participante do programa de pós-graduação Mestrado Acadêmico-em Desenvolvimento Local: cultura, identidade e diversidade, promover políticas que estimulem a preservação de tais tradições, trazendo à tona todo o multiculturalismo sul-mato-grossense, seja pela culinária, pela dança, ou mesmo por festas e centros culturais, que agreguem os povos e fortaleçam suas raízes.

Palavras-chave: Identidade cultural. Território. Memória. Desenvolvimento Local.

162 - Título: LUZES DO CERRADO: CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE COM POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Antonio Dorsa

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 09/09/2011

Resumo: A pesquisa fundamenta-se nos referenciais teóricos embasadores do conceito de desenvolvimento local: território, territorialidade, capital humano, capital social, cultura, identidade, comunidade e sustentabilidade. Tendo como suporte o evento Luzes do Cerrado - O Natal Iluminado de São Gabriel do Oeste-MS, mostra as potencialidades de desenvolvimento local. O estudo insere-se na área de concentração do Mestrado em Desenvolvimento Local no contexto das territorialidades. Ressalta ainda que as reflexões e

interpretações fazem parte da linha de pesquisa - DL: cultura, identidade e diversidade tendo como aporte o Grupo de Pesquisa: Patrimônio Cultural, Direito e Diversidade. A metodologia foi pautada no método indutivo e voltada para pesquisa qualitativa e quantitativa com base em questionários e depoimentos coletados junto à população em geral e atores envolvidos no projeto. Tem-se como questão norteadora se o poder público pode sensibilizar ações comunitárias voltadas à sustentabilidade na contemporaneidade e em resultados positivos futuros. Nesse sentido, o estudo apresenta a importância e o significado que o evento proporciona ao município, como potencializador do processo de desenvolvimento local, assim como um produto fomentador do turismo, da valorização da cultura regional e da participação comunitária.

Palavras-chave: Comunidade. Territorialidade. Participação. Luzes do Cerrado

163 – Título: AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE COOPERAÇÃO ENTRE PRODUTORES DO PROJETO DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS, NO MATO GROSSO DO SUL

Nome: Cláudia de Matos Fernandes

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 30/08/2011

Resumo: Esta dissertação analisa o nível de organização dos agricultores familiares beneficiados pelo projeto de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS, no Estado de Mato Grosso do Sul. Foram entrevistados agricultores familiares, moradores de 04 municípios, incluindo a capital Campo Grande, Jaraguari, Sidrolândia e Terenos. O projeto PAIS é uma tecnologia social que trata de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. Esse projeto é destinado ao agricultor familiar que tem interesse em melhorar a qualidade da produção e o bem-estar da família, pois dispensa o uso de ações danosas ao meio ambiente, como o emprego de agroquímicos, queimadas e desmatamento. O PAIS é integrado porque alia a criação de animais com a produção vegetal e utiliza insumos gerados por animais da propriedade, em todo o processo produtivo. O objetivo geral do trabalho foi de investigar o potencial de cooperação dos agricultores familiares do Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS. Os dados da dissertação foram embasados em pesquisa documental, referências bibliográficas e aplicação de questionários *in loco*. A amostragem da população pesquisada foi “por conveniência”, com aplicação de questionário para 64 produtores. Os resultados da pesquisa identificaram a falta de interesse dos produtores pelo PAIS. A origem sociocultural dos entrevistados se apresentou bastante heterogênea e as longas distâncias entre os assentamentos dificultam as relações sociais entre os agricultores do mesmo projeto. O baixo nível escolar, a falta de experiência com produção agroecológica e a ausência de confiabilidade nas associações rurais limitam mais a integração entre os agricultores do. Percebeu-se também a extrema dependência em relação às ações desenvolvidas pelos parceiros externos, como SEBRAE e Fundação Banco do Brasil. Essa dependência poderá surtir resultados desfavoráveis quando se der o término do projeto. Por outro lado, foi identificado que alguns agricultores aproveitaram a oportunidade oferecida e ampliaram a área de produção, investiram na comercialização e começaram uma cooperação, mesmo que incipiente. A consolidação dessa cooperação passa pelo apoio seletivo dos agricultores que demonstraram interesse no desenvolvimento do projeto, até que se sintam capazes de nortear suas próprias ações.

Palavras-chave: Organização social. Cooperação. Capital social.

164 – Título: IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES FORMAIS E INFORMAIS NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: CASO DO “CAMELÓDROMO” DE CAMPO GRANDE MATO GROSSO DO SUL

Nome: Samya Abud

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 29/08/2011

Resumo: O objetivo da pesquisa foi analisar a relação existente entre a população consumidora de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e as regras comerciais formais que existem em nosso ordenamento jurídico, bem como entender as razões da informalidade nas atividades realizadas no “camelódromo”. Foi verificado se o fato do “camelódromo” continuar existindo, sem que as penalidades existentes sejam aplicadas, pode ser explicado pelas instituições informais existentes na sociedade de Campo Grande. Estabeleceu-se como problemática que apesar das leis do nosso ordenamento jurídico para a formalização, a maioria dos empreendimentos do “camelódromo” continua trabalhando na informalidade. A pesquisa seguiu o método hipotético-dedutivo, e recorreu a pesquisas bibliográficas, entrevistas, aplicação de

questionários e observações *in loco*. Os resultados foram apresentados em dois artigos científicos. Para o primeiro foi realizada uma pesquisa descritiva, a partir de uma amostragem não probabilística de 41 empresários que atuavam no “camelódromo” de Campo Grande-MS. Os questionários aplicados foram estruturados com perguntas fechadas, com foco em informações de caracteres quantitativos e qualitativos. O segundo artigo foi dividido em duas etapas, num primeiro momento utilizou-se de entrevistas com os frequentadores dos locais mais comerciais da cidade. Foram entrevistados 20 clientes do “camelódromo”, 20 do centro da cidade e 20 do Shopping Campo Grande-MS. Em seguida foram realizadas entrevistas com os responsáveis pelas organizações públicas no tocante à fiscalização e à penalização. Os resultados indicam que a totalidade das empresas entrevistadas no “camelódromo” de Campo Grande possuía algum grau de informalidade que se justifica pela falta de fiscalização. Ao contrário da hipótese inicial de pesquisa, a informalidade não pode ser justificada pelo baixo nível de renda e de educação dos entrevistados. Outros resultados indicaram que culturalmente existe uma tolerância muito grande em relação à informalidade no comércio por parte da população. Essa tolerância impede, ou ao menos dificulta a fiscalização e as penalidades por parte das autoridades. O comportamento similar entre consumidores de nível educacional diferente indica a ineficiência da educação sobre a percepção do consumidor em relação à informalidade.

Palavras-chave: Cultura. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Lei do Microempreendedor Individual. Lei do Regime de Tributação unificada.

165 – Título: FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nome: Fabiana Dotto

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data da apresentação: 09/08/2011

Resumo: A agricultura familiar é responsável pelo abastecimento de alimentos às cidades. A pesquisa analisa os fatores que podem influenciar a Permanência dos jovens filhos de agricultores familiares nos assentamentos rurais. A linha de pesquisa que orienta o trabalho é de Desenvolvimento local: Sistemas produtivos, inovação e governança. Para compreender a dimensão da realidade desses jovens foram utilizados os de agricultura familiar, histórico da reforma agrária e dos assentamentos rurais, do universo dos jovens no campo e do desenvolvimento rural como forma de explorar o potencial local. A pesquisa foi realizada em três assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul localizados próximos a cidades e com no mínimo dez anos de existência. Os assentamentos visitados foram o Campanário, no município de São Gabriel do Oeste, Conquista, em Campo Grande e Guariroba, em Terenos. Foram entrevistados dois grupos de jovens, aqueles que permaneceram no campo, com amostragem de 45 jovens, e os que não permaneceram, com amostragem de 37 jovens. Os resultados indicam jovens que gostam do campo, mesmo no caso daqueles que saíram. Entre as variáveis que diferenciam os dois grupos de jovens, o gênero é uma das principais, com as mulheres saindo mais. Frente às regras sociais que reservam as mulheres um papel principalmente doméstico, estas se concentram na educação, principal alternativa para atuar numa área que lhe conceda reconhecimento e autonomia. A origem dos pais é outra variável com influência no comportamento dos jovens, com os filhos dos sulistas que possuem maior tendência em sair que os filhos dos nordestinos. A renda familiar possui também um papel relevante na decisão de sair do filho. Nas famílias com maior conforto econômico, os jovens possuíam maior probabilidade de sair. Essa renda foi avaliada através o tipo de casa dos pais e a posse de um carro, elemento importante para facilitar os contatos com a cidade. A participação do jovem nas decisões econômicas e mercadológicas é outro aspecto considerado de grande importância para os entrevistados. O fato de se sentirem incluídos nas tomadas de decisões facilita a permanência no lote. Apesar da relevância da pesquisa, é importante considerar que o fato de todos os assentamentos avaliados possuírem acesso fácil a cidade pode ter influenciado os resultados obtidos. Pesquisas complementares deverão ser realizadas em assentamentos mais distantes de centros urbanos.

Palavras-chave: Êxodo rural. Assentamentos Rurais. Ruralidade. Desenvolvimento Rural.

166 - Título: ARRANJO PRODUTIVO LOCAL CERÂMICO TERRA COZIDA DO PANTANAL: SISTEMAS DE COOPERAÇÃO, APRENDIZADO INTERATIVO E INOVAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL**Nome:** Maristela de Oliveira França**Orientador:** Cleonice Alexandre Le Bourlegat**Data da apresentação:** 29/07/2011

Resumo: O objeto de pesquisa da presente dissertação é o Arranjo Produtivo Local Cerâmico “Terra Cozida do Pantanal”, e tem como questão norteadora a análise e compreensão sobre as práticas de cooperação e aprendizagem coletiva no âmbito desse arranjo produtivo local (APL), relacionando-as como as principais responsáveis pela intensificação do ritmo de introdução de inovações. A Área de Concentração é o Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades na Linha de Pesquisa Desenvolvimento Local: sistemas produtivos, inovação, governança, diagnóstico de potencialidades endógenas e formas de desempenhos locais regionais, no âmbito das dinâmicas socioambientais internas e externas, capazes de garantir a sustentação da vida e a promoção do ser humano, como também estudos de alternativas tecnológicas e administrativas viáveis a micro e pequenos empreendimentos. O objetivo geral da pesquisa foi identificar o nível de consolidação dos padrões de cooperação, aprendizagem coletiva e inovação adotados nas empresas e organizações de apoio do APL Cerâmico Terra Cozida do Pantanal entre 2003 e 2010. A pesquisa, de natureza exploratória, se desenvolveu no campo interdisciplinar, com método de abordagem sistêmico. Foi realizada uma análise ampliada, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas, por meio de revisões bibliográficas, acesso a diversas fontes documentais e aplicação de entrevista estruturada com os atores econômicos do APL. A trajetória desse Arranjo Produtivo Local, de cerâmica estrutural, de revestimento e artesanal, foi contada destacando-se a busca constante das indústrias cerâmicas pela inovação. Nesse caminhar, a cooperação em rede e o capital social produzido promoveram um processo contínuo de aprendizado coletivo por interação e conhecimento. Como resultado foi estabelecido um Sistema Local de Inovação que atua alinhado ao desenvolvimento das empresas, contribuindo significativamente com o desenvolvimento local. A marca Terra Cozida do Pantanal, construída e validada por todos os atores envolvidos, remete ao sentimento de pertença, materializando a territorialidade conquistada.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local Cerâmico Terra Cozida do Pantanal. Aprendizado coletivo por interação e conhecimento. Inovação. Território. Desenvolvimento Local.

167 - Título: ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA ERVA-MATE NA FRONTEIRA DE MATO GROSSO DO SUL**Nome:** Reginaldo Vilhalba Peralta**Orientador:** Cleonice Alexandre Le Bourlegat**Data da apresentação:** 29/07/2011

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo foi verificar as potencialidades organizativas, inovativas e de desenvolvimento local dos empreendimentos ervateiros e organizações de apoio na fronteira Sudoeste de Mato Grosso do Sul, com o Arranjo Produtivo Local. De natureza exploratória e abordagem sistêmica, buscou observar e interpretar a trama de relações entre atores, indústrias, produtor rural e organizações de apoio, em busca de um a perspectiva de Desenvolvimento Local. Apoiou-se em revisão bibliográfica, consulta documental, estatística e cartográfica, além de pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevistas. A organização e interpretação dos dados deram-se por meio de análise ampliada (quali-quantitativa). Foi possível contextualizar a origem e as diversas territorialidades manifestadas na atividade ervateira na fronteira Sudoeste do Estado e identificar as tecnologias aplicadas em várias etapas de seu processo produtivo. Também se analisou o comércio da erva-mate no mercado internacional e brasileiro, contexto econômico. E, por fim, se identificou identificar e se analisou o Arranjo Produtivo Local da Erva-Mate da Fronteira Sudoeste de Mato Grosso do Sul, do ponto de vista dos atores envolvidos (produtores e organizações de apoio), as tecnologias do processo produtivo e de comercialização, as formas de articulação existentes entre esses atores e as possíveis inovações neste território produtivo, com considerações finais a respeito de suas potencialidades e limitações.

Palavras-chave: Erva-Mate. Arranjo Produtivo Local. Território. Fronteira.

168 - Título: PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO TERRITORIAL DA NOROESTE DO BRASIL - NOB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DAS COMUNIDADES ESTABELECIDAS NA ROTA DO TREM DO PANTANAL

Nome: Maria Christina de Lima Félix Santos

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 18/07/2011

Resumo: A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos que embasam o conceito de desenvolvimento local: cultura, patrimônio, memória, território, territorialidade, comunidade e capital humano. Tendo como eixo central o novo Trem do Pantanal, apresenta uma visão territorializada da revitalização desse ícone da cultura sul-mato-grossense. O estudo insere-se na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local: cuja área de concentração é desenvolvimento local no contexto das territorialidades destacando: Campo Grande-MS, região do Pantanal e região do Caminho dos Ipês. Vale ressaltar que as reflexões a respeito de identidades locais inserem-se na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, que é cultura, identidade e diversidade, fazendo parte do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Direito e Diversidade, uma vez que o estudo privilegia o espaço territorial que compõe a rota do Trem do Pantanal (2009-2010) - patrimônio histórico de MS. O trabalho se desenvolve por meio de narrativas de pessoas das comunidades estabelecidas em: Palmeiras - Distrito de Dois Irmãos do Buriti; Terenos e Aquidauana utilizando a metodologia da História Oral apresentando alternativas de endogeneização comunitária com perspectivas para o desenvolvimento local. Destacam-se aspectos da educação via projeto Educar para proteger - na rota do Trem do Pantanal, como uma ação permanente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, centrado no patrimônio histórico-cultural regional, desenvolvido nos municípios que formam o trajeto do novo Trem do Pantanal.

Palavras-chave: Patrimônio. Trem do Pantanal. Educação. Territorialidade. Comunidade.

169 - Título: POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL

Nome: Carla Figueiredo Garcia de Queiroz

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data de apresentação: 02/06/2011

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar as potencialidades de desenvolvimento local no Instituto Penal de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. O Instituto Penal foi escolhido pelo menor índice de rebeliões e fugas em comparação com os demais estabelecimentos penais estaduais. A pesquisa se insere na área de concentração do desenvolvimento local no contexto da territorialidade de Campo Grande-MS. Vale ressaltar que as reflexões a respeito de identidades locais se inserem na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, que é cultura, identidade e diversidade, uma vez que o estudo aborda o sistema carcerário, bem como a criminalidade no contexto social local. Para tanto, foi elaborado projeto específico (pesquisadora/orientadora) para se comparar outros sistemas prisionais de alguns Estados brasileiros. O estudo foi caracterizado pelo método hipotético-dedutivo, pesquisas bibliográficas, bem como entrevistas e observações *in loco*. Nesse contexto, identificou-se que os presídios, em especial os de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, atualmente contam com um número de internos, duas vezes superior a capacidade para os quais foram projetados. A superlotação carcerária traz eventuais irregularidades como o cumprimento superior da pena aplicada, sendo o principal problema do sistema penitenciário. A estrutura física também não é apropriada uma vez que não existe espaço dentro da cela nem para dormir, quanto mais para cumprir a pena durante anos. Estas questões acabam por aumentar a criminalidade, pois muitos presos conseguem fugir e os que permanecem cumprindo a pena entram para organizações criminosas internas. A ausência de trabalho e o convívio aglomerado de várias espécies de criminosos tornam o presídio um depósito de seres-humanos indesejáveis. Ocorre que a penitenciária não é um galpão ou uma gaiola, mas um lugar onde uma pessoa cumpre a sua pena por ter cometido um crime. A pena é uma retribuição pelo erro praticado e também uma forma de ressocialização do indivíduo que deve através da prisão fazer uma reflexão de seus atos. O delinquente não pode ser tratado como inimigo do Estado, desconsiderando as garantias constitucionais que lhe são asseguradas, mas como um cidadão igual a seus pares, tendo o direito de reintegrar-se à sociedade. A probabilidade de reincidência está relacionada à estrutura física do presídio. Esses empecilhos podem ser sanados ou minimizados com a reforma da estrutura física dos presídios. E, também pela colaboração das universidades, através de seus alunos que podem por meio de estágios, auxiliar o sistema penitenciário.

Palavras-chave: Presídios. Pena. Ressocialização. Territorialidade. Desenvolvimento Local.

170 - Título: CARACTERIZAÇÃO DO SETOR APÍCOLA DO MATO GROSSO DO SUL: APELAÇÃO DE ORIGEM CONTROLADA E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAR E DIFERENCIAR O MEL DA REGIÃO CENTRAL E SUDOESTE DO ESTADO

Nome: Daniele Guimarães Silva Coiado

Orientador: Marney Pascoli Cereda

Data de apresentação: 28/03/2011

Resumo: A apicultura é possível de ser explorada por micro e pequenos produtores além de harmonizar-se com os conceitos sustentabilidade e desenvolvimento local. Esta atividade exige ambientes naturais conservados, assim como contribui para isso por meio de polinização das abelhas. O Estado do Mato Grosso do Sul possui uma pequena produção de mel se comparado às produtividades obtidas no Nordeste do país. Essa produção ainda que pequena, poderia ser diferenciada pelo uso da Indicação Geográfica como originária de seus ecossistemas frágeis. O rótulo de “apelação controlada” é um tipo de rastreabilidade que poderia garantir aos empreendimentos apícolas uma maior visibilidade em escala nacional e mundial. Para que esse tipo de valorização possa ser aplicado há necessidade de caracterizar o setor apícola para estabelecer quais os Municípios seriam alvo da Indicação Geográfica. A pesquisa foi realizada nos anos de 2007 a 2010 e selecionou 9 Municípios do Cerrado e 3 Municípios do Pantanal do Mato Grosso do Sul. De cada Município foi amostrado pelo menos um apiário do qual se conseguiu uma amostra de mel, coordenadas por GPS e informações do apiário em questionário especialmente elaborado. As informações geográficas foram confrontadas com banco de dados georreferenciado permitindo localizar no mapa os apiários amostrados. As amostras de mel foram analisadas para estabelecer a qualidade exigida pela ANVISA para comercialização. Os resultados mostraram que a grande maioria dos entrevistados tinha a apicultura como atividade secundária. A produtividade média por caixa foi próxima de 35 Kg de mel por ano. A maioria dos entrevistados explicou a queda de produção de mel ocorrida em 2009 em razão das fortes e continuadas chuvas que dizimaram as floradas. Ainda assim, dois apicultores do Cerrado conseguiram aumento de produtividade, contrariando a opinião da maioria. As maiores dificuldades identificadas foram de manutenção de pasto apícola representado por melíferas nativas, pois raramente os apicultores realizam plantio próprio ou complementam as melíferas disponíveis naturalmente. Não foi encontrada correlação entre produção ou produtividade de mel e tempo de experiência ou idade dos apicultores. A venda direta, apesar de proporcionar maiores preços que a venda a intermediários, foi pouco utilizada. Apesar dos cursos de especialização proporcionados pelo Serviço de Extensão e por particulares foram identificadas poucas atividades de valorização do mel ou dos seus derivados. Por essas características pode-se afirmar que a atividade da apicultura identificada por ocasião da pesquisa era tradicional. Constatou-se que a maioria das amostras provenientes do Cerrado apresentou qualidade de mel de acordo com a legislação vigente, com exceção da umidade de méis originários do Pantanal. A identificação de pólen nas amostras de mel confirmou a percepção dos apicultores e poderá se constituir em ferramenta para estabelecer a rastreabilidade do mel nos ecossistemas do Estado. O Pantanal apresentava uma atividade apícola “*sui generis*” com preço de venda direta alto, em razão de por sua estabilidade ser utilizado como “*moeda*” de troca. Na região do Paraguai-Mirim procedia-se ao extrativismo selvagem, com corte de árvores queima de colméias para controlar o ataque das abelhas. Neste caso foi identificada falta de informações e de treinamento em apicultura, mas também uma grande potencialidade para um extrativismo sustentável. Verificou-se que apesar do grande número de associações e de uma Federação no estado, os apicultores ainda não empreendem ações conjuntas, fundamental para deflagrarem seu desenvolvimento no território.

Palavras-chave: Mel. Comunidades. Valorização. Sustentabilidade. Desenvolvimento Local.

171 - Título: SOCIOECONOMIA E ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT

Nome: Henrique Guimarães Silva

Orientador: Reginaldo Brito da Costa / **Coorientadora:** Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 28/02/2011

Resumo: O município de Nossa Senhora do Livramento, que faz parte do Território da Baixada Cuiabana no Estado de Mato Grosso, está localizado a 32 km da capital Cuiabá. Sua população, segundo dados do IBGE (2010) está em 11.592 habitantes e destes, a maioria da população reside em área rural. Os principais produtos agrícolas identificados na pesquisa primária e secundária foram as frutas, os legumes e as verduras, dentre elas, as principais foram as culturas da banana, mandioca e, em menor escala, o abacaxi e a melancia, além de outras culturas de subsistência encontradas em algumas unidades de produção familiar. A comercialização realizada pelos agricultores familiares do município em estudo ocorre em

feiras-livres com os produtos na forma *in natura*, em supermercados e principalmente por atravessadores que compram tais produtos a um preço baixo e revendem na Grande Cuiabá por um preço majorado. A forma de produção identificada nas propriedades rurais do município de Nossa Senhora do Livramento demonstra que os agricultores familiares não têm interesse em produzir para comercializar, tendo apenas uma produção de subsistência, por falta de políticas públicas contextualizadas a essa classe ou, então, se caracteriza pela identidade da população da Baixada Cuiabana em um processo cultural. Os levantamentos obtidos na pesquisa identificam um grande potencial na Grande Cuiabá para a comercialização de Frutas, Legumes e Verduras - FLV. Para tanto, com o estudo realizado na comunidade Campo Alegre de Baixo no intuito de identificar uma metodologia prática a partir das necessidades da base dos agricultores familiares na comunidade rural em estudo, identificando os eixos de desenvolvimento e a visão de futuro para que possam organizar suas produções e acessar este mercado, constatou-se que o fator cultural passado de geração em geração prevalece até os dias atuais e, com isso, deixam de trabalhar com outras alternativas em suas propriedades como fonte de renda.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Frutas, legumes e verduras. Comercialização

172 – Título: COMUNIDADE RIBEIRINHA BARRA DE SÃO LOURENÇO: UM ESTUDO HEURÍSTICO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO PROJETO ENDÓGENO E COMUNITÁRIO

Nome: Silvia Cristina Santana Zanatta

Orientador: Josemar de Campos Maciel

Data da apresentação: 28/02/2011

Resumo: O presente trabalho nasce da inquietação acerca das singularidades que tecem a vivência do território como constituição de um local. Está contextualizado a partir do projeto de pesquisa sobre Comunidades e Desenvolvimento Local. Seu objetivo é explorar aspectos do vivido territorial da comunidade da Barra do São Lourenço, no Pantanal sul-mato-grossense, mais especificamente na “região” da Serra do Amolar. Está dividido em quatro grandes partes. Em um primeiro momento explicitam-se as questões metodológicas que inspiraram a construção dos dados ao longo do encontro com as pessoas que participaram da pesquisa etnográfica e heurística. Em segundo lugar, o território que foi palco do trabalho, seguido pela terceira parte onde os dados que pareceram mais relevantes são trazidos ao leitor de forma descritiva, tentando aproveitar a singularidade dos eventos e narrativas como foram acontecendo. Em um quarto momento do trabalho, tecem-se breves considerações teóricas para entender traços da negociação de uma comunidade com o seu território.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Comunidade. Comunitarização. Vivido territorial. Pesquisa heurística.

173 – Título: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CONSTRUÇÃO ENDÓGENA DO CONHECIMENTO DO SENAI/DR-MS

Nome: Dalva Garcia de Souza

Orientador: Heitor Romero Marques / **Coorientador:** Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Data da apresentação: 23/02/2011

Resumo: O trabalho que se apresenta, titulado de “A formação profissional como estratégia para o desenvolvimento local: construção endógena do conhecimento no SENAI-MS”, foi desenvolvido no Programa de Mestrado, na área de concentração em Desenvolvimento Local em territorialidade e pequenos empreendimentos, na Linha de Pesquisa 1: Desenvolvimento local: cultura, identidade e diversidade, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. O estudo aqui relatado deu-se a partir do princípio da educação totalizadora e da compreensão de que a modificabilidade cognitiva endógena e andragógica é uma metodologia que, uma vez adotada para nortear as ações dos Agentes do Desenvolvimento Local, possibilita que estes agentes posicionem-se como facilitadores e mediadores da construção e reconstrução do conhecimento de indivíduos, integrantes de uma comunidade, para toda a vida. A pesquisa foi realizada com os objetivos de 1) refletir sobre a industrialização e a necessidade de formação profissional por meio do desenvolvimento de competências afetivas e cognitivas no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul e 2) salientar a importância da preservação da cultura, frente ao processo de urbanização causado pela industrialização. Nesta concepção é imprescindível que o sujeito agente se perceba como parte do processo, assim a comunidade será território permanentemente, para os indivíduos que nela vive, mantido e preservado como local próprio e a ele pertencente. O indivíduo integra-se assim como núcleo, célula primeira de uma comunidade, encerrando-se nele os princípios de modificabilidade cognitiva permanente, totalizadora e libertadora, os quais, em processo de interação sócio-histórico, culturalmente respaldam as ações do Desenvolvimento Local, fazendo surgir uma comunidade que a partir

de uma construção endógena e exógena se faz presente agindo em sua história. Nesta perspectiva este trabalho traz reflexões que abordam sobre o respeito às condições históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas de uma sociedade como de fundamental importância para que o Desenvolvimento Local não se torne uma alavanca de intencionalidades mascaradas unicamente pelo assistencialismo ou pela intenção unilateral do poder. Para a consolidação deste trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica explicativa e argumentativa, na perspectiva empírica, respaldada por meio de pesquisa de campo, mediante aplicação de questionário aos aprendizes, aos docentes e a outros profissionais da educação profissional atuantes no SENAI/DR/MS, no sentido de comprovar a hipótese de que a formação profissional é imperativa como estratégia para o desenvolvimento local. A dissertação está estruturada em cinco capítulos, os quais sejam: Capítulo 1- O Desenvolvimento Local e a Educação: não há homem sem mundo; Capítulo 2 - Cultura do Trabalho em Regiões pouco Industrializadas: do primário ao secundário; Capítulo 3 - Construção de Competências Profissionais como Tendência no Universo da Formação Profissional; Capítulo 4 - O Desenvolvimento Local tendo como Parâmetro o Desenvolvimento Humano; Capítulo 5 - O Perfil da Comunidade de Profissionais e Aprendizes do SENAI/DR/MS.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Formação profissional. Estratégia. Construção endógena. SENAI/DR/MS.

174 - Título: A TECNOLOGIA SOCIAL DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL - PAIS - NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHÁCARA DO BURITI - CAMPO GRANDE/MS

Nome: Flávia Bertoni Mazzaro

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 21/02/2011

Resumo: O estudo foi realizado em Campo Grande-MS, por um período de dois anos, tendo como área de concentração o desenvolvimento local em contexto de territorialidades, inserido na linha de pesquisa - desenvolvimento local: cultura, identidade, diversidade. O projeto teve a participação da comunidade quilombola local, além da pesquisadora, orientadora, agentes públicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande e agentes do SEBRAE/MS. A pesquisa analisa a implantação da Tecnologia Social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS na comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande-MS, voltada para as atividades vivenciadas na territorialidade espacial da referida localidade. No estudo destacam-se os seguintes objetivos específicos: a) avaliar a importância das potencialidades econômicas para o desenvolvimento da comunidade de ex-escravos, identificando o perfil e as motivações dos participantes da produção agrícola de orgânicos; b) verificar os fatores de convergência e divergência que existem na comunidade, na época da realização da pesquisa, principalmente na comercialização da produção. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de análises bibliográficas e entrevistas semiestruturadas. O PAIS teve como premissa a valorização da cultura e identidade local, trazendo ao desenvolvimento humano e social, também o desenvolvimento econômico, mostrando nuances de desenvolvimento local. É importante ressaltar que a parceria governança versus comunidade pode possibilitar ao grupo social crescer ao ser capaz de se organizar para desenvolver suas atividades agrícolas orgânicas. A pesquisa também analisou a percepção dos produtores e da governança sobre a implantação do PAIS na comunidade quilombola, por meio de entrevistas estruturadas. Os resultados da pesquisa indicam que a segurança alimentar, objetivo principal do PAIS, tem sido satisfatoriamente alcançada e que, a despeito de algumas barreiras culturais e dificuldades de planejamento e produtividade, as potencialidades para o desenvolvimento local são reais.

Palavras-chave: Comunidade. Desenvolvimento local. Produção orgânica. Território.

175 - Título: ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO COMÉRCIO INDÍGENA: UMA VISÃO ETNODESENVOLVIMENTISTA DA COMUNIDADE TERENA

Nome: Aikel Nakazato

Orientador: Antonio Jacó Brand

Data da apresentação: 21/02/2011

Resumo: O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa Desenvolvimento Local: cultura, identidade e diversidade, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, cuja área de concentração está fundamentada nos contextos de territorialidades constituídas em ambientes de vida e trabalho, com especial atenção às comunidades tradicionais e aos micro e pequenos empreendimentos. O trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa diagnóstica, do Arranjo Produtivo Local dos produtos comercializados pelos índios da etnia Terena, descrevendo sua estrutura e interpretando a dinâmica

na subsistência e no processo econômico, étnico e cultural dos grupos envolvidos, a partir dos aspectos objetivos e subjetivos, verificando suas relações com o desenvolvimento local. Além de compreender o Arranjo Produtivo da comunidade Terena, observando a estrutura e formas de articulação interna, além dos mecanismos criados para a sobrevivência das famílias e os excedentes para trocas, em especial na feira localizada no mercado público de Campo Grande, além de investigar em que medida essas atividades, por sua estrutura e dinâmica, contribuem para o Desenvolvimento Local. O problema que se coloca, nesse trabalho diz respeito ao melhor conhecimento do Arranjo Produtivo Local pela produção de excedentes comercializáveis, realizada nas aldeias. A questão principal é conhecer as condições potenciais e limitadoras dessa territorialidade econômica na garantia de sobrevivência das comunidades Terena. Segundo Lastres (2005), Arranjos Produtivos Locais são caracterizados como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. A metodologia utilizada foi pautada no levantamento bibliográfico e em pesquisa de campo que incluirá a aplicação de questionários entre os consumidores e empresários do ramo alimentício, além de entrevistas com os índios. Por fim, concluiu que em virtude das características próprias do comércio indígena na feira do mercado público em Campo Grande, caracteriza um arranjo produtivo cultural, com forte articulação entre os agentes internos, mas com pouco auxílio das entidades de apoio (agentes externos), além da necessidade da criação do selo dos produtos Terena e o fomento ao APL do comércio indígena como alternativa para o desemprego vindouro da mecanização do processo produtivo da cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Etnodesenvolvimento. Comércio Indígena. Terena.

176 – Título: UMA ANÁLISE CONTRIBUTIVA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Ivanir Casagrande

Orientador: Luis Carlos Vinhas Ítavo

Data da apresentação: 18/02/2011

Resumo: Intitulada “Uma análise contributiva do Curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco: perspectivas sobre desenvolvimento local”, esta pesquisa se inseriu no contexto de Desenvolvimento Local. O objetivo geral do trabalho foi a investigação do nível de conhecimento dos formandos do curso de Administração da Universidade Católica Dom Bosco sobre desenvolvimento local e se o curso proporcionou embasamento teórico e prático de desenvolvimento local, bem como identificar áreas que os alunos de administração gostariam de trabalhar para proporcionar desenvolvimento local em Campo Grande-MS. A investigação pautou-se nos pressupostos da pesquisa através do método sistêmico de análise ampliada (técnicas quantitativas e qualitativas), sendo que os dados foram coletados junto aos alunos de administração. O referencial teórico utilizado baseou-se nos fundamentos do desenvolvimento local, uma vez que se entendeu ser esse o caminho possível para responder as questões do trabalho. Os dados coletados foram através 80 questionários aplicados em três turmas do curso de administração. Dentre os principais resultados obtidos, destacou-se que a maioria dos alunos consideram-se preparados para desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, que a educação é um dos principais fatores contributivos para proporcionar as melhorias para a sociedade e, uma das principais áreas que os alunos gostariam de trabalhar para proporcionar o desenvolvimento em Campo Grande-MS é o funcionalismo público. Concluindo, na pesquisa realizada com os alunos do curso de administração, os mesmos têm entendimento do que seja desenvolvimento e como o mesmo possa proporcionar melhorias para a sociedade, entretanto, os conceitos que os alunos têm sobre desenvolvimento não são os mesmos conceitos apregoados através da teoria do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Administração. Desenvolvimento Local. Comunidade.

177 – Título: PROGRAMA DE ADOÇÃO NA COMARCA DE CAMPOGRANDE, MS: POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nome: Marcelo Barbosa Martins

Orientador: Maria Augusta de Castilho

Data da apresentação: 16/02/2011

Resumo: O objetivo deste trabalho foi o de abordar o Programa de Adoção desenvolvido na Vara da Infância, Juventude e do Idoso, da Comarca de Campo Grande, MS, verificando, a partir das características desse Programa, como os técnicos que dele participam, ajudam de modo diversificado no desenvolvimento social e econômico de menores e famílias que recebem em seu meio, jovens que

tenham perdido sua família original ou encontravam-se em situação de risco. A pesquisa se insere na área de concentração do desenvolvimento local no contexto da territorialidade de Campo Grande-MS. Vale ressaltar que as reflexões a respeito de identidades locais se inserem na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, que é cultura, identidade e diversidade, uma vez que os processos de adoção são analisados e interpretados nas territorialidades constituídas em dimensões sócio-comunitárias. Foi elaborado um projeto específico (pesquisador/orientadora) para se analisar o programa de adoção, que tem limitações em número de técnicos e de orçamento, mas vem alcançando resultados positivos tanto em número como em eficiência, de acordo com os dados obtidos no juízo específico. Caracterizou-se no estudo, as vantagens aos adotandos e o trabalho do juízo antes e durante a adoção. Observou-se a manutenção do referido Programa para o desenvolvimento social da cidadania daqueles envolvidos no processo de adoção de crianças e adolescentes. A pesquisa destaca ainda, a percepção dos envolvidos no Programa de adoção: juíza, psicóloga e pais adotivos.

Palavras-chave: Família. Adoção. Desenvolvimento social. Territorialidade.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- § 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- § 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.
- § 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
- II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
- III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.
- IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
- título em português, inglês, francês e espanhol;
 - nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;
 - cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
 - resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - referências.
- II - Os trabalhos devem ser encaminhados para acdorsa@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:
- arquivo no padrão Microsoft Word;
 - autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
 - o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
- III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
- IV - Eventuais ilustrações, fotos e imagens com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10 - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente nesta revista após um período de dois anos.

Art. 11 - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado será fornecido, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A redefinição do lugar*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996. p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

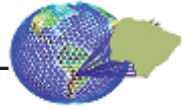
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3593

e-mail: acdorsa@ucdb.br



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____

bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar
o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Endereço de correio do(s) autor(es), para entrega do exemplar da revista, caso o artigo seja publicado.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em agosto de 2014.